



PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SOCIAL, NÍVEL DOUTORADO, UFRN/UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
(Grupo de Estudos de Saúde Mental e Trabalho)

O BEM-ESTAR SUBJETIVO E OS VALORES HUMANOS EM
MÚSICOS E ADVOGADOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Tese de doutorado

Sandra Souza da Silva Chaves

Natal, março de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SOCIAL, NÍVEL DOUTORADO, UFRN/UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**O BEM-ESTAR SUBJETIVO E OS VALORES HUMANOS EM
MÚSICOS E ADVOGADOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Sandra Souza da Silva Chaves

Tese elaborada sob a orientação da Prof^a Dr^a Livia de Oliveira Borges e apresentada ao Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social, nível doutorado, UFRN/UFPB como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social

Natal, março de 2007

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBCCHLA

Chaves, Sandra Souza da Silva.

O bem-estar subjetivo e os valores humanos em músicos e advogados da cidade de João Pessoa / Sandra Souza da Silva Chaves. - Natal, RN, 2007. 299 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Livia de Oliveira Borges.

Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa Integrado de Pós-graduação em Psicologia Social, nível doutorado UFRN/UFPB

1. Psicologia social – Tese. 2. Bem-estar subjetivo – Tese. 3. Valores – Tese. 4. Profissão – Tese. I. Borges, Livia de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 316.6

“O importante é nunca parar de questionar.”

Albert Einstein

À
Samara Hannah

HOMENAGEM ESPECIAL

Quero registrar aqui uma homenagem muito especial a Prof^a. Dr^a. María Ros (in memoriam) da Universidade Complutense de Madri, minha co-orientadora no exterior, que, por meio de sua competência catedrática e pessoal, justificou minha ida à Madri em estágio de doutoramento. Agradeço a ela o cuidado, a atenção, a sensibilidade e a sabedoria com que conduziu os momentos de discussões e as sábias orientações. Obrigada, professora, pelo fecundo relacionamento interpessoal que alimentou, sobretudo, o desejo de continuarmos trabalhando, após meu regresso ao Brasil.

Lamentavelmente, constato um VAZIO, no meu *bem-estar*, com sua prematura partida para as esferas desconhecidas. Por fim, recolho aqui o respeito e a gratidão pelos conhecimentos transmitidos com tanta dedicação e generosidade. Desse encontro fica a lição de quão *fugaz, efêmero e subjetivo* é a sensação de BEM-ESTAR. Querida professora... saudades!

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Livia Borges, minha orientadora, pela competência e dedicação ao meu trabalho, pela confiança depositada, pela participação constante nas várias etapas do meu doutoramento, desde a mais “verde” idéia do projeto inicial, me abrindo os olhos para ver aquilo que eu ainda não conseguia... e, sobretudo, pela amizade que construímos nesses anos de convívio.

À prof^a Dr^a Maria Ros (in memorian), minha co-orientadora no exterior, pela acolhida carinhosa em terras distantes e pelas profícuas discussões acerca dos valores humanos e do bem-estar.

Aos Prof^{os} Dr^{os} José Luis Álvaro-Estramiana, Alicia Garrido e Cristina Casado pelo apoio e pela valiosa recepção em Madri no meu estágio de doutoramento.

Ao Prof^o Dr^o Francisco José Batista de Albuquerque que durante os simpósios do doutorado se ocupou e contribuiu de forma relevante para o meu trabalho.

Ao Prof^o Dr^o Valdiney Veloso Gouveia por ter presenciado e incentivado meu interesse pela temática desde o mestrado e por sua amizade.

Aos Prof^{os} Dr^{os} Álvaro Tamayo e Antônio Roazzi por gentilmente terem aceitado participar da banca examinadora.

A minha querida mãe, Maria do Carmo, que não mede esforços para que eu possa realizar o trabalho, assumindo, muitas vezes, as minhas tarefas cotidianas, estando sempre ocupada em proporcionar meu bem-estar.

Ao meu esposo, Paulo Chaves, e a minha filha, Samara Hannah, pela agradável, carinhosa e constante companhia, seja no reduto do meu lar ou em Madri, cuidadosos com meu bem-estar e compreendendo meus momentos de intenso trabalho.

Ao meu tio, José Porfírio (in memorian) por desde a minha mais tenra idade ter sido exemplo de determinação e coragem para alcançar os ideais.

A minhas irmãs Pollyanna Souza e Patrícia Kelly e a amiga Liana Aparecida pelo apoio social, me mostrando a importância desse indicador para o bem-estar. A Mara, principalmente no final da tese, por me ajudar na realização das tarefas domésticas para eu me dedicar intensamente ao trabalho.

A Carlos Emanuel e Ivanildo Gomes pelas agradáveis viagens a trabalho e aos demais colegas que fizeram o percurso de ida e vinda por inúmeras vezes.

Aos amigos da base de pesquisa – Grupo de Estudos de Saúde Mental e Trabalho – pelas trocas e aprendizados a respeito da temática saúde mental e trabalho.

A Silvânia Barbosa, Palloma Andrade, Raquel Belo, Patrícia Fonseca, Francisco Eduardo e Artur Coelho pelos momentos agradáveis de convivência e estudo, partilhando objetivos em comum, trocando idéias e frutíferas discussões a respeito dos nossos trabalhos.

Aos juízes e colaboradores no processo de categorização (Raquel Belo, Maria do Carmo, Palloma Andrade, Deliane Macedo, Marina Gonçalves, Alessandra Gusmão, Viviany Pessoa, Maria Luiza e Jane Almeida).

Ao Prof^o Yuri pela pronta aceitação em corrigir a tese, dedicando grande parte do seu tempo em transformar meus deslizes do português em competência gramatical.

Ao Prof^o Pablo e a Prof^a Clélia Pereira pela tradução do resumo para a língua inglesa e para a língua espanhola.

Àqueles que foram pessoas-chave na coleta dos dados: D. Terezinha, Jota, Ugo, Carol, Lílian e Glaub.

À Carlos Almeida pelo apoio gráfico.

À Hélio Pacheco pela presença carinhosa nos momentos em que precisei de apoio.

À Cilene, secretária da pós-graduação, que sempre me atendeu com atenção e gentileza.

Aos advogados e aos músicos entrevistados e também aos que se dispuseram a responder aos questionários, doando um pouco do seu precioso tempo.

À Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Músicos do Brasil.

À CAPES, órgão que financiou esta pesquisa e meu estágio no exterior.

RESUMO

Existem valores que predizem a saúde? Mais ainda, será que sua ausência ocasionaria deterioro ao bem-estar subjetivo? A presente pesquisa buscou encontrar respostas a estas questões verificando em que medida os valores humanos explicam o bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas, nos diferentes contextos de referência valorativos. Para isso, foram estudadas as profissões de músico e advogado. Em um estudo preliminar, composto de duas pesquisas, buscou-se preencher lacunas quanto à carência de bibliografia que torne conhecido o contexto atual dessas profissões na cidade de João Pessoa, por meio de reportagens do Jornal *Correio da Paraíba* e entrevistas com informantes privilegiados. Foi utilizada a análise de conteúdo identificando os principais dilemas das profissões, bem como seus contextos sócio-ocupacionais. No segundo estudo (o estudo principal), o objetivo foi verificar as relações entre as variáveis bem-estar subjetivo e valores humanos para os profissionais, adotando o panorama sócio-econômico das profissões como suporte para as análises. Neste estudo participaram 387 profissionais, sendo 148 músicos (31,8% musicista) e 239 advogados (36,8% cível), com idades variando de 18 a 77 anos ($M = 35,9$; $DP = 12,35$), e de 22 a 79 anos ($M = 38,6$; $DP = 12,31$), respectivamente, que responderam ao *Questionário dos Valores Básicos*; à *Escala de Afetos Positivos e Negativos*; à *Escala de Vitalidade*; ao *Questionário de Saúde Geral - QSG-12*; à *Escala de Satisfação com a Vida* e a Informações sócio-demográficas. Utilizou-se o *Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS – Statistical Package for the Social Sciences)* e se observou que, quanto aos músicos, destaca-se a importância do tipo de valor Existência/Bio-social apenas com o indicador vitalidade. O tipo de valor Realização/Poder mostrou-se importante para os afetos positivos e para a vitalidade, enquanto que os tipos de valores Realização/Autodireção e Normativos não tiveram influência no bem-estar subjetivo. Apenas a relação entre o tipo Existência/Bio social e vitalidade foi mediada pela variável sexo e estado civil. Para os advogados, o tipo de valor preditor do bem-estar subjetivo foi o Normativo [$F(1,219) = 11,8$, $p \leq 0,001$; $R_{\text{múltiplo}} = 0,23$, $R^2_{\text{ajustado}} = 0,05$]. O tipo de valor Realização/Autodireção não apresentou influência alguma no bem-estar subjetivo. O tipo Existência/Bio-social apresentou uma relação direta com vitalidade e inversa com depressão. Para Realização/Poder observou-se uma relação direta com afetos positivos e inversa com depressão. Este estudo concluiu que a congruência dos valores pessoais com aqueles que foram promovidos, no contexto social de referência, pode ser um indicador de bem-estar subjetivo, desde que se tenha um contexto social valorativo bem demarcado.

Palavras-chaves: Bem-Estar Subjetivo; Valores; Profissão.

ABSTRACT

Are there values that predict health? Moreover, would the absence of health motivate deterioration in the subjective well-being? This research has attempted to find answers to these questions by verifying in which proportion human values explain the subjective well-being experienced by people in different contexts of value reference. Both musicians and lawyers have been studied. In a preliminary study, composed of two researches, it was attempted to overcome the lack of bibliography in order to make known the current context of these professions in João Pessoa, Paraíba, through newspaper articles from the *Correio da Paraíba* and interviews with privileged informers. The technique of content analysis was then used identifying the main dilemmas of the professions as well as their socio-occupational contexts. In the second and main study, the aim was to verify the existing relations among the variables of subjective well-being and the human values for these professionals adopting the socio-economical panorama of the occupations to support the analysis. 387 professionals took part in this study: 148 musicians (31.8% instrumentalists) and 239 lawyers (36.8% civil), with ages varying from 18 up to 77 years old ($M=35.9$; $SD=12.35$), and from 22 up to 79 years ($M=38.6$; $SD=12.31$), respectively, answered the *Basic Human Values (BHV)*; *Positive and Negative Affect Scale*; *Vitality Scale*; *General Health Questionnaire – GHQ-12*; *Satisfaction with Life Scale* and the socio-demographic questions. The SPSS – Statistical Package for the Social Sciences was used and it could be observed that, for the musicians, the importance of the type of existence/bio-social value stands out just as an indicator of vitality. The type of value Accomplishment/Power, showed itself important for the positive affection and for vitality, while the types Accomplishment/Self-direction and Normative haven't had any influence in the subjective well-being. Only the relation between the Existence/Bio-Social type and vitality was mediated by the sex and marital status variables. As for the lawyers, the type of predictor value of the subjective well-being was the normative [$F(1,219) = 11,8$, $p \leq 0,001$; $R_{\text{multiple}} = 0,23$, $R_{2\text{adjusted}} = 0,05$]. On the other hand, the type Existence/Bio social presented a direct relation with vitality but inverse with depression. It was then concluded that the congruency of personal values with those promoted in the social context of reference may be an indicator of subjective well-being, given the existence of a social value context well demarcated.

Keywords: Subjective well-being, Values, Profession

RESUMEN

Hay valores que predicen la salud? Aún más, puede que su ausencia ocasione deterioro en el bienestar subjetivo? Esta investigación ha intentado buscar respuestas a estas cuestiones verificando en que medida los valores humanos explican el bienestar subjetivo experimentado por las personas en los diferentes contextos de referencia valorativos. Para eso, las profesiones de músico y abogado fueron estudiadas. En un estudio preliminar, compuesto de dos investigaciones, se ha intentado rellenar huecos respecto la falta de bibliografía para dar a conocer el contexto actual de estas profesiones en la ciudad de João Pessoa- Paraíba, a través de artículos del periódico *Correio da Paraíba* y de entrevistas con informantes privilegiados. Se ha usado la técnica de análisis de contenido identificando los principales dilemas de las profesiones, y sus contextos socio-ocupacionales. En el segundo y principal estudio, el objetivo fue verificar las relaciones entre las variables bienestar subjetivo y valores humanos para los profesionales, adoptando el panorama socio-económico de las profesiones como soporte para las análisis. 387 profesionales participaron en este estudio: 148 músicos (31,8% instrumentistas) y 239 abogados (36,8% civil), en un rango de edad desde 18 hacia 77 años ($M = 35,9$; $DP = 12,35$), y desde 22 hacia 79 años ($M = 38,6$; $DP = 12,31$), respectivamente, los cuales han respondido al *Cuestionario de los Valores Básicos*; a la *Escala de Afectos Positivos y Negativos*; a la *Escala de Vitalidad*; al *Cuestionario de Salud General - QSG-12*; a la *Escala de Satisfacción con la Vida* y a las informaciones socio-demográficas. El Paquete Estadístico para las ciencias sociales (*SPSS – Statistical Package for the Social Sciences*) fue usado, y se pudo observar que, con relación a los músicos, sobresale la importancia del tipo de valor Existencia/Bio-social tan solo con el indicador vitalidad. El tipo de valor Realización/Poder se ha mostrado importante para los afectos positivos y para la vitalidad, mientras los tipos de valores Realización/Autodirección y Normativos no han tenido influencia en el bienestar subjetivo. Solo la relación entre el tipo Existencia/Bio social y vitalidad fue mediada por la variable sexo y estado civil. Para los abogados, el tipo de valor predictor para el bienestar subjetivo fue el Normativo [$F(1,219) = 11,8$, $p \leq 0,001$; $R_{\text{múltiplo}} = 0,23$, $R^2_{\text{ajustado}} = 0,05$]. El tipo de valor Realización/Autodirección no ha presentado ninguna influencia en el bienestar subjetivo. El tipo Existencia/Bio social ha presentado una relación directa con vitalidad pero inversa respecto a la depresión. Para el tipo Realización/Poder se ha observado una relación directa con los afectos positivos pero inversa con la depresión. En este estudio se ha concluido que la congruencia de los valores personales con aquellos que han sido promovidos, en el contexto social de referencia, puede ser un indicador de bienestar subjetivo, una vez que se tenga un contexto social valorativo bien demarcado.

Palabras-claves: Bienestar Subjetivo; Valores; Profesión.

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
RESUMEN.....	xi
LISTA DE TABELAS.....	xv
LISTA DE FIGURAS.....	xviii
APRESENTAÇÃO.....	1
PARTE I – A PROFISSÃO DE MÚSICO.....	10
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO DOS MÚSICOS.....	11
1.1. A profissionalização da música.....	11
1.2. Do entretenimento e lazer à profissional(iz)Ação: um caminho da colônia à atualidade.....	13
1.2.1. A música no período colonial.....	14
1.2.2. A música no período imperial.....	17
1.2.3. Dos primórdios republicanos em direção à atualidade: um percurso em busca da profissão.....	20
1.2.4. Paraíba: um celeiro de grandes talentos.....	31
CAPÍTULO 2 – PESQUISANDO SOBRE OS MÚSICOS.....	43
2.1. Problematizando a pesquisa.....	43
2.2. Método.....	43
2.2.1. Pesquisa documental.....	45
Etapa preliminar: a seleção do material.....	45
A leitura flutuante e a pré-categorização.....	46
A categorização, seu registro e análise dos dados.....	47
2.2.2. Entrevistas.....	48
Informantes privilegiados.....	48
Procedimento de coleta de dados.....	49
Procedimento de análise dos dados.....	49
CAPÍTULO 3 – OS MÚSICOS NA ATUALIDADE.....	50
3.1. As notícias sobre os músicos.....	50
3.1.1. Papel social da música.....	51
3.1.2. Incentivo a música.....	55
3.1.3. Profissão.....	61
3.1.4. Organização político-associativa.....	70
3.1.5. Conclusão.....	73
3.2. Os músicos falando da profissão.....	77
3.2.1. Conclusões.....	93

PARTE II – A PROFISSÃO DE ADVOGADO.....	96
CAPÍTULO 4 – OS ADVOGADOS EM REVISTA.....	97
4.1. Advocacia brasileira: uma profissão “veterana”.....	97
4.2. Poder – um forte valor arraigado nas entranhas da advocacia.....	104
4.3. OAB – uma instituição forte nas relações com o estado e com a sociedade.....	109
4.4. Mercado de trabalho: um oásis acessível para alguns.....	115
4.5. “Direito” na Paraíba: um reflexo bem “direito” da advocacia brasileira.....	117
4.5.1. A força da Ordem no estado.....	118
CAPÍTULO 5 – PESQUISANDO SOBRE OS ADVOGADOS.....	121
5.1. Pesquisa documental.....	121
5.2. Entrevistas.....	122
5.2.1. Informantes privilegiados.....	122
CAPÍTULO 6 – OS ADVOGADOS NA ATUALIDADE.....	123
6.1. Notícias sobre os advogados.....	123
6.1.1. Ações político-associativas.....	124
6.1.2. Profissão.....	132
6.1.3. Conclusão.....	141
6.2. Os advogados falando da profissão.....	141
6.2.1. Concluindo a pesquisa sobre os advogados.....	154
6.2.2. Considerações finais dos estudos preliminares.....	158
PARTE III – ESTUDO PRINCIPAL: OS VALORES HUMANOS BÁSICOS E O BEM-ESTAR SUBJETIVO.....	162
CAPÍTULO 7 – ESTUDOS ANTECEDENTES SOBRE VALORES.....	163
7.1. Valores na perspectiva de Rokeach.....	164
7.2. Valores na perspectiva de Schwartz.....	167
7.3. Valores na perspectiva de Gouveia.....	177
CAPÍTULO 8 – MÉTODO: DESCRIÇÃO GERAL COM FOCO NO QUESTIONÁRIO DE VALORES HUMANOS.....	184
8.1. Amostra.....	184
8.2. Instrumentos.....	191
8.3. Procedimentos de coleta de dados.....	192
8.4. Procedimentos de análise dos dados.....	194
CAPÍTULO 9 – MENSURANDO OS VALORES.....	195
9.1. Mensuração dos valores para a amostra do estudo principal.....	195
9.2. Formulando hipóteses sobre valores dos músicos.....	199
9.3. Resultados dos valores dos músicos.....	204

9.4. Formulando hipóteses sobre valores dos advogados.....	210
9.5. Resultados dos valores dos advogados.....	213
CAPÍTULO 10 – ESTUDOS ANTECEDENTES SOBRE O BEM-ESTAR...	218
10.1. Bem-Estar Subjetivo: um elemento da Psicologia Positiva.....	218
10.2. Conceituando Bem-Estar Subjetivo.....	220
10.3. A perspectiva hedônica: uma convergente contribuição filosófica/psicológica.....	221
10.4. A perspectiva eudaimônica: uma convergente contribuição filosófica/psicológica.....	222
10.5. Breves estudos do bem-estar: as pessoas tendem a ser “Pollyannas”?.....	223
10.6. A medida do bem-estar subjetivo: suas várias facetas.....	232
CAPÍTULO 11 – MÉTODO: FOCALIZANDO OS INSTRUMENTOS DE BEM-ESTAR SUBJETIVO.....	236
11.1 Instrumentos.....	236
CAPÍTULO 12 – MENSURANDO O BEM-ESTAR SUBJETIVO.....	238
12.1. Parâmetros Psicométricos das Medidas Utilizadas.....	238
12.2. Analisando os indicadores do Bem-Estar Subjetivo.....	245
12.3. Índice geral do Bem-Estar.....	247
12.4. O bem-estar subjetivo na amostra de músicos e advogados.....	248
12.4.1. Depressão e ansiedade.....	248
12.4.2. Afetos positivos e negativos.....	249
12.4.3. Satisfação com a Vida.....	251
12.4.4. Vitalidade.....	252
12.4.5. Bem-Estar Geral.....	252
12.4.6. Agrupamento de participantes em bem-estar.....	253
CAPÍTULO 13 – FORMULANDO HIPÓTESES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O BEM-ESTAR E OS VALORES.....	257
13.1. Hipótese para os músicos.....	257
13.2. Hipótese para os advogados.....	261
CAPÍTULO 14 – RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ESTUDO PRINCIPAL.....	264
14.1. Testando as hipóteses para os músicos.....	264
14.2. Testando as hipóteses para os advogados.....	271
CAPÍTULO 15 – CONCLUINDO.....	278
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	285
ANEXOS.....	300

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Freqüências de ocorrências das quatro categorias.....	50
Tabela 2.	Freqüências de ocorrências das subcategorias do papel social da música.....	51
Tabela 3.	Freqüências de ocorrências das subcategorias de incentivo à música.....	57
Tabela 4.	Freqüências de ocorrências das subcategorias de profissão.....	62
Tabela 5.	Freqüências de ocorrências das subcategorias da organização político-associativa.....	71
Tabela 6.	Freqüências de ocorrências das duas categorias.....	123
Tabela 7.	Freqüências de ocorrências das subcategorias de ações político-associativas.....	125
Tabela 8.	Freqüências de ocorrências para as subcategorias de profissão.....	133
Tabela 9.	Classificação das inscrições na OAB/PB até o mês de julho/2006.....	185
Tabela 10.	Características das áreas de atuação dos músicos e advogados.....	186
Tabela 11.	Caracterização sócio-demográfica da amostra de músicos e Advogados.....	187
Tabela 12.	Idade dos músicos e advogados por intervalos.....	188
Tabela 13.	Caracterização da amostra de músicos e advogados quanto a características sócio-ocupacionais.....	189
Tabela 14.	Tipos motivacionais dos valores humanos da teoria de Schwartz.....	171
Tabela 15.	Escore do valor Realização/Poder, Realização/Autodireção, Existência Bio-social e Normativo.....	207
Tabela 16.	Grupos de músicos pelas combinações dos escores nos diferentes tipos de valores.....	208
Tabela 17.	Escore do valor Realização/Poder, Realização/Autodireção, Existência Bio-social e Normativo.....	213
Tabela 18.	Grupos de advogados pelas combinações dos escores nos diferentes tipos de valores.....	217
Tabela 19.	Estrutura Fatorial da Escala de Vitalidade.....	239

Tabela 20.	Estrutura Fatorial da Escala de Satisfação com a Vida.....	241
Tabela 21.	Estrutura Fatorial da Escala de Afetos Positivos e Negativos.....	242
Tabela 22.	Estrutura Fatorial da Escala do Questionário de Saúde Geral – QSG – 12.....	244
Tabela 23.	Correlação entre Vitalidade, Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Depressão e Ansiedade.....	246
Tabela 24.	Estrutura Fatorial das Medidas de Bem-Estar Subjetivo.....	247
Tabela 25.	Escores do resultado da depressão e ansiedade do QSG-12 para os músicos.....	248
Tabela 26.	Escores do resultado da depressão e ansiedade do QSG-12 para os advogados.....	249
Tabela 27.	Escores do resultado dos afetos positivos e negativos para os músicos.....	250
Tabela 28.	Escores do resultado dos afetos positivos e negativos para os advogados.....	250
Tabela 29.	Escores do resultado de satisfação com a vida para os músicos.....	251
Tabela 30.	Escores do resultado de satisfação com a vida para os advogados.....	251
Tabela 31.	Escores do resultado de vitalidade para os músicos.....	252
Tabela 32.	Escores do resultado de vitalidade para os advogados.....	252
Tabela 33.	Escores do resultado do Bem-Estar Subjetivo para os músicos.....	253
Tabela 34.	Escores do resultado do Bem-Estar Subjetivo para os advogados.....	253
Tabela 35.	Grupos de músicos pelas combinações dos escores nos diferentes indicadores do bem-estar subjetivo.....	254
Tabela 36.	Grupos de advogados pelas combinações dos escores nos diferentes indicadores do bem-estar subjetivo.....	255
Tabela 37.	Correlações entre os valores de Existência Bio-social e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	264
Tabela 38.	Correlações entre os valores Realização/Poder e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	265

Tabela 39.	Correlações entre os valores de Realização/Autodireção e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	267
Tabela 40.	Correlações entre os valores Normativos e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	267
Tabela 41.	Correlações parciais entre os tipos de valores com os indicadores do bem-estar subjetivo, controlando o sexo, estado civil, religião e renda na amostra de músicos.....	269
Tabela 42.	Diferenças entre os escores médios do tipo de valor Realização/Poder em função dos perfis do bem-estar dos músicos.....	270
Tabela 43.	Correlações entre os valores de Existência Bio-social e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	271
Tabela 44.	Análise regressão múltipla para o bem-estar subjetivo, tendo como preditores os quatro tipos de valores.....	272
Tabela 45.	Correlações entre os valores Realização/Poder e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	273
Tabela 46.	Correlações entre os valores Realização/Autodireção e os indicadores de bem-estar subjetivo.....	274
Tabela 47.	Correlações parciais entre os tipos de valores com os indicadores do bem-estar subjetivo, controlando o sexo, estado civil, religião e renda na amostra de advogados.....	275
Tabela 48.	Diferenças entre os escores médios do tipo de valor Realização/Poder em função dos perfis do bem-estar dos advogados.....	275
Tabela 49.	Contingenciamento entre os perfis de bem-estar em função dos perfis de valores dos advogados.....	276

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Representação esquemática do modelo teórico sobre as variáveis e suas relações e o contexto macro-social das categorias profissionais.	8
Figura 2.	Representação esquemática da categoria papel social da música a partir das análises do jornal.....	74
Figura 3.	Representação esquemática da categoria incentivo à música a partir das análises do jornal.....	74
Figura 4.	Representação esquemática da categoria profissão a partir das análises do jornal.....	75
Figura 5.	Representação esquemática da categoria organização político-associativa a partir das análises do jornal.....	75
Figura 6.	Tópicos/categorias e atributos/subcategorias dos músicos a partir das entrevistas.....	78
Figura 7.	Representação esquemática dos dilemas encontrados na construção da identidade profissional dos músicos a partir das análises de conteúdo.....	93
Figura 8.	Tópicos/categorias e atributos/subcategorias dos advogados a partir das entrevistas.....	143
Figura 9.	Representação esquemática da categoria político-associativa a partir das análises do jornal.....	155
Figura 10.	Representação esquemática da categoria profissão a partir das análises dos jornais.....	156
Figura 11.	Representação esquemática dos dilemas envolvidos na construção da identidade profissional dos advogados a partir das análises de conteúdo.....	157
Figura 12.	Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais (adaptado de Schwartz, 1992).....	172
Figura 13.	Amostra de professores: 44 países, tipos de valores e regiões culturais (Fonte: Schwartz, 1999).....	175
Figura 14.	Organização dos Valores Humanos Básicos, segundo o Critério de Orientação e a Função Psicossocial a que Atendem (Gouveia, 2003)	181

Figura 15.	Análise do menor espaço da relação entre os valores da amostra de músicos e advogados.....	196
Figura 16.	Classificação dos valores da amostra de músicos e advogados, a partir dos valores humanos básicos.....	197
Figura 17.	Hierarquia dos valores humanos básicos para os músicos.....	204
Figura 18.	Hierarquia dos tipos de valores humanos básicos, segundo a classificação da amostra para os advogados.....	214
Figura 19.	Diagrama do modelo fatorial da escala de Vitalidade.....	240
Figura 20.	Diagrama do modelo fatorial da Escala de Satisfação com a Vida.....	241
Figura 21.	Diagrama do modelo fatorial da Escala de Afetos Positivos e Negativos.....	243
Figura 22.	Diagrama do modelo fatorial do Questionário de Saúde Geral – QSG – 12.....	245

APRESENTAÇÃO

Uma parte da Psicologia tem-se preocupado em estudar o stress, a depressão, a ansiedade, as síndromes de caráter emocional, as condutas anti-sociais e delitivas, enfim, um conjunto de emoções negativas, assumindo, muitas vezes, uma conduta eminentemente curativa ante doenças físicas ou mentais.

Tornou-se comum a idéia da cultura do stress. Driblá-lo ou conviver com ele é o maior objetivo. Hoje existe uma parte da Psicologia que se ocupa com o estudo das emoções positivas, objetivando a prevenção e a saúde dos seres humanos, seja na escola, em casa ou no trabalho. Essa vertente da Psicologia dá atenção ao cultivo da qualidade de vida e da promoção da saúde.

A vida moderna trouxe consigo o fácil acesso à tecnologia, à informação, proporcionou média de vida maior e outras novidades. Todavia, pouca importância foi dada ao caráter positivo das emoções para a melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa é verificar em que medida os valores humanos explicam o bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas, nos diferentes contextos de referência valorativos dos indivíduos. A partir disso, pretende-se responder a perguntas, tais como: existem valores que predizem a saúde e cuja ausência afetaria peremptoriamente o bem-estar? Será que as pessoas que vivem com valores semelhantes aos do seu ambiente de referência gozam de bem-estar? Nesse caso, grupos ocupacionais distintos confirmam contextos de referências diferentes. Assim, contrastando os padrões valorativos, pode-se conhecer melhor a relação com o bem-estar.

Para identificar contextos de referência diferentes, optou-se por estudar duas profissões: advocacia e música. Os psicólogos e os sociólogos parecem concordar com a idéia da estreita relação entre o trabalho e o indivíduo, pois consideram que, no âmbito sociológico, o processo de socialização no trabalho permite a introjeção das normas e dos valores do trabalho, favorecendo, dessa forma, ao indivíduo pautar sua conduta a partir do sistema no qual está inserido. Eles consideram que pode haver diferenças entre grupos de indivíduos na maneira e na intensidade com que se identificam com suas respectivas atividades laborais. Para Bonelli, “a construção da identidade profissional e de um *ethos* próprio pressupõe a permanência na atividade para se partilhar valores, sociabilidade e interesse comum”. (Bonelli, 2002, p. 223). Como diz Martins (2005), o

indivíduo, dessa forma, incorpora aspectos coerentes com o grupo do qual recebe influência.

De forma semelhante, porém abordando a questão a partir do indivíduo e não do grupo, Strauss (1999, citado em Martins, 2005) não separa a identidade individual da coletiva, pois uma pessoa identifica-se com um grupo exatamente por ter características que são comuns entre eles. Essa interação torna o processo de constituição da identidade dinâmico.

Ros e Grad (2005) examinaram o trabalho enquanto valor, utilizando uma abordagem indireta para estudar o significado deste mediante a associação entre o valor trabalho e os valores pessoais dos professores do ensino básico e dos estudantes do CAP (Certificado de Aptidão Pedagógica). Observaram diferenças no significado do trabalho entre profissionais e estudantes, concluindo que a experiência ocupacional da tarefa docente conduz a uma mudança na percepção do trabalho, e esta mudança pode ser atribuída ao efeito socializador do posto de trabalho.

Algumas correntes da sociologia e, especificamente, da Psicologia Organizacional e do Trabalho consideram o trabalho como um elemento importante na vida do indivíduo. Sorj, ressaltando essa importância do trabalho no mundo atual, argumenta

O trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. Mais ainda (...) sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho, do não-trabalho. (Sorj, 2000, p. 26)

O interesse em trabalhar com advogados e músicos deve-se a uma conjuntura de semelhanças e diferenças entre tais profissões. Fatores diversos contribuíram para a escolha destas profissões enquanto objeto de conhecimento sócio-laboral. Um ponto de semelhança está no fato de serem atividades bastante antigas e ainda ocuparem espaço relevante tanto no aspecto social como cultural. Um fator divergente é que ambas tiveram seu processo de implantação e legitimação em épocas distintas, o que requer uma abordagem específica, uma vez que este fato foi decisivo tanto na construção da

identidade de cada grupo, como na formação de sua imagem na sociedade. Além do mais, passaram, em momentos distintos, pela dualidade entre o modelo profissional de atuação e o amadorismo.

Os advogados vivenciaram, ao longo da história, essa dualidade com a visível concorrência entre os bacharéis e os praticantes que não eram bacharéis. Todavia, os músicos não só vivenciaram como ainda vivenciam essa dualidade. Neste caso, o embate é vivenciado entre o profissional com formação acadêmica e o profissional empírico, ou seja, o que aprendeu sem o recurso acadêmico. Ser um músico profissional está vinculado à idéia de uma formação específica ou a uma filiação a uma instituição que regulamente a atividade? Que dizer de um renomado músico que aprendeu a tocar um instrumento sem nunca ter estudado música? Esses dilemas têm o mesmo significado para ambas as profissões?

Na prática, as artes possuem um caráter formativo bivalente. Contrário a outras profissões, a de músico convive com o profissional diplomado na universidade e com os não diplomados. Não obstante, os últimos podem apresentar nível de competência semelhante ou superior aos primeiros e vice-versa. Fazer música, portanto, depende de vários aspectos e não apenas da universidade. A maioria dos que fazem música erudita, intérpretes, regentes, jamais frequentaram as universidades, não deixando por isso de ser excelentes músicos.

Diante das profundas mudanças nas relações do trabalho, cresce o trabalho autônomo (prestação de serviços), o trabalho temporário, e as profissões em foco se enquadram nesse modelo. Além disso, a Psicologia Organizacional e do Trabalho tem estudado bastante as profissões moldadas pelo estilo de produção denominado de taylorismo-fordismo, dando pouca atenção ao estudo da profissão dos músicos e dos advogados.

É possível perceber que os empregos permanentes, em um tipo estático de relação patrão/empregado, estão cada vez mais desaparecendo no mercado de trabalho, restando apenas predominantemente nas indústrias. Ao contrário, relativa-se o tempo, o local de trabalho e as formas de contratos, caracterizando-se assim curtas relações entre empregado e empregador e/ou clientes (Sorj, 2000). É importante lembrar que ambas são regidas por instituições semelhantes em sua estrutura: Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Revisando a literatura acerca da hierarquia de valores, Tamayo, Faria, Filho, Tavares, Carvalho e Bertolinni (1998) identificaram, na relação entre as profissões

estudadas, diferenças significativas nas prioridades valorativas, fato que veio corroborar com o objetivo deste estudo, complementando o processo da escolha das profissões. Em função dessas diferenças, pretende-se: (1) descrever o contexto sócio-econômico dos músicos e advogados; (2) identificar as diferenças nas prioridades valorativas em músicos e advogados no contexto paraibano e (3) avaliar o poder preditivo dos valores humanos básicos no bem-estar subjetivo.

Sumarizando, o contexto social, as raízes históricas e políticas do processo de profissionalização, as semelhanças e diferenças pensadas anteriormente, as especificidades da forma de regulamentação das atividades e a posição ocupada diante da sociedade respondem pelas diferenças que serão vislumbradas nos resultados finais dessa tese.

Para dar conta dos objetivos propostos acerca do bem-estar subjetivo e dos valores humanos e dos aportes teóricos para as profissões de músico e advogado, desenvolveram-se dois estudos. O primeiro compõe-se de duas pesquisas cujos resultados e discussões objetivam preencher lacunas quanto à carência de bibliografia que torne conhecido o contexto atual dessas profissões, na cidade de João Pessoa. Trata-se de uma etapa preliminar que visa criar as condições necessárias à consecução do objetivo geral. O estudo principal propõe-se verificar as relações existentes entre as variáveis bem-estar subjetivo e valores humanos para os músicos e advogados. A relação entre os estudos está justificada na abordagem utilizada: a psicossocial. Portanto, o estudo terá, no panorama sócio-econômico das profissões, seu foco principal de análise.

A imprescindível relação entre ambos os estudos apóia-se no pressuposto de que os fenômenos psíquicos estão inevitavelmente vinculados ao contexto sociomaterial no qual estes indivíduos se inserem (Borges, Silva, Maranhão, Moura & Gê, 2005).

Alvaro (1995) alerta acerca da importância de não reduzir a psicologia social aos aspectos individuais do comportamento. Afirma ainda que todo comportamento deve ser entendido no contexto histórico em que se produz, reconhecendo os condicionamentos sócio-históricos na construção do conhecimento psicossocial.

O autor alerta para a necessidade de se fazer Psicologia Social realmente voltada para os aspectos sociais do comportamento humano, compreendendo o social como uma preocupação maior com o contexto social, como aspectos políticos, econômicos e ideológicos.

Precisamente, ao tratar dos paradigmas teóricos, ele afirma que existe uma tendência em validar ou não um paradigma teórico sem se levar em conta o contexto social no qual tal paradigma é aplicável, ou seja, assume-se uma teoria como se fosse de aplicabilidade geral para qualquer cultura.

A perspectiva contextual de análise preocupa-se em determinar o nível de explicação possível por diferentes teorias em contextos diferentes e não apenas a verificação teórica (Alvaro, 1995).

Nem os marcos teóricos, nem a metodologia, nem o próprio pesquisador podem permanecer à margem do contexto social em que se inscreve sua pesquisa (p. 120, 1995).

Borges et al. (2005) prosseguem com a idéia sobre a abordagem psicossocial, partindo da premissa de que existe uma relação dialética entre o mundo pessoal e o ambiente em volta, de maneira que se torna difícil identificar o limiar entre o social e o pessoal, o interior e o contextual e assim por diante. Mais do que isso, os autores concluem que cada fenômeno psíquico precisa ser investigado, tendo em vista uma gama de aspectos aos quais estão associados, caracterizando assim uma multideterminação nesses fenômenos.

Assim, pode-se dizer que o caráter pessoal refere-se à história de vida de cada sujeito, enquanto o social vincula-se à conjuntura cultural, política, econômica, histórica, na qual os indivíduos estão inseridos. A dificuldade que se impõe à perspectiva psicossocial reside em identificar o limiar que separa essas duas facetas.

A idéia principal dessas análises aproxima-se do que Martin-Baró chama de Psicologia Política. Em seu conceito, o autor explicita afirmando que Psicologia Política não é o mesmo que dizer Psicologia da Política, mas sim uma psicologia que estuda o comportamento que repercute direta ou indiretamente no contexto político social. Em outras palavras, essa Psicologia “pretende explicitar o sentido dos processos psíquicos à luz de seu enraizamento no contexto social mais amplo” (Martin-Baró, 1988, p. 24). Para ele, ao se estudar um fenômeno organizacional, importa assinalar que o psicólogo não deve se limitar a investigar as causas internas de uma única instituição, nem tampouco deter-se só nas características pessoais, pois deve-se ter, como requisitos para a análise, o marco social, político e cultural do país.

É na relação entre o bem-estar e os valores humanos, especificamente no mundo do trabalho, que a abordagem psicossocial expõe um leque de possibilidades para a

compreensão dos construtos aqui envolvidos. Sendo assim, para atingir seu objetivo, este estudo não poderia prescindir de tal evidência.

A estrutura da tese

A tese estrutura-se em quinze capítulos distribuídos em três partes. Os objetivos gerais e específicos podem ser contemplados na parte da Apresentação, bem como a importância do tema estudado e a estruturação geral do desenvolvimento da tese.

A primeira parte é formada por três capítulos. O Capítulo 1 – A construção histórica da profissão dos músicos – contextualiza a profissão no Brasil desde o período colonial à atualidade. No Capítulo 2 – Pesquisando sobre os músicos – traz a pesquisa propriamente dita, utilizando como fonte o Jornal Correio da Paraíba e as entrevistas com profissionais locais, enfocando a metodologia utilizada. O Capítulo 3 – Os músicos na atualidade – traz os resultados à luz da análise de conteúdo do jornal e das entrevistas.

Três capítulos formam a segunda parte. O capítulo 4 – Os advogados em revista – faz uma revisão bibliográfica acerca da profissão no país, do período colonial aos tempos atuais, retratando brevemente o início dos cursos de Direito na Paraíba. No capítulo 5 – Pesquisando sobre os advogados – traz a metodologia da pesquisa propriamente dita utilizando como fonte o Jornal Correio da Paraíba e entrevistas com profissionais locais. O Capítulo 6 – Os advogados na atualidade – traz os resultados da pesquisa documental e das entrevistas e o fechamento dos estudos preliminares.

Devido ao fato de o estudo do trabalho inserir-se em campo interdisciplinar, cujas fontes abarcam o universo da psicologia, além de questões eminentemente sociológicas e históricas, a literatura consultada avalia as principais contribuições dessas áreas. A análise histórica permite compreender o desenvolvimento dessas atividades juntamente com alguns fatos marcantes no cenário político-cultural do Brasil, evitando, sobremaneira, mostrar um momento histórico de forma “fotográfica”, exclusivamente conjuntural, desvinculado de sua própria história. Já a análise sociológica remonta às raízes ideológicas, econômicas e políticas do processo de profissionalização. Este longo caminho visa compreender a história dessas profissões, identificando as condições econômicas, políticas e sócio-culturais por trás dos acontecimentos.

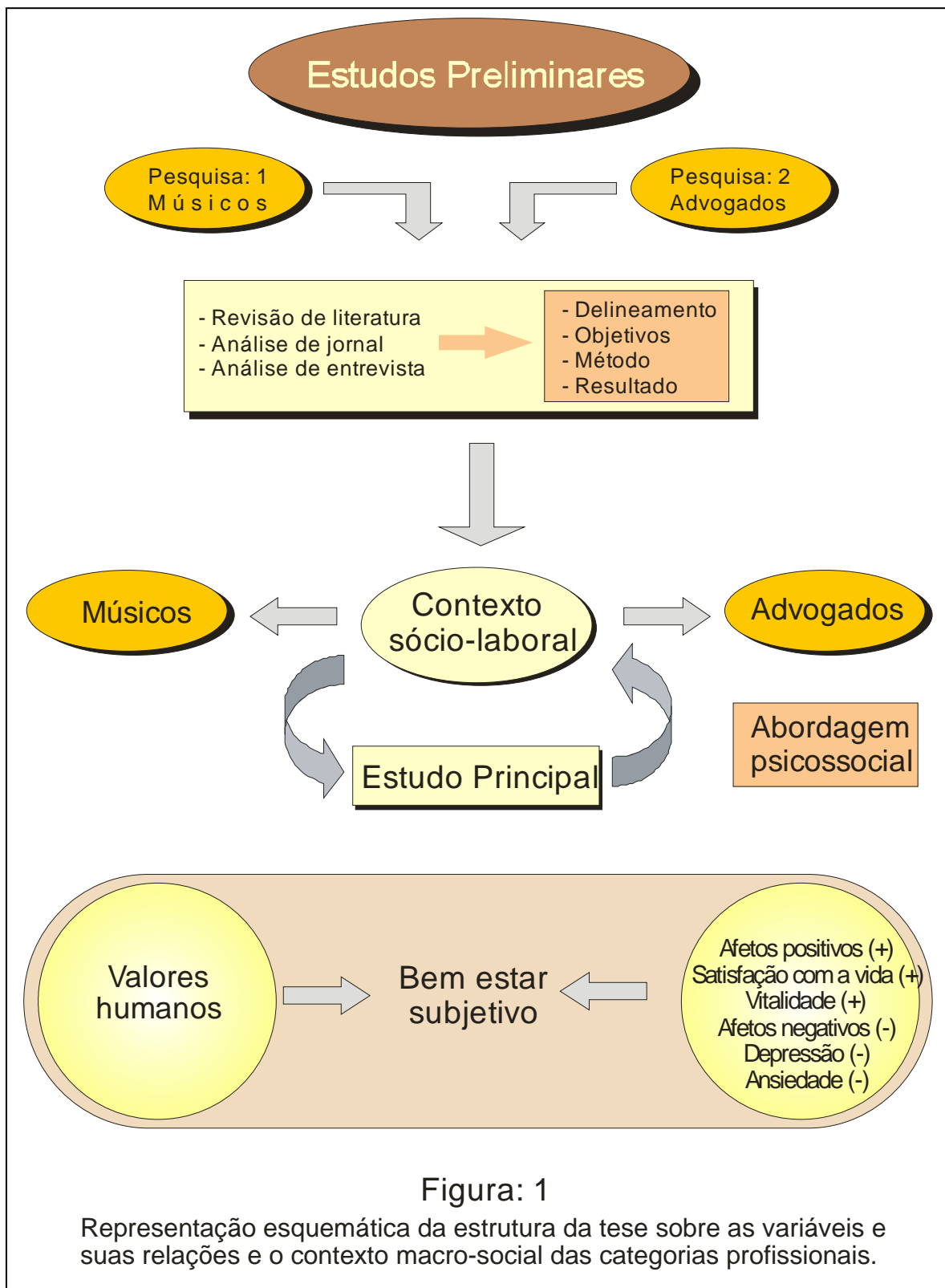
A terceira parte é formada por nove capítulos que envolvem desde a fundamentação teórica dos valores humanos e do bem-estar até os resultados e

discussão do estudo principal. O Capítulo 7 – Estudos antecedentes sobre valores – traz a fundamentação teórica do tema a partir das teorias psicológicas que norteiam os principais estudos nessa área até a tipologia dos valores básicos, que é o foco das considerações teóricas acerca do construto. O Capítulo 8 – Método: descrição geral com foco no questionário de valores humanos – explicita os procedimentos utilizados, desde a amostra à análise dos dados.

Em seguida, são mensurados os valores para a amostra de músicos e advogados no Capítulo 9, com a formulação e o teste das hipóteses que servirão de base para as análises finais. O Capítulo 10 – Estudos antecedentes sobre o bem-estar – traz alguns elementos pertinentes à operacionalização desse construto, diferenciando suas dimensões explicativas e as principais medidas utilizadas.

O Capítulo 11 – Método: Focalizando os instrumentos de bem-estar subjetivo –, trata-se de um resumo do método que foi anteriormente abordado no Capítulo 8, especificando aqui apenas os instrumentos do bem-estar. O Capítulo 12 – Mensurando o bem-estar subjetivo – analisa os parâmetros psicométricos dos instrumentos utilizados, o nível de bem-estar da amostra, por meio dos indicadores, e extrai um índice geral desse construto. O Capítulo 13 traz hipóteses sobre as relações entre os valores e o bem-estar, e no Capítulo 14, os resultados são discutidos. Finalmente, o Capítulo 15 traz as principais conclusões da pesquisa e as considerações finais, contendo as limitações do estudo e as reflexões para as pesquisas futuras.

Estrutura da tese



Resumidamente, a Figura 1 apresenta dois estudos: um preliminar e um principal. O primeiro, por meio de duas pesquisas, revisa a literatura sobre as profissões de músicos e advogados no contexto brasileiro, partindo em seguida para o estudo empírico dos números do jornal Correio da Paraíba e das entrevistas. Este estudo apresenta delineamento, objetivos, método e resultado. Como produto desse estudo, ter-se-ão considerações sobre o contexto sócio-laboral atual dessas profissões no estado da Paraíba.

O Estudo Principal envolve as relações empíricas propriamente ditas entre os valores humanos e bem-estar subjetivo. Os valores humanos básicos (VHB), enquanto variáveis antecedentes, apresentam-se como influenciadores da variável bem-estar subjetivo (BES), no caso, a variável conseqüente. Outrossim, o bem-estar subjetivo (BES), por se apresentar como um construto multidimensional, converge os seguintes indicadores positivos: afetos positivos (AP), satisfação com a vida (SV) e vitalidade (V); assim como os indicadores negativos: afetos negativos (NA), depressão (D) e ansiedade (A) (Chaves, 2003). Em síntese, a relação entre valores humanos e bem-estar é afetada por um dinâmico e complexo contexto social.

Para o estudo preliminar, realizaram-se pesquisas em bibliotecas centrais e setoriais nos referidos departamentos de direito e de música da Universidade Federal da Paraíba, na internet, contatos com os coordenadores dos departamentos, visitas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB) e na Ordem dos Músicos da Paraíba (OMB/PB). Os resultados dos Estudos Preliminares trarão uma visão de como a imagem das duas profissões é transmitida na imprensa e como os profissionais a percebem no estado. Esta parte explora os principais aspectos sócio-laborais, objetivando identificar o perfil atual de ambas as profissões no Estado, na cidade de João Pessoa.

Parte I - A profissão de músico

Como exposto na Parte I, sob o ponto de vista da perspectiva psicossocial de análise, seria impossível compreender o bem-estar subjetivo de profissionais sem, contudo, adentrar em seu processo de profissionalização. Por isso, esta segunda parte toma como objetivo principal fazer um resgate geral sobre a história da música e da profissão de músico, compreendendo que ambas constituem duas faces da mesma moeda: construção da identidade profissional.

A construção histórica da profissão de músico no Capítulo 1, leva o leitor a mergulhar em um passado remoto até chegar a atualidade, cujo foco de estudo é o país, finalizando com a contextualização da Paraíba e seus principais momentos que constituíram a história musical do estado. Embora se faça a necessária reconstrução da vida musical no país, o foco primordial de análise é o contexto paraibano na atualidade. Dessa maneira, por falta de bibliografia na área que pudesse dar sinais a respeito de como se encontra estes profissionais nos dias atuais, realizou-se uma pesquisa empírica sobre os músicos, utilizando-se da análise de um jornal de maior circulação do estado – *Correio da Paraíba* –, assim como de entrevistas, em que o músico se posiciona a respeito de sua própria profissão. Toda essa parte comentada, se encontra nos Capítulos 2 e 3. Ao final, pretende-se que o leitor tenha compreendido o percurso de desenvolvimento da profissão de músico e suas principais características atuais no estado da Paraíba.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO DE MÚSICO

Para se abordar a profissão de músico no Brasil, faz-se necessário uma reconstrução histórica do passado remoto à atualidade. Assim, o capítulo inicia situando o leitor sobre a profissão da música no país, explicitando o perfil desse profissional e quando se deu a regulamentação dessa atividade.

1.1 A profissionalização da música

Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), disponível no endereço virtual do Ministério do Trabalho e do Emprego¹, os compositores, os músicos e os cantores estão catalogados como um grupo ocupacional de base. Os músicos estão definidos como as pessoas que tocam um ou vários instrumentos musicais, sejam eles de sopro, cordas ou percussão, imprimindo uma interpretação pessoal à obra ou de acordo com as instruções de um regente, seja este solista, acompanhante ou componente de grupos. Consideram-se cantores os indivíduos que cantam em público, apresentando-se individualmente ou em grupo, para divertir os espectadores e incentivar o desenvolvimento da cultura musical.

A instituição que regulamenta a profissão é a Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), criada por meio da Lei n. 3.857 de 22 de dezembro de 1960², oficializando assim a profissão de músico, a defesa da classe e a fiscalização de seu exercício. O exercício das referidas ocupações exige registro na OMB do estado e atuação do profissional. Tal registro, por sua vez, exige que o profissional submeta-se a exame específico.

A Ordem dos Músicos do Brasil, com forma federativa, é constituída do Conselho Federal dos Músicos e de Conselhos Regionais, dotados de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e patrimonial³. O Conselho Federal é composto de 9 (nove) membros e de igual número de suplentes, brasileiros natos ou naturalizados. Igualmente, no caso de Conselhos Regionais que tenham até 150 (cento e cinquenta) membros inscritos, são compostos de 9 (nove) membros.

¹ Ver: <http://www.mtecbo.gov.br>

² Retirado em 29/10/2004 do World Wide Web: www.soleis.adv.br

³ Ver: http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1960-003857-om/om_001a027.htm

De acordo com o CAPÍTULO II, denominado “Das condições para o exercício profissional”, da Lei Nº 3.857, a qual versa sobre a profissão e a Ordem dos Músicos, está livre o exercício da profissão para os músicos que cumpram os seguintes requisitos: aos diplomados pela Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil ou por estabelecimentos equiparados ou reconhecidos; aos diplomados pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico; aos diplomados por conservatórios, escolas ou institutos estrangeiros de ensino superior de música, reconhecidos com diplomas no país na forma da lei; aos professores catedráticos e aos maestros de renome internacional que dirijam ou tenham dirigido orquestras ou coros oficiais; aos alunos dos dois últimos anos, dos cursos de composição, regência ou de qualquer instrumento da Escola Nacional de Música ou estabelecimentos equiparados ou reconhecidos; aos músicos de qualquer gênero ou especialidade que estejam em atividade profissional devidamente comprovada; aos músicos que forem aprovados em exame prestado perante banca examinadora, constituída de três especialistas, no mínimo, indicados pela Ordem e pelos sindicatos de músicos do local e nomeados pela autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio⁴.

Classificam-se, neste mesmo capítulo, os músicos profissionais, no Art. 29, como os compositores de música erudita ou popular; os regentes de orquestras sinfônicas, óperas, bailados, operetas, orquestras mistas, de salão, ciganas, jazz, jazz-sinfônico, conjuntos corais e bandas de música; os diretores de orquestras ou conjuntos populares; instrumentais de todos os gêneros e especialidades; os professores de todos os gêneros e especialidades; os professores particulares de música; os diretores de cena lírica; os arranjadores e orquestradores; e, por fim, os copistas de música.

Considere o fato de que esta classificação é mais abrangente do que a da CBO. Ao longo da presente tese, designam-se por músicos todos os segmentos aqui elencados.

O fato de estar inclusa na CBO e de ser regulamentada indica a importância desta profissão em nossa sociedade. No entanto, a Psicologia Social e a Psicologia Organizacional e do Trabalho destina rara atenção ao estudo dessa ocupação, apesar de esta ocupar o imaginário do brasileiro, habitando sonhos e fantasias que se associam à popularidade, exercício da criatividade e espontaneidade, expressa pessoalmente na própria obra, fato explícito na definição de músico tanto da CBO, quanto da OMB. Considera-se ainda que a música brasileira é divulgada no cenário internacional, sendo a

⁴ Ver: www.soleis.adv.br

produção diversificada da música popular um dos atrativos turísticos do país. No senso-comum, provavelmente, os estilos musicais associam-se à imagem do brasileiro como um povo alegre e festivo.

Além destes aspectos que põe em foco a profissão de músico, entende-se que há uma idéia comum segundo a qual, no estado da Paraíba, crescer como músico e/ou cantor significa necessariamente sair dos limites do estado e perder paulatinamente sua identidade paraibana.

Ser um músico e/ou um cantor de sucesso implica necessariamente ter oportunidade de gravar e fazer circular a produção por empresas do eixo Rio / São Paulo. Observa-se, tanto na Paraíba como em outros estados nordestinos, que o crescimento do setor de turismo e demais sub-setores econômicos de serviços, cuja expansão, em alguma medida, tem dependido, nos últimos anos, do crescimento do primeiro, tem aberto novos espaços de atuação profissional para o músico e o cantor entre outros artistas. No caso específico da Paraíba, ressalta-se que os investimentos no setor turístico são provavelmente menores do que em outros estados circunvizinhos. Todavia tais investimentos têm potencializado a vocação dos paraibanos em fazer das festas juninas uma forte expressão cultural e folclórica a ponto de fazer do “farró”, há décadas quase que restrito ao gosto nordestino, um gênero popular em todo o país. Este fato desperta o interesse de estudar as relações do músico com o seu trabalho na Paraíba.

No entanto, a rara atenção dos pesquisadores ao assunto é, no entanto, a primeira dificuldade que se nos impõe uma situação de falta de referências. A seguir far-se-á um breve apanhado histórico evidenciando o percurso que esta profissão tem no país.

1.2. Do entretenimento e lazer à profissional(iz)ação: um caminho da colônia à atualidade

A princípio, a música resumia-se a socializar e entreter as pessoas, especialmente se considerada como inerente à criatividade humana. Ao longo do tempo e evolução histórica, a atividade musical vai trilhando o caminho da profissionalização, assumindo o seu espaço no mercado de trabalho, conforme as demais ocupações, colocando os músicos como atores sociais vinculados ao contexto sócio-econômico.

Situar a música, no universo brasileiro, implica necessariamente fazer uma breve retrospectiva histórica. Todavia, esta pesquisa não tenciona ser um tratado histórico

sobre os músicos no Brasil ou na Paraíba. Portanto, os aspectos históricos aqui ressaltados apenas servem para ratificar os objetivos da pesquisa. Dessa forma, as referências históricas servem para dimensionar as mudanças que influenciaram as diretrizes do mundo da música brasileira. Este percurso possibilitará: (1) a compreensão da construção histórica do mundo da música e (2) a identificação das principais mudanças no mundo da música sem deixar de refletir as problemáticas vivenciadas pelas mudanças sociais e políticas firmadas no Brasil.

1.2.1. A música no período colonial

Do período colonial, salienta-se a importância das organizações eclesiais uma vez que a atividade musical era utilizada na catequese. Dentro desse contexto, destacaram-se os franciscanos e os jesuítas por volta do século XVI que organizavam, nas aldeias indígenas, o coro, as músicas e os cânticos, processo pelo qual Mariz (2000) chama de “deculturação” da música indígena. Nessa época, já se encontravam registros de que nas aldeias já existiam escolas de música para os filhos dos índios.

Os jesuítas mantinham, em Santa Cruz, certa estrutura de instrução musical dedicada aos escravos que passou a ser chamada posteriormente de *Conservatório dos Negros* (Heitor, 1950). Era o período da “religiosidade musical”. O batuque místico dos negros e o canto dos jesuítas se comportavam como uma forma de satisfazer os homens “soltos”, sem lei nem rei na colônia (Andrade, 1965). A música servia então como um elemento “litúrgico” e necessário na formação dos primeiros agrupamentos, configurando-se desde já em uma função eminentemente socializadora.

Quanto às manifestações na área da música, suas principais contribuições deram-se na capacidade de interpretar, além dos ritmos, coreografias e percussões; já a dança, como, o frevo e o samba, etc. embora não tenham sido trazidos especificamente pelos negros africanos, estes influenciaram de certa maneira. Sempre bem vestidos para essa atividade, se tornavam o símbolo de riqueza de seus senhores nas apresentações (Mariz, 1997; 2000), o qual, sem dúvida, se configurava em um objeto nas mãos deles. Não é de se estranhar hoje em dia, que a força da música brasileira expressada mundialmente pode ser encontrada nos ritmos afro-brasileiros (Mariz, 1997).

Foi inicialmente no Nordeste que se instalaram os primeiros mulatos livres em busca de elevação social, por meio da execução dos ofícios e da música. Os locais de maior destaque da música no período colonial foram Recife, Olinda e Salvador (Mariz,

1997; 2000). Tal primazia na música pode ter contado com a favorabilidade do contexto histórico como se expõe a seguir.

Na Bahia foram construídos alguns teatros como o Teatro da Câmara Municipal, a Casa da Ópera da Praia, entre outros. Como destaque na música nessa região, encontra-se o Padre Caetano de Mello Jesus. Em Pernambuco, os maiores compositores são Inácio Ribeiro Nóia e Luís Álvares Pinto, um mulato que fundou a Irmandade de Santa Cecília dos Músicos em 1787 (Mariz, 2000). Não só o nordeste (Recife) concentrou as atividades musicais. Em 1767, foi construído o primeiro teatro carioca, assim como também foram construídos teatros em São Paulo, Belém e Porto Alegre.

Com a forte concorrência da cultura açucareira antilhana, a Coroa portuguesa começou a incentivar a mineração, cujo alvo principal foi a capitania de Minas Gerais. Nessa fase, a música colonial atingiu seu ápice, favorecida fundamentalmente pela conjuntura econômica (Mariz, 2000).

Graças às pesquisas realizadas pelo alemão Francisco Curt Lange, iniciadas em 1944, é que o auge dessa história pode ser cuidadosamente registrado. Foram vários os originais resgatados e restaurados por Lange e que hoje se tornou conhecido nacional e internacionalmente. Foi, portanto, na década de 1950 que este musicólogo divulgou a música brasileira, especificamente, a música em Minas Gerais, conhecida como barroca. Os originais encontrados por ele, hoje estão no Museu da Inconfidência de Ouro Preto. Era predominante a música sacra ou litúrgica. A música era uma constante em Minas Gerais, seja nas igrejas ou mesmo nas festividades locais, e como costume os músicos saíam em noites de lua a fazer serenatas. Apresentavam conhecimento do latim. Nessa capitania o maior destaque ficava para o músico José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, o qual era de origem mulata e estava vinculado à matriz de Santo Antônio e também era regente da orquestra da Ordem Terceira do Carmo (Mariz, 2000).

Com a crise econômica que se deu após 1790 em Minas Gerais, começou a haver uma evasão dessa capitania para outras cidades, como o Rio de Janeiro ou São Paulo, uma vez que as riquezas mineiras entraram em declínio. Ademais, os problemas políticos ajudaram a incrementar esse contexto, dando fim ao crescente movimento musical aí iniciado.

No que diz respeito às ordens religiosas, é interessante observar que, embora de forma primária, as organizações lembravam a formação dos sindicatos atuais. Tratava-

se das irmandades de música que existiam em Lisboa e que também funcionavam nessas capitanias. Os sócios organizavam-se e lá faziam música, sendo sujeitos até mesmo à prisão os que ousassem fazê-la (Mariz, 2000). Assim, pode-se deduzir que tal organização cumpria uma função reguladora, conforme a OMB de hoje, mantendo os músicos dentro de certa unidade de grupo que poderia, ainda de forma rudimentar, criar as condições para a formação de uma identidade. Resta-nos especular que fatores influenciaram para que tal unidade não se firmasse historicamente, embora a OMB, na atualidade, se configure como uma ordem representativa de grupo.

Nesse sentido, a música assumiu um caráter internacional, antes de ser nacionalista, embora procurasse absorver a experiência da terra, por meio do canto ameríndio, rituais místicos, etc., a sua universalidade explicita-se na importação do canto religioso português, com o órgão e com o canto gregoriano (Andrade, 1965).

Pode-se falar de duas facetas da música brasileira no seu estado atual, quais sejam, a *cabocla* e a *negra*, ambas oriundas dessa época da colonização. A cabocla tem como foco as regiões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, enquanto que a música negra teve sua maior concentração na região da Bahia e circunvizinhas, onde os africanos firmaram moradia (Heitor, 1950). Quiçá as diferenças de ritmos e festividades dessas regiões na atualidade, embora todas do nordeste, sejam explicadas em parte, por essas vertentes remotas.

Por volta de 1804, Napoleão chegou ao poder, como imperador da França e travou uma luta entre os países absolutistas que se sentiram ameaçados pelo seu exemplo. Napoleão não conseguiu vencer a Inglaterra. Portanto, decretou o *Bloqueio Continental*, fechando o continente europeu à Inglaterra. Como a economia portuguesa se encontrava vinculada à inglesa, Portugal não aderiu ao bloqueio, porém Napoleão ordenou sua invasão. Com a iminente possibilidade de invasão dos exércitos napoleônicos, Portugal resolveu transferir a Corte para as terras brasileiras em 1808 e esse fato foi de fundamental importância para incrementar a vida social e política (Koshiba & Pereira, 2001). Junto com essas transformações sociais, a pequena cidade do Rio de Janeiro se vê envolta a um grande investimento da Corte nas atividades políticas e sociais do país, ganhando a música um grande impulso nessa cidade (Mariz, 2000).

1.2.2. A música no período imperial

A vinda da Corte transformou a vivência cultural no Brasil. Criaram-se bibliotecas, estabelecimentos de ensino, vieram artistas plásticos franceses, arquitetos, escultores, pintores, etc. (Koshiba & Pereira, 2001). A Corte trouxe consigo repercussões positivas na música tanto no setor religioso quanto no profano, sendo o compositor de óperas Marcos Portugal, o maior incentivador da música profana. Este foi trazido, entre outros músicos, por D. João VI para movimentar o panorama musical da época. Houve a reorganização da Capela Real, ficando aos cuidados do padre José Maurício Nunes Garcia, brasileiro, a direção de todas as atividades musicais da Corte portuguesa. Na tentativa de imitar o teatro de São Carlos em Lisboa, Dom João VI mandou construir no Rio de Janeiro um semelhante (Mariz, 2000).

A família de D. João VI já possuía uma tradição musical – seu antecessor, o rei D. João IV era compositor e tinha uma das maiores bibliotecas de música da Europa (Mariz, 2000). Quando D. João VI retornou a Portugal, D. Pedro I ficou como regente do Brasil e, apesar de ter sido considerado um compositor amador, deu uma contribuição histórica à música brasileira com o *Hino da independência* e o *Hino da carta*, o qual foi o hino nacional português até a abolição da monarquia em Portugal no ano de 1910 (Heitor, 1950).

Com a mudança dos imperadores e da nobreza para o Brasil, a função social da música já não mais cabia ao batuque místico predominante no período anterior para um povo agora consciente de sua terra e de sua independência. A música agora reinante era a profana, como a modinha e o melodrama, sendo este o foco da música erudita do Império.

A popularidade de D. Pedro I ficou comprometida perante o Brasil, pois quando o rei de Portugal morreu, D. Pedro I foi declarado seu sucessor. Em função de sua filha, ele renunciou, uma vez que ela casaria com o tio D. Miguel, que iria assumir em seu lugar. Cada vez mais o imperador se envolvia com Portugal, causando com isso uma desconfiança no povo brasileiro de que ele pretendia unir as duas Coroas. Diluindo a desconfiança, D. Pedro nomeou um ministério só de brasileiros, mas poucos dias depois, o substituiu por pessoas estritamente ligadas a ele. Mais de duas mil pessoas protestaram querendo a volta do ministério anterior. Mostrando-se intransigente,

abdicou do trono em favor de seu filho D. Pedro II, na época de menor (Arruda & Piletti, 2000).

Segundo Mariz (2000), com esse fato da abdicação de D. Pedro I, houve a dissolução da orquestra da Capela Imperial e apenas com a maioria de D. Pedro II foi que as atividades artísticas começaram a fazer parte do cenário nacional. Portanto, em meio aos conflitos políticos que vivia o Império com a abdicação forçada de D. Pedro I, continuava a existir o ato de fazer música nas residências dos mais ricos, bem como a movimentação entre artistas que vinham de fora. Nessa fase, havia a ausência de conservatórios, ficando apenas a uma elite o ensino privado (Mariz, 2000).

Um carioca de extrema importância no cenário musical foi Francisco Manuel da Silva. Ele fez parte da orquestra da Capela Real e estudou com o padre José Maurício. Ademais, esteve por dentro de todo o movimento da música no período colonial e, isso de certa forma fez com ele se vinculasse ao que estava acontecendo com esse setor no período do império. Sua grande contribuição foi a sua obra o *Hino nacional*. Foi fundador da Sociedade Beneficente Musical em 1833; apoiou a sociedade Filarmônica, tendo recebido de D. Pedro II o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa pelo seu empenho com a música brasileira (Mariz, 2000).

Cabe, portanto, a esse músico a fundação da técnica musical brasileira com sua reflexiva atenção à educação musical voltada ao domínio do Governo com a criação do Conservatório do Rio de Janeiro, diluindo a crescente investida educacional por conta da iniciativa privada. Como fala Andrade (1965), Francisco Manuel da Silva definitivamente nacionaliza a ópera imperial, à proporção em que se distancia da primeira fase do império – o “internacionalismo musical”. Torna-se evidente também, que o nacionalismo não fazia sentido junto à colônia, uma vez que o povo tinha que se sujeitar às imposições externas. O Conservatório fazia parte da Escola Nacional de Belas Artes e hoje é chamado de Escola de Música, sob a direção da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A riqueza da casa imperial podia agora investir nas estações de ópera da América. Foi assim que surgiu o cantor de teatro, papel que não podia ser realizado por aqueles que investiam na liturgia colonial, tendo, pois, o Brasil que importar esses cantores (Andrade, 1965). No império, a música do Rio de Janeiro foi marcada pela ópera italiana, que contara com grandes artistas como Rossini, Donizetti, Bellini, Verdi e Paccini, os quais tiveram livre acesso ao Brasil a partir da proteção oficial da ópera italiana (Mariz, 2000).

Cabe destacar nesse momento, um traço característico do povo brasileiro que remonta à própria fase de colonização, chegando a fazer parte do cotidiano atual. É o caso da valorização do estrangeiro⁵. Caldas (2006) trata do mito do milagreiro que vem de fora, quando fala que a realidade social, cultural e econômica é permeada de importações e que a cultura brasileira nunca acreditou em milagreiro de casa. É interessante esse aspecto, pois em proporção menor, o “estrangeiro” necessariamente não tenha que ser de outro país. O autor observa que existe uma tendência de pequenas comunidades em buscar soluções advindas de comunidades maiores, refletindo notadamente que o santo de casa realmente não faz milagres. Estabelece-se um ciclo vicioso em que os centros menores (norte, nordeste e centro-oeste) buscam resolver seus problemas importando o que lhe interessa de centros maiores (São Paulo, Rio de Janeiro). Por sua vez, estes centros buscam o que há de melhor dos países estrangeiros, e assim por diante. O autor explica esse fato como uma repetição das experiências coletivas presentes na formação do caráter nacional. A partir de um traço autoritário e igualmente paternalista, o povo brasileiro ficou acostumado a sempre depender de algo ou alguém que o conduza, reforçando dessa forma o mito do santo que vem de fora (Caldas, 2006).

Por outro lado, houve também um investimento na criação de uma ópera brasileira e culminou com a criação da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional em 1857, por D. José Amat, um ex-refugiado espanhol, cujo objetivo principal era preparar e aperfeiçoar os artistas nacionais, afirmando nesse ínterim, um novo marco no contexto musical brasileiro – a primazia da ópera no cenário brasileiro. Os principais compositores brasileiros da época foram Elias Álvares Lobo, Carlos Gomes, Domingos José Ferreira e Henrique Alves Mesquita. Com o passar do tempo, a ópera italiana vai cedendo lugar aos concertos, à música de câmara e à sinfonia. Como forma de divulgar a música, existiam tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, revistas musicais como a *Gazeta Musical*, a revista *Musical e de Belas Artes* e *Música*. Apesar do incentivo à música brasileira, a ópera começou a declinar, dando a inclusão sempre crescente da arte e idéias européias. Só a partir do século XX é que se fundamenta novamente o retorno às músicas brasileiras cantadas em português. A preocupação com a língua vernácula nos cantos brasileiros se mostrou tão evidente que foi realizado em 1937 o primeiro Congresso de Línguas Nacional Cantada, cujo objetivo era estabelecer certo

⁵ Termo utilizado por Caldas (2006).

número de regras para se criar um dado estilo vocal brasileiro (Heitor, 1950; Mariz, 2000).

Foi do estado do Ceará, que Alberto Nepomuceno surge como o principal criador da canção artística brasileira, na medida em que traz os seus textos em português, na sua constante busca de impor o idioma vernáculo a um público que o considerava apenas digno de fazer parte dos seresteiros, enquanto que a música cantada para as peças musicais deveria ser realizada apenas com o idioma francês ou italiano (Heitor, 1950).

Um fato importante que ajudou a culminar no fim do império foi a campanha internacional na primeira metade do século XIX pelo fim do tráfico negreiro. A abolição dos escravos colocou em xeque a estrutura social do Império. Alguns agricultores já se utilizavam do trabalho assalariado dos imigrantes europeus, e esse povoamento pelos imigrantes começou a estimular o desenvolvimento das cidades junto ao desenvolvimento industrial. Tudo isso fez com que surgisse uma classe de profissionais liberais, pequenos comerciantes, industriais, militares, um povo influenciado pelas idéias republicanas e abolicionistas. Foi, portanto, com base nesses fatores associados ao caráter religioso e militar, que se deu início à nova fase do Brasil, cujas aspectos da música podem ser visualizados a seguir (Arruda & Piletti, 2000).

1.2.3. Dos primórdios republicanos em direção à atualidade: um percurso em busca da profissão

Para Andrade, o período anterior, historicamente falando, era “uma excrescência monárquica e aristocrática dentro das terras americanas” (Andrade, 1965, p. 29). Com o advento da República, o Brasil já possuía uma democracia de maior sentido, entretanto, no campo da música, essa nova fase ainda era perpassada pela temática internacionalista, apesar dos esforços iniciais de Francisco Manuel da Silva.

Ao longo da história, a música também tem ocupado o palco do cenário político como no caso da participação de Carlos Gomes na campanha abolicionista, quando o visconde de Taunay o pediu para fazer uma ópera, cujo tema fosse a libertação dos escravos. Foi, pois, O Escravo, o título da ópera. Impedido de expor sua ópera na Europa, uma vez que não se admitia um escravo se tornar protagonista, voltou ao Brasil e a apresentou com grande sucesso. D. Pedro II tinha a pretensão de reformar o Conservatório Nacional e colocar Carlos Gomes como diretor. Entretanto, todo esse

período culminou com a República e o sonho de Carlos Gomes se diluiu nesse contexto. O Conservatório se transformou no Instituto Nacional de Música (Mariz, 1997).

Foi só a partir do apogeu do café e com a concentração econômica em São Paulo, que entra em cena o primeiro nacionalista musical, Alexandre Levy. Outro músico importante nessa fase foi o nordestino Alberto Nepomuceno que ao lado de Alexandre inaugurou essa nova visão da música brasileira, trazendo forte contribuição na implantação de traços da nacionalidade, embora de forma ainda elementar (Mariz, 1997).

Entre as diferentes manifestações musicais nacionalistas, encontra-se a figura folclórica do Bumba-meu-boi. Sua representatividade brasileira é marcante, lembrando e celebrando a importância histórica que esse animal teve para os Bandeirantes do país. Após a afirmação do samba, do maxixe, dos choros, etc. a música popular delineia-se com força no cenário artístico (Andrade, 1965).

No âmbito das atividades produtivas, observa-se uma mudança durante a fase anterior – o Segundo Reinado. Houve o deslocamento da primazia econômica do nordeste para a região Centro-Sul, com o investimento na cultura do café, levando o Brasil a depender quase que exclusivamente da monocultura cafeeira. Qualquer problema na cultura do café arrastava consigo a economia do país (Arruda & Piletti, 2000).

Com a queda do café, o contexto musical ficou prejudicado. Isso aconteceu justamente no período em que a fase da música era nacionalista, em que os artistas precisavam investir no seu aperfeiçoamento e na técnica. No apogeu do café e com a cidade de São Paulo em pleno desenvolvimento, havia três orquestras e dois quartetos. Nessa fase, os músicos brasileiros se viram obrigados a buscar melhores condições de vida no Uruguai, uma vez que o Governo aí estabelecido oferecia grandes vantagens ao desenvolvimento da profissão da música (Andrade, 1965).

Aliada à pouca técnica do compositor brasileiro nessa fase musical do país, havia também um investimento rudimentar em tocar as obras nacionais nas rádios, isto é, o músico pouco escutava a si próprio, o que dificultava o artista ver e ouvir sua própria produção e aprender com ela (Andrade, 1965).

Segundo Andrade (1965), por meio das facetas da música popular, foi que os principais nacionalistas citados puderam nacionalizar eficazmente a música erudita, configurando-se, portanto, em mais uma iniciativa individual do que propriamente coletiva. Ademais, esse caminho de nacionalização, via música popular, já havia sido

trilhado com sucesso por outras nações como a Rússia, a Espanha e a Alemanha. Apenas com o advento da Grande Guerra é que o movimento nacionalista sai do âmbito individual e infiltra-se nos ditames mais coletivistas. Entra em cena a marcante figura de Villa-Lobos, que deliberadamente abandona o estilo internacionalista se tornando o iniciador da fase nacionalista dos tempos atuais, com os diversos seguidores dessa etapa.

Impossível citar todos os nomes e realizações dos grandes músicos e compositores do Brasil ao longo da história, visto que são muitas as representatividades nas diferentes épocas e estilos que permearam o mundo musical brasileiro. Para tanto, apenas dois serão citados, embora não se esgote a real influência que tiveram no panorama artístico. O primeiro é Villa-Lobos inserido na primeira geração nacionalista e o segundo é José Siqueira, representante da terceira geração.

Villa-Lobos nasceu no Rio de Janeiro e sempre demonstrou um profundo interesse pelo folclore brasileiro. Isto se reflete em suas idas pelo Norte e Nordeste do país, buscando o populário local. Produziu as Bachianas brasileiras, as quais se referem a um conjunto de obras inspiradas na escrita de Bach, combinadas com elementos da música popular brasileira. Além de compositor, é considerado um educador; criou o Conservatório Nacional do Canto Orfeônico; tem infinitas repercussões tanto nacionais quanto internacionais; apresenta peças para piano, concertos, sinfonias, bailados, poemas sinfônicos, músicas de câmara, óperas, oratórios, peças corais, e é, por fim, considerado o gênio musical de sua época (Mariz, 2000).

José Siqueira, natural da cidade de Conceição, na Paraíba, e nascido em 1907, é um dos grandes expoentes da música nacional. Viveu toda a sua mocidade até os vinte anos no interior da Paraíba, tendo como principal instrutor o seu pai, o qual era mestre de banda (Mariz, 2000).

Foi somente como soldado-músico que Siqueira conseguiu chegar ao Rio de Janeiro em tropas nordestinas para combater na Coluna Prestes⁶. Ao chegar naquela cidade, as portas começaram a se abrir no campo da vida musical e foi estudar no Instituto Nacional de Música.

Contextualizando os meios de produção e de difusão de massa, Ortiz (1988) situa a introdução do rádio no Brasil na década de 1922. Nesse período, de forma ainda

⁶ Coluna Prestes foi um movimento político-militar brasileiro entre 1925 e 1927 e ligado ao tenentismo, corrente que possuía um programa bastante difuso, mas algumas diretrizes podem ser identificadas: insatisfação com a República Velha, exigência do voto secreto, defesa do ensino público. Retirado do World Wide Web: http://pt.wikipedia.org/wiki/Coluna_Prestes

primária, em todo o país, existiam apenas 19 emissoras e a atuação restringia-se às cidades onde operavam. Com o passar do tempo, essa situação se amplia cada vez mais, consolidando-se como uma forma de divulgação da música.

O declínio da expressão musical pode ser observado nos momentos de revolução ou de crise no setor financeiro, o que ocorreu, por exemplo, com a música brasileira no período de 1930/31, em função da revolução de 30 (Mariz, 1997).

Nesse ano, a música se apresentava quase sem expressão. Iniciaram-se, então, os movimentos em prol do crescimento musical no Brasil. Luciano Gallet, preocupado com essa situação, procurou impulsionar este setor fundando a Associação Brasileira de Música, o objetivo principal dele era intensificar o movimento musical incentivando a iniciativa privada. Entre suas reivindicações ao Ministro da Educação, que era na época, Francisco Campos, Gallet consegue a incorporação do Instituto à Universidade (Heitor, 1950).

Entre as diversas transformações ocorridas, houve as temporadas nacionais dos cantores brasileiros; o incremento de atividades no teatro municipal; a iniciativa do canto coral ou coletivo, estimulado por Villa-Lobos; e, por fim, o estímulo ao ensino da música às crianças nas escolas (Andrade, 1965).

De um modo geral, de todos os processos de desenvolvimento da música brasileira, a fase nacionalista, é a que se demonstra mais consciente, movida pela vontade e decisões humanas. Ao contrário, a internacionalização da música apresentava um movimento inconsciente, isto é, importando tradições eruditas, hábitos adquiridos de uma variedade de povos (Andrade, 1965).

Nesse contexto é interessante ressaltar a importância de Mário de Andrade, enquanto musicólogo, na construção do estudo da música brasileira. Segundo Mariz, “foi na música que Mário de Andrade procurou enunciar uma verdadeira filosofia, inquirindo sobre os seus fundamentos, discutindo a sua função social, buscando determinar a sua natureza” (Mariz, 1997, p. 24).

Ortiz (1988) analisa dois importantes momentos da cultura brasileira: décadas de 1940-1950 e 1960-1970. A primeira se configura nos primórdios de uma sociedade de consumo e a segunda na implantação do mercado de bens culturais de uma grande massa consumidora.

Foi nessa primeira fase, precisamente em 1940, que Siqueira foi o propulsor da formação da Orquestra Sinfônica Brasileira, sendo considerado um compositor orquestral, além de ter sido o fundador e regente da Orquestra Sinfônica do Rio de

Janeiro. Uma das peculiaridades desse músico era o seu interesse marcante pelas contribuições africanas no folclore brasileiro (Heitor, 1950). Dirigiu orquestras locais na União Soviética e freqüentou cursos de aperfeiçoamento em Paris. Fundou a Sociedade Artística Internacional e foi eleito membro da Academia Brasileira de Música. Suas obras são bastante divulgadas no Brasil e no exterior, e sua capacidade de organizador se tornou um marco desse compositor paraibano, cuja contribuição elevou o nome do estado em âmbito nacional e internacional (Mariz, 2000).

Além de tudo isso, José Siqueira fundou a União dos Músicos do Brasil (UMB) em 1957, cujo objetivo era de regulamentar e reconhecer legalmente a profissão, o que até então não existia. Por exatamente um ano, a associação agregou sindicatos estaduais e as bandas militares. No ano posterior, Siqueira elaborou um anteprojeto para a criação da Ordem dos Músicos e apresentou ao presidente Juscelino Kubitschek. A Lei nº 3.857 foi sancionada em 22 de dezembro de 1960, criando a OMB. Com o golpe militar de 1964, Siqueira, então presidente da Ordem, assim como Constantino Milano Neto foram acusados de pertencer ao Partido Comunista e foram destituídos da Ordem.

A partir do golpe militar de 1964, em nome da segurança nacional, se multiplicaram as práticas repressivas e vários segmentos sociais estavam na mira dos governantes, entre eles, a cultura. Os espaços, as pessoas e as instituições vinculados à cultura, especialmente as personalidades do meio artístico-musical eram vigiados pelo regime militar brasileiro (Napolitano, 2004). Não parece surpreendente nesse contexto, que Siqueira e Constantino Milano Neto tenham sido destituídos da Ordem.

Embora não seja possível visualizar uma ligação direta entre a arte e a política, Ridenti (2000) focaliza essa discussão na década de 1960, mostrando que ambas estabelecem uma intrínseca relação, quiçá indissolúvel. Nesse período, o foco girava em torno do desejo de mudança, de transformação da História. Os artistas envolvidos com esse ideal defendiam os deserdados da terra. Buscava-se uma arte comprometida com a desalienação das consciências. Entre as décadas de 1950-70, o Brasil passou por uma rápida transformação, isto é, de um país agrícola, passou a uma crescente urbanização, trazendo consigo todos os problemas oriundos dessa transformação. A busca pela identidade nacional permeou todo o século XX.

Utilizando a expressão do autor, vivia-se o “terceiro-mundismo” (tentativa de sair do terceiro mundo, se libertar do colonialismo), tendo sido Che Guevara uma grande referência internacional da época. Outras referências foram as revoluções socialistas soviética, chinesa, cubana, etc. Os esquerdistas foram bastante influenciados

por estes movimentos internacionais, mas o autor deixa claro que nem todos os artistas estavam envolvidos nesse sentimento.

Para Ortiz (1988) é no período compreendido entre 1945 e 1964 que surgem grandes avanços no setor da cultura, sobressaindo-se a criatividade cultural. Com a reorganização da economia brasileira na década de 1960, através do golpe militar e com a consolidação do “capitalismo tardio”, no âmbito cultural há o reflexo do fortalecimento da produção e do mercado de bens culturais.

Ortiz chama a atenção do leitor para o mercado de bens culturais, pois que este “envolve uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos, expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado” (Ortiz, 1988, p. 114). Este alerta considera que é preciso ter cuidado com que tipo de valores está sendo expresso quicá contra o poder dominante. Nesse momento, surge a censura com o papel de fronteira entre o que pode ser divulgado e o que não deve ser, em termos de determinado pensamento ou obra artística. Por isso, ao lado de toda a repressão ideológica e política, havia paralelamente grande produção e divulgação de bens culturais.

A partir do ano de 1966, os festivais de canção coincidem com a agitação dos estudantes que iam às ruas fazer protestos contra o regime, o que representava, sob o ponto de vista dos repressores, uma ameaça de orientação comunista sob o enfoque de ação psicológica em direção ao público, objetivando desestruturar o regime, por meio de eventos pacíficos. São exemplos dessa atuação: Geraldo Vandré, Chico Buarque, Gilberto Gil, Toquinho, Caetano Veloso, entre outros (Napolitano, 2004).

Após 1964, paradoxalmente, a indústria cultural brasileira encontrava um mercado disponível a receber produções artísticas que se posicionassem contra a ditadura. Esse quadro mudou no final da década de 1960 com

(...) a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, seguido da derrota das esquerdas brasileiras, esmagadas pela ditadura (...). (Ridenti, 2005, p.98).

O autor aponta a ditadura como ambígua, isto é, se de um lado punia (censurava) os opositores, de outro, buscava absorvê-los dentro da ordem, através da abertura de mercado. Para ele essa ambigüidade contribuiu com a duração da ditadura.

O panorama cultural era visto sob suspeita; receava-se que os subversivos confundissem o cidadão *inocente útil*⁷. No foco do governo estava a Música Popular Brasileira (MPB), pois que era considerada como crítica do regime. Todas as manifestações que fossem contra a moral dominante eram vistas como suspeitas. Vigiavam-se as letras das músicas, as declarações que o artista fizesse nos shows, etc (Napolitano, 2004).

No período de 1967-68, destaca-se a fase do tropicalismo, movimento de forte atuação, com representantes como, Caetano Veloso, Gilberto Gil, etc. Representou um corte com o romantismo nacional-popular, mas Ridenti questiona se consistiu em uma ruptura com o romantismo da época. O tropicalismo caracterizava-se pela junção de elementos modernos e arcaicos, mas impreterivelmente com uma conotação crítica da ordem estabelecida. Para alguns se mostrava atraente pelo seu caráter “inventivo, anticonvencional e irracional em sua brasilidade e auto-afirmação cultural do Terceiro Mundo” (Ridenti, 2000, p. 272), porém recebia críticas quanto a sua influência americana. É claro que os líderes do poder perseguiram a ousadia desse movimento, culminando na prisão de alguns artistas/músicos. Era natural que a esquerda política se aproximasse do tropicalismo, pois que ambos se voltavam contra ditadura instaurada.

A participação dos artistas nesse período se deu junto aos intelectuais em defesa dos interesses populares, quer de forma indireta ou não, como porta-vozes. A participação desses artistas junto a esses segmentos sociais teve certa influência da fase que estavam passando: ampliação dos meios de comunicação e a indústria cultural, além de que “passa pelas dificuldades de identidade e de representação de classe, especialmente das subalternas” (Ridenti, 2000, p. 52).

Alguns músicos se tornaram resistentes à ditadura, enfrentando a censura na década de 1970. De forma sempre mais influente, passaram a participar de campanhas políticas de partidos de esquerda a favor de candidatos a cargos públicos (Ridenti, 2000).

Foi no início dos anos 1970, que a atuação dos artistas da esquerda teve dois aspectos notadamente marcantes, apesar de parecerem contraditórios a princípio: (1) a forte atuação da censura, chegando a prisão, exílio, etc; (2) o crescimento da indústria cultural fazendo com que surgissem empregos e contratos aos artistas, mesmo sendo da

⁷ Termo utilizado por Napolitano (2004).

esquerda, além da firme atuação do Estado, por meio da criação de leis para o campo das artes (Ridenti, 2000).

O Estado enquanto Segurança Nacional tem o poder de repressão, mas observa que a cultura pode ter uma conotação de poder positivo se estiver do seu lado. Quando o estado percebeu os ganhos de atuar ao lado da cultura, foram criadas várias entidades como FUNARTE (Fundação Nacional de Artes), Conselho Federal de Cultura, EMBRAFILME (Empresa Brasileira de Filmes), Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), Ministério das comunicações, surgiram as grandes redes de TV, etc. Com o apoio do Estado, foi possível a participação da iniciativa privada no meio cultural (Ortiz, 1988; Ridenti, 2000).

Mais precisamente, na década de 1970, com a instalação do *milagre econômico*⁸ e repressão política, “que dizimou a oposição mais combativa à ditadura. Seguiu-se a política de distensão do governo Geisel, proponente da *transição lenta, gradual e segura* à democracia” (Ridenti, 2000, p. 322).

Entre 1971 e 1974, o controle em relação a MPB (Música Popular Brasileira) estava intimamente ligado ao controle do movimento estudantil e, dessa maneira, qualquer movimento que envolvesse esses segmentos deveriam ser vigiados (Napolitano, 2004).

Apenas com a abertura política entre 1975-79, com o governo Geisel, por meio do Ministério de Educação e Cultura é que houve a incorporação ao regime dos artistas de oposição, havendo por parte do governo o incentivo à cultura (Ridenti, 2005).

O Centro Brasil Democrático – CEBRADE – organizado por intelectuais de projeção internacional, era considerado como uma organização “terrorista” responsável pela integração entre a música popular e as organizações sindicais. Fundado em 1978, o objetivo era compor uma Frente Ampla dos intelectuais pela redemocratização, tendo como orientação o Partido Comunista (Napolitano, 2004).

Na década de 1980, embora as condições sociais fossem outras, devido à modernização da sociedade, a representação da classe trabalhadora no lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT), etc., os movimentos sociais como o novo sindicalismo, o fim da ditadura e da censura, fazia com que o sentimento de outrora fosse realimentado com a sensação de continuidade. Os esquerdistas continuaram se aproximando das lutas sociais por direitos de cidadania (Ridenti, 2005).

⁸ O milagre econômico é a denominação dada à época de exponencial crescimento econômico durante a ditadura militar.

Como se vê, verifica-se forte atuação dos movimentos artísticos no setor da cultura ao longo do tempo. No final da década de 1980, os artistas também participaram ativamente nas eleições diretas para presidente. Os candidatos esperavam que a participação dos artistas findasse em votos, sendo um forte atrativo para os comícios (Ridenti, 2000). A partir do ano de 1985, os artistas de oposição começaram a se comprometer com a nova República, à medida que se processava a redemocratização da sociedade. O autor coloca:

O profissional competente e competitivo no mercado, concentrado na carreira e no próprio bem-estar, veio substituir o antigo modelo de artista/intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista periférica e subdesenvolvida (...) (Ridenti, 2005, p.106).

A partir de todos esses aspectos a respeito da influência direta ou indireta que os artistas, especialmente, os músicos têm e tiveram na sociedade, faz-se mister ressaltar um aspecto bastante comum no dia-a-dia desses profissionais, trazendo o foco agora para a vivência individual do músico – trata-se do inevitável fenômeno da fama, inerente à condição de homem público. A fiscalização da censura nos shows, eventos, falas, etc. e o convite dos políticos para ter a presença dos famosos nos comícios, por exemplo, parece ter uma íntima relação com o fenômeno da fama experienciado pelos músicos. Fica evidente nas entrelinhas do sucesso o reconhecimento do povo diante de uma personalidade popular, confundindo os limites do universo público com o universo particular.

A fama carrega consigo um aspecto importante na vivência do artista – sua contraparte tão temida – o esquecimento, o qual a todos iguala. É nesse entrelaçamento dialético entre a fama e o esquecimento que o artista não pode prescindir da aprovação dos outros (Coelho, 1999a).

Dessa forma, a identidade do artista se dá por meio da relação social e do processo de internalização da imagem de si refletida a partir do outro. Esse reflexo faz com que o indivíduo famoso esteja cotidianamente sendo bombardeado por sua própria imagem, por meio dos estímulos da mídia (fotos, revistas, TV, etc.). A busca incessante pela fama (comum aos artistas e, no presente caso, aos músicos) corre lado-a-lado com a possibilidade do vazio do anonimato, da obscuridade, em que ambos se configuram como dois lados de uma mesma moeda: o reconhecimento do público.

Coelho (1999a) chama a atenção para o fato de que a fama tem um aspecto que deve ser levado em conta, que é a individualidade, ou seja, a culminação do estrelato de um traz consigo o paradoxo do anonimato de muitos. Na indústria cultural, o mito da fama é formado por vários personagens: ídolo, fã, aspirante a ídolo, etc. O ídolo busca fugir do anonimato, tentando escapar à massificação, enquanto que o fã é fascinado por aquele, o deseja ou quer sê-lo.

A autora retrata a experiência da fama como algo ambivalente: ao mesmo tempo em que é sedutor ser tratado como alguém normal, o artista se sente ameaçado quando está na iminência de ser colocado no anonimato. Então, o assédio também tem uma conotação ambivalente: se por um lado parece desagradável, por outro é atraente, pois que lembra ao artista sua singularidade.

Na literatura sobre o carisma, o líder carismático é tratado como mito, como depositário das aspirações de um grupo e, no mesmo caminho, a fama insere seus personagens analogamente na condição dos líderes carismáticos. É desse modo que os famosos são alvos de atitudes bastante parecidas com aquelas que os seguidores têm para com seus líderes, sendo líder e famoso envolvidos pela mitificação (Coelho, 1999a).

Focalizando agora o contexto de trabalho dos músicos, Mariz (1997) pontua alguns problemas: um deles é a queda do status do compositor clássico nacional junto à grande internacionalização da música popular brasileira. O gosto do “povão” parece predominar no cenário nacional. O brasileiro desconhece sua própria música clássica. A imprensa, seja ela qual for, muito tem contribuído para tamanha escassez de investimento. O auge dessa música se deu a mais de 56 anos na “elite” brasileira, assim como da classe média, nas temporadas de ópera e ballet.

Vasco Mariz (1997) fez uma investigação no final da década de 1990 com 30 compositores, solicitando-lhes tanto informações a respeito dos problemas na música brasileira, quanto possíveis sugestões para solucioná-los. Suas principais conclusões foram:

- 1 – a impossibilidade de sobrevivência ou de qualidade de vida do músico erudito, havendo a necessidade de um trabalho paralelo, que ajude a aumentar sua renda;

- 2 – a conjuntura econômica e social não favorece ao incentivo musical, à proporção em que não consegue atrair o público jovem em função das elevadas entradas dos espetáculos;

3 – falta de incentivo dos governantes, sejam federais, estaduais ou municipais, os quais muitas vezes consideram os compositores eruditos como sonhadores à margem dos interesses do público em geral;

4 – um desinteresse das editoras e gravadoras em propagar a música clássica e erudita.

O autor elencou as propostas sugeridas para a possível solução da problemática, como é possível observar a seguir:

1 – um processo de reeducação musical a começar pela obrigatoriedade dessa disciplina nos ensinamentos fundamental e médio, acostumando os jovens a esse tipo de música, desde cedo;

2 – o cumprimento da Lei Capanema, a qual obriga a inclusão de, no mínimo, uma obra de autor brasileiro nos concertos. Esta lei foi criada no Governo de Getúlio Vargas, através do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Villa-Lobos, nesse ínterim, incentivou a educação musical nas escolas primárias e secundárias. A obrigatoriedade da música nas escolas passou a ser uma disciplina optativa, sendo atualmente praticamente inexistente;

3 – Maior apoio às associações de classe pelo governo, destinando maior verba aos concertos e festivais, etc;

4 – Maior apoio à interiorização da música erudita no Brasil e fácil acesso ao músico na periferia.

Partilhando dessas idéias sobre esse tipo de música, Martins (1993) afirma que a ascensão da cultura de massa é a responsável para o declínio da música erudita. Este fato está associado à indústria cultural moderna, a qual prioriza essencialmente o lucro por meio da estatística numérica em detrimento da qualidade. A atenção dada pelo governo e pela iniciativa privada é mínima para os concertos e festivais de música erudita. Cita o exemplo do Festival Música Nova, que acontece há muito tempo em Santos. Recebe do governo estadual e da iniciativa privada uma ajuda ínfima.

Além desses, Mariz (1997) pontua outro problema, só que agora no campo da música popular. As multinacionais investem na eliminação da música de cada país, e procuram criar a chamada música universal a exemplo do rock que já conseguiu expansão em diversos países. Com isso, estas empresas produzirão discos que poderão ser vendidos em todo o mundo.

Todas essas considerações, embora não se tenha aqui esgotado o campo da problemática existente no exercício da profissão, devem ser repensadas e avaliadas, na

tentativa de dar um salto quantitativo e qualitativo na expressão da música no contexto brasileiro, tanto ao nível da música erudita como na popular. Ao mesmo tempo, esse panorama de problemas mostra o quanto a música parece representar um fenômeno social e que não pode ser estudado como um fato à parte da conjuntura sócio-econômica.

Em suma, ao fazer um percurso histórico em torno da música brasileira e identificar as principais mudanças e direções da música refletindo os principais elementos vivenciados pelas mudanças sociais e políticas firmadas no país, ficou evidenciado que, desde o período colonial, a música tem uma função social bastante atuante, à medida que esteve sempre vinculada a todos os movimentos da sociedade, em permanente ciclo de oscilação, crescimento e declínio.

1.2.4. Paraíba: um celeiro de grandes talentos

O foco principal dessa pesquisa é identificar o contexto sócio-laboral dos profissionais da música no estado da Paraíba, especificamente, na cidade de João Pessoa. Portanto, faz-se necessário resgatar os principais momentos da história dessa atividade na região. Algumas reflexões se fazem presente: o desenvolvimento musical do estado tem relação com o setor sócio-econômico? Qual o papel que as festividades típicas da Paraíba têm na promoção e produção musical e também no turismo? Que setores (público ou privado, ou ambos) investem mais nos movimentos musicais no estado? Como se encontra o movimento musical na Paraíba?

Ao longo dos anos, a Paraíba parece ter sido bem representada no cenário musical brasileiro. Um dos primeiros pesquisadores do folclore paraibano foi o Prof^o Gazzzi de Sá, nascido em João Pessoa em 1901, sendo o fundador do curso de Piano Soares de Sá. Estudou medicina no Rio de Janeiro e piano com Oscar Guanabara na década de 20. Após seu retorno à Paraíba, o Prof^o Gazzzi de Sá continuou seus estudos de piano com a mestra alemã Maya Fauser na capital (Ribeiro, 1977).

Além desses estudos, o Prof^o Gazzzi de Sá, em suas pesquisas dos elementos musicais de origem folclórica no interior do estado, auxiliou o próprio Villa-Lobos na composição de suas famosas bachianas, a exemplo de uma canção anônima encontrada em Itabaiana. Apesar desses estudos folclóricos, a Paraíba apresentava uma forte influência do padrão musical europeu (Rodrigues, 2001).

Em 1931, foi fundada a “Escola de Música”, hoje denominada Escola de Música Antenor Navarro. Estiveram com o Profº Gazzzi de Sá na fundação da Escola, Santinha Sá, Anita Araújo, Antenor Navarro e Luzia Simões. Essa escola foi, no que se refere ao ensino, uma grande projeção do estado (Ribeiro, 1977).

Outro grande destaque para a música paraibana foi Antenor Navarro, cujo objetivo era produzir música nacional, numa época em que a maior parte dos compositores estava buscando, como diz Ribeiro (1977), “exteriorizar nacionalidade”. O Profº Gazzzi de Sá é considerado o primeiro a utilizar a música elevada como expressão da Paraíba, à medida que aproveitou todo o referencial folclórico da nacionalidade.

No governo de Antenor Navarro, foi idealizado o ensino de canto orfeônico nas escolas públicas. Só então, no governo de Argemiro Figueiredo, foi proposta a criação da Superintendência de Educação Artística nos grupos escolares da capital pelo Profº Gazzzi de Sá. Como se pode observar, ele esteve envolvido o tempo todo na tentativa de mobilizar o governo a encontrar soluções para os problemas em torno do ensino da música em função da dificuldade de angariar recursos financeiros. Durante algum tempo, ensinou música, na década de 30, no Seminário Arquidiocesano da Paraíba e fundou em 1937 o coral Villa Lobos (Ribeiro, 1977).

Ribeiro também chama a atenção para o destaque nacional que a Paraíba já tinha em 1947, quando o compositor Oscar Lourenço Fernandez, em viagem feita à Paraíba, relatou no Diário de Pernambuco no dia 22 de julho daquele ano:

Que João Pessoa, graças a Gazzzi, já é tido no Rio como um ponto de referência para este movimento artístico que, cada dia, se pronuncia mais decidido (Ribeiro, 1977, p. 166).

Por meio da iniciativa do Profº Gazzzi de Sá, o próprio Villa-Lobos tomou conhecimento das atividades musicais no estado da Paraíba na área do canto coral, música instrumental e do ensino de música nas escolas públicas e privadas. Nessa época, a Paraíba destacou-se nacionalmente com a I Missão Artística Nacional, que aconteceu em João Pessoa, no teatro Santa Roza. Villa-Lobos elogia o movimento musical na Paraíba:

O trabalho honesto realizado pelo prof. Gazzi de Sá na Paraíba, resultou numa nítida compreensão de música. Encontrei um público excelente e com grande possibilidade de ser um dos melhores do Brasil (Ribeiro, 1977, p. 62)

Segundo Ribeiro, Villa-Lobos enviou um relatório ao Ministro da Educação (1952), Simões Filho, sobre sua estadia em João Pessoa e teceu positivos comentários ao governo do Estado, José Américo de Almeida, pelo apoio dado aos eventos culturais.

Essa cidade é felicíssima em possuir um Chefe de Governo em perfeita inclinação e compreensão artística, interessando-se vivamente pelos problemas educacionais de Arte, sobretudo pela musicalização da juventude paraibana. Seria de grande alcance, para a consolidação da propaganda de Arte Brasileira, nos Estados do Norte se o Ministério da Educação e Saúde divulgasse por todo o Brasil o exemplo daquele ilustre governador que prestigia com amor e convicção as honestas realizações de arte que transitam pelo Estado da Paraíba do Norte (Ribeiro, 1977, pp. 62-63).

Nos eventos sociais e em prol de comunidades carentes, o movimento musical sempre esteve atuante. O Prof^o Gazzi de Sá era um dos músicos que mais promovia esses eventos. Em 1940, ele e sua esposa organizaram o Festival de Arte em João Pessoa em benefício dos indigentes enfermos assistidos pelas Damas de Caridade da capital. Em 1941, também organizaram o Festival de Arte em Sapé em benefício da construção do Parque dos Meninos.

As iniciativas de intercâmbio eram presentes na época. Em 1946, foi fundada a Sociedade dos Amigos da Música, cujo objetivo era incentivar a apresentação de artistas nacionais e estrangeiros.

No ano de 1947, o Prof^o Gazzi de Sá, convidado por Villa-Lobos, integrou-se ao corpo docente do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico no Rio de Janeiro. Na capital paraibana, em seu lugar, ficou a professora Luzia Simões, cujo trabalho também foi responsável pelo crescimento da Paraíba no cenário nacional. Durante algum tempo, ela foi Diretora da Divisão de Educação Artística e trouxe para a Paraíba alguns representantes da música, entre eles, Gerardo Parente, o qual deu prioritariamente continuidade do trabalho do Prof^o Gazzi de Sá no campo pianístico (Ribeiro, 1977).

No ano de 1952, o Prof^o Gazzi de Sá e a Prof^a Luzia Simões criaram o Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba. Vale lembrar, que a Paraíba foi o único estado do Norte e Nordeste a ter um curso desse porte, como disse Gerardo Parente em depoimento a Silva (2006). Além da Paraíba, só havia em São Paulo e Rio de Janeiro. Gerardo Parente era um cearense radicado na Paraíba há mais de 40 anos. Era professor de Música da Universidade Federal da Paraíba e revelou que o ensino da música no estado tem um nível excelente e uma tradição de muitas décadas. Segundo ele, o Prof^o Gazzi de Sá foi o responsável pela solidificação dessa tradição no estado.

Segundo Silva (2006), a história do Prof^o Gazzi de Sá se confunde com a própria história da música na Paraíba no período compreendido entre 1930 a 1950, considerado responsável não apenas como educador musical do estado, mas também como empreendedor de vários eventos culturais.

O Prof^o Gazzi de Sá contribuiu significativamente para o desenvolvimento da música no Brasil com um método de musicalização reconhecido por diversos profissionais do país e desconhecido por muitos dos contemporâneos, o que ratifica historicamente o descaso com os músicos da terra, a despeito da grande contribuição dada por eles à implantação, consolidação e divulgação da música em nosso país. Tal conduta ainda se faz presente hoje, demonstrando não só um sórdido desrespeito histórico-cultural, como total descompromisso com a preservação de nossa identidade cultural. Tal fato agrava-se quando se verifica, nos dias atuais, a inoperante assistência aos músicos da terra, preteridos nos eventos locais, em função do privilégio dado aos músicos de fora, ocasionando não só um sentimento de valor subtraído, como contribuindo para uma cáustica desmobilização enquanto grupo em função das adversidades que permeiam o reconhecimento do músico local. Portanto, é indispensável a participação do governo como agente incentivador da cultura local sem o qual pouco se pode fazer para que se consolide qualquer atividade na área artística. Tal participação tornou-se clara, em 1953 a 1955, quando o governo do Estado concedeu à Prof^a Luzia Simões uma bolsa do governador José Américo de Almeida para cursar no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico no Rio de Janeiro, tendo como diretor Villa-Lobos.

A Prof^a Luzia Simões, quando se aposentou, foi homenageada com placa de prata Menção Honrosa, pelo Conselho Estadual de cultura na VI Noite da Cultura, da secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

O trabalho de dedicação à música paraibana foi seguido pelos alunos do Profº Gazzí de Sá e da Profª Luzia Simões, os quais também foram responsáveis pela continuação de seus trabalhos na capital.

No cenário paraibano, delineava-se um perfil cultural de intensa atividade. Kaplan (1999) foi um dos grandes colaboradores desse cenário. Esse músico nasceu em Rosário, província de Santa Fé, Argentina. Em 1961, foi indicado a ser professor de piano na “Associação Campinense Pró-Arte”. Essa Associação era sem fins lucrativos, cuja finalidade era oferecer à comunidade uma oportunidade para que seus membros desenvolvessem suas habilidades artísticas, promovendo atividades de ensino e de concertos e recitais de artistas nacionais e estrangeiros.

Segundo Kaplan, logo após sua chegada à Paraíba, em agosto de 1961, paralela à renúncia de Jânio Quadros⁹ e junto ao fato dos militares aceitarem a contragosto João Goulart como Presidente do país, a situação econômica do Brasil era cada vez mais difícil, trazendo, inevitavelmente, repercussões também para a Paraíba. A inflação eleva-se, afetando negativamente as condições de trabalho de muitos profissionais. Os profissionais da Pró-Arte ganhavam por hora-aula, o que implicava o aumento do número de estudantes a fim de haver retorno financeiro.

Tive de aceitar uma quantidade considerável de novos discípulos. A partir de meados de 1963, trabalhava de segunda a sexta uma média de oito a nove horas por dia. Chegava em casa exausto. Nessas condições, vi-me forçado a parar o estudo do piano e as pesquisas sobre os temas que tanto me interessavam: o ensino e a execução instrumental. O segundo semestre foi um verdadeiro inferno. Comecei a me preocupar e a procurar uma saída que me permitisse desenvolver trabalho que tinha realizado nos primeiros dois anos (Kaplan, 1999, p. 84)

Kaplan aceitou o convite do Coordenador do Setor de Música da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, no início de 1964 para fazer parte do corpo docente. Entretanto, o cenário político nacional ainda não se tinha estabilizado, e nesse mesmo ano, o exército depôs o presidente constitucional, João Goulart. Instalou-se o primeiro

⁹ Jânio da Silva Quadros foi o décimo-sétimo presidente do Brasil entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 — data em que pediu a renúncia.

governo militar e logo as conseqüências da repressão, no setor político e público, se fizeram sentir. Muitos ocupantes de cargos públicos foram atingidos pelas práticas repressivas. Na Paraíba, o Reitor da UFPB foi um dos exemplos. Ao ser demitido, a vida acadêmica e cultural da região sofreu algumas perdas. Por exemplo, o Coral Universitário, criado em 63, tivera sido dissolvido pelo movimento militar em 64.

Segundo Kaplan (1999), a Cidade de João Pessoa sempre apresentou um bom desenvolvimento do movimento musical, sendo o berço de grandes talentos que chegaram a brilhar no cenário nacional, porém atrasos nos salários e dificuldades junto às autoridades locais, fizeram com que a permanência desses profissionais fosse muito breve na região.

No que se refere à qualidade do movimento musical na Paraíba, havia, na cidade de João Pessoa, o Curso Colegial Artístico, implantado por lei em 1962, mas iniciado apenas em 1963, equivalente a um curso de segundo grau e que preparava os alunos especificamente para o curso superior de música no Brasil, deixando-os habilitados para prestar exames de vestibular. Foi o primeiro do gênero no país (Silva, 2006).

Além da importância da capital e da cidade de Campina Grande no cenário da música da Paraíba, a cidade de Areia apresenta uma tradição musical e foi palco de movimentos cívicos de grande repercussão, tornando-se o celeiro de grandes nomes do cenário político e artístico nacional como Pedro Américo, José Américo de Almeida, etc. Por tais motivos, Kaplan em 1972, levou à Reitoria um projeto de interiorização das atividades do Coral Universitário, escolhendo a cidade de Areia para sediar um Festival de Artes, sob o patrocínio da UFPB. O objetivo principal era oferecer aos jovens artistas do Estado uma oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e ter contato com profissionais de outras regiões sem precisar deslocar-se para o sul. Vale destacar que o primeiro teatro particular do Estado – o Minerva – foi inaugurado em 1859, naquela cidade.

Após toda a organização do evento e já com a distribuição de cartazes e folders em nível nacional, Kaplan recebeu a notícia de que não mais seria possível a realização do evento. Mais uma vez os aspectos políticos estavam diretamente afetando essa decisão. Vivia-se o ano de 1972, e a repressão estava no auge. O Serviço Nacional de Informações (SNI) atuava em todas as universidades. Uma ordem do governo federal fez com que as autoridades da UFPB cancelassem o evento, justificando que a cidade não apresentava condições adequadas para abarcar um evento tão grande.

Com o passar do tempo, a situação política do país foi se estabilizando e em 1975, o então governador do Estado (Ivan Bichara) e seu secretário de Educação e Cultura (Tarcísio Burity) puderam apoiar o evento, cujo objetivo, além dos já mencionados anteriormente, também seria trazer para a cidade nomes de destaque nacional e proporcionar um espaço para a discussão de temas relacionados com a situação da arte na conjuntura social do país. O I Festival de Verão de Areia realizou-se então em fevereiro de 1976. Devido à repercussão que teve nacionalmente, passou a ser colocado no Calendário Cultural do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Apenas em 1978 foi criado o curso de Música da UFPB, o que fez com que se modificasse o mercado de música erudita no Nordeste, trazendo professores de outras regiões, assim como provendo formação profissional, o que não existia na época. O referido departamento é considerado o melhor do nordeste, cujo corpo docente é formado por doutores e mestres (Rodrigues, 2001).

A arte, de um modo geral, e a música, em particular, não se encontram isoladas do aspecto social de um povo. O artista tem uma função crítica e reflexiva diante de uma sociedade. Kaplan reflete muito bem esta postura social quando afirma que os artistas devem “usar os instrumentos de sua arte para tornar mais lúcida a ação da massa dos deserdados” (Kaplan, 1999, p. 176).

Foi dessa maneira que surgiu a “Cantata Pra Alagamar”. Trata-se de uma obra relatando os sucessos de Alagamar, uma luta de camponeses contra a injustiça social (Rodrigues, 2001). Alagamar era uma enorme propriedade, formada por diversos sítios e fazendas nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix (PB). Há cerca de 50 anos, muitas famílias residiam lá e viviam plantando suas lavouras de subsistência e pagando foro¹⁰ ao dono da terra. Quando este morre, a propriedade foi vendida, e os compradores resolveram expulsar os camponeses para cultivar unicamente cana-de-açúcar. A igreja estava à frente do movimento que se organizou em prol dos camponeses.

Sensibilizado por essa ação política, Kaplan (1999) junto a outros artistas organizaram um grupo para a interpretação da Cantata: um narrador, um conjunto vocal a quatro vozes, cinco instrumentistas, sendo três de percussão. Após várias apresentações e gravação de um disco, o sucesso ampliou-se no âmbito nacional.

¹⁰ Quantia ou pensão paga anualmente por aquele que tem o domínio útil de um imóvel ao seu senhorio direto.

A Paraíba destaca-se nas festividades juninas como uma das mais populares do nordeste brasileiro. Segundo Rodrigues (2001), os artistas envolvidos nesse movimento referem-se à mídia do estado como não valorizando a música nordestina, atribuindo maior valorização à música do sudeste do país. Ademais, as estratégias de massificação utilizadas pela indústria para maior rentabilidade do produto parecem dificultar o surgimento e florescimento de talentos já descobertos. A Paraíba também está buscando divulgar seus artistas e sua música no cenário nacional, é o que acontece com o projeto Malagueta, que reúne músicos da terra encarregados de fazer apresentações pelo país.

Em uma coletânea de vários artistas paraibanos, Rodrigues (2001) reúne uma gama de músicos dos mais variados perfis e estilos musicais e expõe a opinião deles a respeito do que é fazer arte no estado.

Na opinião de alguns músicos da região, o governo paraibano é displicente com a cultura. Elba Ramalho, paraibana da cidade de Conceição, cantora de repercussão nacional e internacional, em entrevista concedida a Rodrigues, salienta:

A Paraíba não identifica seus artistas, nem sua cultura como veículos, agentes de alta representatividade frente ao resto do país, por isso não incentiva nem apóia a cultura local, deixando assim uma lacuna, um buraco, uma mácula que minimiza os sentimentos e o “ego” de todos os que sonham em produzir arte e cultura (Rodrigues, 2001, p. 210).

Acreditando que o eixo de maior expressão no mercado de trabalho é o Rio de Janeiro e São Paulo, a cantora revela que nunca encontrou apoio para empreender em algum projeto cultural. Em sua opinião, a displicência do governo frente à cultura enfraquece a cultura popular e coloca a Paraíba numa posição bem aquém do que merece. Do mesmo modo, Vital Farias confessa em entrevista: “Se tenho alguma coisa a agradecer é a Rio e a São Paulo. Foi de onde partiu o reconhecimento que tenho hoje” (Rodrigues, 2001, p. 227).

Seguindo a mesma opinião, Sivuca, quando questionado sobre sua relação com a Paraíba, respondeu prontamente que os projetos sempre lhe deixavam triste: “sempre que tentei fazer alguma coisa dependendo dos nossos Poderes, frustrei-me. Ainda não encontrei a seriedade necessária nas pessoas que estão no mando” (Rodrigues, 2001, p. 248).

Artistas da terra, como é o caso de Glorinha Gadelha, evidenciam certa falta de valorização por seu trabalho no estado. Em entrevista (Rodrigues, 2001), confessa seu desagrado: “(...) Consegui levar meu espetáculo *Ouro e Mel* para o Fenart em 1999. Depois de muita e muita luta, me colocaram num dia sacrificado e não me divulgaram. Até hoje, essa foi a única oportunidade que me deram...” (Rodrigues, 2001, p. 216) Comentários revelam a falta de valorização dada ao artista paraibano, visto que o próprio Siqueira foi esquecido e, antes de sua morte, passou por problemas de saúde e financeiro, tornando-se desconhecido para o grande público (Rodrigues, 2001).

Em vários níveis, as crises culturais manifestam-se frequentemente. Gerardo Parente revelava que a Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB) já se destacou como a melhor Orquestra Sinfônica do Brasil, entrando depois em crise: “é preciso haver um apoio mais consistente, é preciso haver maior conscientização do nosso potencial em música” (Rodrigues, 2001).

Seu maior auge foi na década de 1980, sob a regência de Eleazar de Carvalho. Por trás do auge de seus trabalhos, estava o apoio do governo de estado¹¹. Nesse período, a Orquestra tinha o maior salário do gênero no país.

O governador Burity colocou em prática o mesmo pensamento de Gazzi de Sá: trouxe músicos de fora e, em convênio com a Universidade Federal da Paraíba, convidou os professores músicos estrangeiros do Departamento de Música, que formavam os quintetos de metais e sopros e o quinteto de cordas, para fazer parte da nova Orquestra. Esses mesmos professores – alguns ainda ensinando na UFPB – formaram os alunos que hoje são os músicos profissionais da Orquestra. Em 1980, quando esta foi reestruturada, era composta de 90% de músicos estrangeiros, e 10% de músicos da terra; hoje, a composição se encontra invertida: a orquestra é composta de 90% de músicos da terra, que foram preparados aqui, e 10% de músicos de fora (p. 82).

Silva continua ressaltando a importância do governo nessa empreitada e afirma:

Não resta dúvida de que foi no governo de Burity que a Paraíba teve um impulso muito grande na música, principalmente no que se refere ao aspecto da

¹¹ Tarcísio Burity: duas vezes governador da Paraíba de 15 de março de 1979 a 14 de maio de 1982 filiado ao ARENA e de 1987 a 1991 filiado ao PMDB.

Orquestra, uma vez que o Governador era um grande apreciador da música (Silva, 2006, p. 82).

Essas considerações apenas reforçam a necessidade do apoio do governo para que o setor musical possa florescer e ganhar espaço no mercado de trabalho.

Considerando que a Paraíba é um celeiro de renomados músicos tanto nacional como internacionalmente, não é de se surpreender que o movimento musical do Estado esteja permeado apenas por dificuldades, mas também por sucessos. Reconhece-se que o estado é lembrado e representado, além das próprias fronteiras, por meio de sua música e tradição cultural, principalmente pelas festas juninas, que têm assumido um papel importante no setor turístico. Junto a outros estados do país, a Paraíba tem feito da arte e da música, em particular, um seguro vínculo com o setor turístico.

A este respeito, Farias (2005) pontua que, na década de 1990, divulgavam-se, nos jornais do país, notícias sobre o crescente lucro com as atividades artísticas e de diversão, oriundas das grandes festas regionais, dentre as quais se destaca o São João da Paraíba.

No período das comemorações a São João nos Estados de Pernambuco e Paraíba, a montagem da infra-estrutura para os festejos recebe até US\$ 1,1 milhão em patrocínios, mas a expectativa das companhias é obter um lucro estimado em US\$ 3,7 milhões (Gazeta Mercantil, junho de 2004).

As festividades do São João na Paraíba ocupam uma posição destacada na divulgação e na economia da região, principalmente depois de 1986, quando foi inaugurado o Parque do Povo¹², onde se concentra a festividade. A prefeitura de Campina Grande, através da Secretaria de Turismo divulga esta festa conhecida como o “Maior São João do Mundo”.

Na versão do festejo de 1998, estimou-se que o consumo de cervejas atingiu 600 mil unidades em um mês de programação (5 de junho a 5 de julho), período quando cerca de 60 mil pessoas diariamente freqüentaram as dependências do seu pavilhão central, onde havia 300 barracas vendendo bebidas e comidas

¹² Área de 42,5 mil metros quadrados

típicas da região (queijo de coalho e carne de sol, por exemplo) (Farias, 2005, p. 670).

Farias (2005) descreve com maestria o local da festividade e os principais acontecimentos da festa no ano de 1998.

Compreendendo uma área de 42 mil metros quadrados, o espaço é conhecido como “Forródromo”. Aí, no dia 6 de junho daquele ano, a mais famosa paraibana viva, Elba Ramalho, fez um show para 20 mil pessoas, lançando nacionalmente seu *compact disc* intitulado *Flor da Paraíba*, manifestação clara da identidade regional, o que, por seu turno, é compreensível na trajetória da artista (...) a cantora ocupou um dos três grandes palcos montados, obedecendo determinada hierarquia (Farias, 2005, p. 671).

Essas festividades juninas na Paraíba são marcadas por forte identidade regional, que se reflete também no local e na estrutura da festa.

Farias (2005) focaliza a preocupação da Prefeitura em deslocar algumas apresentações folclóricas para o centro histórico da cidade com pretensão de revitalizar esta área, além de que se procurou evitar qualquer tipo de estilização tanto na dança quanto na vestimenta, buscando evidentemente, manter o caráter rústico do folclore paraibano.

Para Farias (2005) a relevância destas festas se dá, além da lucratividade, pela promoção de empregos diretos e indiretos para a montagem de toda a estrutura necessária a realização dos eventos. Portanto, as Agências de Viagens, a Indústria Hoteleira, enfim, todo o setor de turismo e os setores afins apresentam um considerável lucro nesses períodos. Ele cita o exemplo do economista Joelmir Beting ao colocar o entretenimento como a “maior indústria do mundo” ou “a maior indústria do terceiro milênio”, chegando a ser comparada com o futebol e o carnaval do país. Considera que o fluxo de turistas é o maior determinante da rentabilidade dessas festas.

Assim pode-se observar que o desenvolvimento musical do estado apresentou íntima relação com o setor sócio-econômico, à proporção que o investimento do governo e/ou de iniciativas privadas ao movimento musical impulsionou esta atividade, inclusive favorecendo e ampliando outros segmentos da sociedade, a exemplo, o setor turístico da região, como as festas juninas na cidade de Campina Grande. Apesar das

dificuldades, principalmente econômicas, no desenvolvimento da atividade musical no estado, a Paraíba é uma referência nacional e berço não só de grandes talentos de repercussão nacional, mas também internacional, o que revela a potencialidade dos artistas da terra.

CAPÍTULO 2: PESQUISANDO SOBRE OS MÚSICOS

O objetivo deste capítulo é trazer as questões da pesquisa sobre os músicos na atualidade, bem como a metodologia utilizada nos dois tipos de pesquisa realizados: documental, por meio do jornal Correio da Paraíba e entrevistas realizadas com informantes privilegiados.

2.1. Problematizando a pesquisa

A literatura revisada sobre os músicos permitiu elucidar um pouco da história da música e dos músicos, no Brasil e na Paraíba. Permitiu reponder a algumas questões levantadas, especialmente aquelas contidas na apresentação da tese. No entanto, não foi suficiente para elucidar com mais clareza o contexto da profissão de músico, sendo importante salientar que não se localizou literatura do campo da Psicologia Social e/ou da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Por isso, elaboraram-se as novas questões, a saber: (1) O que significa ser músico e advogado no contexto do Estado da Paraíba? (2) Como se organiza o trabalho e qual o seu significado para estes profissionais? (3) Quais os problemas típicos dessas profissões na Paraíba? (4) Quais as transformações que estas profissões têm sofrido e como elas são percebidas por estes profissionais? (5) Como está delineado o contexto macro-social da categoria ocupacional dos músicos e dos advogados? e (6) Quais os valores que sustentam a identidade comum partilhados pelos grupos?

Na tentativa de responder a tais questões, planejou-se a presente pesquisa preliminar, que consiste na análise documental e na realização de entrevistas com informantes privilegiados, cujo método é descrito a seguir.

2.2. Método

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise de conteúdo de artigos selecionados no jornal Correio da Paraíba e também de entrevistas. A análise de conteúdo é um método de pesquisa que, na sua aplicação em estudos documentais, teve sua origem no início do século passado nos Estados Unidos (Bardin, 1977/1995; Minayo, 2000; Turato, 2003). Bardin (1977/1995), entre outros autores (por exemplo:

Minayo, 2000; Souza-Filho, 1996; Turato, 2003) que nela se baseiam, relata a história do desenvolvimento da análise de conteúdo. Segundo ela, a primeira publicação específica sobre o assunto foi a de Lasswell em 1925, sob o título de *Propaganda Technique in the World Warr*. Em tal época, nos Estados Unidos, a Psicologia vivia sob a forte influência da psicologia comportamental objetiva. Durante a década de 1940-1950, as ciências políticas nos Estados Unidos contribuíram destacadamente para o desenvolvimento da Análise de Conteúdo. Surgem várias publicações entre as quais os trabalhos de Berelson, que compreende a Análise de Conteúdo como uma técnica de pesquisa caracterizada pela descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto. Na década subsequente, ocorre uma expansão da aplicação da análise de conteúdo, porém surgindo perspectivas divergentes: uma instrumental, que enfatiza o contexto e as circunstâncias de produção do texto analisado e outra, representacional que se preocupa em revelar os conteúdos dos itens léxicos presentes em si. Destas divergências emergem a querela entre a abordagem quantitativa e qualitativa. Para Bardin (1977/1995), hoje é mais aceita a perspectiva que combina a compreensão clínica às contribuições da Estatística. Este ponto de vista é partilhado por diversos outros estudiosos (por exemplo, Bauer, 2002; Minayo, 2000; Souza-Filho, 1996; Turato, 2003). Esta característica permite a apreensão exploratória de conteúdos e/ou categorias, a interpretação frente aos contextos de produção do texto, a sistematização distinguindo o que é freqüente nos textos do que é raro ou ausente e levantar indagações e hipóteses ao final. Compreende-se, portanto, como uma forma de análise flexível. Para Bauer (2002), ela permite construir indicadores e cosmovisões.

Bauer (2002) assinala que há um renovado interesse pela análise de conteúdo. A busca de artigos científicos que citam este termo, através do portal de jornais da CAPES comprova a afirmação do autor, pois com este termo seleciona-se mais de 2000 artigos. Outro fato que corrobora é o lançamento na presente década de vários livros de metodologia científica dirigidos à Psicologia e/ou à área das ciências sociais e humanas no Brasil. Turato (2003), por exemplo, afirma que provavelmente é a técnica mais usual para analisar o relato verbal. Minayo (2000) a enfatiza como uma das técnicas apropriadas para a pesquisa na área de saúde dando conta da subjetividade humana.

Entre os artigos publicados sobre o assunto, destaca-se pela pertinência a esta pesquisa, o artigo de Pimentel (2001) que salienta a importância da análise de conteúdo para a pesquisa historiográfica.

A análise de conteúdo é na realidade uma variedade de tipos de análises (Bardin, 1977/1995; Minayo, 2000). Na presente pesquisa, aplicou-se a técnica designada por análise de conteúdo categórica ou temática, a qual segundo Minayo “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (Minayo, 2000, p. 209). Para operacionalizar a aplicação da análise, organizou-se o trabalho em várias etapas seguindo muito proximamente a sistematização oferecida por Bardin (1977/1995) como estão descritas a seguir. Algumas adaptações foram feitas em decorrência do objeto da análise e das condições de acesso ao acervo.

Ressalva-se que a operacionalização da análise de conteúdo em etapas geralmente abrange a proposição de um conjunto de hipóteses prévio ao trabalho de categorização. Aqui não se fará isto, porque o estudo é eminentemente exploratório e não se contava com categorias “a priori”. Esta forma de aplicação é admitida em Bardin (1977/1995).

2.2.1. Pesquisa documental

Etapa preliminar: a seleção do material

A princípio, procurou-se identificar os locais públicos da cidade de João Pessoa (PB), por exemplo, acervos históricos, Instituto Histórico e Geográfico, onde houvesse o maior número de jornais para serem selecionados para a pesquisa. No Instituto Histórico e Geográfico, o maior volume de jornais concentrava-se no jornal “A União”. Pensou-se, portanto, desenvolver a análise do referido jornal. Entretanto, a pesquisadora visitou o acervo histórico da Fundação Espaço Cultural e encontrou poucos exemplares daquele jornal. Ademais, buscando investigar qual o jornal mais vendido na Paraíba, constatou-se ser o jornal “Correio da Paraíba”. Por consequência, passou-se a realizar as análises em tal jornal. O contato com este material foi de fundamental importância para pesquisar sobre esta profissão.

Considerando a extensão do material a examinar e o objetivo da pesquisa, o corte temporal adotado foi o ano de 2001 e um mês do ano de 2003, prevendo que o término dessa etapa aconteceria por volta de agosto de 2004. Sabe-se que a reconstrução de acontecimentos históricos remonta sempre à delimitação de espaço de tempo que deverá ser estipulado pelo pesquisador. Ademais, podem-se perder informações na medida em que deixa de se escolher outro ponto de partida, entretanto, é importante, no caso dessa

pesquisa, apenas apreender a situação macro-social das categorias estudadas em um período de tempo atual.

A seleção dos números do jornal ocorreu por sorteio: para cada mês eram sorteados oito jornais, repetindo o procedimento para o caso de não haver disponibilidade de algum dos jornais naquele acervo referente ao mês em foco. Selecionaram-se assim 96 números de jornais do ano de 2001 e 8, de 2003 (anexo 1). Ficou igualmente estabelecido que nos casos de fatos marcantes acontecidos, a escolha dos jornais se daria propositalmente, buscando contemplar o acontecimento. Foi o que ocorreu para o mês de junho do ano de 2003, período do ano que mais tem divulgação da atividade musical devido às comemorações festivas do período junino, evento de grande destaque na Paraíba e também apontado na literatura.

A leitura flutuante e a pré-categorização

Para Bardin, é necessário a realização de uma “leitura flutuante”, a qual ela define a seguir:

A primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações (...) Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, aplicação de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (Bardin, 1977/1995, p. 96)

A “leitura flutuante” permitiu uma primeira seleção das categorias que iriam aparecendo no decorrer das leituras dos artigos do jornal. A pesquisadora elaborou roteiro de categorias encontradas, os quais iam sofrendo modificações até chegar no formato atual (anexo 2 e 3). Vale salientar que, mesmo chegando em seu formato “final”, o roteiro das categorias era utilizado de forma flexível, permitindo que surgissem outras categorias não previstas inicialmente, as quais passavam a fazer parte do roteiro. Além do roteiro, havia um formulário de registro das categorias que foi estruturado da seguinte forma: (1) cabeçalho identificando o título da reportagem, a seção do jornal, a página e a data; e (2) corpo para as anotações decorrente da leitura de cada reportagem, com espaço para o registro do número, da categoria e do conteúdo da

reportagem propriamente dita e também espaço para acréscimo das categorias que iriam aparecendo no decorrer do processo.

Durante essa etapa, liderada pela pesquisadora, três juízes foram devidamente treinados para identificar as reportagens, localizando-as no acervo. Toda reportagem que se referisse aos músicos, nos números selecionados no jornal, foi catalogada. Desse modo, praticamente em todas as folhas do jornal, havia menção à profissão. Nessa fase, a pesquisadora esteve todo o tempo presente, havendo apenas uma rotatividade entre os juízes. Uma vez que a reportagem era selecionada, fazia-se o trabalho de categorização, preenchendo os formulários. Os juízes recebiam os formulários e uma lista de categorias, a qual era atualizada, seguindo o avanço das análises. Na operacionalização dessa etapa, os juízes preenchiam o formulário individualmente e depois havia sessões envolvendo a pesquisadora, nas quais se discutiam as categorias e se faziam os ajustes necessários chegando à categorização consensual.

O tempo médio para a análise dos números do jornal era de um e meio a dois jornais ao dia, para cada pesquisador. O horário de funcionamento do acervo histórico da Fundação Espaço Cultural, instituição em que se realizou a maior parte da pesquisa, era das 8:20h às 13:00h e das 13:20h às 17:45h, de segunda às sextas-feiras. O procedimento total analítico dos documentos teve um período de duração de nove meses, iniciando em 20 de novembro/2003 e finalizando em 18 de agosto/2004. As características da análise, a participação de juízes e os limites de horário de acesso ao acervo foram aspectos determinantes na morosidade do trabalho. Ressalta-se, no entanto, que a participação dos juízes é um aspecto importante na garantia de qualidade da análise (Bardin, 1977/1995; Bauer, 2002; Minayo, 2000, Turato, 2003)

A categorização, seu registro e análise dos dados

A análise de conteúdo consistiu do emprego da análise categórica de Bardin (1977/1995), tendo como referência as categorias levantadas dos próprios documentos pela “leitura flutuante”. Nessa etapa, participaram oito juízes, incluindo a pesquisadora. Os meses referentes aos músicos foram distribuídos aleatoriamente entre os juízes, os quais receberam para a análise as cópias dos formulários preenchidos anteriormente, ocultando apenas o número da categoria e sua respectiva descrição e também um roteiro das categorias das profissões em evidência. Cada um procedeu separadamente à classificação dos documentos, havendo apenas duas reuniões conjuntas, coordenada

pela pesquisadora, para a explicação do procedimento de análise. Posterior a essa etapa, a pesquisadora e os demais juízes compararam as classificações. As divergências encontradas foram trabalhadas por meio de discussão/diálogo sendo sempre possível o consenso.

Após a etapa de categorização preliminar, os resultados foram registrados na forma de banco de dados do *Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS – Statistical Package for the Social Sciences)* para Windows. As linhas do banco de dados correspondiam a cada artigo catalogado e analisado, e as colunas, às categorias primárias encontradas. O banco de dados foi utilizado para efetuar as análises descritivas, principalmente *freqüência*, *crosstabs* e *qui-quadrado*.

Em seguida, houve uma recategorização, agrupando as categorias fragmentadas. Tais categorias passaram a ser tomadas por subcategorias e criaram-se categorias mais amplas (Minayo, 2000; Turato, 2003). Embora este trabalho de recategorização sustente-se principalmente na reflexão sobre as categorias, tal reflexão apoiou-se na compreensão hermenêutica de cada categoria primária e também na análise preliminar das estatísticas descritivas iniciais. Tabelas de freqüências das categorias primárias (subcategoria no segundo momento) ajudaram a apreensão do todo e a identificação de repetições, duplas designações, etc.

2.2.2. Entrevistas

Informantes privilegiados

Buscaram-se aqui profissionais com critérios distintos no que diz respeito à profissão que exercem. Participaram três profissionais escolhidos intencionalmente. Todos do sexo masculino. Alguns critérios para a seleção dos participantes foram considerados: (1) um profissional que fizesse parte do quadro de membros da OMB/PB para que pudesse ter a visão de um de seus integrantes; (2) um profissional que estivesse no auge do sucesso no mercado paraibano; e (3) um profissional já inserido no mercado a um tempo mínimo de 10 anos, objetivando uma percepção já consolidada a respeito da profissão na Paraíba.

Procedimento de coleta de dados

Após indicação de alguns profissionais, a pesquisadora fazia contato por telefone com os participantes, apresentando-se como estudante de pós-graduação que estava desenvolvendo um trabalho acadêmico da UFRN e solicitava a colaboração do profissional. Caso ele aceitasse, a pesquisadora agendava data e horário para a entrevista. Individualmente, explicava a todos os participantes o objetivo geral da pesquisa e como iria se desenvolver a entrevista. Os participantes eram entrevistados em seus locais de trabalho e/ou em sua residência. Foram escolhidos os horários mais adequados a cada participante. As entrevistas eram estruturadas, conforme o seguinte roteiro:

- 1) Cumprimentos;
- 2) Apresentação: como sinalizado anteriormente, a pesquisadora apresentava-se, explicando o objetivo da pesquisa.
- 3) Esclarecimento da gravação: por se tratar de indivíduos que possuíam, de alguma forma, vínculo com a Ordem que regulamenta o exercício da profissão, a pesquisadora assegurava o anonimato e o sigilo das entrevistas, omitindo nomes de pessoas. Dessa forma, argumentava que seria importante a gravação do material para que se pudesse preservar o mais fiel possível as informações fornecidas. O anonimato facilitava a liberdade de expressão dos participantes. Após essa fase, confirmava-se a autorização para o acionamento do gravador.
- 4) Roteiro da entrevista: a entrevista seguia um roteiro contendo tópicos que buscavam abranger os objetivos propostos da pesquisa (anexo 4 e 5)
- 5) Agradecimentos.

Procedimento de análise dos dados

A análise de conteúdo consistiu do emprego da análise categórica de Bardin (1977/1995), tendo como referência as categorias levantadas das entrevistas pela “leitura flutuante”. A categorização ocorreu em função das perguntas.

A análise das entrevistas foi realizada apenas com dois juízes (incluindo a pesquisadora). Cada um individualmente classificou as respostas. Após esta fase, as classificações foram comparadas, sendo resolvidas por meio de discussão/diálogo as diferenças observadas.

CAPÍTULO 3 – OS MÚSICOS NA ATUALIDADE

Este capítulo tem por objetivo analisar os dados da pesquisa documental, bem como a análise da fala dos entrevistados. A análise de conteúdo realizada com os números selecionados do jornal *Correio da Paraíba* permitiu identificar quatro categorias, cada uma contendo subcategorias a respeito da profissão de músico. Quanto às entrevistas, foi possível analisar as categorias que surgiram a partir das falas dos entrevistados. Ao longo deste capítulo serão apresentados diversos trechos das reportagens e das entrevistas para ilustrar as análises.

3.1. As notícias sobre os músicos

Totalizaram-se 2.963 ocorrências de subcategorias em 1.377 reportagens selecionadas dos números do jornal analisado. Identificaram-se quatro categorias formadas por 40 subcategorias e dentre estas, seis destacaram-se pela alta frequência (a partir de 154 ocorrências).

Em ordem decrescente das frequências estão as seguintes categorias: papel social da música (música enquanto atendendo as necessidades da população, de lazer e entretenimento, assim como resgate da tradição musical); incentivo à música (Leis, projetos, etc. do governo, iniciativa privada ou setores não-governamentais que incentivem a música); profissão (diz respeito ao contexto de trabalho dos profissionais da música) e, por fim, organização político-associativas (diz respeito às associações e as formas de organização política da categoria profissional) (Tabela 1).

Tabela 1.

Frequências de ocorrências das quatro categorias (N = 1.377)

Categorias	Definição	F
Papel social da música	Música enquanto atendendo as necessidades da população, de lazer e entretenimento, assim como resgate da tradição musical	1765
Incentivo à música	Leis, projetos, eventos, etc. do governo, iniciativa privada e/ou setores não-governamentais que incentivem a música	616
Profissão	Diz respeito ao contexto de trabalho dos profissionais da música	539
Organização político-associativa	Diz respeito às associações e as formas de organização política dos profissionais	43
Total		2.963

É possível perceber que a categoria papel social da música surge numa posição de destaque diante das outras, uma vez que as reportagens catalogadas do jornal referem-se mais à música enquanto lazer e diversão. A segunda e a terceira se aproximam em termos de subtotal e a última revela uma pequena catalogação de reportagens que falam sobre a forma de organização política dos profissionais, mostrando-se aqui com uma frequência muito baixa, o que revela a falta de organização dos músicos ou, mais precisamente, a pouca atenção do jornal à organização político-associativa destes profissionais.

3.1.1. Papel social da música

No que diz respeito à categoria papel social da música, as maiores frequências foram observadas para: programação cultural (64,9%), festas comemorativas (31,0%) e ritmos paraibanos (15,0%) (Tabela 2).

Tabela 2.

Frequências de ocorrências das subcategorias do papel social da música (N = 1.765)

Subcategorias	Definição	F	%
Programação cultural	Eventos musicais organizados na PB para artistas da terra ou de outras regiões ou países.	894	64,9
Festas comemorativas	Organização de festas comemorativas, como, o carnaval, festas religiosas etc., contando claramente com a participação dos músicos.	427	31,0
Ritmos paraibanos	Ritmos musicais característicos da PB, como, forró, xaxado, baião, etc., resgatando a cultura paraibana	206	15,0
Meios de comunicação	Rádio ou qualquer outro meio de divulgação que busca incentivar a música, os músicos ou quaisquer outros eventos musicais na PB etc.	94	6,8
Apresentação em eventos	Quaisquer apresentações de músicos da terra em eventos sociais e/ou solenidades no Estado ou em outras regiões, como, missa, posse, atos políticos etc.	92	6,7
Espaço para apresentações	Construções, reformas, restaurações de prédios e/ou novos espaços destinados a eventos musicais na PB, como, museus, restaurantes, etc.	32	2,3
Ações comunitárias	Músicos da terra que fazem ações em favor da comunidade, ex.: doações, shows beneficentes etc.	20	1,5
Total		1765	128,2

A pontuação máxima na subcategoria programação cultural mostra que na mídia é usado um espaço considerável na divulgação de eventos culturais (musicais) que ocorrem na Paraíba, conforme ilustra a seguinte reportagem:

O Hotel Tambaú promove hoje, a partir das 22h00, o Jantar dos Pais, com a orquestra Mistura Fina e a participação especial do editor da coluna com o show Roberto Carlos Cover (Jornal Correio da Paraíba, 11 de ago. 2001; seção: sociedade).

Reportagens desse tipo, bastante comum nesta subcategoria, trata de forma objetiva o convite ao público para assistir a determinado evento.

A segunda subcategoria mais pontuada foi festas comemorativas (31,0%), que diz respeito aos dois principais eventos do ano, tipicamente regionais: o carnaval fora de época – a micarua (João Pessoa), a micarande (Campina Grande), patosfest (Patos), etc – e a festa junina denominada de “O maior São João do mundo”, que acontece todos os anos na cidade de Campina Grande em junho e cujo aspecto é eminentemente de resgate da cultura local. Por se tratar de um grande evento, incluindo aí uma divulgação do setor de turismo do Estado, o convite ao público expressa-se de forma mais sedutora, evidenciando o reconhecimento dos festejos para a Paraíba.

Ao comentar a idéia do Prefeito de Caruaru, T. G., que quer a integração entre as festas juninas da sua cidade com Campina Grande a partir de 2004, a prefeita C. B. considerou a idéia excelente e garantiu que isto vai acontecer a partir do próximo ano. Pela proposta do prefeito pernambucano, o São João de Campina Grande terá um dia especial em Caruaru. Já os campinenses também deverão receber o São João daquela cidade durante um dia, numa demonstração de intercâmbio cultural e turístico entre os dois maiores pólos dos festejos juninos do nordeste (Jornal Correio da Paraíba, 24 de jun. 2003; seção cidades).

Importa considerar que essa frequência elevada na subcategoria festas comemorativas foi um dos principais motivos da escolha do jornal do mês de junho do ano de 2003, como assinalado no tópico – etapa preliminar: a seleção do material –, e também em função de sua importância destacada na revisão de literatura. Ambos os fatores estão refletindo essa opção.

Ao se aplicar o teste qui-quadrado com estas três maiores subcategorias para verificar a relação entre elas, observou-se que o teste não rejeitou a independência para programação cultural e ritmos paraibanos, mas o rejeitou para festas comemorativas e ritmos paraibanos ($\chi^2 = 5,70$; gl = 1; $p \leq 0,01$). Este resultado sugere que existe uma forte associação entre as festas comemorativas e o resgate dos ritmos musicais típicos da região, tendo como destaque os festejos juninos.

O número de visitantes do Sítio São João, uma das atrações do Maior São João do Mundo já supera as expectativas dos organizadores da festa (...) Além da típica arquitetura rural nordestina, o sítio abriga artistas populares, como poetas, declamadores e bandas de pífanos (Jornal Correio da Paraíba, 03 de jun. 2003; seção cidades).

É importante destacar que o ritmo da terra é estimulado em outras épocas do ano, não só nos festejos de São João. No exemplo seguinte, o mês de setembro está em foco.

Nesta quarta-feira, no Mr. Caipira, a partir das 20h30 será exibido o jogo Brasil x Argentina no Telão. Em seguida, show com trio Cheiro de Nordeste (forró) (Jornal Correio da Paraíba, 05 de set. 2001; seção cultura).

A subcategoria meios de comunicação (6,8%), embora não tenha tido uma frequência elevada, esteve presente nas análises. Partindo da definição – rádio, sites ou qualquer outro meio de divulgação que busca incentivar a música, os músicos ou quaisquer outros eventos musicais na PB etc. –, a divulgação promove o engrandecimento do movimento musical no estado.

A revista “Philipéia”, editada por Augusto Magalhães, ganhou mais uma leitora: Elba Ramalho. A cantora ficou pra lá de satisfeita com a revista, pois, além da matéria com ela, o número atual tem capa com um de seus maiores ídolos, Jackson do Pandeiro. A próxima edição de “Philipéia”, de número 9, será lançada em 11 de novembro, com shows na Fortaleza de Santa Catarina (Jornal Correio da Paraíba, 24 de out. 2001; seção Sociedade/campina).

Embora tenha sido raro, foi possível registrar reportagens contendo informações sobre o trabalho de um músico. Esse tipo de reportagem adquire, portanto, um caráter mais individualizado, ficando por conta do próprio artista a divulgação de seu trabalho, refletindo sobremaneira um trabalho “solitário”.

Para quem gosta do trabalho da compositora paraibana Cátia de França, vale a pena conferir um site que tem um título muito sugestivo: “20 palavras girando ao redor de Cátia de França”. Há muitas informações sobre seu trabalho, links e dados interessantes. Em: www.geocites.com/broadway/8669/ (Jornal Correio da Paraíba, 25 de nov. 2001; seção Milenium).

A subcategoria apresentações em eventos mostra a importância do trabalho do músico em diversos eventos sociais, os quais sempre contam com a participação desses profissionais, ou propriamente, da música, reforçando sua função de socializar, entreter e divertir o público.

É grande a procura de adolescentes pelo tão desejado título de madrinha dos formandos do NPOR (...) A festa acontecerá no dia 09 de novembro, no Iate Clube da Paraíba, com show das bandas PPC e Barril de Chopp (Jornal Correio da Paraíba, 04 de nov. 2001; seção cultura).

Foram identificados também espaço para apresentações e ações comunitárias, cuja frequência mais baixa conduz a atribuir um papel mais secundário no bloco. As próximas reportagens exemplificam estas subcategorias, respectivamente.

A inauguração do Cantinho dos Ritmos, às 8 noturnas, terá show do guitarrista Júnior Espínola e exposição de objetos, fotografias e documentos de Jackson do Pandeiro, além de coletiva com trabalhos de Chico Ferreira, João Lobo, Guy Joseph, Antônio David, Cristóvan Tadeu, Pedro Osmar e Diógenes Chaves, entre outros (Jornal Correio da Paraíba, 10 de out. 2001; seção Cultura).

Começa amanhã, no restaurante Porto da Prata, a campanha Bons Artistas, Boas Ações, com apresentações coletivas de cantores e músicos campinenses. A venda das mesas dos dias 1, 2, 3, 8, 9 e 10, (R\$ 20,00) reverterá para a Casa da

Criança Félix Araújo... (Jornal Correio da Paraíba, 30 de set. 2001; seção Sociedade/Campina).

3.1.2. Incentivo à música

Foram duas subcategorias representativas desse bloco: incentivo do governo local e projetos com frequências acima de 9,2% (Tabela 3). Aplicando o qui-quadrado, este rejeitou a independência entre as duas subcategorias ($\chi^2 = 23,67$; gl = 1; $p \leq 0,001$). Considerando a importância dos demais segmentos econômicos no apoio aos projetos, aplicou-se o qui-quadrado. O teste rejeitou a independência para todas estas subcategorias: apoio de setores não-governamentais ($\chi^2 = 6,61$; gl = 1; $p \leq 0,01$), apoio do governo federal ($\chi^2 = 15,57$; gl = 1; $p \leq 0,001$). Estes resultados sugerem que os projetos musicais no estado tanto têm a participação do governo local e federal, como de setores não-governamentais investindo na Paraíba. Vale ressaltar que, comparando o número de frequências, o governo local apresenta maior participação (11,2%). Ademais, é importante fazer a ressalva de que não se está contabilizando diretamente os incentivos financeiros concedidos e/ou aplicados pelo governo, mas o quanto eles são noticiados no jornal em foco. É importante lembrar que estes projetos estão voltados tanto para artistas da terra como para os artistas visitantes.

O projeto “Quartas Musicais” que vem acontecendo semanalmente no Centro de Guarabira, terá hoje uma quarta rodada com a participação de duas bandas de Pagode do Brejo – uma de Mari e outra da cidade. As duas atrações de hoje são os grupos “Sambagito”, de Guarabira, e “Fixasamba” do município de Mari. São grupos formados por pagodeiros que vêm se destacando na região por suas atrações. O projeto Quartas-Musicais foi criado para acontecer na Praça João Pessoa, recentemente reinaugurada pela Prefeitura de Guarabira, oferecendo um cardápio de atrações musicais de todos os gêneros, sendo um estilo para cada semana. O trabalho é organizado pela Secretaria de Cultura e Turismo do município. Já tem grande aceitação do público local e vem sendo procurado por artistas da cidade e de outros municípios. O show começa às 20h30 na Praça João Pessoa no centro da cidade (Jornal Correio da Paraíba, 10 de out. 2001; seção Cultura).

Discutir a criação de uma cooperativa para os artistas paraibanos com condições para viabilizar a “saída comercial e cultural” para todas as necessidades pensadas, projetadas e encaminhadas por segmentos diversos das artes no Estado, principalmente para os que operam com projetos alternativos, independentes e culturais e que visam participar do esforço conjuntural de construção de estruturas para educar pela arte. Estes são alguns dos objetivos do seminário que será aberto hoje, às 20h00, na sede do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos Diversos. A informação é do músico e compositor Pedro Osmar, um dos articuladores do evento, cuja programação se estende até ao domingo (Jornal Correio da Paraíba, 19 de out. 2001; seção Cultura).

Na terceira versão do projeto Seis e Meia, hoje, às 18h30, no palco do Teatro Paulo Pontes do Espaço Cultural show com Nando Reis e Chico Corrêa & Eletronic Band (...) O projeto vem sendo realizado em vários estados, com a proposta de trazer um artista de nome nacional se apresentando ao lado de uma atração local. A linha do projeto é voltada para um público de classe média, com atração no horário que o pessoal está retornando do trabalho (...) O projeto conta com apoio do governo federal, através do Ministério da Cultura. Preço R\$ 10,00 e R\$ 5,00 (Jornal Correio da Paraíba, 04 de jun. 2003; seção Cultura).

Tabela 3.*Freqüências de ocorrências das subcategorias de incentivo à música (N = 616)*

Subcategorias	Definição	F	%
Incentivo do governo local	Políticas municipais e/ou estaduais de incentivo ao movimento musical.	154	11,2
Projetos	Projetos, festivais, eventos de origem pública ou privada para o incentivo da música e dos músicos na PB, seja para artistas locais ou não.	126	9,2
Comentários sobre apresentações	Reportagens que façam referências a apresentações que tenham acontecido na PB.	81	5,9
Turismo cultural	Investimentos de políticas para o crescimento do turismo paraibano, através da música.	79	5,7
Apoio de setores não-governamentais	Investimento ou incentivo seja da iniciativa privada, de fundações e/ou de entidades filantrópicas etc. contribuindo com os músicos ou com o movimento musical na PB. Vale ressaltar aqui que não se trata apenas de órgãos não-governamentais, tais como, fundações, mas de toda e qualquer entidade que não esteja ligada ao estado.	78	5,7
Ausência de incentivo do governo local	Resoluções ou não financiamento que desfavorecem aos músicos ou eventos musicais na PB.	27	2,0
Leis	Leis municipais, estaduais e/ou federais de incentivo à música (cultura). Identificar datas de criação ou temáticas sobre tais leis.	26	1,9
Homenagens aos expoentes da música	Homenagens aos expoentes da música realizadas na PB, seja para artistas locais ou não.	15	1,1
Críticas ao movimento musical	Comentários contra o movimento musical no que diz respeito à qualidade da música paraibana e/ou shows	10	0,7
Apoio federal	Políticas ou incentivo para a música na PB.	10	0,7
Ausência da iniciativa privada	Carência de recursos financeiros e/ou de apoio por parte da iniciativa privada para apresentações, patrocínios, etc.	7	0,5
Ausência da iniciativa federal	Resoluções que desfavorecem aos eventos musicais na PB.	3	0,2
Total		616	44,8

Os comentários sobre apresentações configuram-se em reportagens feitas por pessoas do público em geral que assistiram a alguma apresentação e que a noticiam em teor de crítica, seja ela positiva ou negativa a respeito de um evento. Diferencia-se de críticas contra o movimento musical exatamente por ter uma conotação estritamente negativa. Além disso, a primeira ocorre sempre depois de algum evento, o que necessariamente não acontece com a segunda, conforme exemplo a seguir.

Depois do lançamento de Sílvio, no térreo do Parahyba Café, os bons momentos foram com os sons saídos da guitarra de Júnior Espínola, comemorando a entrada nos 41 anos de idade. Quem deu uma canja na bateria foi o fotógrafo

Mário de Carvalho. Não custa lembrar seus tempos de baterista do grupo Fantasmas da Guerra, um dos ícones paraibanos da experimentália pop-rock dos anos 80... (Jornal Correio da Paraíba, 30 de set. 2001; seção cultura).

Turismo cultural – investimentos de políticas para o crescimento do turismo paraibano, por meio da música – foi apresentado com uma frequência inferior a 10%. Levanta-se a hipótese de que há investimento na programação cultural e nas festas comemorativas, assim como em projetos, porém parece haver um aproveitamento limitado ou sub-aproveitamento desses eventos como uma oportunidade de investir mais no turismo da região, evidenciando assim uma característica do estado que, embora pareça estar atualmente investindo no turismo, demonstra-se ainda como um empreendimento de pequeno porte, comparando-se com outros estados do nordeste. Não se pode esquecer, entretanto, que os grandes e já tradicionais eventos, como o maior São João do Mundo, em Campina Grande, fomentam o turismo da região.

(...) disse que de 18 a 25 deste mês todos os hotéis de Campina Grande estão lotados. Na abertura do São João, a ocupação hoteleira atingiu apenas 50%. (...) Na opinião dele, o Maior São João do Mundo deveria ser realizado, também, em alguns dias de julho, aproveitando o período de férias do meio do ano (Jornal Correio da Paraíba, 03 de jun. 2003; seção economia).

Uma reportagem merece destaque pelo cunho impregnado de insatisfação em relação à ausência de apoio dado a alguns eventos, evidenciando agora a falta de recursos, por meio das subcategorias ausência de incentivo do governo local (2,0%), ausência da iniciativa privada (0,5%), ausência de incentivo do governo federal (0,2%):

Agentes culturais buscam verbas junto ao governo federal para resgatar evento. Por falta de recursos, o apoio financeiro dos setores oficiais ligados a Cultura, o tradicional Festival de Arte de Areia, mais uma vez, não vai acontecer este ano. Segundo o secretário de Turismo, J. Tavares Silva, o evento, que se realizava no primeiro semestre do ano, está orçado em cerca de R\$ 180.000,00. “A prefeitura não tem recursos financeiros para bancar o evento”, lamenta. Ele adianta que a subsecretária de Cultura do Estado, Cida Lobo, disse que o governo não tem

verba para investir no festival (...) (Jornal Correio da Paraíba, 04 de jun. 2003; seção caderno 2).

Neste exemplo, foi possível identificar resquícios da tradição musical em algumas regiões do estado como é o caso da cidade de Areia. Segundo a revisão da literatura, desde a década de 1970 que esta cidade é alvo de interesse da promoção de eventos musicais como é o caso do I Festival de Verão de Areia de âmbito nacional. Atualmente, encontraram-se nos números do jornal referências a festivais bastante conhecidos em Areia, como, o da Cachaça e Rapadura.

Selecionando como ilustração da ausência de incentivo do governo federal, tem-se o seguinte recorte de uma reportagem.

(...) Artistas do interior paraibano também estão reclamando. De Cajazeiras, o integrante do Grupo Tocaia, Elinaldo Menezes, em contato telefônico, diz que ainda não recebeu o cachê de R\$ 1.500,00 pela apresentação que fizeram no Fenart. “Alguns funcionários da instituição alegam que não se tem previsão de quando o dinheiro será liberado pelo Ministério da Educação”. Os artistas reclamam, também, que o mesmo tratamento não foi dado aos artistas famosos e palestrantes que vieram de outros centros (Jornal Correio da Paraíba, 12 de jul. 2001; seção Cultura).

Questiona-se se as baixas frequências nessas subcategorias não estariam diretamente vinculadas ao pouco incentivo percebido no setor de turismo cultural no Estado da Paraíba? E mais ainda, será que o governo local apresenta uma política de turismo que possa abarcar as demandas dos planos de turismo do setor federal? A região nordeste, especificamente o Estado da Paraíba, é tão-somente carente de atenção dos investimentos do governo federal, refletindo um aspecto de ordem política anterior, quiçá bastante antiga?

Por outro lado, verificou-se que a subcategoria leis de incentivo musical (1,9%) teve pouca representatividade diante das demais, o que pode estar denotando pouco incentivo do governo para o desenvolvimento do setor cultural em termos de legislação ou que a existência dessas políticas governamentais é pouco divulgada no jornal.

Exemplo de Leis de incentivo musical

(...) A Companhia força e Luz Cataguazes-Leopoldina, através da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, já implantou várias destas Usinas Culturais no Brasil, valendo salientar que a nossa é a primeira instalada no nordeste. Através de leis de incentivo a cultura, a Fundação tem promovido e patrocinado vários projetos culturais beneficiando artistas e produtores, criando um mercado independente (Jornal Correio da Paraíba, 30 de jun. 2003; seção Opinião).

É interessante observar que a respeito das homenagens aos expoentes da música as notícias centram-se na citação dos nomes dos artistas, tornando a homenagem grupal, sem especificar nenhuma contribuição individual dos artistas no cenário da música nacional.

Em sua quarta versão da Semana da Música, o bar Mr. Caipira, avenida João Maurício, Manaíra, abre a programação hoje, a partir das 22h00 até sábado, com homenagem a grandes nomes do cenário nacional e artistas paraibanos em um tributo de trinta minutos. (...) Na seleção dos homenageados foram mais votados nomes como Djavan, Caetano Veloso, Tom Jobim, Marisa Monte, Gilberto Gil, Adriana Calcanhoto, Zé Ramalho, Fagner, Paralamas do Sucesso, Chico César, Chico Buarque, Lulu Santos, Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga, Cássia Ellen, Zeca Baleiro, Renato Russo, Ed Mota e Cidade Negra (...) (Jornal Correio da Paraíba, 22 de nov. 2001; seção caderno 2).

A subcategoria críticas contra o movimento musical (0,7%) também fez parte da categoria em evidência, cuja frequência baixa demonstra um papel secundário diante das comentadas anteriormente. Este resultado sugere que existe pouco feedback aos músicos sobre o que pensa o público a respeito do trabalho desses profissionais, ou ainda, existe outra hipótese explicativa, a partir da qual se pode supor que a população apresenta escasso conhecimento ou não avalia criteriosamente a qualidade das músicas que consome. E se assim o faz, deixa de tornar essa opinião pública. Dos raros exemplos encontrados, a seguir tem-se um deles com uma conotação notadamente negativa sobre um gênero musical, cujo título da notícia é Forró Gameleira.

O título acima é o nome de mais um bom grupo de forró pé-de-serra originado em São Paulo, capital, onde a febre do gênero se instalou desde 1996, originando grupos como Falamansa e Rastapé. (...) Enquanto aqui no nordeste campeia o falso forró em que até os nomes dos grupos são misturas indigestas; no centro-sul, nordestinos unem-se a paulistas para dar uma força ao forró autêntico (Jornal Correio da Paraíba, 13 de dez. 2001; seção Sociedade/Campina).

3.1.3. Profissão

A subcategoria músicos da terra (17,6%) é representativa desse bloco. Este resultado denota um espaço considerável na imprensa para divulgar o fato do músico ser da terra. A segunda subcategoria em destaque é divulgação dos músicos da terra (7,2%) (Tabela 4).

Tabela 4.*Freqüências de ocorrências das subcategorias de profissão (N = 539)*

Subcategorias	Definição	F	%
Músicos da terra	Elencar os músicos e/ou grupos de artistas da terra de qualquer tipo de música: erudita, instrumental etc., podendo ser compositor, cantor, instrumentista, repentista... observando a menção ao fato do grupo ou do músico ser da terra.	243	17,6
Divulgação	Eventos destinados a promover a divulgação dos artistas da terra, assim como comentários a favor da qualidade da música e/ou músicos.	99	7,2
Profissionalismo	Investimento dos artistas ou dos órgãos públicos ou privados na profissionalização dos músicos, através do incentivo no ensino básico ou superior, especializações, cursos etc.	38	2,8
Repercussão nacional e/ou internacional	Músicos paraibanos que conseguiram projeção nacional/internacional, estejam eles residindo no Estado ou fora dele, desde que seja mencionado na reportagem.	32	2,3
Comercialização	Comércio de CD, vinil, fita K7, DVD, abadás etc.	32	2,3
Intercâmbio outros estados/ exterior	Apresentação dos músicos da terra em outros estados e/ou intercâmbio de artistas de outros estados e/ou exterior, através de apresentações, eventos e concursos.	27	2,0
Homenagens aos músicos paraibanos	Homenagens prestadas a músicos paraibanos, através de eventos e/ou divulgação em meios de comunicação, referindo ao fato do músico ser da terra.	16	1,2
Crise cultural	Relacionada com ausência de política de desenvolvimento para o meio artístico, especialmente para a música no Estado.	12	0,9
Desvalorização	Falta de valorização dos artistas da terra, sejam eles famosos ou não, iniciantes ou veteranos.	10	0,7
Dificuldade financeira	Dificuldade de divulgação da música ou de sobrevivência no mercado de trabalho devido aos baixos salários pagos aos músicos de qualquer especificidade musical: erudita, popular, instrumental etc.	10	0,7
Gravação PB/dificuldade	Produção musical na região, seja de músicos locais ou não. Sejam elas referentes a tecnologia ou falta de apoio do governo ou da iniciativa privada para a gravação no Estado.	7	0,5
Mercado de trabalho	Oportunidade ou falta de empregos na área musical. Por exemplo, concursos públicos, oferta de órgãos privados etc.	5	0,4
Produção com recursos próprios	Músicos ou conjuntos musicais da terra que estejam investindo com recursos próprios em shows, gravação de CD's etc. na sua divulgação.	4	0,3
Ausência de divulgação	Falta de incentivo aos músicos iniciantes ou profissionais da PB.	3	0,2
Agressão contra músicos	Atos de agressão e/ou violência praticado contra os músicos	1	0,1

É interessante observar que estas subcategorias, aparentemente semelhantes, apresentam um diferencial que merece ser considerado. A primeira, embora implicitamente divulgue os artistas da terra, caracteriza-se nas notícias apenas por mencionar este fato; a segunda adquire uma conotação mais direta na divulgação, pois que reúne uma série de reportagens que dizem respeito exclusivamente a eventos que se proponham literalmente a divulgar estes artistas. Os exemplos a seguir são bastante ilustrativos de músicos da terra e divulgação dos músicos da terra, respectivamente.

Orquestra Sinfônica da Paraíba se apresentará no auditório da UFPE no dia 11 (Jornal Correio da Paraíba, 03 de abr. 2001; seção cidade)

O mundo cultural brasileiro aguarda com ansiedade a biografia de Jackson do Pandeiro, trabalho de fôlego da lavra dos jornalistas Antônio Vicente (Correio da Paraíba) e Fernando Moura (Textoarte). A propósito: é curioso que quase nada tenha sido lançado, até agora, sobre o sambista Jackson – de quem todo bom compositor brasileiro quer ser cria –, apesar da sua importância cultural. Jackson é paraibano de Alagoa Grande (Jornal Correio da Paraíba, 13 de set. 2001; seção: opinião).

Nessa notícia existe um tom crítico em relação ao fato de ninguém ainda ter escrito nada a respeito do artista, tendo em vista o possível esquecimento do músico.

A subcategoria divulgação dos músicos da terra teve uma boa frequência, e a sua contrapartida, ausência de divulgação (0,2%) apareceu muito pouco no jornal, evidenciando as duas faces de uma mesma moeda. A compreensão desse fenômeno é ampliada quando se consideram outras subcategorias correlatas a estas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se divulgam os músicos da terra, aparece muito pouco a subcategoria gravação de CD's na Paraíba/Dificuldade (0,7%) e produção com recursos próprios (0,3%).

Como exemplo desta última, tem-se:

A banda Matando a Pau, de João Pessoa, está atravessando um momento de intercâmbio em todo nordeste e dia 10 de novembro irá tocar num festival em Fortaleza. Como a banda não conta com apoio financeiro de nenhuma empresa ou órgão, os próprios integrantes estão tentando através da venda independente arrecadar dinheiro para os gastos com a viagem, portanto, além de estar comprando produtos de uma banda paraibana arretada você estará ajudando a mesma nessa divulgação underground (Jornal Correio da Paraíba, 24 de out. 2001; seção etcétera).

É interessante assinalar nessa notícia o lembrete de que a banda não tem apoio nenhum para a sua gravação. A mensagem transmitida demonstra implicitamente a dificuldade de se “fazer música” no estado, de conseguir patrocínio e apoio para este tipo de investimento. Ao mesmo tempo, é bastante comum o teor de linguagem persuasiva, buscando seduzir o público, especialmente na divulgação de algum evento. O fato desse tipo de linguagem ter aparecido com certa frequência justifica-se pela própria natureza do trabalho do profissional da música e também da arte em geral. O artista precisa seduzir o público para obter o seu reconhecimento. Segue outro exemplo da dificuldade de se “fazer música” na região:

Após três meses no Rio de Janeiro, mantendo contatos com gravadoras e divulgando o produto muriçocas do Miramar, está de volta a João Pessoa o compositor Flávio Eduardo, o Mestre Fúba. Fica por aqui até o carnaval, mas está disposto a, em seguida, fixar residência no Rio “onde tenho mais campo para desenvolver o meu trabalho” (Jornal Correio da Paraíba, 10 de out. 2001; seção sociedade).

Mais uma vez, este exemplo deixa explícito a noção de que a cidade e o governo não favorecem o crescimento do trabalho do músico. Tudo isso reflete um sentimento de tristeza que parece fazer parte do conteúdo latente dessas mensagens. O eixo Rio-São Paulo continua sendo o sonho e o desejo para se conseguir projeção na carreira.

Exemplo da categoria gravação de CD's na Paraíba.

A parceria dos poetas repentistas Oliveira de Panelas e Jatobá está registrada no lançamento do CD “Acústicos de Amor”, com lançamento nesta quinta-feira, às 20h00, no Teatro Ariano Suassuna do colégio Marista Pio X. Gravado no Stúdio Sabiá, em JP, o CD contém 14 faixas com recursos de poesias, rituais e instrumentos de diversas modalidades da cantoria (Jornal Correio da Paraíba, 20 de dez. 2001; seção cidade).

Pergunta-se, portanto, se a dificuldade de gravar CD’s no estado acontece em função da falta de incentivo de divulgar esses artistas ou de precária infra-estrutura (econômica e política) para tal investimento?

Seguindo ainda o mesmo raciocínio, as homenagens prestadas aos músicos da terra receberam uma pontuação muito baixa (1,2%), o que vem a confirmar um investimento maior nos eventos do que nos músicos em si. A seguir tem-se uma reportagem em que a homenagem se dá de forma bastante generalizada aos músicos.

Integrado plenamente à cultura campinense, o shopping Iguatemi instalou no Parque do Povo o “Arraiá Iguatemi”, cuja decoração apresenta o tema “Ferreiros da Terra”, uma homenagem justíssima com fotos, objetos e reportagens – àqueles nativos que cultuam o especial gênero musical comum à época (Jornal Correio da Paraíba, 30 de jun. 2001; seção cidade).

Ademais, a subcategoria desvalorização dos músicos (0,7%) aparece com uma frequência pequena. Na revisão de literatura, tal evidência foi comprovada. Para citar apenas uma, verificou-se a existência de comentários que revelam a falta de importância que se dá ao artista paraibano, visto que o próprio Siqueira, sobre o qual já se fez referência, foi esquecido e antes de sua morte, passou por problemas de saúde e financeiro, tornando-se desconhecido para o grande público (Rodrigues, 2001).

A começar pelo título da reportagem – músicos humilhados –, a desvalorização do profissional imperiosamente manifesta-se, permeada do sentimento de revolta:

É grande a revolta de músicos e cantores locais, a chamada “prata da casa”, com a falta de pagamento dos seus contratos juninos. A romaria na porta da Secretaria das Finanças é imensa, mas ainda assim não conseguiu despertar a sensibilidade do Poder Público inadimplente. Enquanto isso, a “prata de fora”

curte os mares de Ondina e Maria Farinha (Jornal Correio da Paraíba, 07 de dez. 2001; seção cidade).

Nas reportagens, foi possível observar também outro exemplo que reflete o esquecimento dos artistas “pratas da casa”, quiçá o esquecimento de seu valor em épocas pretéritas.

Instrumentista está morando em Recife e enfrenta problemas financeiros. “Parei de trabalhar, não viajo mais e a coisa está preta”. O desabafo é do instrumentista e compositor Canhoto da Paraíba, um exímio violonista que aprendeu o manejo das cordas com agilidade e competência usando a mão esquerda com o violão que ganhou do pai. (...) lamentou, reclamando do AVC que deixou seu braço esquerdo paralisado. “Tô com a parte esquerda inútil, era justamente com a mão esquerda que puxava as cordas”. (...) Canhoto da Paraíba vem sofrendo da doença desde 1999, e o que recebe da aposentadoria é um míngua salário de R\$ 560,00. Com as despesas dos remédios, foi obrigado a vender o carro... para bancar as despesas (Jornal Correio da Paraíba, 02 de set. 2001; seção cultura).

Observou-se a desvalorização dos músicos da terra e sua contrapartida – valorização dos artistas de fora – aparece em forma de denúncia entre algumas reportagens. A próxima notícia apresenta um conteúdo bastante revelador:

Governo não tem dinheiro para apoiar o Festival de Artes de Areia. E por falta de grana, o Fenart em João Pessoa, foi adiado para novembro. Agora, para trazer um bailarino da Suíça não falta dinheiro e ainda por cima, ele viria pra ensinar a gente a dançar forró (Jornal Correio da Paraíba, 08 de jun. 2003; seção cultura).

O sentido irônico do final da reportagem denota a evidente desvalorização da chamada “prata da casa”. Tal desvalorização remete-se a certa tradição à valorização do estrangeiro, aspecto herdado desde o período colonial, podendo ser caracterizado como um traço fortemente arraigado na cultura brasileira (Caldas, 2006). O santo de casa não faz milagre, sendo mais fácil um santo de fora o fazer, mesmo que totalmente descontextualizado da realidade alheia.

Embora tradicionalmente a Paraíba seja percebida pelos artistas e pela sociedade como um berço de talentos que brilharam no cenário nacional, os artigos pouco evidenciaram os artistas da terra que têm ou tiveram repercussão nacional e/ou internacional (2,5%) ou mesmo um incentivo ao intercâmbio com outros estados e ou exterior (ver definição na Tabela 4). Questiona-se se ao sair do estado, o artista da terra perde seu prestígio diante da sociedade local, tornando-se esquecido do público? Ou a perspectiva de fazer sucesso fora do estado é tão escassa que o prestígio passa a ser de âmbito nacional e não igualmente paraibano?

Tal referência pode ser observada quando um jornal ao mencionar o nome de uma artista paraibana, como Elba Ramalho, entre outros, na maioria das vezes, não deixava explícita sua origem. Tal evidência pode refletir duas situações diametralmente opostas: (1) ou se supõe que todos que irão ler o jornal já sabem desse fato, ou (2) simplesmente não há uma valorização dos músicos por ser da terra apesar da repercussão de âmbito nacional e/ou internacional

Reportagem como a seguinte ilustra o exemplo de intercâmbio de artistas de outros países.

O músico Lokua Kanza, um dos maiores representantes da “Wold Music” africana, fará show, em João Pessoa, dia 13 de junho, às 23h00. A atração, única na cidade, é uma iniciativa conjunta da Aliança Francesa, Yázigi Internexus, com o apoio do Bureau Export Música Francesa no Brasil (Jornal Correio da Paraíba, 04 de jun. 2003; seção cultura).

No entanto, foi possível encontrar referência do artista paraibano com repercussão internacional, deixando claro para os leitores a qualidade e competência desses profissionais.

Recebi de Kees Engelsbart, via e-mail, esta foto do guitarrista Washington Espínola, tocando no Festival de Sappey, na França, no dia 8 deste mês. Recentemente, Washington compôs a trilha sonora para “O campeão” produção cinematográfica holandesa. Vale lembrar que o músico paraibano está radicado na Suíça (Jornal Correio da Paraíba, 22 de jul. 2001; seção cultura).

A categoria profissionalismo (2,8%) apareceu com uma frequência baixa, talvez refletindo uma tendência informal ou amadora de exercer essa profissão, pois, no senso comum, propaga-se a idéia de que basta “tocar qualquer coisa” para ser considerado um músico. A reportagem seguinte ilustra o tipo de notícias que saem no jornal sobre a divulgação de cursos de música.

Violão – teclado – cavaquinho – guitarra – bateria. Aulas – técnica vocal. Professores formados pela UFPB. Cursos de férias. Av. João Maurício, 821 – Manaíra. (Jornal Correio da Paraíba, 08 de jun. 2003; seção cultura).

A subcategoria dificuldade financeira mostrou-se presente, embora com uma frequência baixa (0,7%), assim como o mercado de trabalho (0,4%) e a crise cultural (0,9%). Todas elas dizem respeito às dificuldades peculiares à atuação dos profissionais da música, porém a desarticulação dos profissionais pode indicar o favorecimento do não-aparecimento desse fato na mídia ou reforçar a idéia já pleiteada de que a mídia interessa apenas o lado social da música. Mesmo assim, reportagens com esse teor podem também ser encontradas nas análises, conforme se vê na matéria a seguir:

Mais de uma dezena de músicos pernambucanos se reúnem hoje, no Teatro do Parque em Recife, às 20h00, para homenagear o violonista Francisco Soares de Araújo, o Canhoto da Paraíba. Reconhecido como um dos principais compositores e intérpretes do violão, ele sofreu uma isquemia cerebral há 3 anos, que o impossibilitou de tocar. A renda será revertida para a continuidade de seu tratamento (Jornal Correio da Paraíba, 11 de ago. 2001; seção sociedade).

Cerca de quatro meses depois, o apelo para dar assistência ao instrumentista Canhoto da Paraíba reaparece, dessa vez com pedido de ajuda da população.

Canhoto da Paraíba, exímio violonista, está muito doente em Recife e sem dinheiro para manter-se dignamente. Quem puder e quiser ajudar este grande nome de nossa cultura é só depositar na conta 704967-6, Agência 0325-5 do Banco do Brasil, em nome de Eunice Gadelha de Araújo, sua esposa (Jornal Correio da Paraíba, 16 de dez. 2001; seção cultura).

As notícias evidenciam o fato de o artista ser da terra, mas, na verdade, no primeiro exemplo, os pernambucanos é quem estão ajudando o paraibano. O conteúdo faz referência a ser um grande músico, mas deixa explícita a necessidade de manter-se dignamente, deixando em evidência uma ambigüidade nessa relação. A mensagem transmitida ao público é que o artista parece conviver dialeticamente com o sucesso em um lugar do passado e, posteriormente, com o esquecimento no presente. Essa idéia é sabiamente refletida no mito da fama, designada como companheira constante da obscuridade. Inevitavelmente, a fama carrega consigo um lado obscuro – o anonimato, tirando o lugar singular do artista (Coelho, 1999a).

Exemplo da categoria mercado de trabalho:

Pelo menos dois eventos estão sendo anunciados para comemorar o Dia dos Namorados. O Hotel Tambaú prepara um jantar especial para a data e o produtor cultural Flávio Eduardo, o Fúba, anuncia a contratação da banda Renato e Seus Blue Caps para o show no Cabo Branco (Jornal Correio da Paraíba, 04 de jun. 2003; seção sociedade).

Como pode ser assinalado, a subcategoria *comercialização* (comércio de CD, vinil, fita K7, DVD, abadás, etc.) apresentou uma frequência de apenas 2,3% do total dos números do jornal analisado. Pela própria neutralidade da definição, esta subcategoria agrupa mensagens de caráter positivo e também negativo da comercialização. A seguir, tem-se exemplo de aspecto positivo:

O 3º Desafio Nordestino de Cantadores termina no próximo sábado, 7, a partir das 20h00. A final tem como atração, além da disputa de cantadores, o declamador paraibano Jessier Quirino (...) e um stand para venda de livros e CD's será montado no sábado, dia do evento... (Jornal Correio da Paraíba, 05 de jun. 2003; seção cultura).

Mais um exemplo de comercialização, só que dessa vez abordado no sentido negativo:

Se depender de João Pessoa, os artistas brasileiros não vão receber um tostão de direitos autorais referentes à gravação e comercialização dos seus discos. Chega a ser assustador o comércio de CD's piratas nas calçadas da cidade e nas areias das praias do Cabo Branco a Cabedelo (Jornal Correio da Paraíba, 09 de dez. 2001; seção sociedade).

Numa frequência sem representatividade para a subcategoria em foco, surgiu agressões contra músicos. O conteúdo encontrado a este respeito não se refere a uma situação específica direcionada ao músico; retrata tão-somente um aspecto de violência mais social, sem vinculação direta com o profissional da música.

Em síntese, a presente categoria – profissão – abarcou algumas das principais contradições existentes na dinâmica do profissional da música: a busca pela fama versus a crise cultural, o fenômeno do estrangeirismo versus a evidente potencialidade dos músicos da região, a reivindicação da valorização dos profissionais versus o sucesso fora do estado, sucesso no passado versus anonimato no presente, o profissionalismo como aspecto positivo versus o amadorismo com suas nuances negativas e, finalmente, a dedicação exclusiva à profissão versus a dificuldade financeira. Além desses dilemas apontados por meio das subcategorias analisadas, outros poderão ser contemplados na categoria a seguir.

3.1.4. Organização político-associativa

Esta categoria reuniu notícias que diziam respeito às associações e as formas de organização política do grupo profissional.

Observou-se que os músicos no estado da Paraíba encontram-se pouco organizados enquanto profissionais. Indicadores do fato são as baixas frequências nas subcategorias referentes à OMB-PB (1,4%), às Associações de músicos (0,9%), às Reivindicações (0,4%), aos Sindicatos (0,1%) e até mesmo aos Conflitos existentes entre os profissionais (0,1%), configurando, por fim, como uma categoria pouco representativa da amostra total dos números do jornal (Tabela 5). Outrossim, este resultado reflete o tipo de reportagem que interessa ao músico e ao público de um modo geral, isto é, a divulgação da programação cultural e comentários sobre os eventos. O que os músicos desejam é público e não poder. Para o público, a profissão de músico

interessa enquanto fornecedora de um produto de consumo de interesse do leitor (consumidor do jornal).

Tabela 5:

Freqüências de ocorrências das subcategorias da organização político-associativa (N = 43)

Subcategorias	Definição	F	%
OMB-PB	Atuação; críticas; dificuldades; regulamentos; em defesa da classe; quaisquer intercorrências em torno da Ordem etc.	19	1,4
Associações	Criação e/ou necessidade de fundar uma associação dos músicos da PB.	12	0,9
Reivindicações	Movimento dos músicos em busca de melhoria da classe.	5	0,4
Música na política	Músicos que estejam investindo em sua própria candidatura a cargos políticos.	3	0,2
Sindicato	Atuação desse sindicato a favor da classe. Relatar dificuldades e/ou conquistas.	2	0,1
Conflitos entre profissionais	Discussões, desentendimentos entre os profissionais da área tendo como alvo os elementos relacionados à profissão.	2	0,1
Subtotal		43	3,1

Importa registrar que, na subcategoria OMB-PB, agruparam-se reportagens que se referiam a essa instituição, predominantemente como divulgação de algum evento e não de aspectos relacionadas à organização dos músicos, enquanto grupo profissional.

MPB Quartas – Hoje, às 19h30, na Ordem dos Músicos, Rua 13 de Maio, centro, com um repertório de músicas de serestas e românticas (Jornal Correio da Paraíba, 25 de jul. 2001; seção cultura).

Encontrou-se reportagem de teor reivindicatório, permeado de sentimento de desvalorização, como pode ser visto a seguir.

Para o presidente da Ordem dos Músicos, secção Paraíba, compositor Benedito Honório, o músico tem pouca coisa a comemorar nessa passagem de sua data. “Apesar de ser a profissão mais bonita do planeta, o músico não tem o reconhecimento que merece”. (...) “Eles colocam artistas diante das câmeras de televisão fazendo mímica, sem citar os nomes dos autores e dos músicos que estão sendo tocados, isso é um total desrespeito que vamos procurar combater”, protesta (Jornal Correio da Paraíba, 22 de nov. 2001; seção caderno 2).

Em associações, as reportagens catalogadas, pelo seu número, refletem que suas associações e sindicato obtêm reduzido espaço no jornal analisado, o que pode ser indicador de fragilidade, mas seu conteúdo reflete a desmobilização enquanto grupo, indicando a sua fragmentação à proporção que existem iniciativas para a formação de associações em direção a determinados segmentos musicais. Fragilidade e fragmentação certamente são faces de um mesmo fenômeno. O próximo exemplo é ilustrativo dessa subcategoria e também de sindicato.

Hoje tem reunião das bandas de pagode da grande João Pessoa, marcada para as 15h00 no Genoma Cursos, localizado no final da av. Epitácio Pessoa. Os assuntos discutidos na pauta deste encontro são referentes a atual situação na qual se encontra o movimento do pagode em João Pessoa e a criação de uma associação/sindicato que defenda os interesses das bandas de pagode (Jornal Correio da Paraíba, 15 de ago. 2001; seção sociedade)

Essa fragmentação favorece a difícil concentração dos profissionais em um ponto central de discussão a respeito das reivindicações grupais, elementos estes mais amplos, que não se restringem a determinando segmento do movimento, mas aos músicos em geral. Para ilustrar a categoria reivindicações, destaca-se o seguinte recorte:

A classe artística da cidade de Patos realizou, na quinta-feira, em frente ao prédio da Prefeitura municipal, um enterro simbólico da cultura patoense em protesto contra a demora no repasse dos bônus pelo poder público municipal para os projetos encaminhados pela Lei de Incentivo à Cultura Municipal. Com faixas, cartazes, velas e um caixão, a categoria improvisou um cenário fúnebre em plena via pública e reuniu alguns cantores de música popular para chamar a atenção das pessoas (Jornal Correio da Paraíba, 04 de nov. 2001; seção Cultura).

Neste exemplo, o grupo de artistas mostrou-se unido em função de um sentimento de revolta diante das dificuldades de se fazer cultura, tendo o governo como interlocutor desse processo. Portanto, vê-se que, mesmo com a fragmentação de sua organização político-associativa, emergem momentos de unidade. Com o grupo reunido, o impacto social parece ser mais significativo.

Em frequência bastante pequena, encontram-se a subcategoria conflitos entre profissionais e músicos na política reforçando a pouca participação dos músicos na inserção nos setores governamentais. Questiona-se, portanto, se tal omissão não estaria dificultando a articulação política desses profissionais diante das aspirações do grupo no investimento do setor da arte (música) no estado.

Por fim, a categoria organização político-associativa evidenciou um grupo de profissionais carente de organização política. Algumas indagações se fazem presente: Não estaria esse fato contribuindo para as poucas conquistas do setor em âmbito estadual? O que de fato estaria dificultando a organização político-associativa desses profissionais? Eles se constituem uma classe social? Há interesses realmente compartilhados? A fama de alguns e o sonho da fama pode estar dificultando a construção da identidade profissional? Esses são questionamentos pertinentes para se refletir em torno do processo de organização político-associativa dos músicos.

3.1.5. Conclusão

As análises apontam para uma visão da profissão da música transmitida ao leitor do jornal Correio da Paraíba em torno de quatro categorias centrais: social, incentivo à música, profissão e político-associativa. Predominam, portanto, aspectos eminentemente que tratam da música enquanto lazer e diversão, e são escassas as notícias que se referem ao contexto laboral e condições de trabalho desses profissionais. Apesar de tal evidência, é possível assinalar pontos relevantes do processo de construção da identidade profissional transmitida ao público que o conjunto dessas categorias e subcategorias elucidada. Para melhor visualização, as figuras a seguir resumem, em forma de esquema, todas as quatro categorias com suas respectivas subcategorias.

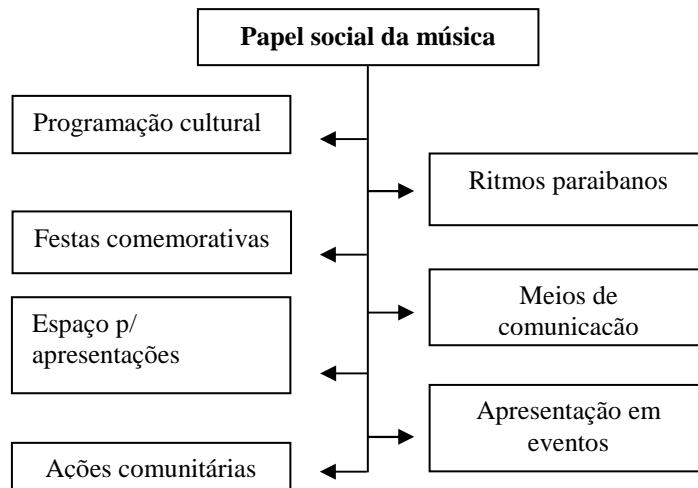


Figura 2. Representação esquemática da categoria papel social da música a partir das análises do jornal

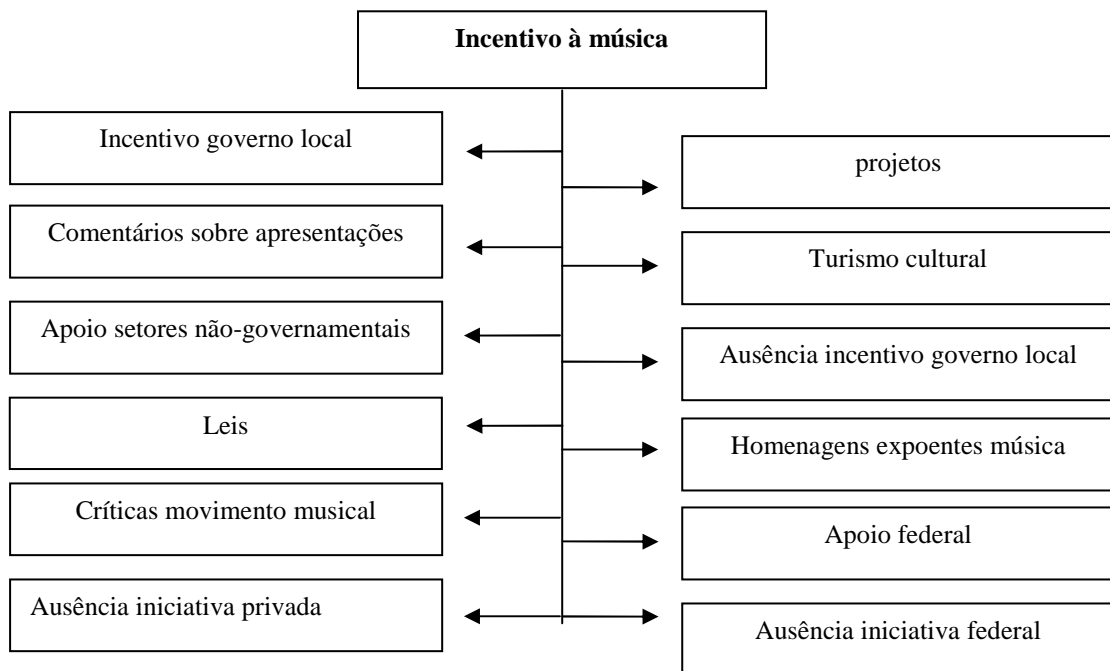


Figura 3. Representação esquemática da categoria incentivo à música a partir das análises do jornal

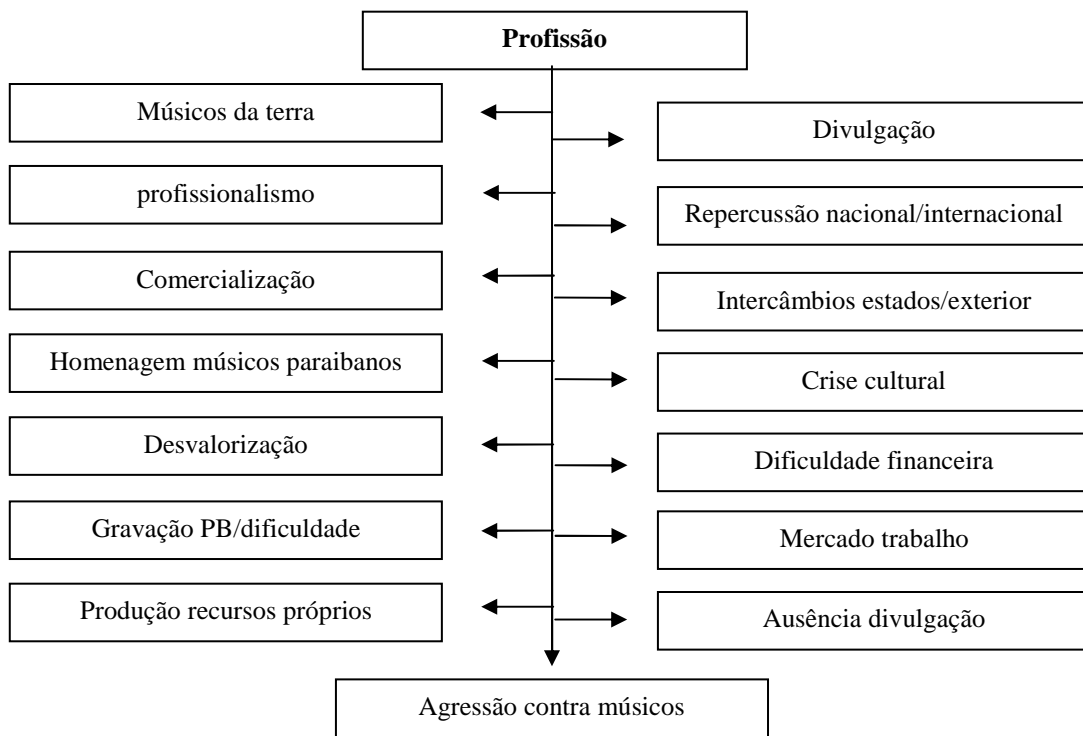


Figura 4. Representação esquemática da categoria profissão a partir das análises do jornal

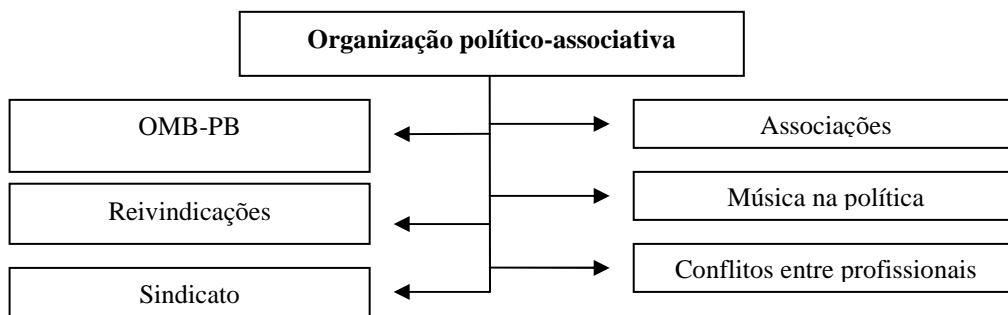


Figura 5. Representação esquemática da categoria organização político-associativa a partir das análises do jornal

São divulgados consideráveis números de eventos musicais, mas, ao mesmo tempo, foram encontrados reportagens sobre a desvalorização do músico da terra. O mito da valorização parece caminhar lado a lado com a desvalorização. O sucesso de alguns também está presente nas notícias, porém o fim de carreira com dificuldades financeiras de igual maneira é divulgado. Esse é o reflexo patente da dialética da fama: singularidade em um momento e anonimato em outro. Paralelo a essa relação de desejo e fantasia com o sucesso e a fama, floresce uma realidade árdua quanto ao lugar de esquecimento de um músico pela sociedade; músico esse que, na maioria das vezes, já se destacou por meio de seu trabalho. O fato de o músico lidar com as dificuldades da crise cultural no âmbito das artes e de estar sujeito à falta de incentivo do governo para exercer suas atividades laborais também se somam para desvalorizar a profissão.

A própria natureza do trabalho de divertir e alegrar as pessoas cria uma fantasia em torno da figura desse profissional, o que dá lugar a uma posição de mito, de objeto de desejo do público. A fama parece o ser o desejo de quem se propõe a ser um músico, porém a realidade das condições de trabalho no campo da arte é o primeiro obstáculo para se manter nesse sonho. Questiona-se: a omissão de notícias em torno das condições de trabalho desses profissionais não estaria alimentando esse lugar de fantasia que ocupa a profissão da música?

A trilha de conquistas e reivindicações do grupo de profissionais se mostrou muito solitária, embora algumas vezes se tenha encontrado manifestações públicas a respeito da crise cultural que afeta os músicos.

O fenômeno da valorização do estrangeiro esteve presente nos recortes, possivelmente indicando que a desvalorização dos músicos “prata da casa” é algo anterior à profissão, pois faz parte inerente da cultura brasileira, como pode ser observada em outros contextos sociais, que não só a arte, como mostra a literatura.

O valor da música paraibana esteve presente nas reportagens. Músicos da terra, embora reconheçam sua desvalorização, admitem que alguns conseguem projeção nacional e internacional, apesar das dificuldades encontradas nesse universo. Ao mesmo tempo, sair das fronteiras do estado em direção ao eixo Rio-São Paulo é assinalada como o referencial de sucesso. Reivindica-se valorização do músico da terra, mas o indicador de sucesso é “deixar de ser o músico da terra”, regional, passando a ser “nacional” na atuação no eixo Rio-São Paulo.

3.2. Os músicos falando da profissão

Na análise dos números do jornal, observaram-se elementos predominantemente externos a respeito da construção da identidade do músico, porém o balanço de todas essas considerações resultou em um insaciável questionamento a respeito das condições de trabalho desses profissionais no estado. Que dificuldades encontram no dia-a-dia? Qual a relação da valorização do músico da terra e os investimentos governamentais para incentivar a arte? Qual a relação dos músicos com a OMB/PB? Enfim, essas e outras reflexões ajudarão a elucidar os principais aspectos que fazem parte da construção da identidade profissional dos músicos no estado. Por isso, realizaram-se entrevistas para averiguar diretamente esse universo a partir da fala dos profissionais em foco.

Considerando a impossibilidade de fazer generalizações, no sentido de identificar as vivências em toda a profissão de músico e por não dispor de estudos anteriores sobre o músico paraibano, as entrevistas serão importantes como exploração inicial para pôr em evidência fatos, fenômenos e aspectos indicadores das tendências gerais do que é vivenciado pelo músico na Paraíba, em específico na cidade de João Pessoa. Tais explorações serão importantes para se indagar sobre os valores dos músicos e sobre seu bem-estar.

A elucidação das categorias ocorreu a partir da fala dos entrevistados, inicialmente através de uma “leitura flutuante”, em que o conjunto de categorias foi sendo construído e logo comparado com a categorização dos juízes (Figura 6).

Tópico/categorias	Atributos/subcategorias
Descrição do dia de trabalho	Divulgação Ensaios/gravações Apresentações Descanso Estudo Projetos Dar aulas
Importância da profissão	Socializar / diversão Terapêutica Proporcionar fantasias
Imagem do profissional	Negativa: músico popular; amadorismo Positiva: músico erudito; profissionalismo
Influência da imagem	Imagem interfere na qualidade do trabalho
Mercado de trabalho	Ausência de reconhecimento/credibilidade Dificuldade centros pequenos Omissão da mídia Ausência de valorização Valorização do estrangeiro Necessidade de sair do estado
Organização política	Dificuldade de organização alternativas de organização
OMB	Importante Repressora Melhor gestão a atual Não atende interesses dos profissionais
OMB versus profissionais	Proteção aos aliados Influência positiva na imagem Conflitos irracionais
Dificuldade com contratante	Má relação
Condições de trabalho	Disputa de poder
Governo mal-assessorado	Inexistência de política cultural
Mudanças	Individual Aparecimento de novos profissionais Necessidade de melhor divulgação/projeto Valorização do prata-da-casa versus estrangeirismo
Habilidades	Necessidade de profissionalismo
Qualificação	UFPB referência Músico popular = menos qualificação Educação de base Criar um curso técnico
Aspirações dos músicos	Inserção mercado trabalho Viver dignamente
Formas de trabalho	Liberal Empregado

Figura 6: Tópicos/categorias e atributos/subcategorias dos músicos a partir das entrevistas

- **Descrição do dia de trabalho**

Como primeiro tópico, destacou-se a descrição do dia de trabalho desses profissionais. Os resultados revelam que o dia de trabalho dos músicos é dividido entre apresentações musicais, divulgação do trabalho, descanso, dedicação a projetos em desenvolvimento, ensaios, assim como momentos dedicados ao estudo da música, tanto no que se refere a apresentações musicais propriamente ditas ou, tão-somente, para

ministrar aulas. Isso denota que os músicos parecem estar bastante envolvidos com a atividade de ensino também e que seus dias de trabalho diferenciam-se entre si devido à gama de atividades envolvidas. Isto não evita que existam alguns aspectos repetitivos e, às vezes, ritualísticos como a forma de começar um show ou terminar, etc.

- **Importância da profissão**

Quanto à importância da profissão da música para a sociedade, três funções foram enfatizadas: (1) função de socializar, divertir, relaxar, etc.; (2) função terapêutica, pois, segundo os participantes, todas as pessoas precisam/necessitam da música e (3) função de proporcionar momentos de fantasias em torno do ídolo. Estes resultados corroboram com a pesquisa realizada no jornal, em que surgiu fortemente a categoria social da música. Ademais, semelhante à reflexão anterior, segundo os entrevistados, a música tem a função social de proporcionar diversão.

Segue um exemplo da fala de um entrevistado a respeito da terceira função da música, em que o ídolo passa a ser o depositário das fantasias da coletividade.

Questão de fantasia que se cria em torno do músico, isso aí ajuda a divertir também porque na hora que tem aquelas mulheres que estão na frente do palco, ou aqueles homens que estão vendo uma cantora e estão fantasiando, aquilo ajuda a ele se esquecer do que acontece durante o dia. Naquele momento ele é só fantasia, só diversão. Faz parte. Eu vejo as coisas assim (Entrevista nº 1).

A relação entre ídolo, fã, aspirante a ídolo, etc. é bem representada no mito da fama. O ídolo busca fugir do anonimato, tentando escapar à massificação, enquanto que o fã é fascinado por aquele, deseja-o ou quer sê-lo. Ambos compartilham o mesmo desejo em posições diferenciadas: fugir à massificação e se destacar na singularidade (Coelho, 1999a).

Existe um ditado que diz que santo de casa não faz milagre. Então isso vale para a música também. Agora, claro que alguns se sobressaem e conseguem fazer uma diferença aqui. A verdade é que quando você está muito visível, quando está muito presente, a fantasia diminui. Isso vale para todo mundo. Então, eu acho natural que quando você é da terra as pessoas pelo fato, às vezes, de

saberem, de lhe virem todo dia, não vão lhe dar o valor que dão as pessoas de fora. Aí cabe a nós músicos tentarmos fazer alguma coisa diferente e trabalhar o lado da fantasia também. Às vezes a gente dá uma de estrela, não no sentido de ser estrela, mas no sentido de não abrir muito o jogo. De não ficar muito exposto. Deixa o pessoal fantasiar. Isso facilita, claro, que sem mencionar que tem que esnobar mais com as pessoas da terra do que com as pessoas de fora. Você tem que estar o tempo todo mostrando alguma coisa nova para poder quebrar isso. Se você é um cara que sai todo dia, o povo vê todo dia, ninguém vai querer pagar caro para lhe ver todo dia. Eu acho que a coisa vai por aí. Claro que tem lugares, principalmente quando é uma cidade grande como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, que você ser da terra ali não significa muita coisa. Que é tão grande, que é como se você não fosse. Então, às vezes, eles se alimentam e auto-sustentam e não tem muito esse problema de você ser muito visto, muito visado, porque a população é tão grande que nem todo mundo vai lhe ver todo dia. O que é diferente daqui de João Pessoa. Em João Pessoa, às vezes, você tem de desaparecer um pouquinho para poder o pessoal ter saudades (Entrevista nº 1).

Importa ressaltar, na fala do entrevistado, retratando o fenômeno da valorização do estrangeiro, considerando que não é fácil fazer sucesso como “prata-da-casa”, especialmente considerando que este é um traço da cultura brasileira de um modo geral. Agravando isso, está o fato da dificuldade de se ter sucesso em um estado pequeno como a Paraíba. Recorrendo à literatura, para se fazer sucesso em uma cidade pequena, basta originar-se de um centro maior, como Rio de Janeiro e São Paulo, para ganhar notoriedade. Para os músicos da terra é no mínimo paradoxal o fato de, sendo a Paraíba um celeiro de talentos, o sucesso individual seja impossível ou inviável justamente em sua terra, e a sociedade tenha que se contentar em prestar reverência àqueles que vêm de fora, ou admitir a estúpida idéia de ver o artista local apenas nos programas de televisão nacionais como se este jamais tivesse vínculo com sua terra, sendo sua origem uma fatalidade da qual ele sequer se lembra. O sucesso do artista local, fora de sua cidade ou região, implica mantê-lo longe de sua terra por um tempo tão significativo que acaba provocando entre ele e o público local tamanho distanciamento a ponto de seu público não mais se vê representado por ele, o que impede substancialmente o resgate ou divulgação de sua identidade sócio-cultural.

- **Imagem do profissional**

Investigando sobre a imagem do senso comum que é transmitida para as pessoas (sociedade) em relação ao profissional da música, verificou-se que, de acordo com a área a que o músico se dedica, há uma variação dessa imagem. Isto é, a hipótese é a de que existe um estereótipo diferenciado entre o músico erudito e o músico popular. Este último aparece como um profissional maluco, usuário de droga, bebe muito, sedutor, irresponsável, ganha mal, etc. o primeiro como alvo de admiração, objeto de fantasia, inveja, etc. É interessante observar que a oposição entre estas duas imagens pode estar inicialmente vinculada à área de atuação do profissional. Uma outra hipótese que merece atenção é a de que, no senso comum, a imagem do profissional erudito possa estar mais vinculada ao profissionalismo e a outra ao amadorismo. A primeira carregada de um perfil positivo e a segunda de um perfil negativo. O que não parece fazer sentido, pois o que significa ser amador, nesse caso? Existem grandes músicos eruditos que nunca sentaram nos bancos das universidades. Importa considerar que a ausência de profissionalismo também esteve presente nas análises do jornal, apresentando-se, nesse contexto, como uma tendência informal de exercer essa profissão, crítica existente no senso comum, quando se propaga a idéia de que basta “tocar qualquer coisa” que pode ser considerado um músico. Segundo o relato de um músico, a imagem negativa está bastante vinculada ao amadorismo.

Tem muito profissional de música que não leva a música a sério. Entendeu? Então o que acontece? Ele não enxerga aquilo como trabalho. O trabalho é aquele que pede por você. Veja só, ele pede de você pontualidade. Ele pede de você coerência. Ele pede de você capacidade. Ele pede de você sobriedade e a música enquanto curtição não exige nada. Entendeu? Então muitos profissionais levam a música como profissional do lado da curtição (Entrevista nº 5).

- **Influência da imagem**

Quando questionados sobre a influência que a imagem tem na relação entre os profissionais e o trabalho, as análises apontam para dois aspectos importantes: imagem e qualidade do trabalho. Estes aspectos afetam-se mutuamente e vão sendo construídos interdependentemente. A literatura aponta, e a fala de um entrevistado confirma a preocupação sobre o impacto da imagem do músico em geral, criada historicamente e que afeta o trabalho de cada um atualmente.

Existe um preconceito absurdo sobre o músico. Durante toda a trajetória de músico, durante toda trajetória dos grandes músicos, inclusive pessoas que foram grandes influências da música de hoje em dia, elas têm uma trajetória de alcoolismo, tem uma trajetória de uso de drogas, tem uma trajetória de mau comportamento diante de algumas situações que exigem respeito (Entrevista nº 5).

O fato de o músico popular ter um estereótipo negativo e de estar associado ao amadorismo ou a uma maneira informal de exercer a atividade musical parece somar-se à desvalorização do profissional, realimentando a vulnerabilidade da profissão.

- **Mercado de trabalho**

No que diz respeito à percepção sobre o mercado de trabalho para os artistas paraibanos, ficaram evidenciadas as categorias ausência de reconhecimento/credibilidade e omissão da mídia. A referência a estas categorias era acompanhada nas entrevistas pelo sentimento da tristeza dos profissionais quanto ao aspecto sócio-laboral. Nesse tópico, a fala dos entrevistados evidenciou uma terceira categoria mais secundarizada, mas mais generalizante. Refere-se à observação de que há dificuldade em centros pequenos. Nesta avaliação, o problema não seria, contudo, apenas paraibano, mas de todos os estados, do país mais periférico ao poder sócio-econômico e/ou que tem uma concentração populacional menor. Afinal não está delimitado sistematicamente o que seja centros pequenos nas falas.

No nosso Estado enfrentar as dificuldades de ser de um Estado que não tem muita divulgação nacional. Quer dizer, você fazer sucesso na Paraíba, para o Brasil não vai significar muita coisa. É diferente de você fazer sucesso em São Paulo. Se você fizer sucesso em São Paulo, você faz sucesso no Brasil. Se você fizer sucesso na Paraíba você só faz sucesso na Paraíba. Entendeu? Para mim basicamente é isso (Entrevista nº 1).

Apesar da imprecisão do que seja centro pequeno, há uma aspiração de ser reconhecido além das fronteiras estaduais, aspiração que é referida como desafio difícil de superar.

A nossa banda teve um momento, teve um determinado momento que a gente tocou, que a gente estava tocando em todas as cidades do interior da Paraíba. Praticamente em todas. E era impressionante como parecia ter um paredão na fronteira da Paraíba com os outros Estados. Eu tocava nas cidades aqui na Paraíba, mas aquele paredão ser transposto era preciso que eu fizesse um trabalho na capital daquele outro Estado vizinho, que era para poder chegar ao interior. A gente se sente literalmente cercado (Entrevista nº 1).

É interessante pontuar que a ausência de valorização dos músicos da terra foi um elemento importante que surgiu com muita ênfase, nas análises do jornal, comprovando dessa maneira seu caráter central no contexto sócio-laboral desses profissionais.

- **Organização política**

Quanto à organização política dos músicos, observou-se, como primeiro aspecto, que existe uma dificuldade destes profissionais em se organizarem; seja por desconhecimento dos direitos e deveres ou por falta de interesse na organização, etc. Em um segundo momento, começa a surgir uma inquietação diante dessa situação, e os profissionais já buscam alternativas para se organizarem, por meio de várias entidades, a partir da própria OMB ou de outras alternativas, como Associação dos Músicos, Sindicatos, etc. Isto pode estar sugerindo certa predominância de amadorismo. A própria natureza da profissão pode contribuir para isso, o que parece revelar a dificuldade de desvincular a função social de divertir, integrar, socializar do

amadorismo profissional. Observou-se que a dificuldade de organização política desses profissionais esteve presente nas análises do jornal com uma frequência de subcategorias muito inferior às demais. A partir da análise, embora se perceba uma relação ambígua com a instituição que representa esse grupo, poucos profissionais envolvem-se com os aspectos político-associativos, o que reflete a dificuldade de fortalecer a instituição que os representa, a dificuldade de se ouvir a voz grupal das reivindicações, não estaria ligada a essa falta de identidade social.

- **OMB**

Porém, observa-se um dado complementar relevante á análise anterior. Enfocando sobre a importância da OMB para os profissionais no Estado, algumas observações se impõem. A OMB é percebida como importante por sua função de regulamentar a profissão, porém, sua atuação tende a ser percebida como repressora.

Os fiscais da OMB mais parecem policiais civis... isso psicologicamente é arrasador. Imagina o cara correr o perigo de não fazer o show...(Entrevista nº 6).

É muito interessante essa percepção diante da OMB. Ao mesmo tempo em que existe, de um lado, uma queixa de um comportamento notadamente repressor da instituição; existe, por outro lado, uma queixa incisiva contra o amadorismo dos músicos. Este aspecto é uma contradição que acompanha a vivência profissional do músico revelando-se como uma dinâmica na ocupação.

O amadorismo enquanto alvo demonstra que a atuação dos amadores dificulta o trabalho dos profissionais. Aqueles que não são exigentes com as condições de trabalho não costumam perceber o trabalho de forma profissional. Em categorias analisadas, observou-se que a imagem negativa do músico pode estar vinculada ao amadorismo. O binômio amador versus profissional parece inevitável nas profissões artísticas, pois em se tratando de uma profissão que envolve a técnica, exige algo que pode ser chamado de talento inato. Esta visão não estaria subestimando a necessidade de formação? A natureza da própria profissão convive com esse binômio amador versus profissional, tornando esse limite bastante tênue. Ademais, o caminho para o profissionalismo quase sempre se inicia pelo amadorismo. Não seria este estágio do músico um elemento que faz parte da construção da identidade do profissional?

É justamente aquela coisa, se você tiver de fazer um mestrado, um doutorado. Perfeito. Mas se não. Mas assim, com a questão da subjetividade você, mesmo que você aprendeu a tocar sozinho, aprendeu música sozinho, intuitivamente. Bom, isso também foi questionado num simpósio que a gente fez qual a missão, levantamento, qual é não sei o que?. E a questão, a música é um dom? Ou a música é estritamente, temos que estudar música qualquer você aprende, como português e matemática? São as duas coisas. Por que na verdade se você tem um dom. Mas assim, se não tem a regra, a disciplina, não funciona, entendeu? Então, é necessário, é necessário o aperfeiçoamento... (Entrevista nº 6)

Outro aspecto referente a OMB é que ela é percebida como não atendendo mais aos interesses dos profissionais. Outros focos surgiram sobre este ponto, mas tiveram uma representação mais secundária, todavia foi evidenciado que a instituição não defende os profissionais, mas que, comparada com outras gestões, a atual gestão foi considerada por um dos entrevistados como “perfeita”, como pode ser observada na fala dele.

Para essa nova gestão é perfeita. Eu posso dizer vários benefícios, por exemplo, os músicos hoje eles não pagam para entrar em casa de show. Não é? Alguns dizem que isso é mendigar. Eu acho que não. É baseado no que ele falou, o músico ir assistir um show é uma fonte de pesquisas (...) (Entrevista nº 5).

Nesta fala, é possível perceber a importância que a OMB tem enquanto instituição reguladora da profissão, porém parece evidente que sua atuação não é satisfatória diante dos profissionais. Dessa forma, parece ser justificada a tentativa de organização que os músicos almejam.

- **OMB versus profissionais**

Ao serem questionados sobre a relação entre a OMB e os profissionais, os resultados apontaram negativamente para o fato de que os gestores da OMB agem protegendo os aliados políticos e que ocorre a reeleição de um pequeno grupo que não faz nada pelos profissionais da música. Sem entrar no mérito do conteúdo destas avaliações, elas implicam ao menos o reconhecimento da existência do conflito e/ou da divergência. Embora de forma mais secundarizada e, ao mesmo tempo, trazendo uma vertente diferente em termos de avaliação desses conflitos, surgiu uma categoria que se denominou de conflitos irracionais. Este termo refere-se á irracionalidade de existirem tais conflitos, o que parece ser focalizado aqui o desejo de se investir na instituição, como forma de se percebê-la como representante dos músicos.

Focalizando a relação entre a OMB e o profissional, os entrevistados afirmam que a atuação da OMB tem uma influência direta e positiva na imagem do profissional. Se, por um lado, as análises apontam negativamente para esta relação, observa-se aqui uma tendência inversa ao se considerar o fato de que pertencer à instituição denota certo respeito diante da sociedade. Observa-se ainda que a OMB é inoperante e que a atitude dos fiscais, como repressores, influencia negativamente no músico em nível psicológico. É interessante ressaltar aqui a relação dos profissionais um tanto ambivalente com a referida instituição.

- **Dificuldade com contratante**

A categoria dificuldade com contratantes merece uma consideração (Figura 6). Ficou evidente que a relação entre músico e contratante tende a ser difícil, no que diz respeito ao contrato de trabalho. Os profissionais queixam-se do mau pagamento. E dessa forma, os músicos revelam a dificuldade de comprar equipamentos bons em função de ganhar pouco e até mesmo de ter uma vida digna, segundo a fala de um entrevistado. Nas análises dos artigos do jornal, foi possível observar que a categoria dificuldade financeira e mercado de trabalho também se coadunam com este conteúdo das entrevistas.

A relação músico-contratante influencia o estabelecimento de um ciclo vicioso na vivência do profissional: o contratante baseado no estereótipo de um músico da terra fraco (pouco preparado e pouco profissional), paga menos do que deveria; o músico,

insatisfeito com o que recebe, firma vários contratos e dedica-se menos a cada; alimenta assim o estereótipo do contratante.

- **Condições de trabalho**

Os entrevistados pontuaram diferenças existentes nas condições de trabalho entre os profissionais. Elas são perceptíveis, isto é, de acordo com o reconhecimento, com a importância do músico para o público e até mesmo de acordo com a posição que ele ocupa, dentro do próprio grupo de trabalho – por exemplo, solista, regente, percussionista, vocalista, etc. –, o tratamento difere. Este resultado reflete a existência de uma hierarquia no grupo.

Também à semelhança do que foi encontrado na análise dos artigos do jornal, foi apontada a existência de projetos de apoio ao músico, tanto em nível municipal, estadual ou federal. Porém igualmente foi evidenciado que o governo não incentiva a cultura. Esta aparente contradição, à primeira vista, pode estar indicando que não é suficiente a existência de projetos, mas as condições necessárias estruturais para que se possa colocá-los em prática.

Olha, existem projetos. Eu não sou muito por dentro porque a gente no caso não se beneficia desses projetos, mas eu sei que existem projetos da prefeitura, projetos do Estado e existem projetos também federais, para financiamentos. Eu não sei exatamente, que Lei financia entre outras coisas, projetos musicais. Dá um dinheiro, uma verba. Existe uma verba pra gravação de CDs, projetos musicais em geral para comprar instrumentos. Não sei exatamente, mas existe um projeto. Existem projetos também municipais. Agora pra você se beneficiar disso aí, precisa ser articulado, procurar se informar das coisas (Entrevista nº 1).

Esse relato induz a refletir. De um lado, é possível que esta fala esteja denunciando a continuidade de uma política de apadrinhamento que alimenta a dependência do artista ao político; de outro, considerando as possibilidades de acesso à informação atual, autoriza indagar se a falta de articulação não pode ser entendida como desconhecimento dos processos técnico-burocráticos, sinalizando, portanto, a ausência de profissionalismo. Nesse caso, profissionalismo teria uma dimensão mais ampla, isto é, implica necessariamente em estar envolvido com as políticas que fazem parte do

contexto laboral, e não se restringindo a ter uma formação específica sobre a música, tampouco uma inscrição na instituição que regulamenta esta atividade.

A respeito do amadorismo tão presente na profissão dos músicos, algumas indagações tornam-se cruciais, embora sem a pretensão de abarcar toda a problemática em foco, uma vez que os elementos não permitem uma análise mais detida: A tão escassa profissionalização é meramente circunscrita ao interesse do profissional? O público demanda uma atuação musical de qualidade? Quais são os critérios de qualidade do público? O público exige do profissional melhor aperfeiçoamento? Será que a dificuldade de distinguir o profissional do amador pode ser um problema complexo? É a educação continuada de alguns profissionais que o diferencia substancialmente do amador? A falta de uma educação de melhor qualidade sobre música do público obscurece tal diferenciação? E os aspectos normativos, fiscalizadores e de organização política do músico contribuem para isto? Será que a impossibilidade de viver só da música, enquanto profissão, dificulta a dedicação e, portanto, a profissionalização, como vem sendo discutida aqui?

- **Governo mal-assessorado**

Foi identificada também a categoria governo mal-assessorado, indicando a inexistência de uma política cultural adequada, pois se salienta a importância de se terem como assessores os profissionais da música. Pode-se considerar aqui também o aspecto levantado na análise dos artigos do jornal, no que diz respeito a possível hipótese de que há certo investimento na programação cultural e nas festas comemorativas, quiçá em projetos, porém o que parece acontecer é ainda um subaproveitamento desses eventos como uma oportunidade de investir no turismo na região, por exemplo. Este resultado parece ser comprovado pela secundarização da categoria fundo de incentivo à produção definido como política governamental.

Fato importante, no contexto sócio-laboral dos músicos, é o aparecimento dos novos profissionais. Estes têm se mostrado mais responsáveis com a profissão, uma vez que a levam mais a sério. Mais uma vez a tendência amadora, de alguns profissionais, surge como prejudicial à profissão.

- **Mudanças**

Se, por um lado, a insatisfação com o contexto sócio-laboral dos músicos parece tão presente, os resultados indicam uma dificuldade dos profissionais em apontar em que direção deveria caminhar as mudanças necessárias à procura do profissional da música. Sob esse aspecto, as respostas mostraram-se evasivas e, ao mesmo tempo, diversificadas (sem consenso, dispersas). Foi assinalada a necessidade de a mudança partir do próprio músico, reciclando-se; a necessidade de divulgar o profissional sério e, por fim, a necessidade de encontrar novas formas de incrementar a divulgação local. Interessante estes elementos, pois que reforça o caráter eminentemente solitário do trabalho do músico, como que desvinculado do contexto sócio-político que se insere. Como evidenciar uma mudança a partir do próprio músico quando este faz parte de um grupo profissional mais amplo e também de um contexto social e econômico ainda mais abrangente? Que interesses estão por trás da insistente manutenção de profissionais desarticulados entre si e também politicamente?

Uma forma apontada de divulgação dos músicos da terra são os projetos musicais existentes, por exemplo, na cidade de João Pessoa. Foi assinalado que os músicos paraibanos entram em condições de trabalho inferiores em relação aos músicos de fora. Normalmente, tendem a ser mal pagos; têm um cachê diferenciado para menor; têm um camarim sem condições adequadas, além de o pagamento sair, na maior parte das vezes, atrasado. A fala com um teor de tristeza pode ser encontrada no seguinte relato:

O músico paraibano ele acaba entrando nesses projetos, também. Ele entra daquele jeito que lhe falei: como prata da casa. Ele entra em condições inferiores mesmo. Os caras pagam caro para o artista de fora e pagam mal para o artista daqui (Entrevista nº 1).

Percebeu-se que esses projetos possibilitam uma oportunidade dos artistas da terra serem divulgados, porém uma contradição foi encontrada. O público parece não valorizar o evento se houver apenas os artistas da terra e, ao mesmo tempo, foi assinalado que os músicos não sabem aproveitar para levar um trabalho de qualidade. Observou-se também referências a projetos musicais no jornal, mas um contra-senso faz-se perceber: embora haja espaço para se mostrar o trabalho dos profissionais da

terra, o que dificulta a eles não conseguir o intento? Essa constatação não se aplica exclusivamente à música no Brasil, ela faz pensar sobre as raízes da cultura brasileira, arraigada desde a colônia e perpassando por diversas fases até chegar a atualidade, de estar sempre valorizando o que vem de fora – o estrangeiro. Apenas para citar um exemplo, Mariz (2000) citou o exemplo de José Maurício, nascido no Rio de Janeiro, que, apesar de ter uma notável elevação cultural, por ser nativo e mulato foi alvo de preconceito da Corte, sendo claramente hostilizado pelos artistas portugueses que desejavam afastá-lo.

- **Habilidades**

Um aspecto que se refere exclusivamente ao profissional diz respeito às habilidades necessárias para ser músico na atualidade. Os entrevistados relataram a necessidade do profissionalismo, da dedicação e do investimento na profissão, além da necessidade de estudar para se tornar um bom profissional, mesmo que não faça um curso superior de música.

- **Qualificação**

Em termos de qualificação, o Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba é percebido como referência na formação e qualificação profissional, porém o músico popular foi considerado, nas falas dos entrevistados, como o profissional que tem menos qualificação, quando comparado ao músico erudito. O relato seguinte ilustra esta categoria.

O Departamento de Música da UFPB é muito respeitado em nível nacional e de lá tem saído grandes músicos, altamente qualificados. Alguns reconhecidos mundialmente. Então, as pessoas que tiveram a felicidade e a sorte de entrar num lugar desses para estudar, se torna um profissional altamente qualificado. Existem músicos de música popular, que a maioria dos músicos populares eles não tem essa qualificação técnica que tem os eruditos. Mas, também, os eruditos não conseguem dificilmente fazer o popular como o músico popular faz. Entendeu? E muitas vezes não ganha tão bem quanto o músico popular (Entrevista nº 6).

Seguindo o mesmo enfoque da qualificação, observou-se aqui uma evidente hierarquização entre os profissionais. Em outras palavras, para o músico erudito, exige-se a formação universitária ou dos conservatórios, etc., mas para o músico popular, essa formação não é tão necessária, podendo até mesmo a atuação ficar apenas por conta do talento, como salientou um entrevistado. Este resultado impõe a seguinte indagação: não há uma contradição entre os profissionais na visão que eles têm entre o músico popular e o erudito e, mais específico ainda, entre o binômio profissionalização versus amadorismo? Existe, de fato, essa diferença já que se encontra músico erudito tocando música popular em apresentações noturnas, como mais uma opção de fonte de renda? Necessariamente o estudo deveria estar vinculado à formação universitária ou uma formação técnica contemplaria essa carência?

Em relação à melhora na formação do profissional, considera-se que o trabalho musical de base promoveria melhores profissionais. Diante das indagações feitas até aqui, os dados parecem apontar para o fato de que essa educação de base não só promoveria melhores profissionais, mas, quiçá melhor demanda do público? A categoria criar um curso técnico responde, em parte, o questionamento surgido antes. Por outro lado, pergunta-se se o problema da não-qualificação de alguns profissionais estaria relacionado à formação de base? O que parece claro, entretanto, é que há melhor posição no mercado de trabalho para o músico de melhor formação. Ademais, não se pode deixar de apontar que na atualidade, diante das mudanças nas relações de trabalho, o mercado de trabalho requer dos trabalhadores constante aperfeiçoamento e qualificação profissional, mesmo considerando que tal exigência não determine um posto de trabalho definido ou um lugar institucional assegurado (Sorj, 2000).

O profissional reconhecido é bem recebido por todos e, paradoxalmente, constatou-se a tristeza de que é difícil ser reconhecido e valorizado pelo seu trabalho. Um dos entrevistados apresentou uma queixa de que o espaço para o reconhecimento é normalmente dado a quem não tem capacidade. A queixa pode ser entendida como implicando uma vivência de algum sofrimento.

Então a realidade local é muito provinciana. Um outro exemplo, Chico César. Chico César aquele cara que não tinha vale transporte para ir para a Universidade e que fazia greve de fome. Na época que eu estudava, todo mundo era puto porque ele tava dando uma banana pra todo mundo. Será que Chico César não sente nada?...

Então, passa longe esse reconhecimento do músico. Reconhece o que? (Entrevista nº 6).

- **Aspirações dos músicos**

As principais aspirações dos músicos centraram-se em uma melhor inserção no mercado de trabalho, por meio do crescimento deste. Verificou-se que existe uma preocupação de se poder viver dignamente da música e que o mercado de trabalho no estado é ainda inexplorado em termo de investimento, tanto pelos próprios profissionais como pelo governo e/ou iniciativa privada.

Eu conto muito com a história de que João Pessoa, como capital, foi a única capital que não foi explorada no Brasil ainda se a gente parar para pensar, né? Então eu conto com essa exploração do mercado de trabalho que venha a existir (Entrevista nº 5).

- **Formas de trabalho**

Sob o enfoque da forma do exercício profissional no estado, observaram-se aspectos mistos: o profissional liberal e o profissional empregado. Na realidade, este resultado parece ir em direção ao ideal de se ter uma vida e um trabalho dignos, necessita-se ganhar melhor e, desse modo, optar exclusivamente por ser um profissional liberal ou um profissional empregado não garante essa condição. Ademais, observou-se também que a liberdade profissional é importante entre os entrevistados. Não seria essa uma condição própria da natureza dessa profissão?

Por fim, os resultados apontam para as dificuldades de ser bem sucedido profissionalmente no estado em função da falta de incentivo para a profissão da música; da falta de articulação em âmbito nacional; assim como da dificuldade de viver da música, precisando muitas vezes de ter outro tipo de trabalho.

3.2.1. Conclusões

O estudo empírico sobre a profissão dos músicos, no estado da Paraíba, na atualidade, resultou na identificação de aspectos centrais que foram se manifestando no processo da pesquisa. De forma sintética, cabe agora retomar os tópicos principais.

A análise do conjunto de artigo do jornal e das entrevistas apontou predominantemente em uma única direção, a qual é constituída de diferentes facetas de um mesmo fenômeno e reforçada em ambas as análises: na atividade musical se vive as dificuldades em identificar o limiar entre o profissional e o amador. Conforme indicaram os resultados, a partir desse referencial, vários aspectos passam a ser discutidos e mobilizados na dinâmica ocupacional. O quadro a seguir ilustra esquematicamente os principais dilemas encontrados na formação da identidade profissional dos músicos.

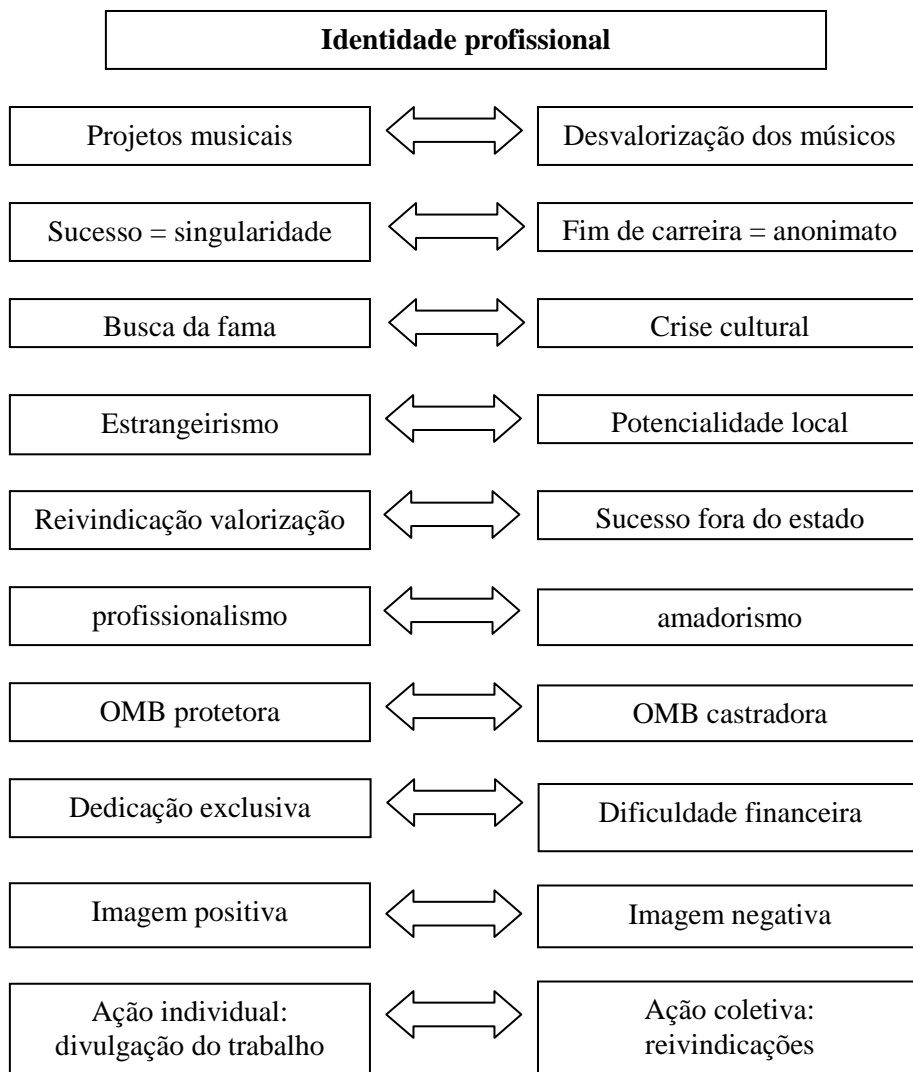


Figura 7: Representação esquemática dos dilemas encontrados na construção da identidade profissional dos músicos a partir das análises de conteúdo

A disputa de poder nas relações profissionais centra-se em fenômenos ambivalentes. É o caso, por exemplo, o conflito de papel entre OMB como protetora versus OMB castradora dos músicos. A presente pesquisa indicou que a difícil síntese entre profissionalismo e amadorismo tem uma posição relevante nessa relação conflituosa com a Ordem dos Músicos. É claro que esta estrutura observada não sintetiza toda a problemática em torno do questionamento em foco, mas sem dúvida, é influenciada por esta relação. O profissional da arte não pode ter como parâmetro o mesmo critério de profissionalismo e amadorismo das outras profissões. O marco central dessa discussão é que o artista lida constantemente com a sensibilidade, a espontaneidade e a habilidade de criar, que, em certo sentido, independem da técnica. Para outras profissões, como é o caso dos advogados, médicos, etc., embora exijam habilidades específicas e também de criatividade, o treinamento passa invariavelmente pela técnica e expertise¹³ no processo de formação da identidade profissional. Em outras profissões a disputa pelo poder não se dá por meio da discussão entre a diferença do amador para o profissional. Por exemplo, não se cogita nos redutos dos Conselhos, a diferenciação entre o advogado amador e o profissional, o médico amador e o profissional, a menos que se remonte a períodos passados.

Percebeu-se que a essência dessa discussão ultrapassa o âmbito da convivência do músico com a instituição que regulamenta a atividade e se infiltra no desejo de se ter outras formas de organização política culminando na tentativa de se filiar ou fortalecer outras associações.

A individualidade parece ser um valor inerente à profissão dos músicos. Apareciam nos artigos do jornal iniciativas privadas para dar conta do trabalho do músico: divulgação de show, sites, gravações de CD's, etc. Esta estrutura mostra que há um predomínio da autonomia da ação individual em lugar da ação coletiva; da primazia do pensar político do indivíduo ao invés do grupo, no processo da construção ou reforço da identidade profissional, como que privatizando os problemas que dizem respeito a um grupo de trabalhadores.

Outra ambivalência notadamente percebida nas análises foi a dinâmica em torno da dedicação exclusiva à música versus exercício de outras profissões. Embora se tenha encontrado profissionais que sobrevivem da atividade musical, a queixa a respeito da

¹³ Expertise: trata do conhecimento especializado de caráter abstrato, oriundo da universidade e adquirido através do diploma de nível superior.

dificuldade de se ter uma vida digna esteve presente ora de forma explícita ora de forma implícita nas reportagens e nas falas dos entrevistados.

O músico lida constantemente com a dificuldade de ser reconhecido no próprio local de origem, tendo que conviver com o binômio da valorização do estrangeiro versus o mito da fama, elementos estes contraditórios em sua essência. Ao mesmo tempo em que é difícil ser valorizado como prata-da-casa, o sucesso e a fama são fortemente perseguidos. Estes elementos são primordiais na configuração da identidade dos músicos e foram percebidos como conquistas nem sempre fáceis numa cidade ou estado pequeno em termos de expansão cultural. O público tem uma grande participação nesses elementos, pois que é na relação entre o músico e o público que floresce a mitificação do artista e o desejo de sucesso. O mito da fama revela todo o tempo o receio à obscuridade e ao anonimato, representando, portanto, um fenômeno dialético. Estes elementos caminham paralelamente com as dificuldades do mercado de trabalho na região. Ainda que o eixo Rio-São Paulo pareça ser o oásis do sucesso, a Paraíba tem se mostrado na presente pesquisa, como um celeiro de grandes artistas no cenário nacional.

Vale lembrar que a análise do mercado de trabalho não pode ser explicada independentemente de suas bases sociais. É necessário reconhecer que os interesses políticos estão vinculados diretamente ao desenvolvimento do setor artístico, especificamente da música. Conquanto a pesquisa não tenha abordado em profundidade esses aspectos, não é difícil perceber por meio das reivindicações catalogadas, o quanto o governo influencia no campo das artes.

Para finalizar, estas considerações trouxeram à tona aspectos importantes que indicam, embora não esgotem o tema, o lugar que a profissão ocupa na sociedade e pode se constituir em fonte para a elaboração de novas questões e hipóteses para os pesquisadores que se interessarem pela temática. Ademais, é importante indagar até que ponto toda essa dinâmica da vivência e identidade profissional está relacionada com o bem-estar desses músicos? Em que medida os valores dos indivíduos inseridos nesse contexto grupal têm relação com o bem-estar?

Parte II – A profissão de advogado

Esta parte tem o mesmo foco de análise, objetivo geral e razões da parte anterior, embora se direcione agora à profissão de advogado. Desta forma, alguns tópicos são apresentados de forma mais resumida. A pesquisa empírica parte das análises do jornal e entrevistas com resultados que dão uma visão panorâmica desta profissão na cidade de João Pessoa na atualidade.

4.1. Advocacia brasileira: uma profissão “veterana”

Para exercer a advocacia, é necessário ser bacharel em Direito inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, ter-se graduado em Instituição de Ensino Superior, dentro das exigências acadêmicas e com registro de diploma no Ministério da Educação.

Quanto ao campo de trabalho, o bacharel pode trabalhar nas demais áreas, tais como: assessorias, consultorias jurídicas de órgãos governamentais e/ou não-governamentais, em empresas privadas ou ser profissional autônomo. A advocacia não é, portanto, a única carreira pela qual o bacharel em Direito pode enveredar, pois pode atuar como juiz de direito (Estadual ou Federal), Procurador da República, dos Estados e dos Municípios, delegado de polícia (Civil ou Federal), promotor público (Estadual ou Federal), assistente jurídico, assessor jurídico de órgãos públicos e de instituições privadas, bem como seguir carreira acadêmica, lecionando em universidades ou escrevendo obras jurídicas¹⁴.

A função do advogado sempre existiu no contexto das civilizações. A Constituição Federal de 1988, no seu Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça, ratifica a importância desta profissão, na sociedade, quando dispõe *Da Advocacia e da Defensoria Pública*, em seu Art. 133: O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. O advogado também assume um destaque ao exercer sua função social, pois ele responde a uma exigência da sociedade. A justiça existe porque o advogado a aciona (Sodré, 1967).

No Brasil, a advocacia é uma atividade bastante antiga. Suas origens estão no período imperial, embora, em sua versão “amadora”, remonta ao período colonial. Neste período, por não haver interesse na formação de uma elite intelectual local e sendo o investimento eminentemente de cunho exploratório, o reino português não permitia a implantação de escola de nível superior. Neste sentido, a formação intelectual era obtida na Metrópole, na universidade de Coimbra. Este fato atendia a dois interesses da coroa portuguesa: a primeira era a de manter esses estudantes nos setores administrativos ou políticos em Portugal; a segunda ligava-se àqueles que retornavam à colônia e cuja

¹⁴ Oliveira, J. S. Retirado em 01/11/2004 do World Wide Web: www.BuscaLegis.ccj.ufsc.br

função era a de reprodução das idéias metropolitanas, evitando qualquer curso na colônia para que não houvesse emancipação política¹⁵.

A preservação da tradição, na atividade advocatícia, apresenta íntima relação com manutenção de status e poder, pois os jesuítas educavam as crianças dos senhores de engenho, e, posteriormente, estes eram enviados para Portugal, a fim de estudar na universidade de Coimbra, que tinha uma estrutura tradicional, fato que facilitava a manutenção do modelo da família patriarcal (Castelo Branco, 2005).

No princípio, especialmente na Corte, esta era uma atividade exercida por qualquer pessoa que, de posse de uma procuração de uma das partes, podia atuar como advogado, não necessitando para isso ter o curso de direito. Ademais, o cidadão podia representar a si mesmo porque era legalmente permitido. Caso desejasse que alguém o representasse, não necessitaria contratar um advogado – o bacharel em Direito –, bastava contratar os serviços de um solicitador, um rábula, um advogado provisionado, possuidores apenas de uma formação prática. Além de que, os interesses comerciais, prática bastante em atividade na época, possuíam seu próprio código e sua própria lei. Isso possibilitava e facilitava a atuação de qualquer pessoa. Tais contratações saíam mais em conta do que a de um advogado. (Coelho, 1999b).

De acordo com Coelho (1999b), a própria natureza da profissão provocava abuso em seu exercício, sendo muitas vezes impreciso delimitar a área em que a advocacia se distinguiria enquanto conjunto de qualificações e atividades. Com isso, era comum o questionamento de quem podia de fato advogar. Ora se defendia que só os advogados formados, os provisionados e os solicitadores podiam advogar, ora que qualquer pessoa podia representar alguém no tribunal do júri, bastando apenas ter uma procuração.

Após a Independência, a advocacia do Brasil, por ser similar à portuguesa, constituía-se de advogados formados em Coimbra. Posteriormente, após 1827, com os cursos de direito, em São Paulo e Olinda, os advogados formados podiam advogar de posse exclusivamente do diploma. Também havia os provisionados, que não possuíam o curso de direito, mas que faziam provas teóricas e práticas de jurisprudência, podendo advogar, principalmente, onde existiam poucos advogados formados. Por último, os solicitadores, aqueles que não possuíam diploma e que se submetiam a exame de prática do processo. Estes dois últimos tinham que ter suas licenças renovadas entre dois a

¹⁵ Albuquerque, A. A. U. L. Retirado em 01/11/2004: www.BuscaLegis.ccj.ufsc.br

quatro anos. Essa estrutura básica não era seguida à risca, pois havia sempre interesses manipulando tais regras, a exemplo de concessão do título de provisionado a amigo, por mero favor. (Coelho, 1999b).

O controle sobre o exercício dessa atividade só ocorreu, posteriormente, com a criação da OAB, passando a ser privilégio dos que eram inscritos nessa instituição. Para a obtenção do registro, devem-se cumprir os seguintes requisitos:

1. Diploma de graduação em Direito obtido em faculdade reconhecida pelo Estado;
2. Ter capacidade civil¹⁶;
3. Ter feito com sucesso o estágio profissional ou o Exame da Ordem;
4. Ser eleitor e estar em dia com o serviço militar obrigatório;
5. Não ter sido condenado por crime;
6. Não exercer outra atividade profissional incompatível com a advocacia, tal como, ser membro do Poder Judiciário, secretário de Estado, etc. (Falcão, 1984, p. 154).

A demora para a regulamentação da profissão deu-se em função de o Estado dar maior atenção a outras questões, sobretudo àquelas que eram mais vitais em uma economia agroexportadora. Com a proclamação da República e o aumento das escolas de direito, verificaram-se imediatamente as dificuldades do mercado de trabalho em absorver os diplomados. Então o caminho para estes, na maior parte das vezes, era trabalhar fora da carreira profissional. Paralelo a isso, alguns Estados buscaram a regulação local da profissão, defendendo, com esta iniciativa, a idéia de que, fora das capitais estaduais, os bacharéis tinham fortes concorrentes como, por exemplo, os provisionados. Com isso, a Lei nº 10 de 1920 proibia a renovação das provisões e das cartas de solicitador, buscando “limpar” o mercado de trabalho para os bacharéis. O diploma que, no Império, servia apenas para distinção social, passou, na República, a ter um caráter estritamente profissional, possibilitando a competição no mercado (Coelho, 1999b).

Com a Independência do Brasil, a estrutura social tentava se firmar, contando com a participação e ajuda das instituições jurídico-políticas, administrativas, econômicas e culturais do Estado em formação. Nesse contexto, procede-se à criação dos cursos jurídicos no país, como forma de reconhecer a importância das Faculdades

¹⁶ capacidade de exercer pessoalmente ato jurídico, o qual pode ser definido como ato cometido com as formalidades legais, aperfeiçoado frente à norma que o permite ou determina, que tem por fim criar, conservar, modificar ou extinguir um direito (<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/cedeca/gloss/gl-juri.html>)

de Direito, justamente para colaborar na implantação do projeto para o Estado Nacional, como esclarece Falcão (1984). De acordo com o autor, no intervalo entre 1823-1827, o ensino superior se mostrou de fundamental importância e, portanto, é possível afirmar que os bacharéis, em geral, e especificamente o advogado, não existem dissociado do passado econômico, político e cultural do Brasil.

As Faculdades de Direito restringiam-se a sistematizar teórica ou cientificamente os princípios da nova ideologia político-jurídica em questão - o liberalismo - em substituição ao absolutismo colonial. Assim, pretendia-se, obviamente, formar os gestores que ocupariam os cargos superiores do Estado Nacional, bem como adquirir a independência cultural diretamente vinculada à independência política, rejeitando Portugal como referência da cultura política. Falcão (1984) critica esta concepção de independência ao afirmar que houve apenas uma troca de referenciais da independência: ao invés de Portugal, passou a ser Inglaterra e França e do absolutismo passou a ser o liberalismo.

A esse respeito, Castelo Branco (2005) reforça a evidência de que a educação brasileira, desde os primórdios, foi estabelecida pela adaptação de modelos de outros países para atender aos interesses dominantes, na formação dos gestores para o Estado.

Necessitava-se então reforçar o Poder Central por meio da integração das províncias aos ideais liberais. Desse modo, as províncias de Olinda e São Paulo sediaram os cursos jurídicos. Estes seriam mantidos pelo Governo Federal, tendo o controle do currículo, do ensino, do diretor, etc. (Falcão, 1984). Para Adorno (1988), esse controle exercido pelo Estado impediu o desenvolvimento de um ensino libertador que implantasse, que levasse a uma conscientização crítica da realidade brasileira vigente na época. Por trás dessa demanda, delimitavam-se os interesses de controle da formação ideológica dos intelectuais que fariam parte da burocracia estatal. De fato, o resultado dessa empreitada pode ser analisado a seguir:

A cultura jurídica no Império produziu um tipo específico de intelectual: politicamente disciplinado conforme os fundamentos ideológicos do Estado; criteriosamente profissionalizado para concretizar o funcionamento e o controle do aparato administrativo e habilmente convencido senão da legitimidade, pelo menos da legalidade da forma de governo instaurada (Adorno, 1988, p. 91).

A partir dessa perspectiva, Adorno (1988) defende a tese da inexistência de um ensino jurídico no período imperial. Para ele, o que havia era um ambiente extra-ensino que foi de fundamental importância na profissionalização do bacharel em Direito. Essa referência estava envolta de uma conjuntura de militância política, no jornalismo e na literatura. Este não acredita no poder e domínio do Estado sobre os cursos, pois este não tinha controle sobre as leituras recomendadas, a elaboração dos manuais e compêndios etc. Ademais, acredita-se que o ensino jurídico, precário didaticamente não tenha sido eficaz a ponto de alterar o comportamento do alunado.

Focalizando as relações dentro das academias, o autor menciona as agitadas relações entre corpo docente, discente e direção, imbuídas de aparatos eminentemente pessoais, como busca de poder e prestígio no interior da Academia, cujos defeitos morais eram o cerne das acusações.

Adorno (1988) pontua que, em 1849, em meio a tantas mudanças na sociedade brasileira, as referências de manuais e leituras sugeridas em sala de aula ainda permaneciam inalteradas. Recentemente, na década de 1984, Falcão fazia uma crítica na que se refere à rigidez do currículo dos cursos de Direito, pois a estrutura permanecia idêntica ao início, já que, das nove disciplinas do currículo inicial, no Império, seis ainda eram obrigatórias no de 1980. Ele defende a proposta da reforma curricular tendo em vista a invariabilidade curricular por região, pois o de uma faculdade do norte é bastante semelhante ao de uma faculdade do sudeste. Assim se confirma que a formação continua uniforme, dogmática e unidisciplinar, consolidando uma estrutura de ensino que ignora as transformações sociais, podendo invariavelmente desembocar em crise do ensino jurídico, já que a demanda social exige um profissional mais atualizado, levando conseqüentemente as faculdades de Direito ao desprestígio.

No que se refere à crise do ensino, mostra-se implicitamente vinculada à formação do corpo docente. Sob este aspecto, pesquisa realizada por Falcão e Miralles (citada em Falcão, 1984) revela que o salário é um ponto central na definição do perfil do professor de Direito. Constataram que 90,6% exercem um segundo tipo de atividade profissional, e o salário recebido pelo magistério não é significativo, levando em conta a renda total. Considerando o período em que foi realizada a pesquisa, a pouca dedicação do corpo docente se reflete em ausência de pesquisa e não-orientação ao aluno, limitando-se este apenas a ministrar aulas. Todavia, ser professor, apesar do baixo salário, tem suas compensações por meio do prestígio e da influência que o título exerce na atividade profissional, além de ter mais cliente do que o advogado.

Falcão revela, na década de 1980, que bastava ser bacharel em Direito para se tornar um professor de ensino superior. Já no período imperial, a admissão de professores era orientada por critérios intelectuais. Entretanto, é importante destacar que alguns aspectos tinham prioridade nos julgamentos da intelectualidade do professor.

Contudo, efetivamente, virtudes oratórias, prodigiosa capacidade de memorização, qualidades carismáticas, presença na vida pública, atitudes morais prevaleciam nos julgamentos sobre a capacidade intelectual do candidato ou sobre sua habilidade como docente (Falcão, 1984, p. 120).

Neste sentido, é procedente entender que, embora os valores de poder e prestígio possam ser influenciadores da seleção dos professores, existem outros motivadores para o investimento na vida acadêmica: o autêntico prazer pelo ensino, o desejo de ajudar aos outros aprenderem, o prazer intelectual de explorar as temáticas, ler, refletir e escrever.

Falcão e Miralles (citada em Falcão, 1984) também mostraram que, além de os professores terem pouco tempo para se dedicar ao magistério, os alunos absorvem o ensino como atividade secundária, visto que a grande maioria trabalha em atividades não correlacionadas a sua formação específica. Deste modo, a procura pelo curso de Direito se dá mais pela possibilidade que este oferece de exercer outras funções, que não apenas as jurídicas. Como o ensino se caracteriza por ser generalizante e pouco profissionalizante, a maior parte dos alunos busca a pós-graduação, objetivando inicialmente suprir as deficiências da graduação, por meio de especialização, em alguma área do Direito ou para adquirir uma atuação mais reflexiva.

Em pesquisa realizada por Falcão, no Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 1973, verificou-se que o principal motivo para o aluno ingressar no curso de direito é a possibilidade de ajudar no desempenho paralelo de outras atividades profissionais, seguido do prestígio social e econômico do profissional dessa área. A este respeito, observou que, na formação do bacharel em Direito, existe uma rede informal de ensino, a qual se estabelece por meio de estágios em escritórios de advocacia, cursinhos de especialização isolados, resultando numa confluência de aprendizados entre a formação universitária e a experiência adquirida fora dos muros das faculdades.

Este aprendizado informal parece acompanhar o estudante de Direito desde o início do ensino jurídico no Brasil até os dias atuais. Em seu livro *Os aprendizes do poder*, Adorno (1988) faz uma crítica, de caráter sociológico, ao processo profissional dos bacharéis do Império, especificamente da Faculdade de São Paulo, buscando apreender a verdadeira visão da liberdade incutida no liberalismo de dois séculos

passados. Uma das principais indagações refere-se à inconsistência percebida nos debates acadêmicos sobre o liberalismo e a democracia, pois este não compreendia por que tais princípios eram, muitas vezes, considerados sinônimos.

Os princípios liberais assimilados pelos bacharéis tornaram-se um viés, fazendo-os ver as relações sociais como contratuais e individualizadas, fato que implicava a formação de um profissional cuja visão colocava em segundo plano a ação coletiva, ponto central na democracia. Desse modo, a cisão entre liberalismo e democracia fazia-se presente. Ademais, os bacharéis, oriundos da Faculdade de São Paulo, dedicaram-se especialmente às carreiras políticas, artes e jornalismo, sendo raros os que se destacaram como juristas ou magistrados. Afinal, o autor afirma que os cursos de Direito no Império foram criados para satisfazer a demanda burocrática do Estado Nacional que estava surgindo. Por esse motivo, a formação dos bacharéis voltava-se eminentemente para a formação política, e não para a jurídica. Nesse sentido, ele coloca que a essência da estrutura política do Império apresentava expressivo paradoxo na tendência democrática liberal e a aristocracia do poder. Costuma-se pensar nos advogados como os libertadores do povo, entretanto, é possível verificar que eles também se comportaram ora como semeadores da ditadura, ora como semeadores da libertação. Falcão (1984) assinala a contradição existente na principal função dos cursos jurídicos do Império, ao afirmar:

Ao mesmo tempo em que pretendem ser as guardiãs dos mais puros ideais liberais, não cessam de fornecer os quadros para o aparelho estatal. Ao mesmo tempo em que pregam a não intervenção do Estado nos vários domínios da vida civil dos cidadãos, viabilizam esta intervenção (Falcão, 1984, p. 29).

Adorno (1988) destaca o jornalismo como principal formador da ideologia jurídico-política e difusor do pensamento liberal. Sendo assim, à medida que se priorizava a ação individual em vez da coletiva, o princípio da liberdade ao da igualdade, foi se formando o político liberal, e não um democrata. É nesse sentido que ele considera o ambiente extra-ensino como influenciador da estrutura curricular: “A imprensa supriu com maior eficácia o fracasso a que as salas de aula se viram relegadas, durante longas décadas” (p. 155).

Vários periódicos foram criados nessa época. Importa considerar que, após claros posicionamentos políticos, tais ideologias passaram a ser representadas por três

periódicos nas principais tendências da época (1870-80: conservadores, liberais e republicanos): *O constitucional, O liberal e A República* (Adorno, 1988).

A produção lítero-musical mereceu igual destaque, pois, segundo o autor, por meio da produção de romances, dramas, poesias, comédias e memórias, foi possível a construção dos fundamentos morais da elite política. A função da literatura era seduzir emocionalmente as consciências. Além disso, destacam-se também os movimentos sociais.

A igreja não se dissociou do liberalismo enquanto doutrina política, estando ao lado da elite dirigente desde a instalação dos cursos jurídicos nos mosteiros católicos (Olinda e São Paulo), mesmo sendo o Direito, naquela época, estatal. No Brasil, ocorreu o processo inverso do que aconteceu nos Estados Unidos e Inglaterra, pois o liberalismo se revestiu de um caráter católico-apostólico-romano. Considera-se que esta peculiaridade do direito brasileiro tornava-o eminentemente dogmático, em termos de metodologia de ensino, distanciando-se da observação empírica (Falcão, 1984). Seguindo a mesma idéia de Falcão ora defendida, Adorno (1988) focaliza a estrutura curricular do ensino jurídico fundamentado em antigas noções de Direito Público Eclesiástico, dando a nota de equilíbrio entre a igreja e o estado. Chegava-se mesmo a considerar estes princípios quase que dogmáticos.

4.2. Poder – um forte valor arraigado nas entranhas da advocacia

Desde o nascimento da advocacia, enquanto atividade no Brasil, o poder, implícita ou explicitamente, parece permear as diferentes facetas do exercício profissional. A começar do ingresso nos cursos jurídicos, Coelho (1999b) chama a atenção para os gastos que os candidatos às carreiras profissionais teriam, fato que tornava a advocacia uma profissão de elite. Já para as famílias mais pobres, formar um filho “doutor era difícil”, pois, além de as matrículas serem um empecilho ao ingressar na faculdade, existiam gastos com o valor da concessão do grau de bacharel em Direito, a obtenção do diploma, sem levar em conta que a dificuldade aumentaria caso a faculdade fosse em outra cidade.

Em década mais recente (1978), esse quadro continua inalterado. Segundo Falcão (1984), a classe social que tinha maior chance de entrar na universidade, em específico no curso de direito, provinha de condições socioeconômicas mais elevadas.

Nos primórdios, para evitar os gastos, era comum ao estudante exercer a profissão sem requerer o diploma, apenas com a colação de grau, principalmente para os que faziam da advocacia uma segunda profissão, a exemplo dos bacharéis que trabalhavam no funcionalismo público e advogavam nas horas vagas. Estes não fugiam dos impostos cobrados por exercer a advocacia em tais condições, além de pagar o equivalente a 10% do valor do aluguel do prédio de seus escritórios. Para o advogado que queria fazer propaganda de seus serviços, ficava difícil de burlar o fisco, por isso era bastante comum encontrar rábulas e provisionados nas ruas (Coelho, 1999b).

Parece que a cultura do “jeitinho brasileiro” tem suas raízes bastante antigas no povo brasileiro, justificando o tradicional meio de resolver os problemas. Vale ressaltar que Coelho (1999b) comenta que, na época, o futuro barão de Penedo, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, havia admitido na Câmara que “se as altas taxas cobradas pelas escolas não melhoravam o estado do tesouro nacional, tinham, no entanto, o importante efeito de bloquear aos brasileiros mais pobres as oportunidades de uma carreira profissional”. Verifica-se, nesta afirmação, claramente, a elitização do curso de direito.

Para aqueles que iriam estudar na Europa, era explícita a valorização social, basta lembrar que, na relação social, os descendentes dos mascates, oriundos da burguesia comercial, gozavam do mesmo prestígio que os filhos das famílias tradicionais, senhores de engenho, proprietárias de terra, cheios de prestígio e poder (Castelo Branco, 2005).

Todavia vale salientar que havia de fato um desejo geral de que o ensino jurídico fosse acessível apenas a pessoas de posse. Silva Lisboa (citado por Falcão, 1984) afirmava que não valeria à pena facilitar a entrada indistinta nesses cursos, mas tão-somente aqueles que iriam compor o quadro dos servidores do Estado e que pertencessem a famílias de posse.

Dentre os advogados, Coelho (1999b) assinala que o prestígio deles vinha mais da atividade política que exerciam do que propriamente da sua função de advogado. O autor considera que os escritórios de advocacia eram mais um trampolim para a vida política, pois os bacharéis sempre estiveram presentes no contexto político do país. Em Recife, só para citar um exemplo, entre o período de 1930 e 1975, os governadores bacharéis de Direito totalizavam-se em 60% (Falcão, 1984). Ademais, ser um bacharel em Direito significava adentrar nos valores de prestígio e poder diante das possibilidades de se apropriar de cargos nos ditames do governo (Adorno, 1988).

Halliday (citado em Bonelli, 2002), Coelho (1999b) e Falcão (1984) apontam para uma destacada posição de status e poder da advocacia diante da sociedade. Os dois primeiros autores comparam a advocacia com outros tipos de profissões e a relação com o status social. Halliday coloca que a advocacia se diferencia das outras profissões científicas por trabalhar diretamente com normais sociais, o que lhe dá certo poder moral. Coelho (1999b) afirma que assim como a engenharia e a medicina, que também desenvolveram um crédito social, baseadas em seus fundamentos científicos e nos resultados práticos de suas técnicas, a advocacia, pela própria natureza da sua atividade de caráter normativo, é socialmente valorizada.

Advogados são especialistas em redação de contratos, em complexas matérias fiscais, em interpretação de textos legais, em condução de litígios entre cidadãos ou entre estes e o Estado, e em algumas sociedades são eles os especialistas em mudanças e adaptação de estruturas administrativas governamentais em situações de razoável risco de ingovernabilidade (Coelho, 1999b, p. 57).

Além disso, Falcão situa a autoridade moral da advocacia nas raízes do senso comum de que os advogados foram os pastores da libertação. Entretanto, este autor afirma que os advogados também tiveram uma participação atuante na época da ditadura. A exemplo, ele cita o advogado Francisco Campos, no governo de Vargas, como o agente principal da estruturação institucional. A crítica feita por este autor é que a advocacia e a OAB tomaram posse dos frutos historicamente colhidos pelos bacharéis de ação libertária, revestindo a OAB de “grande autoridade moral junto ao governo e à sociedade civil” (Falcão, 1984, p. 163). Segue afirmando que foi a OAB uma das poucas instituições que se manteve autônoma e independente no regime autoritário de 1964, conseguindo dessa forma uma liderança na sociedade civil.

Abrangendo o poder refletido em diversos patamares do exercício profissional, Sinhoretto (2005) destaca a apresentação corporal, a linguagem e a vestimenta dos operadores de justiça. Este último aspecto liga-se aos “trajes forenses”, ressaltando uma política de vestimenta determinante do universo jurídico. Não obstante, destaca que ainda há uma diferença entre os próprios operadores do Direito, considerando maior rigidez na magistratura. Pontuou-se ainda que, entre os advogados, há maior diversidade em função do maior número de profissionais vinculados a uma única instituição. Além

disso, considera que, quanto à representação simbólica das carreiras, esta estaria menos associada ao poder.

Outrossim, como forma de manter o respeito social das profissões nobres, Castelo Branco (2005) coloca que isso acontece, “simbolicamente, através da tentativa de “congelamento” dos rituais da velha tradição coimbrã, que tentam, em pleno furor da globalização, repetir e reforçar a desigualdade e a apartação social” (Castelo Branco, 2005, p. 400).

No exercício da advocacia, a divisão do próprio trabalho é mais uma forma expressa de poder. Desde o período imperial, a elite dos advogados fazia a diferenciação entre *trabalho intelectual* e o *trabalho manual* (Coelho, 1999b), talvez imbuída da antiga diferenciação alimentada na Grécia clássica onde havia uma forte diferenciação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Sendo uma sociedade marcada pelo trabalho escravo, os pensadores gregos associavam o trabalho manual à escravidão, por isso o desvalorizavam. Platão e Aristóteles, em sua época, valorizavam apenas a atividade intelectual, que não era nem reconhecida como trabalho, mas como ócio, este sim valorizado (Hoppenhayn, 2001).

Esta divisão do trabalho é, pois, uma característica típica dos países capitalistas que priorizam o acesso à riqueza, status e poder. Assim, o saber universitário constituiu-se no foco do mais alto patamar do conhecimento, favorecendo ao trabalho intelectual (Falcão, 1984).

Versando sobre a urgente necessidade de ascensão social a partir da entrada no curso universitário, Castelo Branco chama a atenção para a importância dessa idéia como um estereótipo cujas origens são frutos de herança colonial brasileira.

O investimento social e familiar no “futuro” dos filhos demonstra essa “necessidade”, transformada numa neurótica conduta dos pais e dos jovens, que depositam todas as suas crenças no “vestíbulo”, o que permitiria a passagem do mundo da ignorância ao mundo da cultura letrada, mais do que isso, a saída da classe média, ou mesmo das classes populares, à elite intelectual e, em alguns casos, à elite dirigente, distante dos trabalhos manuais, símbolo do trabalhador “desclassificado” (Castelo Branco, 2005, p. 30).

No Império, verifica-se o reforço que este valor teve na atuação profissional. O trabalho manual da advocacia estaria circunscrito aos solicitadores, provisionados e

procuradores particulares, o que demonstra um menor prestígio desse grupo diante dos advogados formados, pois para estes, aqueles não se interessavam pela pureza da ciência do Direito, além de que prestavam serviços para uma clientela de baixo poder aquisitivo.

A distância entre os dois extremos era tão ampla em termos sociais e culturais que, de fato, eles constituíam dois universos distintos, dois círculos que não admitiam interseção. (Coelho, 1999b, p. 177).

Coelho (1999b) critica essa ânsia pela pureza da ciência do Direito, pois que, nessa época no Brasil, essa tendência não correspondia à realidade, mas voltava-se a uma superficialidade cultuada mais no âmbito do prestígio social que propriamente de relevância profissional. O mesmo autor considera algumas razões que pudessem explicar isso: (1) por não haver ainda as faculdades de direito, faltava uma classe de advogados mais voltada para o estudo e elaboração de estudos jurídico-formais abstratos; (2) o contexto social, comercial e político, agitado da época, não favorecia a um ambiente de trabalho intelectual e, por fim, (3) a influência da tradição portuguesa, eminentemente prática. O que se pretendia, no Brasil, em última instância, era formar advogados para atender às funções do Estado.

Coelho chama a atenção à pureza da ciência do Direito vincular-se ao que se refere à busca da separação da advocacia dos valores, que eram associados às atividades mercantis, assim como a diferenciando dos aspectos “mecânicos” dos solicitadores, acarretando uma aristocratização da advocacia. O preconceito não se dava apenas pela forma de exercer a profissão, mas quanto ao estilo de vida, conforme se nota na citação a seguir:

(...) estilo de vida de indivíduos que mal obtinham no exercício da profissão a renda necessária para tornarem-se eleitores e que, por isso, enodoavam a nobreza da “verdadeira” advocacia (...) os grupos de status abominam o livre desenvolvimento do mercado, em particular para aqueles bens (materiais ou simbólicos) que eles normalmente usurpam através de monopólios (Coelho, 1999b, p. 300).

4.3. OAB – uma instituição forte nas relações com o estado e a com sociedade

Com a proposta de analisar as relações entre as carreiras jurídicas e o Estado no Brasil, Bonelli (2002) investiga a trajetória histórica da advocacia em busca do profissionalismo, evidenciando, sobremaneira, a relação com o Estado e com a política convencional como fatores que foram primordiais no caminho que esta profissão percorreu. Parece não ser possível desvincular o processo de profissionalização do Estado propriamente dito. Coelho (1999b) coloca de forma clara esta relação quando diz que o Estado é quem confere os privilégios da regulação.

Para os advogados do Brasil, foram criadas duas associações profissionais em contextos políticos específicos relacionados ao Estado Nacional: o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) foi fundado em 1843 com a função de assessorar o Estado e organizar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual foi criada em 1930. Além disso, teve também o objetivo da retomada para o governo central, o controle administrativo das províncias, bem como conter as revoltas liberais e preservar a integridade territorial. (Bonelli, 1999; 2002).

Uma das metas do IAB era auxiliar o governo, porém ainda não diferenciava a esfera pública do âmbito do Estado e do mercado. A percepção de contra-elite política do IAB, por parte do governo, devia-se aos políticos-bacharéis que, derrotados na política convencional, se abrigavam no Instituto (Bonelli, 2002). Inicialmente, o IAB era formado por 26 advogados, cujo estatuto e regimento foram aprovados por D. Pedro II. Os critérios para fazer parte do quadro dos membros eram rigorosos, já sendo apontado aqui o poder e o prestígio enquanto valor implícito na profissão.

(...) os candidatos deveriam ser advogados com grau acadêmico, ter cidadania brasileira, possuir probidade, conhecimentos profissionais e bons costumes e ser indicado mediante proposta escrita contendo a assinatura de três membros do Conselho Diretor, ao qual seu nome seria submetido, em escrutínio secreto. Depois de aprovado como sócio efetivo, deveria pagar uma jóia de 20 mil réis, assumir o compromisso de contribuir mensalmente com 2 mil réis e ser apresentado à assembléia geral, diante da qual faria seu juramento” (Bonelli, 1999, p. 66).

Para Coelho (1999b), o IAB tinha também a função de intercâmbio de experiências e para o estudo de matérias de especialidade. Ademais, importa destacar o prestígio que o Instituto tinha, pois gozava de maior consideração do que as demais associações. O governo costumava consultá-lo diante de decisões políticas. Entretanto, em determinado momento, a relação com o Estado foi-se tornando irregular, à medida que a direção estava sendo ocupada por advogados distantes do poder do Estado ou por terem propostas opostas às dominantes. Com a República, chegou a desorganização da IAB. Sua direção voltou-se para as mudanças políticas, e os novos dirigentes estavam pouco envolvidos com a construção da nova ordem. Nessa fase, o IAB tinha sócios menos elitizados. Após o estatuto de 1895, as questões políticas são silenciadas, implementando a neutralidade (Bonelli, 1999). A autora não considera que o apoliticismo tenha se tornado um valor do grupo, pois observa as homenagens realizadas a advogados que estiveram sempre envolvidos com as questões políticas.

Segundo Bonelli (2002), até 1930, havia uma constante oposição dos políticos para a criação da OAB, e esta oposição era em função da idéia do significado político que esta instituição teria, isto é, os parlamentares tinham receio de que se constituísse em uma organização política.

Em 1880, o projeto criado para a criação da OAB foi rejeitado pela Câmara dos Deputados. O elemento determinante desse fato diz respeito ao receio de que a referida instituição fosse de encontro ao princípio de igualdade, à medida que privilegiasse apenas uma classe sob o ponto de vista de controle do mercado (Falcão, 1984).

Na década de 1930, finalmente um conjunto de fatores possibilitou a criação da OAB, como enumera Bonelli (2002):

- a) a substituição de uma linha política descentralizada e mais hostil à proposta da Ordem, por uma política centralizadora que necessita reconstruir um pacto de governabilidade, b) as redes de relações do Instituto com Vargas e seu ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, c) as possibilidades de apoio mútuo entre novo governo e as associações dos advogados (p. 56).

A criação da OAB deu-se em um momento político específico. Enquanto as lideranças do IAB retraíam-se à condição de contra-elite política, no Segundo Reinado do Império, as lideranças da OAB, na Revolução de 30, configuravam-se como elite profissional no assessoramento do poder estabelecido. Esse limiar entre a política e a

profissão é decisivo na consolidação da ideologia profissional dominante. Aliás, o processo do profissionalismo ocorreu na distinção entre o conhecimento técnico-jurídico da política convencional (Bonelli, 2002).

Essa incorporação é bastante antiga, pois, desde o século V, em Roma, ela é regulamentada. O termo “Ordem” significa uma associação que apresenta uma diferença das corporações que indicam artes e ofícios. Para exercer a profissão, o profissional deve estar inscrito na Ordem, e essa obrigatoriedade já podia ser observada na França em 1334 (Sodré, 1967).

Os poderes da OAB podem aqui são resumidos: (1) Defender a ordem jurídica e a Constituição; (2) Colaborar com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; (3) Velar pela classe dos advogados; e (4) Regular o exercício da profissão (Falcão, 1984).

Depois da década de 1930, foram criados os Conselhos nacionais e regionais para fiscalizar a profissão. Dessa maneira, uma profissão só seria considerada regulamentada se tivesse um Conselho. Essa regulamentação apresentava três aspectos: (1) a presença de um Conselho (fiscalização do exercício profissional); (2) de um sindicato (para reivindicações trabalhistas) e (3) de uma associação (para questões normativas e associativas) (Coelho, 1999b).

No que diz respeito à relação entre os Conselhos e o Estado, Coelho (1999b) coloca que, na década de 1930, os Conselhos foram criados enquanto entidades de direito público, autarquias com autonomia financeira e administrativa, só que estavam subordinados ao Ministério do Trabalho. Essa subordinação ao Ministério teve uma repercussão diferenciada para a OAB. Segundo o mesmo autor, a “regulação profissional no pós-30 moldou para as profissões de nível superior o estatuto de uma verdadeira *aristocracia ocupacional* com seus monopólios, privilégios e mecanismos de representação de interesses corporativos” (Coelho, 1999b, p. 285).

A política do pós-30 não estava preocupada com os profissionais, nem era essa uma questão central para ela. Mas para os profissionais, as reivindicações deles restringiam-se ao “fechamento” do mercado de serviços profissionais, a auto-regulação e a autonomia corporativa.

No caso da profissão dos advogados, foi através da *expertise* que os fundadores do IAB conseguiram elevar o Instituto para uma posição de destaque, distinguindo sua autoridade pública e influenciando o Estado, tendo, conseqüentemente, uma maior

amplitude de atuação. Foi a partir desse ponto, que se sentiram mais qualificados para fiscalizar o mercado e punir os charlatões, o que identificava este grupo enquanto corpo profissional (Bonelli, 2002).

No período republicano, o IAB desorganizou-se, pois sua direção esteve envolvida com as mudanças políticas e a nova direção não se ocupou com a construção da nova ordem tanto quanto o grupo anterior. De igual maneira como no império, o IAB continuou acolhendo os que participaram da revolução, porém esteve atento à diluição da imagem de contra-elite, buscando para isso a neutralidade do conhecimento jurídico. Predominaram os sócios menos aristocráticos, e o caminho passou a ser mais técnico e menos político. A ideologia predominante era a do profissionalismo, relacionando o apoliticismo e competência científica (Bonelli, 2002).

Quando o Instituto teve apoio do governo civil para a OAB, novamente a proposta foi percebida como divergente com o sistema constitucional em vigor, devido à prioridade na liberdade, na autonomia dos estados e na descentralização (Bonelli, 2002).

Segundo Bonelli (2002), o que deu consistência a OAB foi a defesa da ordem jurídica, unificando dessa forma, os advogados brasileiros. Em outras palavras, a transformação da elite, constituída anteriormente no IAB em uma organização de massa da OAB, foi um marco importante da fronteira entre a profissão, a política e o mercado, para a coesão do grupo.

O IAB, a partir da criação da OAB, passou a ser questionado sobre a importância de sua existência. Observou-se, entretanto, que, no intervalo de 1933 a 1968, a Ordem teve a presença de presidentes com carreiras políticas, enquanto que o IAB teve a presença de presidentes voltados para a cultura jurídica. É importante destacar, que essa diferença na liderança dessas duas instituições começou a ser foco de disputas e conflitos. Na relação entre estas instituições e as associações estrangeiras, observou-se que em 1990 a Inter-American Bar Association decidiu que o Conselho Federal da OAB seria o único representante brasileiro. A partir desse posicionamento, o IAB se desligou dessa associação (Bonelli, 2002).

Entre 1946 e 1964, a OAB, na luta pela sua independência, encontra, mais uma vez, barreiras do governo. Isto se dá em função do apoio dado na eleição do candidato Eduardo Gomes, da UDN – União Democrática Nacional. Só na década de 1952 a OAB consegue sair vitoriosa em relação a sua autonomia (Bonelli, 2002).

De 1946 a 1964, a OAB sofreu mudança na profissão dos advogados: a expansão do seu corpo de filiados e a ampliação da advocacia no que se refere ao seu caráter preventivo, do tipo consultoria, assessoria jurídica, etc. Foi nessa fase que a OAB passou a incluir a consultoria jurídica como uma prática de atuação da advocacia em que ficou definido o salário mínimo para este tipo de atividade. Dessa forma, no ano de 1963 ficou estabelecido o piso salarial, o estágio e o exame profissional. Bonelli (2002) lembra que, embora o exame profissional tenha sido criado nessa época, só recentemente é que a OAB conseguiu firmar o caráter de obrigatoriedade da aprovação no exame da Ordem, cujo controle sobre as credenciais só se completou nesse período.

Para Falcão (1984), é por meio do exame da Ordem que a OAB tem a necessidade de atualizar o ensino, não acreditando nessa tarefa como responsabilidade das faculdades (início da década de 1970). Em linha semelhante, Castelo Branco (2005) pontua que os ditos cursos de elite exigem de seus formandos uma qualidade do conhecimento recebido, um novo vestibular para que se possa exercer a profissão, é o caso do exame da Ordem.

Em 1968, em meio ao regime militar, a OAB investe nos temas da liberdade e dos direitos humanos. Nessa fase, mais uma vez, a OAB enfrenta os conflitos em defesa de sua autonomia, em um período de cerca de dez anos. O fato é que, para o regime militar, a Ordem deveria subordinar-se ao Ministério do Trabalho em função do decreto-lei que estabelecia a autoridade do Ministério para supervisionar as entidades de fiscalização do exercício de profissão liberal, como apontado antes. A OAB resistiu a esse decreto-lei, sendo o único Conselho a preservar sua autonomia (Bonelli, 2002).

Na segunda metade do século XX, a advocacia, por meio da OAB, passou a se inserir nas causas sociais, ocupando uma posição menos periférica dentro da carreira no Brasil. A identidade da OAB esteve envolta de dupla característica: a institucional e a profissional. Esse caráter dúbio da instituição trouxe o discurso do compromisso social para o centro da profissão (Bonelli, 2002).

Um fato importante foi a participação da OAB e do IAB na discussão da Constituição de 1988, pois foi aí que várias sugestões dessas instituições foram apoiadas.

Tanto o Instituto quanto a Ordem enfatizaram, durante a década de 70, a independência da OAB, a oposição ao autoritarismo, o ataque às torturas e aos maus-tratos aos presos políticos, a defesa da ordem jurídica e da legalidade

democrática, a liberdade e o estado de direito, a anistia ampla geral e irrestrita, a reforma do Judiciário, liderando várias dessas campanhas junto à sociedade. O tom predominante nos discursos de posse dos novos presidentes enfatizava a ordem democrática liberal e representativa (Bonelli, 2002, p. 68).

Dessa forma, observa-se que a aprovação da Constituição de 1988 foi um destaque do Direito na atualidade.

Na tentativa de substituir o que estava em vigência desde 1963, na década de 1990, a OAB e o IAB buscaram mudanças no estatuto da advocacia. Desde 1994 esse estatuto está em vigor. Procuram-se enfatizar os aspectos técnico-profissionais (prestar serviço de qualidade com independência) ou na vocação institucional (defesa da ordem jurídica). Contrário ao Estatuto de 1963, o mais recente manteve a função institucional em segundo lugar (Bonelli, 2002). No Estatuto ficou estabelecido, entre outras conquistas:

(...) a independência técnica do advogado perante o empregador, o piso salarial, a jornada normal diária de quatro horas, adicional de 100% sobre a remuneração das horas que a excederem e os honorários de sucumbência pertencendo ao advogado empregado. Foram propostas a imunidade profissional no exercício da atividade e a indispensabilidade do advogado na administração da justiça, inclusive nos Juizados Especiais de Pequenas Causas (Bonelli, 2002, p. 39).

Merece, entretanto, uma ressalva na questão dos juizados Especiais, como bem pontua Bonelli (2002). Embora se tenha permitido maior acesso da população a esses Juizados, o Estatuto da Advocacia regulamentou a obrigatoriedade do advogado nos trâmites para causas entre vinte e quarenta salários-mínimos.

Sumarizando, esse percurso do IAB, desde o Império, e da OAB a partir de 1930, ambos envolvidos em questões políticas centrais para o país, consolidou a ideologia dominante da profissão, tendo como apoio a *expertise* e os valores predominantes nesse contexto profissional (Bonelli, 2002).

4.4. Mercado de trabalho: um oásis acessível para alguns

Quanto ao mercado de trabalho, é interessante verificar uma observação que Coelho (1999b) assinala. Já em 1842, fazia-se referência a um futuro profissional pouco promissor, devido ao grande número de advogados que buscavam trabalho. Nessas condições, havia uma tendência dos jovens profissionais em fazer carreira na magistratura, buscando padrinhos políticos para facilitar este processo. Entretanto, segundo o mesmo autor, comparado com os rendimentos da maioria da população, a maior parte destes profissionais, junto aos médicos e engenheiros, estava entre os mais afortunados da Corte.

Em pesquisa realizada em 1978, Falcão (1984) encontrou que, no período compreendido entre 1930 e 1937, na Faculdade de Olinda, formaram-se 4.000 advogados. Carneiro (1981, citado em Castelo Branco, 2005) afirma que por ano são formados 22.800 advogados¹⁷. A renda mediana da amostra retirada era de aproximadamente 15 salários mínimos, estando, assim, entre os 5% que mais ganhavam no Brasil. Quanto às atividades que exercem, 53% estavam fazendo atividades não-jurídicas e 46% se dedicaram a alguma profissão jurídica.

Em década mais recente, Falcão (1984) coloca a preocupação com o mercado saturado. Mesmo assim, a cada dia, a busca pelos cursos de Direito cresce. Isso se justifica porque oferece nível salarial mais gratificante e pela crescente possibilidade de poder atuar em áreas parajurídicas. No primeiro caso, o mito do “meu filho doutor” incentiva sobremaneira essa busca porque o bacharel em Direito tem grande importância histórica. A autora prossegue colocando em evidência uma verdadeira hierarquização interna na universidade responsável pela divisão entre “cursos de elite e cursos de segunda categoria” (Castelo Branco, 2005, p.399). Dados da OAB, em 1981, mostram as conseqüências de um mercado saturado:

(1) rebaixamento do nível salarial e dos honorários dos advogados; (2) queda do padrão ético-profissional; (3) subemprego; (4) desemprego; (5) diminuição da qualidade dos serviços profissionais; (6) desprestígio dos cursos de direito e das profissões jurídicas (Falcão, 1984, p. 95).

¹⁷ atentar para a data da publicação do autor: 1981

Apesar da discussão em torno de um mercado saturado, Oliveira¹⁸ conclui que atualmente, início do século XXI, mais de 600 faculdades de direito existem no Brasil. Por ter diversas opções profissionais, o curso de direito é um dos mais procurados. Em 2002, concluíram o curso mais de 63 mil alunos dos cursos jurídicos.

Falcão (1984) elenca três tipos de atuação profissional: (1) Escritórios individuais; (2) Sociedade de advogados; (3) Departamentos jurídicos. A primeira modalidade reflete certo conservadorismo da profissão, fomentando seus principais valores: independência, liberdade e individualismo. O autor considera essa prática como típica do interior do país, onde há um diminuto desenvolvimento econômico. Normalmente, esta atuação é bastante generalista, aceitando qualquer causa que for solicitada. A captação de cliente dá-se por indicação, parentesco e, só depois, por competência profissional. As sociedades dividem-se entre aquelas em que se reúnem dois ou três profissionais que trabalham individualmente e aquelas que são personalidades jurídicas. A OAB alerta que, nos dois casos, não deve ser finalidade mercantil. Por fim, os departamentos jurídicos são seções de empresas que atuam em grandes centros, prestando assessoria e consultorias. Em menor escala, existem os serviços político-legais especialistas em defesa de grupos marginalizados. Diferenciam-se dos advogados de escritório por ter como objetivo principal a defesa do coletivo ao invés de individual.

Em 1996, a OAB identificou a predominância do advogado autônomo individual (61%), seguido do autônomo associado a um escritório (10%) e de empregados no setor privado (10%); sócios de escritórios (9%) e, finalmente, empregados no setor público (8%) (Bonelli, 2002).

Quanto ao tipo de pagamento pelos serviços advocatícios, têm-se os honorários (contratados caso-a-caso) e os salários (remuneração mensal). Por fim, contrariando “em parte” o título do presente tópico (Mercado de trabalho: um oásis acessível para alguns), é possível constatar que os advogados estão entre os profissionais mais bem pagos do país (Falcão, 1984).

¹⁸ Oliveira, J. S. Retirado em 01/11/2004 do World Wide Web: www.BuscaLegis.ccj.ufsj.br

4.5. “Direito” na Paraíba: um reflexo bem “direito” da advocacia brasileira

Nas décadas de 1870/1880, a possibilidade para a obtenção do título de bacharel em Direito, na Paraíba, era proveniente da Faculdade de Recife. Desse modo, a Paraíba era o estado que mais formava advogados nessa região, depois, obviamente, de Pernambuco (Castelo Branco, 2005).

Transpondo-se para a década de 1930, com a cultura algodoeira, que era a predominante no estado, tornou-se natural a associação entre os produtores paraibanos e a indústria têxtil do sudeste, “que enviavam o produto, já manufaturado, para a Alemanha” (Castelo Branco, 2005, p. 149). Por estas razões, foi criada a Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia (cidade paraibana), encabeçada por José Américo de Almeida¹⁹. Esta escola era estadual, entretanto, subvencionada pela União.

Embora esta Escola estivesse em local e momento adequado para ser criada, a elite de Areia não a recebeu de “bom grado”. Essa mesma elite preferiria ter trocado a Escola por uma Faculdade de Direito, justificando, portanto, o subtítulo do presente tópico, *um reflexo bem “direito” da advocacia brasileira*. Em tempos passados, era comum desejar ter um médico, um advogado ou um padre na família, pois garantiam o prestígio e a tradição familiar, fato que se perpetua até hoje em relação a médicos e advogados.

Só em 1949, no dia 11 de agosto, em João Pessoa, foi criada a Faculdade de Direito, de natureza particular, subvencionada pelo estado e que “representou o coroamento dos interesses da elite paraibana, que, maciçamente, mantinha sua descendência constituída por médicos e advogados” (Castelo Branco, 2005, p. 154). A mesma autora afirma que a abertura dessa faculdade foi percebida como desnecessária, devido à grande proximidade com a já tradicional Faculdade de Recife. A fundação da Faculdade paraibana, além do saldo positivo de se formar o corpo dirigente do estado, atendia, sobremaneira, aos interesses daquele que, devido às condições financeiras, não podia estudar em outros estados e, por último, rompia com a dependência cultural e econômica do Estado de Pernambuco.

Tal dependência reflete precisamente, em proporções menores, em uma escala hierárquica, a dependência cultural que o Brasil tinha de Portugal, no período colonial.

¹⁹ político atuante no movimento tenentista e, no contexto cultural, personalidade marcante no regionalismo modernista, que passa a ocupar postos importantes, tanto a nível local quanto nacional, no governo pós-30

Esse evidencia o caráter “vitalício”, se assim puder ser chamado, estabelecido na profissão da advocacia, como que passando, de “pai para filho”, os velhos e tradicionais conselhos de uma geração experiente, o que, em última instância, traduz-se em uma relação de poder. Como diz Castelo Branco:

Outro aspecto importante (...) é a ênfase na necessidade de não perder de vista as tradições acadêmicas recebidas no berço formador da cultura paraibana: a Faculdade de Direito do Recife, onde o próprio José Américo fora formado (Castelo Branco, 2005, p. 167).

O curso de Direito sempre foi bastante concorrido no estado, sendo costumeiramente referido dentre os cursos de maior demanda. Entre as décadas de 1980 e 1990, posicionou-se entre as maiores concorrências (Castelo Branco, 2005).

Castelo Branco (2005) revela que a maioria das escolhas pelo curso de Direito está relacionada a maior possibilidade de ascensão no trabalho, melhor mercado de trabalho, influência familiar, em detrimento da vocação.

4.5.1. A força da Ordem no estado

Na Paraíba, o Instituto da Ordem dos Advogados Paraibanos teve sua fundação, no dia 15 de outubro de 1931, na cidade de João Pessoa. Sua criação foi transmitida ao interventor²⁰, Dr. Anthenor Navarro, tendo sido publicada no jornal da capital *A União* no dia 16 de outubro de 1931 (Söhsten, 1999).

A primeira Diretoria e o Conselho Diretor foram eleitos em dezembro de 1931. A primeira era formada por um presidente, um 1º secretário, um 2º secretário, um tesoureiro e o bibliotecário, tendo sido eleitos dois advogados para o Conselho Diretor. Segundo pesquisa realizada por Söhsten (1999), de 1932 a 1997, houve 1 triênio e 31 biênios, junto a seus presidentes, diretorias e conselhos. Até o biênio 1959/1961, havia cerca de 15 integrantes, a partir do biênio 1961/1963, o Conselho passou a funcionar com 21 membros. A partir do biênio 1979/1981, o Conselho começou a funcionar com 24 membros. Só no biênio 1993/1995, ocorreu uma mudança do Conselho, tendo sido eleitos 18 membros. Observa-se também que a partir do biênio 1969/1971 até o de

²⁰ diz respeito a alguém que assume o governo de um Estado, em nome do presidente da República, em um período político crítico

1983/1985, houve apenas um presidente reeleito. A partir do biênio 1995/1997, o Conselho passou a funcionar com 25 membros.

No Capítulo 4 do Conselho Seccional, em seu Art. 106, consta que os Conselhos Seccionais são compostos de conselheiros eleitos, incluindo os membros da Diretoria, proporcionalmente ao número de advogados com inscrição concedida, a partir dos seguintes critérios: (1) abaixo de 3000 inscritos, até 24 membros; (2) a partir de 3000 inscritos, mais um membro por grupo completo de 3000 inscritos, até o total de 60 membros²¹.

Na história da OAB-PB, observa-se que, assim como o Conselho Federal, seus representantes sempre estiveram exercendo um papel de destaque político e/ou social, como deputados, senadores, secretário de finanças, vereadores, consultores jurídicos, chefes do governo, promotores, professores, etc. (Söhsten, 1999).

Atualmente, a seccional da Paraíba é formada em sua direção por um presidente, um vice-presidente, um secretário geral, um secretário geral adjunto e um tesoureiro. Existe também um conselho seccional e seus suplentes, membros honorários vitalícios, conselheiros federais, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, Diretor da Escola Superior de Advocacia e um Ouvidor-Geral. A Caixa de Assistência dos Advogados é um órgão de assessoramento do Conselho Federal da OAB para a política nacional de assistência e seguridade dos advogados, tendo seu coordenador direito a voz nas sessões, em matéria a elas pertinente. Além da seccional de João Pessoa, existem as subseções de Campina Grande, Patos, Guarabira, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Sousa.

Em seu Art. 109, no parágrafo 2º do Conselho Seccional e da Subseção, é obrigatória a instalação e o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Orçamento e Contas e da Comissão de Estágio e Exame de Ordem.

Além das comissões obrigatórias, existem, na seccional paraibana, a Comissão de Ética e Disciplina, a Comissão de Apoio à Defesa das Prerrogativas, a Comissão de Direitos Difusos e Coletivos e de Relações de Consumo, a Comissão de Legislação, a Doutrina e Jurisprudência, a Comissão de Ensino Jurídico, a Comissão de Justiça do Trabalho, a Comissão de Advocacia Pública, a Comissão de Justiça Criminal, a Comissão de Jovem Advogado, a Comissão da Mulher Advogada, a Comissão de Advocacia Junto ao Tribunal de Contas, a Comissão de Justiça Eleitoral, a Comissão de Lazer, Esporte e Turismo, a Comissão de Acesso à Justiça, a Comissão da Criança, do

²¹ Retirado em 25/10/04 do Wold Wide Web: <http://oabpb.helpdeskintegrativa.com.br/>

Adolescentes e do Idoso, a Comissão de Justiça Federal e, por fim, a Comissão de Legislação e Doutrina e Jurisprudência.

Os estagiários de direito têm apoio da OAB, à medida em que existe um espaço dentro da própria instituição, promovedor de conquistas e oportunidades. Na Paraíba, o Núcleo de Apoio aos Estagiários dos Advogados do Brasil (NAE – PB) foi fundado em 29 de maio de 1998, cujo objetivo principal é representar e auxiliar o estagiário de direito inscrito na OAB. Para fazer parte, é preciso que o estudante de direito adquira sua carteira de estagiário junto à corporação. Para isso, é necessário estar cursando o 4º ano ou o 7º período do curso. Os seus membros honorários são estudantes de direito, eleitos pelos estagiários. A gestão atual é formada de um presidente, o 1º e o 2º vice-presidentes, um secretário-geral, um diretor de eventos e uma conselheira.

Por fim, pode-se observar que a OAB-PB está sempre inserida nas questões que preocupam a sociedade. Entre outros exemplos, tem-se a campanha de combate à corrupção eleitoral promovida pela parceria com a Arquidiocese da Paraíba, cujo objetivo principal é organizar uma mobilização social pela ética na política na Paraíba. Esse movimento não é unicamente da seccional do estado, mas se baseia em uma ação da OAB Nacional e da CNBB que encabeçam uma campanha nacionalmente. Aliadas a essa parceria, existem mais de 30 entidades que aderiram a essa campanha, como ONGs, sindicatos e universidades.

Em suma, a importância da revisão da literatura coloca dois focos de interesse para o estudo da profissão da advocacia. O primeiro trata-se da contextualização estrutural dessa atividade no Brasil, e o segundo trata da contextualização conjuntural. Ambos os enfoques são fundamentais para averiguar a amplitude sócio-laboral dos profissionais na Paraíba.

Foi possível averiguar que em todo o percurso histórico dessa profissão, desde a criação dos primeiros cursos de Direito no Brasil Império, passando por todas as fases de desenvolvimento do país, destaca-se a influência política que a Ordem tem na sociedade, a exemplo de sua importância na construção do Estado Brasileiro, bem como um perfil de valores do tipo conservadorismo, poder e prestígio, demarcando sobremaneira, uma forte identidade de grupo, coletiva.

CAPÍTULO 5 – PESQUISANDO SOBRE OS ADVOGADOS

A literatura revisada sobre os advogados permitiu elucidar um pouco da sua história, no Brasil e na Paraíba. Permitiu reponder ao menos parcialmente algumas questões levantadas, especialmente aquelas apresentadas na apresentação da tese. No entanto, não foi suficiente para elucidar com mais clareza o contexto da profissão de advogado. Novas questões foram elaboradas, a saber: (1) No Estado da Paraíba, como se encontra atualmente a Ordem diante da sociedade? (2) O que significa ser advogado no contexto do Estado da Paraíba? (3) Como se organiza o trabalho, e qual o seu significado para os advogados? (4) Quais os problemas típicos da advocacia na Paraíba? (5) Quais as transformações que esta profissão tem sofrido e como elas são percebidas pelos advogados? (6) Como está delineado o contexto macro-social dos advogados? (7) Quais os valores que sustentam a identidade comum partilhados pelo grupo?

Na tentativa de responder tais questões, planejou-se a presente pesquisa preliminar que consiste na análise documental e na realização de entrevistas com informantes privilegiados, cujo método é descrito a seguir.

Em função de o enfoque metodológico ter sido o mesmo utilizado para a pesquisa anteriormente relatada sobre os músicos, as estratégias metodológicas e técnicas adotadas serão descritas a seguir resumidamente, uma vez que já foram apresentadas detalhadamente.

5.1. Pesquisa documental

Seguiu-se o mesmo critério da seleção do material já explicitado no tópico referente aos músicos. Portanto, tomaram-se os mesmos números do jornal Correio da Paraíba do ano de 2001 e oito números sorteados entre o mês de novembro de 2003, quando ocorreu a eleição da OAB/PB no dia 22, saindo diariamente reportagens sobre a profissão. Foram catalogadas 382 reportagens.

Quanto à leitura flutuante, a pré-categorização, a categorização primária e a recategorização, seu registro e análise dos dados seguiram os mesmos critérios e sistemática adotados na análise de conteúdo dos artigos sobre os músicos.

5.2. Entrevistas

5.2.1 Informantes privilegiados

A pesquisa centrou-se em pessoas específicas da profissão. Participaram da entrevista três profissionais escolhidos intencionalmente entre os advogados do estado da Paraíba, sendo dois entrevistados do sexo masculino e um do sexo feminino.

Para uma visão mais ampla, adotamos os seguintes critérios e suas finalidades: (1) um profissional do quadro da OAB/PB - para que pudesse ter a visão de um de seus integrantes; (2) um profissional recém-formado - para possibilitar uma compreensão do processo de inserção no mercado de trabalho; (3) um profissional inserido no mercado pelo menos há 10 anos, para uma percepção já consolidada.

CAPÍTULO 6 – OS ADVOGADOS NA ATUALIDADE

Este capítulo tem por objetivo analisar os dados da pesquisa documental, bem como a análise da fala dos entrevistados. A análise de conteúdo realizada com os números selecionados do jornal *Correio da Paraíba* permitiu identificar duas categorias, cada uma contendo subcategorias a respeito da profissão de advogado. Quanto às entrevistas, foi possível analisar as categorias que surgiram a partir das falas dos entrevistados. Ao longo deste capítulo serão apresentados diversos trechos das reportagens e das entrevistas para ilustrar as análises.

6.1. Notícias sobre os advogados

Totalizaram-se 613 ocorrências de subcategorias em 382 reportagens selecionadas dos números do jornal analisado. O conjunto das subcategorias demonstra a existência de duas categorias na imagem da profissão transmitida pelo periódico analisado: uma sobre ações político-associativa e outra sobre a profissão, categorias que se associam dialeticamente e implicam respeito social. (Tabela 6).

Tabela 6

Freqüências de ocorrências das duas categorias (N = 613)

Categorias	Definição	F
Ações Político-associativa	Refere-se ao exercício do poder e/ou influência na sociedade, bem como das expressões de organização do grupo profissional	354
Profissão	Diz respeito ao contexto de trabalho dos profissionais da advocacia	259
Total		613

A categoria ações político-associativa foi mais freqüente nas reportagens catalogadas (N = 354). Esta categoria foi composta de cinco subcategorias, sendo advogados e questões políticas formada por onze níveis de reportagens, como pode ser observado na Tabela 7. Desse grupo, destacaram-se as subcategorias advogados e políticas (44,8%) e Organização-política como classe (33,7%).

A categoria profissão foi constituída por 12 subcategorias (Tabela 8), estando as freqüências mais elevadas para ações na justiça (28,3%) e capacitação profissional (12,6%).

A frequência das subcategorias indica serem as mais divulgadas na imprensa. É importante considerar que a frequência elevada na subcategoria OAB tem como base o jornal do mês de novembro do ano de 2003, por ser mês de eleição, totalizando assim 42 ocorrências, ficando o restante para os demais meses (10,9%).

A seguir serão apresentadas as análises das respectivas categorias/subcategorias procurando desenvolver a rede formada por elas.

6.1.1. Ações político-associativas

Agruparam-se, nesta subcategoria, reportagens que se atinham às questões do advogado, com cargos públicos, relacionado à participação, decisões e opiniões sobre política, cargos de poder; administração pública, justiça, reforma dos poderes e participação em eventos políticos (Tabela 7).

Tabela 7.*Freqüências de ocorrências das subcategorias de ações político-associativas (N = 354)*

Subcategorias/indicadores	Definição	F	%
Advogados e políticas	Referências a advogados envolvidos em assuntos de ordem política da sociedade como um todo, seja a nível municipal, estadual ou nacional		
1) Advogados cargos públicos	Inserção dos advogados nos cargos públicos da PB.	32	8,4
2) Participação decisões políticas	Intervenção da classe nas decisões políticas da sociedade, quer seja nos níveis de governo municipal, estadual ou federal, nos diversos poderes legislativo, executivo ou judiciário, quer seja em outros órgãos políticos da sociedade.	31	8,1
3) Influência pelo cargo	Poder de influência política por ocupação em posição de poder e, portanto, de decisões políticas.	25	6,5
4) Cargos eletivos	Candidatos ou já efetivos em qualquer cargo político eletivo.	20	5,2
5) Atos a favor da cidadania	Participação dos profissionais em movimentos que defendam a cidadania.	19	5,0
6) Opinião de advogadas sobre a administração pública	Opiniões sobre a administração pública de qualquer ordem do governo.	13	3,4
7) Opinião de advogados sobre justiça	Quaisquer tipos de manifestação de advogados sobre a justiça, quer de forma positiva ou negativa.	10	2,6
8) Opinião de advogados sobre política	Quaisquer tipos de manifestação de advogados sobre a política.	10	2,6
9) Reforma dos poderes	Reformas em qualquer poder que afetem a atuação do advogado.	4	1,0
10) Participação em eventos políticos	Advogados ou entidades da classe nos eventos políticos da PB e/ou de âmbito nacional.	4	1,0
11) Conflitos com poder judiciário	Quaisquer manifestações de conflitos quanto ao poder judiciário, considerando dificuldades no exercício da profissão.	4	1,0
Subtotal referente a categoria Advogados e políticas		172	44,8
Organização política como classe			
1) OAB	Eleições, críticas, dificuldades, regulamentos em defesa da classe etc.	101	26,4
2) Conflitos entre profissionais	Conflitos entre advogados relacionados a processo de eleição ou de qualquer outra natureza, cujo alvo sejam as questões relacionadas à profissão.	21	5,5
3) Associações	Criação, necessidade e/ou referências gerais sobre associação para os profissionais.	7	1,8
Subtotal referente a categoria organização política como classe		129	33,7
Atitudes contra advogados	Denúncias ou ameaças públicas quanto à atuação dos advogados perante a comunidade, tais como desvio de verba e tentativa de assassinato, bem como, manifestações de agressão, de qualquer tipo, como, física, verbal, etc..	32	8,4
Projetos	Projetos criados, apoiados e/ou desenvolvidos pelos profissionais em prol deles mesmos ou da comunidade.	20	5,2
Advogados em outras atividades	Quaisquer tipos, como funções administrativas, músicos, etc.	1	0,3
Total		354	92,4

A pontuação elevada deve-se ao tradicional e histórico envolvimento do profissional com a política e a administração pública, conforme ilustra o trecho abaixo.

(...) É que o PDT paraibano hoje tem convivido com uma dissidência interna. De um lado, o grupo do atual presidente, Chico Franca. Do outro, o grupo de oposição, liderado pelo advogado Rui Galdino. São eles que disputarão a presidência do diretório estadual na próxima convenção, previsto para o dia 10 de setembro. (Jornal Correio da Paraíba, 11 de ago. 2001; seção política).

Comenta-se com frequência em João Pessoa a possibilidade de o advogado José Mariz Filho sair candidato a deputado estadual. Até aí tudo normal, exceto numa novidade: o convite teria sido feito pelo grupo Cunha Lima. Zé Mariz Filho não se pronunciou (Jornal Correio da Paraíba, 18 de jul. 2001; seção política).

O exemplo abaixo ilustra a participação em decisões políticas, além de que põe em evidência a implicação política de atos profissionais.

(...) o processo contra o prefeito Expedito Pereira foi julgado procedente pelo Juiz Eleitoral de Bayeux, mas os advogados do prefeito recorreram da decisão junto ao TER, que deve apresentar uma decisão sobre o caso na sessão extraordinária convocada para hoje (...) (Jornal Correio da Paraíba, 26 de dez. 2001; seção política).

Essa associação entre aspectos políticos e profissionais deve deixar claro que, apesar da identificação de duas grandes categorias, diferentemente de análises de conteúdo clássicas, não se supõe perfeita independência entre as duas categorias, mas que existe uma área de interseção entre elas. Assim, alguns conteúdos podem estar simultaneamente em subcategorias referentes às ações político-associativas e em subcategorias referentes à profissão. Essa relação foi confirmada ao se aplicar o qui-quadrado entre advogados e políticas e ações na justiça ($\chi^2 = 9,32$; gl = 1; $p \leq 0,001$). Exemplos, a seguir, de advogados e política.

A primeira-dama de Cabedelo, Giannina Lombardi, é advogada e funcionária do TRT. “Portanto, não trabalho na Câmara como foi noticiado”. Mas, antecipou:

“Serei candidata à deputada estadual em 2002. Pelo PT (Jornal Correio da Paraíba, 02 de set. 2001; seção política).

(...) Político, empresário, advogado. Sua trajetória política caracterizada pela vocação de servir aos mais pobres... (Jornal Correio da Paraíba, 13 de dez. 2001; seção especial)

O Supremo Tribunal Federal pôs fim, ontem, ao arrastado processo para indicação do advogado Paulo Gadelha como novo desembagador federal sediado no Tribunal Regional Federal, em Recife... (Jornal Correio da Paraíba, 13 de set. 2001; seção política)

Com base na literatura, observa-se que a OAB, tanto em nível nacional como regional, assume destaque no contexto sócio-ocupacional da profissão. Foi, portanto, pelo dispositivo especial, incluído no decreto nº 19.408, de 18.11.1930 que a OAB foi criada no auge da revolução de 1930, o que contribuiu para construir seu papel político (Sodré, 1967). Na Paraíba, o Instituto da Ordem dos Advogados Paraibanos teve sua fundação no dia 15 de outubro de 1931 na cidade de João Pessoa. Na história da OAB-PB, se observa que, assim como o órgão federal, seus representantes sempre estiveram exercendo um papel de destaque político e/ou social, como, deputados, senadores, secretário de finanças, vereadores, consultores jurídicos, chefes do governo, promotores, professores universitários, etc. (Söhsten, 1999).

Na análise dos artigos do jornal, encontrou-se, portanto, a repercussão da OAB para a sociedade, assim como para os profissionais. Desse modo, sua forte tradição secular parece ficar evidenciada em nosso meio. A pesquisa reforça a importância e a tradição da Ordem tanto para a sociedade como para os profissionais, como se observa a seguir.

O deputado federal Efraim Morais (PFL), vice-presidente da Câmara dos Deputados, saudou a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pelos seus 70 anos de existência, destacando o trabalho, as conquistas e os êxitos da entidade (Jornal Correio da Paraíba, 29 de mar. 2001; seção política).

(...) das quatro vagas, três serão ocupadas por juizes de carreira e uma por membro do Ministério Público – neste último caso, correspondente ao Quinto Constitucional. Hoje a corte de Justiça é formada por dois membros indicados pela OAB-PB e um pela Procuradoria Geral de Justiça, sendo os demais juizes de carreira (...) (Jornal Correio da Paraíba, 13 de dez. 2001; seção cidades).

No período antecedente às votações para a presidência, em novembro de 2003, noticiava-se quase que diariamente o clima político entre as chapas. Importa considerar que possivelmente a imagem da OAB, entre outras razões, influencia os advogados no sentido de que as divergências e conflitos entre eles estimulam a disputa interna. Diferentemente dos músicos, os advogados parecem não sentir necessidade de investir em outra instituição representativa. Esse resultado pode refletir a baixa frequência de periódicos encontrados com a categoria associações (1,8%), já que a Ordem dos Advogados exerce o papel de órgão regulador da profissão e, ao mesmo tempo, de sindicato, distintamente do que sucede com as demais profissões no Brasil.

Ademais, salienta-se que a subcategoria atitudes contra advogados (8,4%) destaca-se por meio de notícias de denúncias e agressão contra advogados, revelando explicitamente uma profissão que, embora respeitada, sofre desagradados da sociedade. Esta subcategoria reforça um estereótipo negativo do profissional, na medida em que sua atuação torna-se alvo de críticas por não cumprir seu dever: trabalhar pela justiça e ser o porta-voz da sociedade. O paradoxo reside no fato de que este, ao se propor a trabalhar para a justiça, é alvo de denúncias e agressões, conforme ilustra o exemplo a seguir.

O deputado estadual sargento Denis, presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Futebol, considerou como seguro o depoimento da presidente da Federação Paraibana de Futebol, Rosilene Gomes, ocorrido ontem à tarde, no plenário da Assembléia Legislativa. A dirigente da FPF voltou a acusar o vereador Tavinho Santos, o advogado Laerson Almeida e o presidente do Conselho Deliberativo do Campinense Lamir Mota, como responsáveis por criarem uma manobra para desestabilizar a administração do futebol paraibano (Jornal Correio da Paraíba, 18 de out. 2001; seção esportes).

O próximo recorte de 21 de novembro de 2003, período antecedente às eleições da OAB, expõe denúncia de agressão cometida por um promotor contra um advogado, retratando o perfil das disputas eleitorais nesse período. O título da reportagem conduz o leitor a refletir sobre o que acontece com a continuidade da liderança da OAB – *Sete pecados capitais do continuísmo. Sete bons motivos para mudar a OAB.*

OS FATOS: O Dr. Cláudio Roberto é agredido fisicamente por um promotor. O DEVER DA OAB: defender o advogado. O QUE A OAB FEZ: Nada (Jornal Correio da Paraíba, 21 de nov. 2003; seção publicidade).

Mais um exemplo:

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba, reunida na manhã de ontem, anulou decisão do Tribunal de Júri da Capital que absolveu os réus Denilson Pereira da Costa e Severino Flávio Dionísio da Costa. Com esta decisão, ambos serão submetidos a novo julgamento. Eles são acusados de haver assassinado a tiros, na noite do dia 26 de abril de 1998, na estrada de Pilões, o professor universitário e advogado Mário Moreno Filho (Jornal Correio da Paraíba, 24 de out. 2001; seção cidades).

Contrário ao que surgiu com os músicos, os advogados apresentaram conflitos entre profissionais (5,5%) divulgados na mídia. O fato de um jornal de ampla circulação no estado fazer referência a conflitos entre profissionais supõe ser um assunto de interesse geral. Os próximos exemplos demonstram claramente a importância das eleições da OAB e justifica os conflitos existentes, cujas razões encontram-se nos bastidores das eleições, como se pode apreciar a seguir.

Hoje é dia de guerra na OAB. Nos bastidores, se sabe, que o próximo desembargador do TJ será indicado pela entidade. Daí a batalha que se travou recentemente (Jornal Correio da Paraíba, 22 de nov. 2003; seção política).

A chapa da situação, liderada por Arlindo Delgado, fez de tudo, ontem, por meio da OAB-PB, para impedir que todos os advogados paraibanos possam votar nas eleições deste sábado e conseguiu parcialmente. Mesmo assim, votarão todos

aqueles que estão adimplentes integralmente ou que ainda não pagaram a anuidade de 2003. Só não poderão votar aqueles que devem à OAB-PB a anuidade de 2002 e/ou de anos anteriores. (...) A ação contra os advogados foi mais uma iniciativa do restrito grupo que domina o poder da Ordem há 16 anos (Jornal Correio da Paraíba, 22 de nov. 2003; seção publicidade).

As notícias sobre Atos a favor da cidadania (5,0%), quando analisadas juntamente com a subcategoria Projetos (5,2%), evidenciam um caráter significativo em termos de atuação dos advogados.

Exemplo da subcategoria atos a favor da cidadania.

(...) Segundo informou o curador do Patrimônio Público, Hamilton de Sousa Neves Filho, em 1999, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entraram com uma ação considerando ilegal a cobrança da taxa de lixo. Em agosto deste ano, o processo foi julgado legal pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.” (Jornal Correio da Paraíba, 18 de dez. 2001; seção cidades).

O conteúdo da notícia abaixo, que ilustra a subcategoria Projetos desenvolvido em prol da sociedade, expressa-se de forma persuasiva, tanto na repetição, na íntegra ou em recorte, como no apelo emocional, em mais de sete dias, fato que consolida tal prática. Considere-se ainda que, em um dia, a mesma notícia esteve presente em duas sessões do jornal: política e cidades.

Ao abraçar-lhe, dirijo-me a você, caro advogado, movido pelo sentimento de solidariedade que devemos ter para com os nossos irmãos que passam fome diante de nossos olhos, para pedir-lhe que preste o seu indispensável apoio a II Campanha Natal Sem Fome promovida pelo Comitê de entidades no combate à fome e pela vida – COEP/PB, em parceria com o sistema correio de comunicação. A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, desde o ano de 1998, é uma das entidades filiadas ao COEP/PB, movimento social que foi desencadeado pelo sociólogo Herbet de Souza – O Betinho, no ano de 1993, no Estado do Rio de Janeiro, e vem sempre apoiando as ações do Comitê, com afinco e dedicação (Jornal Correio da Paraíba, 03 de nov. 2001; seção política).

Embora esteja presente no Estatuto da Advocacia e da OAB, no Capítulo II, Dos Direitos Dos Advogados, a igualdade entre os profissionais, nas carreiras jurídicas, o que evidencia ausência de hierarquia, observou-se a existência de conflitos entre advogados e juízes, ficando clara a disputa de poder entre eles. As passagens seguintes exemplificam esta situação.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE vem manifestar sua mais irrestrita solidariedade à Juíza Cristina Maria Costa Garcez, da 4ª Vara Federal de Campina Grande-PB, que vem sofrendo injustas agressões por parte do advogado Jairo de Oliveira Souza (Jornal Correio da Paraíba, 05 de mai. 2001; seção cidades).

Não foi só a atuação de Paulo Rocha que atrasou o julgamento dos processos. Na sala de sessão do Tribunal de Justiça se encontrava praticamente a nata da advocacia da Paraíba para defender a prefeita de Guarabira, Léa Toscano, o advogado Marcos Pires alegou que a juíza daquela comarca havia prejudicado a negociação... Não convenceu (Jornal Correio da Paraíba, 20 de mar. 2001; seção política).

O juiz Adhailton Lacert Correia Porto, titular da Comarca de Alhandra, anulou a sentença de pronúncia e decreto preventivo, predatada pelo juiz Leandro dos Santos, que mandou para julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, o empresário e ex-prefeito do Conde, Aluizio Vinagre Régis, acusado do assassinato do advogado pombalense Carlos Antônio de Oliveira, fato ocorrido na madrugada do dia 27 de fevereiro de 1990, em Jacumã. Inconformado com a sentença de pronúncia, o advogado Geraldo Queiroga, patrono de Aluizio Régis, ingressou com o recurso em Sentido Estrito junto ao juiz Adhailton Lacert Correia Porto. O advogado Geraldo Queiroga fundamentou o recurso enfatizando que o juiz Leandro dos Santos era incompetente para despachar na ação penal... (Jornal Correio da Paraíba, 19 de mai. 2001; seção cidades).

A inserção dos advogados em outras atividades profissionais foi pouco destacada. As reportagens sobre advogados em outras atividades (0,3%) evidenciam a

profissão de advogado primeiramente para, em seguida, mencionar a segunda, mesmo sendo a última o tema da reportagem. O recorte seguinte ilustra bem esta prática, pois, antes de ser músico, o cantor é um advogado. E surge uma indagação: Isto implica maior prestígio para o músico?

Mix de advogado e músico, Z.G. é quem anuncia: A banda Impossíveis comemora mais um ano de sucesso, sábado próximo com festa retumbante (Jornal Correio da Paraíba, 24 de nov. 2003; seção sociedade jovem).

Uma informação adicional percebida, embora não registrada em termos quantitativos, chamou a atenção: a resistência à mudança da OAB no período das eleições. Esta, enquanto entidade de vanguarda no país, decidiu, por meio de sua comissão eleitoral, não aceitar a votação por urnas eletrônicas, o que implica um profundo retrocesso na modernidade. Em meio a tantos conflitos pré-eleição, a desconfiança estava patente nessa decisão, evidenciando clara tendência ao conservadorismo. O exemplo a seguir ilustra essa tendência.

Hoje é dia de eleição na OAB. Ontem os candidatos das três chapas desfilaram no Correio Debate fazendo as últimas propostas e travando o duelo natural nesse tipo de disputa. Todavia um fato chamou atenção. A OAB, uma entidade de vanguarda e moderna no país decidiu através de sua comissão eleitoral não aceitar a votação através de urnas eletrônicas. (...) ontem nós abordamos a advogada Nadja Palitot sobre o assunto e ouvimos dela a resposta de que “não confiamos em urna eletrônica”... (Jornal Correio da Paraíba, 22 de nov. 2003; seção cidades).

6.1.2. Profissão

A primeira subcategoria, ações na justiça, é retratada pela imprensa como uma das principais ocorrências (Tabela 8). A análise aponta uma busca contingente pelos serviços dos advogados quanto ao acionamento da justiça a fim de resolução de conflitos.

Tabela 8.*Freqüências de ocorrências para as subcategorias de profissão (N = 259)*

Subcategorias	Definição	F	%
• Ações na justiça	Intervenção dos advogados em defesa dos direitos da empresa pública, privada ou de indivíduos em particular.	108	28,3
• Capacitação Profissional	Incentivos aos investimentos educacionais e à capacitação da classe, proporcionando melhores condições de trabalho através de congressos, simpósios, fóruns, lançamento de livros, atualização no Diário Oficial da Justiça.	48	12,6
• Homenagens a advogados	Quaisquer tipos de homenagens feitas tanto a advogados em particular quanto à ocupação como um todo e participação em eventos sociais. Reconhecimento de mérito.	41	10,7
• Identidade profissional	Orgulho, reconhecimento da profissão de advogado.	22	5,8
• Construções (edificações)	Quaisquer construções e/ou espaços físicos destinados ao exercício da profissão que estejam sendo construídos e/ou inaugurados.	9	2,4
• Propaganda	Propagandas, comunicados e afins que tragam informações sobre um serviço ou escritório de advocacia.	7	1,8
• Mercado de trabalho	Situação do mercado de trabalho para os profissionais da área.	7	1,8
• Reivindicações dos advogados	Mobilizações de advogados ou de grupos reivindicando melhorias para os profissionais.	5	1,3
• Críticas aos cursos	Quaisquer comentários sobre a qualidade dos cursos (de Direito) na Paraíba.	4	1,0
• Melhores condições trabalho	Avanço tecnológico para facilitar o trabalho do advogado.	4	1,0
• Salários/honorários	Referências de salários e/ou honorários seja qual for a especialidade ou função do profissional.	3	0,8
• Intercâmbio exterior	Intercâmbio com outros países no que diz respeito à fomentação de cursos, congressos, palestras etc. para o aperfeiçoamento dos advogados.	1	0,3
Total		259	67,8

A busca por qualificação desses profissionais encontra-se na segunda subcategoria desse bloco capacitação dos profissionais (12,6%), demonstrando que os advogados têm uma preocupação com o aperfeiçoamento profissional. Para atender à grande demanda de serviços, parece necessário investir na qualificação, como forma de assegurar a concorrência. Ao se aplicar o teste qui-quadrado com duas maiores subcategorias para verificar a relação entre elas, observou-se que o teste não rejeitou a independência para capacitação profissional e ações na justiça ($\chi^2 = 17,12$; gl = 1; $p \leq 0,001$).

O ex-prefeito de Rio Tinto, Marcus Gerbasi, toma posse amanhã no cargo de Procurador Adjunto da Defensoria Pública da Paraíba, no lugar de Élon Pessoa de Carvalho. A solenidade está marcada para as 11 horas no Palácio da Redenção. Marcus Gerbasi está convidando todos os advogados de ofício para participarem da solenidade. Uma das idéias que Marcus Gerbasi apresentará a Élon Pessoa, na Defensoria Pública diz respeito ao oferecimento de curso de qualificação profissional para todos os advogados de ofício do Estado. Segundo ele, a reciclagem é necessária para que os advogados possam oferecer uma melhor prestação de serviços à sociedade (Jornal Correio da Paraíba, 08 de jul. 2001; seção opinião).

Todavia, as reportagens de homenagens a advogados (10,7%) evidenciam a importância da profissão nos diversos setores, refletida nas homenagens, em vários eventos, contribuindo assim para melhoria de sua imagem ante a sociedade.

O advogado e procurador Manuel Sales Sobrinho recebe hoje, no Espaço Cultural, o Diploma de Colaborador Emérito do Exército. Será entregue dentro das comemorações do Dia do Soldado (Jornal Correio da Paraíba, 25 de ago. 2001; seção sociedade).

O diretor presidente do Sistema Correio de Comunicação (...) foi homenageado pelo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba com uma moção de aplausos pela realização do primeiro Natal sem fome em João Pessoa (Jornal Correio da Paraíba, 24 de mai. 2001; seção últimas).

Esta subcategoria assinala homenagens de caráter personalizado, honrando o profissional e reforçando os valores do grupo, fortalecendo a influência e o poder da profissão na sociedade. Tal perfil explica, em parte, a procura do curso de Direito entre vestibulandos que buscam notabilidade.

Mais exemplos a seguir:

Pouca gente sabe, mas um dos grandes colaboradores na confecção do novo texto do Código Civil Brasileiro é o jovem advogado paraibano Mário Luís Delgado, assessor do deputado Ricardo Fiúza, de Pernambuco, relator

responsável pela reforma do CC. Em conversa com amigos da coluna em Brasília, Mário afirmou que o novo Código irá contemplar diversos assuntos novos, tornando-se mais dinâmico e moderno, especialmente no tocante ao Direito da Família no Brasil. Recentemente Mário Luís foi homenageado na Câmara dos Deputados, com a entrega da medalha de Honra ao Mérito pelos serviços prestados na confecção do novo Código que passará a entrar em vigor ano que vem (Jornal Correio da Paraíba, 27 de dez. 2001; seção cidades).

O advogado e Procurador da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Carlos Pessoa de Aquino, receberá o título de Cidadão Campinense hoje, às 11:00 na OAB, em evento cultural e político. O novo cidadão receberá o título em sessão especial da Câmara Municipal de Campina Grande, na OAB. (...) Além da entrega da honraria, serão lançados dois livros: um de Aquino, O Manual de Direito Municipal e o outro de Margarida Farias (Jornal Correio da Paraíba, 11 de ago. 2001; seção sociedade/campina).

A subcategoria identidade profissional (5,8%) destaca-se entre as notícias, no sentido da valorização da profissão, por meio de um discurso de respeito e de certo orgulho por pertencer a tal grupo. As reportagens destacam a profissão, sinalizando, ora explicitamente ora não, qual a ideologia dominante deste profissional e o que se espera de sua atuação. Os elogios parecem dar o encaminhamento às atitudes do profissional, o que corrobora com as pesquisas de Bonelli (2002). As análises a seguir confirmam tal evidência²².

(...) Por isso, veio-me o pensamento sempre hodierno do grande Rui Barbosa, posto que, se as Torres Gêmeas do World Trade Center certamente resistiram por algum tempo porque não foram decerto, edificadas por um advogado, orgulha-me sempre saber que os advogados sem nenhuma pretensão, edificam as obras perenes e imorredouras da inteligência, do pensamento e da intelectualidade como um todo. Exemplo? Eis aí a palavra daquele que ao meu ver, é o maior de todos os advogados, que consta da obra de Cecília Meireles *Rui*

²² A seguinte reportagem tece considerações sobre o atentado do dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Por se tratar de uma longa reportagem para os fins aqui previstos, foi escolhido o principal recorte para exemplificar a categoria em questão.

– *pequena história de uma grande vida*: “A lei da guerra é a lei da força. (...)”
(Jornal Correio da Paraíba, 28 de out. 2001; seção política).

Outra reportagem também seguindo em mesma direção:

(...) Esse orgulho profissional, em cada graduado no direito, decorre não só do prestígio institucional da secular OAB. Vem da efetiva participação de todos na defesa da profissão e da instituição. E isto deve servir de exemplo para as demais Ordens e Conselhos Profissionais (Jornal Correio da Paraíba, 24 de jun. 2003, seção opinião).

De forma sutil, mas enfática, a seguinte reportagem ilustra, a começar pelo título “Direito lidera concorrência”, o orgulho desses profissionais enquanto pertencentes a tal grupo.

(...) Os cursos mais concorridos foram Direito com 34 candidatos para uma vaga, e Administração com 10 candidatos (...) (Jornal Correio da Paraíba, 25 de ago. 2001; seção cidades).

Esse recorte revela que, ainda comparando com o segundo curso mais concorrido, o de Direito supera com grande vantagem.

As reportagens sobre construções (2,4%) enfatizam o investimento dos profissionais e/ou dos órgãos jurídicos na melhoria dos prédios e/ou escritórios, reforçando, sobremaneira, na mídia, a identidade profissional por meio de uma divulgação de boa aparência no ambiente de trabalho.

Os renomados advogados Delosmar Mendonça Jr. e Geilson Salomão reuniram uma excelente equipe de profissionais e fundaram um dos mais modernos escritórios de advocacia da cidade – o Mendonça & Salomão Advogados Associados, instalado na av. Almirante Barroso, obedecendo a projeto arquitetônico arrojado das arquitetas Doralice Paiva e Cláudia Navarro (...) (Jornal Correio da Paraíba, 16 de ago. 2001; seção sociedade).

Toda a área externa do Fórum Afonso Campos, no complexo judiciário da Liberdade, receberá pavimentação asfáltica. Com essa providência, juízes, serventuários, advogados e a população em geral, terão mais espaços para o estacionamento de veículos (Jornal Correio da Paraíba, 26 de dez. 2001; seção cidades).

A subcategoria propaganda (1,8%) não se evidenciou, visto que, diante das análises anteriores, é desnecessário propagandas de uma profissão historicamente tão valorizada pelos serviços prestados. Desse modo, foram encontradas escassas propagandas, cujos exemplos ilustram esta subcategoria.

Paulo Rocha Advocacia & Serviços Associados, informa aos clientes a mudança dos números de seus telefones, a partir deste dia 05 de março de 2001: 271 1313; 986 1381; 996 1513. Rua Prefeito Manoel Simões, no. 166, Guarabira (Jornal Correio da Paraíba, 29 de mar. 2001; seção política).

Advogados: Osni Nunes e Edivania Fernandes. Escritório: Av.: D. Pedro II, 45, 1º andar – sala 101. João Pessoa – PB. (Jornal Correio da Paraíba, 23 de nov. 2003; seção política).

Apoiadas em valores que buscam incentivar a identidade profissional e a importância da profissão, as reportagens sobre mercado de trabalho prometem aos interessados pela carreira de direito um futuro promissor, ressaltando, ainda que é possível ingressar nas carreiras parajurídicas e jurídicas, a partir da atuação enquanto advogado. Desse modo, confirma-se a idéia do senso comum de que ser bacharel em Direito “abre portas” no mercado de trabalho. Estas situações são ilustradas a seguir.

Catorze cursos superiores oferecidos por Cefet e UFPB garantem colocação imediata no mercado de trabalho. A listagem inclui Tecnologia em Telecomunicações e Telemática, do Cefet, e Ciências da Computação, engenharia de Produção, Direito e Turismo da UFPB... (Jornal Correio da Paraíba, 02 de set. 2001; seção capa).

O Tribunal de Justiça da Paraíba iniciou ontem as inscrições para o 51º concurso público para juiz substituto, que oferece sete vagas. (...) Além das exigências de praxe – estar quite com o serviço militar, ser brasileiro e achar-se no gozo de seus direitos civis e políticos, o candidato precisa ser bacharel em Direito por faculdade oficial ou reconhecida, ter prática forense adquirida no exercício de advocacia ou do Ministério Público ou, ainda como servidor de justiça durante prazo superior a dois anos, salvo se aprovado em curso da Escola Superior de Magistratura, quando o prazo será de um ano (Jornal Correio da Paraíba, 21 de nov. 2001; seção publicidade).

Possivelmente, profissionais que se mantêm organizados por meio de uma instituição forte pode possibilitar a expressão de conflitos, inclusive de Reivindicações dos advogados (1,3%), como mostra o exemplo a seguir.

Passaram de quatro mil os processos movimentados, despachados e julgados na Comarca de Campina Grande, durante o chamado esforço concentrado ou mutirão da justiça. Mas, entre a classe advocatícia, além dos que elogiaram a iniciativa, há os que defendem a necessidade de mais recursos humanos no judiciário, para evitar o acúmulo de processos. O advogado Jairo Oliveira é um desses defensores (Jornal Correio da Paraíba, 04 de nov. 2001; seção cidades).

O seguinte exemplo trata de críticas aos cursos.

(...) Daí porque há de se modificar a cultura que hoje preside o sistema processual brasileiro. Isso merece um estudo científico e uma mudança de cultura dos nossos agentes que atuam na área do Direito. E ainda essencialmente por uma modificação no sistema de ensino jurídico no País. Hoje temos cursos de Direito sem condições de preparar os profissionais para um direito novo, um Direito que seja concebido de acordo com o tempo atual. Houve um progresso expressivo em outras áreas do conhecimento, mas na área de Direito, nossos cursos de direito ainda deixam muito a desejar (Jornal Correio da Paraíba, 16 de dez. 2001; seção cidades)²³.

²³ Entrevista concedida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça ao Jornal Correio da Paraíba.

Essa reportagem confirma o que se encontrou na revisão da literatura a respeito de um ensino jurídico tradicional e, às vezes, dogmático e com necessidade de mudança ou de reestruturação (Adorno, 1988, Falcão, 1984). Ao mesmo tempo, também são encontradas notícias que evidenciam críticas de caráter positivo diante dos cursos de direito.

Cursos jurídicos avaliados pela OAB (geral) em todo o país, apresentam três universidades paraibanas (UNIPÊ, UEPB e UFPB), como os cursos qualificados (Jornal Correio da Paraíba, 02 de fev. 2001; seção opinião).

Observaram-se nas análises agrupamentos de reportagens que se referiam a melhores condições de trabalho para os advogados, conforme ilustra exemplo abaixo esta subcategoria, focalizando essas mudanças a partir da utilização da informática e internet, cujos recursos favorecem a execução do trabalho, seja em casa, no escritório ou nos órgãos da justiça.

Mais de 600 advogados acompanham a movimentação dos processos no Poder Judiciário da Paraíba, via internet. Para tanto eles se cadastraram, através da página eletrônica do Tribunal de Justiça, sem saírem de casa ou do escritório. É a movimentação do serviço criado pelo CPD – Centro de Processamento de Dados, utilizando-se um programa desenvolvido pela equipe de informática do TJ”. (Jornal Correio da Paraíba, 23 de jun. 2001; seção cidades).

Os advogados paraibanos terão sistema de auto-atendimento para acompanhar a tramitação processual, que funciona nos moldes dos caixas-eletrônicos de bancos (mas sem movimentação de dinheiro). (...) O serviço é gratuito. O funcionamento é simples: com apenas o número do processo, o advogado pode obter um extrato sobre a movimentação judicial. Pode, ainda, usar o registro da OAB para resgatar informações sobre todas as ações que defende. Neste caso, é preciso que tenha informado o número da OAB no momento em que instaurou o processo na justiça (Jornal Correio da Paraíba, 11 de nov. 2001; seção justiça).

As referências quanto a salários/honorários dos advogados estiveram presentes nas reportagens, ora de forma sutil, deixando implícito para o leitor a necessidade de um orçamento extra na renda familiar para se pagar aos serviços advocatícios, ora de forma explícita, como pode ser observado a seguir.

(...) no começo do ano tive que vender objetos pessoais para pagar um advogado e garantir, através de mandado de segurança, a matrícula de uma das minhas filhas na universidade, tudo porque o CEFET perdeu muito tempo com greves (...) (Jornal Correio da Paraíba, 24 de ago. 2001; seção opinião).

É desproporcional o valor de R\$ 3.000,00 para honorários de advogado que suscitou com êxito a execução de pré-executoriedade em processo de execução superior a R\$ 2.000.000,00. A responsabilidade pelo patrocínio de demanda desse valor e a efetiva atuação em juízo justifica a elevação da verba para R\$ 30.000,00 (Jornal Correio da Paraíba, 29 de abr. 2001; seção justiça).

Apenas uma reportagem sobre intercâmbio exterior foi catalogada. É curioso perceber que o intercâmbio observado foi recentemente realizado com Portugal, país de antigas raízes da história do direito com o Brasil, fato que traduz não só conservadorismo como também inércia, tendo em vista um mundo moderno e globalizado. A notícia a seguir ilustra bem esse fato.

O Tribunal de Justiça da Paraíba e o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal irão firmar convênio de cooperação nesta segunda (16/04/01) para promover a permuta de conhecimentos jurídicos, culturais e históricos. Promoverão palestras, seminários e publicarão livros jurídicos sobre direito Civil, Penal, Processual civil, Processual Penal, Constitucional, Eleitoral e Comercial. De acordo com o convênio, deverão elaborar uma programação anual, em cada um dos países; para a realização de eventos, que tenham como temas questões jurídicas que possam proporcionar o alargamento do conhecimento de magistrados ou operadores de Direito. Distribuirão livros em Tribunais e Universidades de Direito (Jornal Correio da Paraíba, 15 de abr. 2001; seção justiça).

6.1.3. Conclusão

A partir das considerações a respeito de como a mídia divulga o perfil da profissão de advogado, no estado da Paraíba, ou o que se observa na imprensa sobre eles, foi possível elucidar questões centrais atuais acerca da profissão. É importante lembrar que a categoria político-associativa esteve com o maior número de resposta, podendo ser considerada como central na profissão. Em outras palavras, o exercício do poder e/ou influência na sociedade provavelmente é um dos eixos do dinamismo da profissão. Compete, então, deixar a questão sobre que impacto tem tal característica sobre o bem-estar do profissional?

Existe uma forte presença dos advogados no meio político, como uma extensão da atuação profissional: algumas ações profissionais, judiciais, ganham destaque na imprensa porque são de interesse social. A profissão e seu órgão de representação assumem forte influência na sociedade; o status da profissão implica a demanda e vice-versa; a capacitação está entre as principais preocupações profissionais; e há uma preocupação com a qualidade dos serviços prestados para atender as demandas sociais.

Resumindo, é importante ressaltar que a interação entre as duas grandes categorias (ações político-associativa e profissão) vem à tona porque, apesar de se entender que todo ato humano público tem uma dimensão política, no caso dos advogados isto fica evidenciado pela própria natureza de sua atividade profissional – por exemplo, defender a cidadania, os direitos da pessoa, dos grupos e das instituições, lidar com conflitos de interesses, etc. – que conduz o profissional a estar atento às relações de poder na sociedade e enfatizar seu próprio poder.

As atividades musicais, como qualquer atividade humana pública, é também um ato político. Por isso a história da música no Brasil registra os atos de censura e repressão durante a ditadura militar. No entanto, o conteúdo político da atividade musical não é tão evidenciado nos artigos de jornal analisados. Não só os advogados reconhecem a importância de sua relação de poder, mas a imprensa e/ou quem fala sobre os advogados.

6.2. Os advogados falando da profissão

Ainda que o estudo empírico sobre a imagem do advogado divulgada na mídia tenha resultado na identificação de aspectos importantes em torno da temática sócio-

laboral, optou-se por realizar entrevista com profissionais da área, na tentativa de descrever, na visão deles, seu cotidiano, sua rotina de trabalhos e/ou ocupações. O conjunto dessas análises de artigos de jornal e de entrevistas proporciona melhor compreensão do assunto. Como afirmam Denzin e Lincoln, “entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo. Logo, geralmente existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17).

Vale considerar que o objetivo das entrevistas com limitado número de sujeitos não é produzir generalizável conhecimento, mas realizar explorações iniciais que permitam ter indicadores sobre as vivências dos advogados no exercício da própria profissão, proporcionando um leque de informações que, por sua vez, suporte hipóteses sobre a relação entre valores e bem-estar.

A elucidação das categorias ocorreu a partir da fala dos entrevistados, inicialmente através de uma “leitura flutuante”, em que o conjunto de categorias foi sendo construído e em seguida, comparado com a categorização dos juízes (Figura 8).

Tópico/categorias	Atributos/subcategorias
Descrição do dia de trabalho	Sem rotina diária Atendimento personalizado Horário de agendamento próprio Auto-disciplinado Regulação externa por prazos institucionalizados Uso da internet e informática para flexibilizar o espaço onde se desenvolvem as atividades
Importância para a sociedade	Destaque social (OAB) Defesa da sociedade dos direitos sociais de segmentos sociais Imagem negativa – desonesto Compromisso e responsabilidade social
Organização política	Grupo desunido – que se confronta OAB – influente Insatisfação (distancia do filiado, elitista)
Condições de trabalho	Relação com a magistratura Morosidade burocrática Espaço físico nos órgãos da justiça (fóruns) Infra-estrutura a deficiente (acesso à diferenciação Exigência de sofisticada apresentação (vestimenta)
Mudança	Internet/tecnologia Necessidade de direito à propaganda
Habilidades	Desafiadora Competências técnicas Criatividade Atualização
Opinião sobre a formação superior	Insuficiente Melhor conceito UFPB
Aspirações	Melhor relação com os órgãos da justiça Mais respeito da sociedade
Forma de exercício da profissão	Maior espaço profissional liberal Empregado: salário insuficiente
Satisfação com a profissão	Satisfação presente Mais liberdade que o juiz Profissão exige desafios Estado pobre

Figura 8: Tópicos/categorias e atributos/subcategorias dos advogados a partir das entrevistas

- **Descrição do dia de trabalho**

Como primeiro tópico de análise, destacou-se a descrição de um dia de trabalho dos profissionais da advocacia. O resultado aponta para o fato de que o advogado, igualmente ao músico, não tem uma rotina de trabalho no sentido de uma seqüência que se repete dia a dia. Há dias de trabalho no Fórum, no escritório, em casa etc. O atendimento aos clientes é personalizado, podendo ser de pessoas, empresas e governos.

O trabalho da tarde costuma ser mais, se subdivide em duas partes: a visita, que é uma coisa que eu não faço habitualmente, diariamente. E a ida aos fóruns, à justiça federal e à justiça estadual. À justiça federal muito mais vezes do que à justiça estadual para apanhar processos, ou tratar de algum assunto técnico com o pessoal da justiça (Entrevista nº 3).

É importante assinalar que há uma certa liberdade no horário e no local de trabalho, pois o advogado pode agendar o próprio horário no escritório, trabalhar em casa, à noite, no final de semana, etc., o horário é, pois, dinâmico, articulando atividades de horário estabelecido externamente, por outros e institucionalmente (horário de audiência) e atividades de horários flexíveis e dinâmicos porém nem sempre de duração exatamente previsível, o que exige do profissional maior disciplina para cumprir os prazos estabelecidos. O acesso a Internet favorece o desenvolvimento do trabalho pela proximidade de informação. Isto possibilita ao profissional maior liberdade de tempo e local para trabalhar, facilitando assim o seu desempenho. Como afirma Castells (2003), as formas tradicionais de trabalho estão sendo extintas.

- **Importância da profissão e do profissional**

Analisando a importância da advocacia para a sociedade, percebeu-se claramente, o reconhecimento de que a profissão é importante, bem como um implícito sentimento de orgulho por ser um advogado, como sugere o seguinte relato.

(...) mas a Ordem dos Advogados, eu acho que é a única instituição civil, de classe, que tem a prerrogativa estabelecida em lei de defender a Constituição e defender o

estado democrático de direito. E por isso defender a advocacia porque sem advocacia não há estado democrático de direito. Há ditadura (Entrevista nº 2).

Esse trecho da entrevista confirma os dados anteriores em análises de artigos de jornal sobre o destaque que a profissão tem na sociedade. Possivelmente, a posição da advocacia em defender a Constituição e o estado democrático de direito, lhe confira uma inevitável autoridade perante a sociedade.

Os entrevistados atribuem importante função social à advocacia enquanto defensora da sociedade, seja em âmbito privado ou coletivo. De forma secundarizada, encontra-se um segmento da advocacia que se dedica aos direitos sociais, compreendida aqui como voltada aos interesses do menor. Sua participação secundarizada, nos resultados, pode revelar uma particularidade na atuação desses profissionais.

Segundo os profissionais da área, a despeito da importância da advocacia para a sociedade, sua imagem incorpora predicativos de ladrão, desonesto, preguiçoso, injusto e corrupto, sendo a mídia o agente precípua na construção dessa imagem.

(...) porque se disseminou a idéia de que o advogado é um espertalhão e que passa a perna em todo mundo. Obviamente que essa idéia é uma idéia absolutamente deturpada porque essa não é a finalidade da advocacia. (...). Mas a imagem da advocacia que se transmite e que se transmitiu foi esta. Eu digo isto com pesar porque realmente não é esta a função do advogado (Entrevista nº 2).

A mídia, ela divulga muita coisa errada, sabe? Todo político é corrupto, vamos partir desse pressuposto e na realidade não é assim. Então passa uma incredibilidade muito grande em relação aos políticos. Então qualquer pessoa que vai ser eleita ela abrange. Quer dizer, mesmo que a pessoa não seja. Do mesmo jeito é com relação ao advogado, ao Poder Judiciário, que tem corrupção, tem isso, tem aquilo (Entrevista nº 4).

Sendo assim, como pode sendo um profissional importante, no contexto social, gerar imagem tão negativa? Outrossim, a revisão da literatura apontou para a inevitável vinculação entre a responsabilidade profissional com o compromisso social, entre os operadores do Direito, especificamente entre os advogados (Bonelli, 2002).

Indaga-se, então, como se configura tal contradição entre imagem pública e a ideologia da profissão? Em parte, pode-se supor que a evidente contradição antes assinalada encontra raízes no que parece ser a própria concepção brasileira de poder. Isto é, uma “deturpada” concepção que confunde poder e abuso de poder, tão comum em diversos segmentos sociais e/ou econômicos atuantes no país, não sendo restrita à profissão em questão.

Enfocando a partir da perspectiva dos próprios entrevistados, a imagem negativa do profissional do direito pode sofrer alteração à medida que os clientes passarem a ganhar mais confiança diante de profissionais que transmitem compromisso com o trabalho. Mesmo assim, foi pontuada a dificuldade do profissional em transmitir confiança. Embora pareçam refletir condições opostas, na realidade elas representam dois lados de um mesmo fenômeno: compromisso com o trabalho. Para aqueles profissionais que apresentam compromisso tem havido maior interação e credibilidade por parte do cliente.

Porém, outra face desse fenômeno deve ser observada. Critica-se a honestidade dos advogados, mas quando se procura o profissional, se deseja ganhar a causa – absolvição, por exemplo, de um crime – mesmo que se tenha cometido o crime. Portanto, muitos daqueles que criticam certas práticas do exercício da profissão, são aqueles que se beneficiam de tais práticas. O cliente muitas vezes adota como critério para julgar a eficácia do advogado que ele tenha competência para agilizar um processo de seu interesse. Tal agilização muitas vezes implica em adoção de práticas, por exemplo, pagar burocratas para por o processo na vez desejada, que, embora muito comuns no país, não são exatamente praticadas com a devida lisura. Se consideramos estes aspectos e temos a compreensão do que seja compromisso profissional, isso se complica. Porém fica claro, a ambigüidade entre as imagens do advogado como importante, influente e, ao mesmo tempo a imagem negativa.

É necessário considerar aqui um tema que tem se mostrado muito comum, tanto na análise dos periódicos como nas entrevistas. Trata-se da divulgação dos valores e construção da identidade do grupo de profissionais em termos do ideal de serviço prestado à sociedade.

Primeiro, o advogado é um auxiliar da justiça. Sem ele a justiça não funciona. O advogado é que promove a demanda, a causa. Ele é quem promove. Se eu tenho um

direito, se achar atingido no meu direito o advogado é quem verbaliza a pessoa (Entrevista nº 3)

- **Organização política**

No que se refere à forma como os profissionais organizam-se politicamente, constata-se acentuada desunião, dificuldade de articulação para se organizar e falta de envolvimento dos profissionais com a OAB.

A categoria dos advogados é uma categoria extremamente desunida. Extremamente desunida. Enquanto categoria é difícil até a gente aproximar, principalmente quando a gente está em campanha eleitoral na OAB porque muitos não querem se envolver. Preferem sua atividade profissional sem envolvimento com a política de classe. Então o que se tem mesmo notícia e que a gente ouve é que é uma classe que não se une (Entrevista nº 2).

Ao lado dessa consideração acerca da organização política, as críticas contra a atuação da OAB estiveram presentes. A instituição foi tachada de elitizada por ser controlada por um pequeno grupo, que não defende os profissionais, deixando notória a desarticulação profissional e o favorecimento político.

É uma coisa lamentável. Os advogados não têm muita capacidade de organização. São muito individualistas. Cada um defende o seu interesse. A Ordem dos Advogados é o destino, é o foco de todas as pretensões, mas é um órgão muito elitizado. Muito elitizado. Controlado por um grupo da elite dos advogados e burocratizado (Entrevista nº 3).

Quando se refere à Ordem, enquanto instituição importante na abertura de novos cursos de direito, na formação do processo político brasileiro e por ser única instituição civil que tem a prerrogativa estabelecida em lei de defender a Constituição e o estado democrático de direito, é possível perceber uma visão positiva. Ela assume a função de Proteger os advogados. Como hipótese explicativa, perdura até a atualidade um resquício da importância da OAB no contexto político e/ou social, cujos representantes destacaram-se como deputados, senadores, consultores jurídicos, chefes do governo, etc.

(Söhsten, 1999), como sinaliza a literatura, e não apresenta uma importância direta na relação com seus filiados, como referido no material analisado.

Em conformidade com os resultados a respeito da instituição e, especificamente, destacando a sua atuação na Paraíba, verificou-se um sentimento de insatisfação. Sob o prisma dos entrevistados, a OAB, na Paraíba, pode ser extinta, pois não atende aos interesses dos advogados, já que críticas contra a atual administração também foram apontadas. Estes resultados corroboram as reflexões apontadas anteriormente.

Nacionalmente a OAB tem cumprido um papel importante, na formação do processo político brasileiro, mas a nível estadual nenhuma, absolutamente nenhuma. Pode ser extinta perfeitamente e não acontece nada (Entrevista nº 3).

As entrevistas apontaram denúncias contra a atuação dos advogados. Tal questão, nas entrevistas, reforçou sobremaneira a imagem do profissional da advocacia, ficando evidente a existência de advogados desonestos, enganadores e que são processados pela OAB.

Semelhante ao que foi percebido entre a OMB e a imagem do músico, os entrevistados assinalam a existência de uma influência direta entre a OAB e a imagem do profissional, destacando-se que os profissionais vinculados à instituição parecem ter maior benefício e proteção deste. Esse resultado não é, contudo, específico da profissão, seja ela de músico ou de advogado, mas parece dizer respeito especificamente às práticas políticas tradicionais no país. O interesse individual em busca de vantagens está permeado de uma política dissimulada em que o protecionismo ou suborno, por exemplo, acontece sempre como um “segredo” entre quem protege e quem é protegido, mesmo que esteja claro para a sociedade.

Influencia porque eles têm um poder muito grande para beneficiar os advogados. Então, isso influencia na imagem do profissional. Por que as pessoas envolvidas na OAB, são os grandes advogados de renome que não estão muito preocupados com o social. Na verdade, muitos deles são procuradores do Estado, defendendo o Estado, defendendo o município. São aliados com os figurões do poder. Então eles não estão preocupados com a questão social (Entrevista nº 4).

Esta fala retrata um aspecto curioso, pois situa o poder como oposto à preocupação social. É como se o poder fosse exercido necessariamente para atingir objetivos individuais/pessoais – para o auto-benefício. Além disso, supõe “ser procurador”, quando vinculado a um poder estabelecido, um poder moldado pela desonestidade. Cargos de procuradores são ocupados atualmente por consenso. É possível que, nesta fala, estejam cristalizadas imagens de um passado que não se atualizou ou as imagens de um passado não permitem acreditar ou visualizar a nova situação.

Um aspecto do resultado requer atenção: os conflitos divulgados na imprensa, em fase de eleição na OAB, focalizando uma disputa acirrada entre os candidatos. Com relação a esse fato, verificou-se que se trata de um exercício da democracia. Ademais, o fato de a instituição indicar o desembargador do Tribunal de Justiça, sugere, em certa medida, a justificação dos conflitos. Essa tradição política parece fazer sentido quando se contextualizam as eleições administrativas da Ordem envolvendo seus membros. Essas disputas nas eleições da OAB são francamente travadas na imprensa. De igual modo, Martins (2005), fazendo análise de conteúdo de periódicos, encontrou categorias que envolvem conflitos internos do grupo de advogados e que essas disputas acontecem na OAB/SP e que são amplamente difundidas na mídia escrita.

- **Condições de trabalho**

A principal queixa sobre as condições atuais de trabalho para o advogado reside na relação com a magistratura. Os profissionais evidenciam a importância de uma relação harmônica com a magistratura, tendo como foco a má relação em função da imposição dos juízes. As dificuldades apontadas são de *Relação* e Burocracia. A primeira liga-se aos juízes, que não admitem contestação, à relação de poder e à arbitrariedade da ação frente aos advogados. A segunda ressalta a demora no procedimento judicial e a falta de organização nos horários das audiências. Tal fato implica uma identificação entre os profissionais, sinalizando uma clara união em função de um inimigo comum – o juiz.

Então não era para existir hierarquia entre juiz e advogado, juiz e promotor. Está todo mundo no mesmo patamar. Mas só que o juiz, muitas vezes, vê como sendo assim, num patamar acima do advogado. Ele humilha o advogado (Entrevista nº 4).

Foi possível identificar a insatisfação dos profissionais em relação à ausência de espaço nos órgãos da justiça. É aparentemente contraditório esse resultado se comparado ao da análise dos artigos. Neles surgiu a subcategoria *Construções* ao se referir a “quaisquer construções e/ou espaços físicos destinados ao exercício da profissão que estejam sendo construídos e/ou inaugurados”. Entretanto, sob o enfoque dos profissionais entrevistados, os órgãos da Justiça não têm um ambiente preparado para receber o advogado no desenvolvimento de suas atividades, pois faltam melhores condições, conforto e infra-estrutura. Os profissionais queixam-se da necessidade de melhor atendimento, inclusive com maior número de funcionários para esse fim. Informática/Internet e Biblioteca, para que exerçam bem suas atividades, acesso a computadores e internet e salas maiores. Na fala de um entrevistado, o fato torna-se patente:

Bom, nesta resposta que eu dei já sinalizei para muita coisa. Então a estrutura que precisa ter é digamos conforto pra ele, quando vai atrás de processo, dificuldades, quando vamos aqui atrás de processos passamos a tarde toda. Por quê? Porque tem pouca gente para atender. É muito advogado. É muito processo e pouca gente para atender. Então, fica lá a fila esperando, esperando, esperando ai chega cinco horas e não pode atender mais. É isso aí (Entrevista nº 2).

No que se refere às diferenças nas condições de trabalho, verificou-se a dificuldade de sobrevivência no mercado de trabalho paraibano tanto para os mais modestos como para os recém-formados. Outro fator refere-se à importância da apresentação da imagem que o profissional deve transmitir ao cliente, compreendendo imagem aqui como a vestimenta e o escritório do profissional. Foi possível observar isso na seguinte fala:

Obviamente que o cliente deve fazer algum juízo de valor em função da maneira como se apresenta o advogado, né? Isso é normal porque a gente mesmo na hora de conversar, a gente emite um juízo em função da capacidade que a pessoa tem, da capacidade de expressar, do conteúdo, da cultura que ela tem e isso importa em mais consideração e menos consideração (Entrevista nº 2).

Importa indagar até que ponto a aquisição e a consequente manutenção dessa imagem têm relação com o bem-estar dos advogados? Este aspecto está diretamente

vinculado ao valor poder na profissão, como encontrado na literatura. Sinhoretto (2005) sinaliza a respeito da apresentação corporal, da linguagem e da vestimenta dos operadores de justiça (juiz, advogado, etc.), como os “trajes forenses”, ressaltando uma política de vestimenta determinante do universo jurídico.

- **Mudanças**

Observando as mudanças ocorridas na profissão, as principais apontadas foram: a promulgação da Constituição no ano de 1988, a Internet/tecnologia e o Estatuto da Advocacia aprovado em 94. Este resultado vem confirmar a importância que estes fatos tiveram no processo de profissionalização da profissão, segundo os achados de Bonelli (2002). Ademais o Estatuto da Advocacia impôs a criação da sala para advogados nos órgãos da justiça, bem como agilidade na justiça, pelo fácil acesso às decisões do Tribunal. Além disso, com a promulgação da Constituição em 88, surgem mudanças, como ampliação e criação dos poderes do Ministério Público e as Curadorias. É importante observar que essas mudanças ocorrem em um período anterior a, no mínimo, dez anos. O conservadorismo e a tradição não seriam valores importantes nessa profissão?

Tradicionalmente, no Brasil, os advogados não fazem propaganda publicamente de seus serviços, por ser expressamente proibido, conduta esta recriminada pelo Estatuto. Contudo, há uma insatisfação diante dessa proibição. O depoimento a seguir demonstra a necessidade que têm os entrevistados de mudança.

A OAB é menos agressiva do que em São Paulo e conseqüentemente a OAB aplica regras de Idade Média para os advogados. Advogado não pode fazer. Um médico, um dentista pode botar propaganda num jornal. Advogado não pode. Como a OAB da Paraíba é um paquiderme aplica mal, inclusive, as regras da Idade Média. Então ela faz pouco para aos advogados porque não opera. Podia fazer muito mais, como faz outras classes. Eu vejo semanalmente eu recebo um folhetim da Associação dos Advogados de São Paulo, a qual eu sou filiado e sai sempre uma relação dos advogados com atividades suspensas. Seis meses, um ano, dois anos. Uma relação enorme toda semana. Vá atrás que a grande maioria daquilo é porque um advogado contratou um serviço com um contador, ou então, botou uma placa, um luminoso na

porta do escritório dele, coisas da Idade Média. Não tem cabimento (Entrevista n° 3).

Fala como esta sinaliza em direção a necessidade que têm os entrevistados de mudança sobre o processo da procura pelos serviços da advocacia. Corroborando com a análise dos artigos do jornal, identificou-se uma baixa frequência nessa subcategoria.

- **Habilidades**

Quanto às habilidades para tornar-se um bom advogado, a profissão é desafiadora à medida que exige conhecimento, criatividade, modernização e atualização, recursos que o habilitam a vencer na profissão, sobretudo no mundo de trabalho atual, em que as informações apresentam um crescimento considerável.

A este respeito, o mercado de trabalho exige do profissional, diante da competitividade, a busca intermitente pela melhor capacitação. Como discute Castelo Branco, em função do grande número de profissionais que sai a cada ano das universidades, não basta apenas o diploma.

(...) Tem que haver uma aliança entre este e a “qualidade” do conhecimento. Os chamados cursos de elite exigem dos seus diplomados uma prova de habilitação, um novo vestibular para habilitá-los a exercer a profissão. São exemplos as provas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as provas de residência médica (Castelo Branco, 2005, p. 409).

- **Opiniões sobre a formação superior**

Buscando investigar a opinião dos profissionais sobre a formação universitária, os resultados apontam insuficiência na preparação do profissional, a partir de professores despreparados, de condições de ensino precárias, prejudicando a inserção do profissional no mercado de trabalho. Ademais, a busca constante por qualificação apontada tanto na análise dos artigos do jornal como nas entrevistas pode representar, por um lado, a demanda por qualificação e, por outro, a necessidade de resolver o problema da insuficiência da graduação.

- **Aspirações**

Quanto às principais aspirações dos advogados no Estado da Paraíba, destaca-se a relação com os órgãos da justiça, visto que os profissionais aspiram a ser respeitados tanto por eles quanto pela população.

Diferentemente dos músicos, é curioso assinalar essas aspirações, pois embora se observe que os entrevistados falem em uma dificuldade de articulação para se organizarem politicamente, a organização política não está presente entre as principais aspirações dos advogados.

- **Forma de exercício da profissão**

Quanto à forma do exercício profissional, a categoria mista predominou: o profissional liberal e o empregado. Os resultados indicam que há pouco espaço no mercado de trabalho para o advogado empregado e, quando existe, os salários são insuficientes. Para os profissionais liberais, há maior espaço e chance de melhores honorários.

- **Satisfação com a profissão**

Analisando a satisfação de ser advogado no estado da Paraíba, foi observada satisfação no exercício da profissão em função de remuneração razoável, bem como a percepção de que ela possibilita um sentimento de liberdade no seu exercício, inclusive

com flexibilidade no horário de trabalho. Todavia, na comparação com os juízes, ressaltou-se o fato de os advogados gozarem de maior liberdade no exercício da profissão. De forma secundarizada, a profissão exige desafios, sobretudo em estados pobres, aumentando a dificuldade no exercício da atividade, principalmente para os iniciantes.

6.2.1. Concluindo a pesquisa sobre os advogados

Resumidamente serão destacados alguns aspectos principais das análises dos estudos preliminares, bem como os dilemas da profissão na atualidade. A síntese das duas categorias encontradas no jornal pode ser visualizada nas Figuras a seguir.

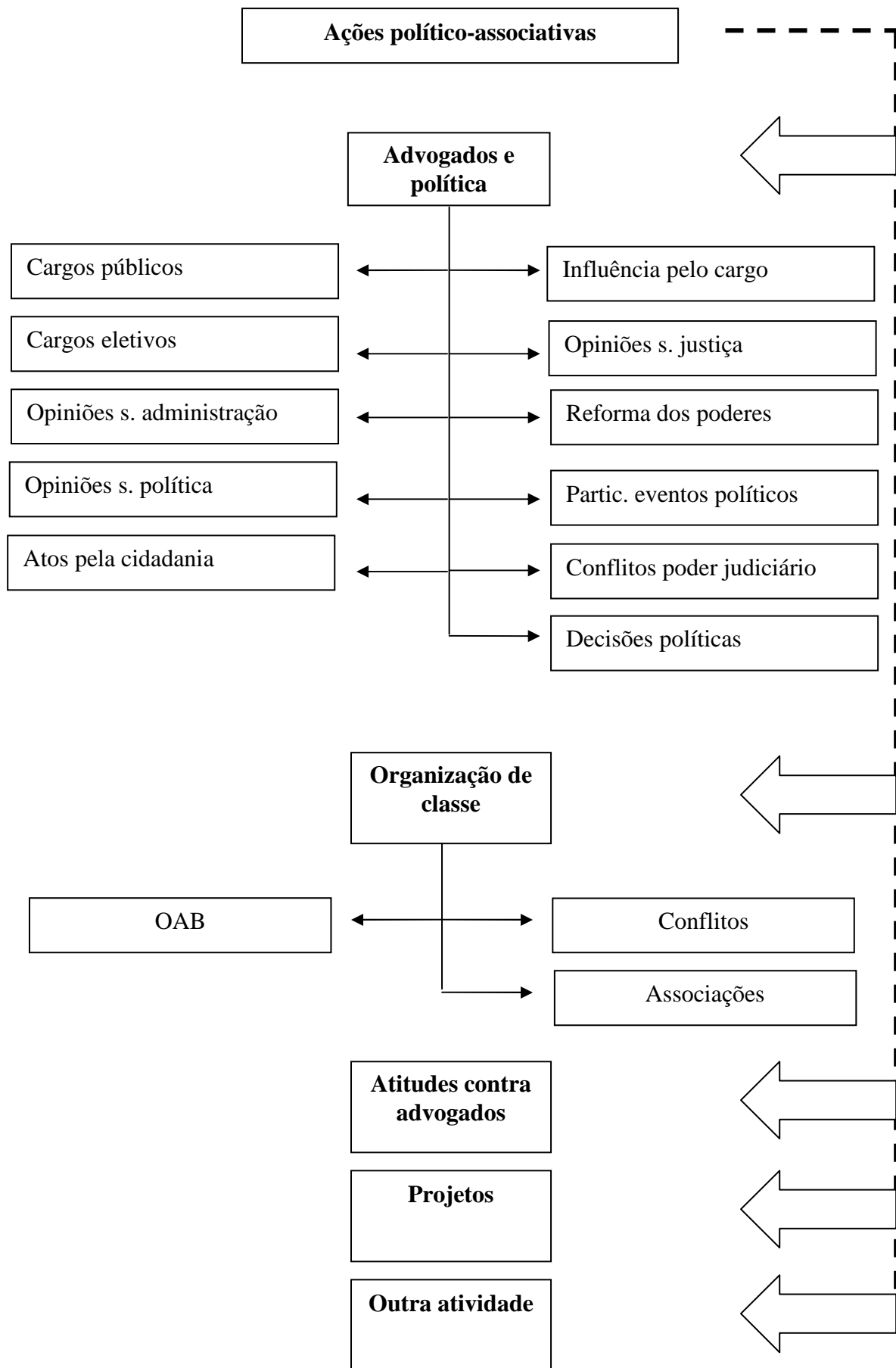


Figura 9: Representação esquemática da categoria político-associativa a partir das análises do jornal



Figura 10 Representação esquemática da categoria profissão a partir das análises dos jornais

Primeiramente, o ideal da imagem do advogado como servidor da sociedade distancia-se da percepção de uma imagem abusiva do poder, por meio de atitudes corruptas, desonestas, manipuladoras, etc. Ao lado de tudo isso, a identidade profissional se configura como bastante consolidada no meio social, firmada tradicionalmente nas inúmeras conquistas políticas (Figura 11).

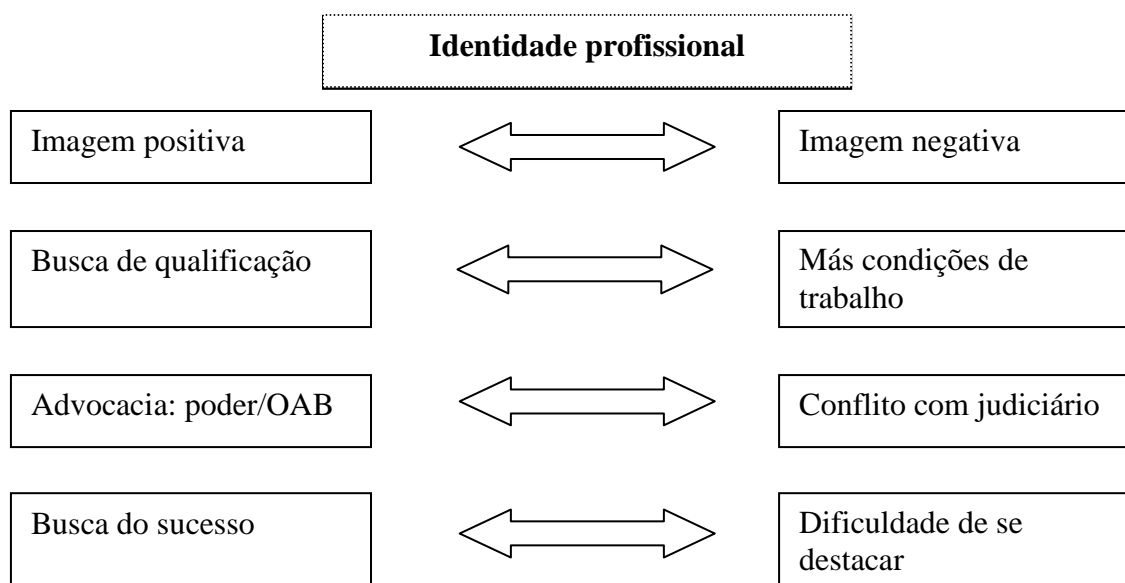


Figura 11: Representação esquemática dos dilemas envolvidos na construção da identidade profissional dos advogados a partir das análises de conteúdo

Mereceu destaque também a rivalidade entre a advocacia e a magistratura na busca de uma hierarquização entre estes profissionais, os quais disputam no *front* das batalhas de trabalho, o poder em que os advogados percebem como lhes negado nessa relação. A constante oscilação entre o sentimento de glória e de humilhação no dia-a-dia dos advogados parecem ser equacionados pela ideologia dominante da sociedade brasileira de que a corrupção e a desonestidade, em certa medida, fazem parte das relações sociais e de trabalho.

Um aspecto muito comum e que ocupou um grande espaço tanto nos artigos do jornal como nas entrevistas foi a busca pela qualificação e atualização continuada e a trajetória inversa a essa, o difícil acesso à informação no judiciário, além das más condições de trabalho. Esses dois cenários se coadunam em uma mesma conjuntura de atuação e a dificuldade pressupõe um retrocesso em plena era da informação.

Outro embate nos campos dos serviços advocatícios é a busca permanente de êxito, de conseguir vencer diante da justiça, de se desafiar constantemente. Somado a tudo isso, também é difícil se destacar profissionalmente em uma cidade pequena, porém mesmo assim, alguns profissionais enveredam por trilhas de sucesso. Em uma relação dialética, essas oposições realimentam a identidade profissional, fazendo dessa profissão, uma profissão de elite, criticada e, paralelamente, respeitada na sociedade, cujos valores são fortemente partilhados pelo grupo.

6.2.2. Considerações finais dos estudos preliminares

Este capítulo deteve-se em explorar as questões: O que significa ser músico e advogado no contexto do Estado da Paraíba? Como se organiza o trabalho, e qual o seu significado para esses profissionais? Quais os problemas típicos dessas profissões na Paraíba? Quais as transformações que estas profissões têm sofrido e como elas são percebidas pelos profissionais? Quais os valores que sustentam a identidade comum partilhados pelo grupo?

Mais do que pretender responder todas estas questões, procurou-se evidenciar a importância delas para o contexto laboral dos profissionais e, ao mesmo tempo, situá-las no contexto paraibano.

Antes, porém, tanto para a pesquisa sobre os músicos quanto para a Pesquisa sobre os advogados, fez-se um breve apanhado na literatura sobre a música e a advocacia no Brasil, seguida de uma pesquisa empírica sobre a construção social da imagem desses profissionais a partir da análise do jornal de maior circulação no estado da Paraíba, finalizando com a análise das falas dos próprios profissionais para averiguar diretamente com eles, questões eminentemente circunscritas ao mercado de trabalho e ao contexto sócio-laboral, que não puderam ser identificadas nas reportagens.

Este capítulo resultou na identificação de aspectos empíricos e conjunturais da profissão estudada na atualidade do estado da Paraíba. Ainda que sinteticamente, é importante destacar algumas considerações gerais.

Sem dúvida, os elementos trazidos pela análise dos artigos do jornal e das entrevistas possibilitaram reflexões em torno dessas questões apontadas no início desse tópico. As elucidações puderam ser vislumbradas ao longo das análises, embora nem sempre abarcando em profundidade a temática. Porém, de forma pontual, foram verificadas semelhanças e claras divergências quanto a dinâmica profissional em torno dos aspectos sócio-laborais aqui contemplados.

Referindo-se às reportagens jornalísticas, importa considerar uma diferença visível entre as duas profissões no que diz respeito à veiculação de notícias nos periódicos do estado. Existem quase mil referências a mais para a profissão do músico do que para a dos advogados nos periódicos. Possivelmente, a diferença nesta constatação seja reflexo do que já foi comentado antes: a divulgação na mídia atende aos interesses dos consumidores da música enquanto lazer/diversão, cuja valorização é do lazer e da diversão, não necessariamente da profissão e do profissional. É necessário

assinalar que a página do periódico em que se centrava a maior veiculação do número de reportagens para os músicos, era a denominada de *cultura*. De igual modo, havia uma página específica que centrava as reportagens para os advogados, denominada de *direito*. Como já comentado na apresentação desta tese, o jornal foi fundado em 1953 por Teotônio Neto. O caderno 2 (cultura) foi criado nos primeiros anos e a página de direito é especial, construída em parceria com a OAB, sendo de sua inteira responsabilidade e existe a menos de 10 anos. Não menos importante, foram encontradas reportagens para ambas as profissões nas diversas páginas dos jornais.

Embora se tenha considerado de forma quantitativa conteúdos eminentemente qualitativos a respeito das profissões estudadas, as diferenças observadas nessas duas profissões não se restringem às porcentagens obtidas, mas sim a forma como estas reportagens são consideradas. Predominantemente, observou-se que os músicos são alvos de reportagens, enquanto que os advogados tendem a ser sujeitos ativos das reportagens, sem esquecer também dos jornalistas, juízes, leigos, curiosos do assunto e demais atores sociais.

O recorte da pesquisa adequou-se aos objetivos propostos. Era relevante uma revisão de literatura sobre as profissões, assim como uma análise do contexto laboral atual para apreender as profissões. Apesar desse reforço, se deve alertar para a impossibilidade de generalizações a respeito desses resultados, os quais devem ser tomados como indicadores preliminares a serem melhor explorados, testados e averiguados em novas pesquisas. Sugerem-se ainda pesquisas em outras fontes documentais, como, outros jornais, boletins das OAB-OMB, jornais dos sindicatos, ou ainda um aprofundamento das análises jornalísticas em períodos mais abrangentes, etc.

De um lado configura-se uma limitação já comentada a respeito das análises de jornais, os quais refletem uma ideologia específica em torno das profissões, o que culmina na impossibilidade de fazer comparações com estudos que possam estar vinculados a outros ideários. Por outro lado, como pontua Steinberger (2005), não dá para pensar em ausência de ideologia em discursos. O autor sugere que, para ultrapassar esse “viés”, pode-se partir para o estudo em outras fontes ideológicas com o objetivo de comparar diferentes discursos, tendo como critério comparativo a ideologia por trás de cada um deles.

Para os músicos, observou-se que sua trajetória no Brasil esteve envolta a ações políticas, como pode ser constatado nas décadas de 1960-70, notadamente uma era crescente do mercado de bens culturais. Os artistas buscavam uma arte comprometida

com a desalienação das consciências, fato este que ia, aos poucos, posicionando a cultura em destaque no contexto nacional. Apesar do Estado da Paraíba sempre ter sido um grande celeiro da arte, especialmente da música, contrariamente foram elucidados nas análises aqui realizadas elementos peculiares à profissão que a caracterizam como uma atividade difícil de ser realizada na região, como, a dificuldade de viver dignamente a partir do exercício exclusivo desta profissão e dificuldades de organização política entre os músicos. De forma ambígua, o profissional, particularmente o popular, lida diariamente com uma imagem ora negativa, à medida em que é visto como alguém que bebe muito, que é usuário de droga, ora com uma imagem positiva, pairando no imaginário do público como objeto de desejo, de fantasias, etc. Mais ambíguo ainda, é considerar que esta imagem de senso comum, se transforma em direção positiva quando se põe em foco o músico erudito. De forma positiva, destacaram-se uma imagem basicamente apoiada em valores profissionais como o caráter social da música, enquanto atividade fundamental na sociedade e o profissionalismo favorecendo a inserção no mercado. A partir dessas considerações, indaga-se: até que ponto as características, conflitos e dificuldades identificadas nestas profissões contribuem para o bem-estar desses profissionais?

Para os advogados, observou-se que a construção e a manutenção de uma identidade coletiva parecem subsistir em função de uma tradição no país, desde o Império até os dias atuais. Ademais, se observou uma íntima relação entre a valorização do poder e do vínculo entre atividade profissional e política. No geral, os profissionais relatam uma percepção de imagem negativa da opinião pública, o que se revela em uma contradição. Se os elogios à profissão e ao profissional são evidentes nos artigos de jornais, essa relação se mostra divergente quando questionados nas entrevistas. Percebeu-se claramente o cuidado que se tem em manter uma imagem da tradição da advocacia na mídia, perpetuando a ideologia dominante, enfatizando uma autoridade moral, fato este que se contradiz, em parte, quando interrogados individualmente os profissionais. Ainda assim, apesar do aparente contraste, é interessante assinalar que, às vezes, mesmo apresentando um conteúdo distinto entre artigos de jornais e entrevistas, ambos apresentam uma congruência com os valores de poder do grupo profissional, preocupação que se destaca entre os profissionais entrevistados. Sumarizando, o poder, o reconhecimento da sociedade, a *expertise*, a dificuldade de trabalho em cidade pequena e o orgulho de pertencer a esse grupo profissional, foram os principais aspectos identificados no contexto paraibano.

Sumarizando, esse apanhado em torno das profissões estudadas abre espaço para novas formas de adquirir conhecimento, em pesquisas futuras, a respeito da temática tratada, além de que é possível a partir dessas considerações, discutir os resultados do Estudo Principal à luz das condições de trabalho aqui encontradas.

Parte III – Estudo principal: os valores humanos básicos e o bem-estar subjetivo

Ao longo da tese, em cada capítulo, o desenvolvimento de seus temas sugeriu a existência de um encadeamento entre os estudos das profissões e o bem-estar subjetivo e valores humanos. Nesta parte, o foco de análise é mudado. Até a parte anterior, a atenção estava voltada para o conhecimento das profissões escolhidas para estudo e, a partir de agora, volta-se para a relação propriamente dita entre as variáveis do bem-estar subjetivo e os valores humanos básicos. A atenção aqui começa a se voltar especificamente para o objetivo geral da tese.

Esta parte inicia-se trazendo as principais perspectivas dos estudos de valores, desde Rokeach até chegar à tipologia escolhida para a presente tese – valores humanos básicos, em seguida, a descrição do método do estudo principal. A etapa posterior consiste na mensuração dos valores para a amostra, incluindo ainda a formulação de hipóteses e sua testagem.

É importante sinalizar que a coleta de dados para as respectivas variáveis ocorreu em um único protocolo, contendo questionários referentes aos valores humanos e ao bem-estar subjetivo, bem como uma ficha sócio-demográfica e sócio-ocupacional para ambas as profissões. Contudo, o método encontra-se dividido em dois capítulos. O primeiro (Capítulo 8; após a explanação sobre os valores humanos), contendo a amostra, a descrição do questionário dos valores humanos, os procedimentos de coleta e análise dos dados e o segundo (Capítulo 11; após a explanação sobre o bem-estar subjetivo), mais resumido, porém centrando-se na descrição dos instrumentos da variável bem-estar-subjetivo.

As múltiplas facetas do bem-estar subjetivo, bem como sua conceituação e as suas tradicionais medidas serão encontradas nesta parte. Posteriormente, após essa fundamentação teórica, encontra-se a mensuração do bem-estar, por meio da análise de suas medidas e situando toda a amostra nos escores do construto. Verificam-se as hipóteses formuladas a partir do panorama das profissões de músicos e advogados sobre as variáveis estudadas: bem-estar e valores humanos. Para os resultados e as discussões encontradas a respeito das relações entre as variáveis serão retomadas as Partes I e II e as elucidações dos seus diversos capítulos como pano de fundo para se compreender estes resultados no contexto das profissões em foco. Para finalizar, o Capítulo 15 apresenta as principais conclusões da pesquisa, as limitações, as sugestões para estudos futuros e, finalmente, a sua aplicabilidade.

CAPÍTULO 7 - ESTUDOS ANTECEDENTES SOBRE VALORES

Este capítulo traz como fundamentação teórica as principais teorias a respeito dos valores humanos, a começar dos estudos de Rokeach, em seguida, de Schwartz e finalmente, a tipologia de Gouveia, referencial teórico utilizado na presente tese.

O estudo dos valores tem sua origem em outras vertentes do conhecimento que não apenas na Ciência Psicológica. Da Filosofia, passou por outras áreas de estudo como a Sociologia e a Antropologia até chegar em sua base de pesquisa empírica, tendo lugar privilegiado na Psicologia (Rokeach, 1973). São bastante diversificadas as teorias e as contribuições das diferentes correntes que se dedicaram à compreensão dos valores, assim como são numerosos os estudiosos que refletiram sobre o tema durante décadas a fim de explicar e descrever o comportamento humano (Ros, 2001). Em cada área do conhecimento é possível destacar relevantes enfoques que trouxeram à tona os pressupostos valorativos, tais como, a contribuição da filosofia quando trata da subjetividade do valor; a escola Neokantiana do valor e a escola Fenomenológica, para citar apenas algumas delas (Ferrer, 1988).

A partir da década de 50, começaram a proliferar os estudos dos valores dentro da Sociologia e Antropologia. O impulso ora dado por este tema desenvolveu-se possivelmente em função da responsabilidade que os estudiosos assumiram frente à tentativa de compreender a crise moral, na qual se insere o homem. Tal crise se estabelece quando o ser humano tem de fazer escolhas entre diversas orientações de ações opostas. De acordo com Ferrer (1988), as contribuições mais valiosas foram fomentadas por Pat Duffy e Talcott Parsons.

Nesse ínterim, a Psicologia despertava para o interesse pelos valores, à medida que tentava estudar a conduta humana. Foi então por volta dos anos 60 que a ciência psicológica começou a se dedicar com afinco à temática, constituindo em um assunto de relevância inquestionável. Os teóricos mais envolvidos no estudo dos valores foram Barton, McLaughlin, Maslow e, principalmente Rokeach, que aplicando o *Rokeach Value Survey* procurou pela primeira vez medir cientificamente este construto com independência de outros (Ferrer, 1988; Ros, 2001).

Como se tratava de um termo bastante recente dentro da Psicologia, Rokeach (1973) alertou para a necessidade de se ter uma definição operacional deste construto,

uma vez que o conceito de valor deve apresentar clareza para que não seja confundido com outros construtos, como, atitude, norma social e necessidade.

Atualmente, existem diversas teorias sobre os valores (Gouveia, 1998; Lima, 1997). Não obstante, possivelmente, os estudos iniciais na Psicologia originaram-se com Milton Rokeach. Faz-se necessário, portanto, tratar esta linha de estudo, considerando primeiro a contribuição deste autor. Em seguida, com grande destaque pela sua sistematização do estudo, bem como sua preocupação na universalidade do conteúdo dos valores, tem-se Shalom H. Schwartz. Finalmente, será abordado um modelo recente para tratar os valores, que tem sido empregado em diversas pesquisas realizadas na Paraíba (Gouveia, 2003; Lopes de Andrade, 2001; Maia, 2000), sendo este o modelo utilizado na presente tese.

7.1. Valores na perspectiva de Rokeach

Na busca pela cientificidade dos valores humanos, Rokeach (1973) aponta para alguns critérios mínimos: (1) ser capaz de definição operacional; (2) o conceito de valores deve ser distinto de outros construtos, com os quais possa ser confundido, por exemplo, normas sociais, necessidades e atitudes; e, (3) ser sistematicamente relacionado com tais conceitos.

A partir desses pré-requisitos, Rokeach (1973) formulou uma concepção de valores tendo como base cinco pressupostos para a compreensão da natureza dos valores humanos: (a) o número de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; (b) todos os homens possuem os mesmos valores em graus diferentes; (c) os valores são organizados em sistemas de valores; (d) os antecedentes dos valores humanos podem ser encontrados na cultura, sociedade, instituições e na personalidade; e (e) os valores humanos serão manifestados em, virtualmente, todos os fenômenos que os cientistas sociais possam considerar como importantes de serem pesquisados.

Partindo para uma operacionalização de valores, Rokeach os definiu como sendo “crenças duradouras de que um modo específico de conduta ou estado último de existência é pessoal ou socialmente preferível a um modo de conduta ou estado final de existência oposto” (Rokeach, 1973, p. 5). Acrescentam-se ainda os valores enquanto sistemas, os quais se caracterizam por uma persistente organização de crenças, a cerca de modos preferíveis de conduta ou estados finais de existência ao longo de um contínuo de importância relativa.

A respeito do sistema de valores, Rokeach (1973) considera que um valor quando aprendido, torna-se integrado dentro desse sistema organizado, onde cada valor é ordenado em termos de prioridade em relação a outros. Com este ponto de vista, a definição de mudança de um valor está relacionada a uma reordenação de prioridades em relação a outros valores.

De posse desses pressupostos, o autor passou a se questionar sobre a quantidade de valores que as pessoas possuem, o que mais adiante iria estabelecer o campo de análise de seus estudos. Tomando como referências as observações de Robin Williams, o qual considerava o valor como um critério ou padrão em função do qual as pessoas fazem suas avaliações e que, Williams considera como sendo poucos, Rokeach (1973) concorda e acredita que os identificar e os medir se tornou uma tarefa acessível e, mais ainda, parece mais fácil controlar os problemas de medição considerando a organização de valores em sistemas. Ademais, se o número de valores é pequeno, realizar investigações trans-culturais se tornou mais acessível também. Este último ponto será bastante ampliado nos estudos de Schwartz, em décadas posteriores.

Rokeach (1973) conseguiu diferenciar o conceito de valor de outros construtos, porém ele coloca claramente a íntima relação entre este e as necessidades. Para o autor, os valores são as representações cognitivas das necessidades. A partir daí, considera-se que o número de valores deve ser igual ou limitado às necessidades sociais e biológicas do homem.

Este autor postulou um sistema de valores que se divide em *terminais* e *instrumentais*, os quais são interconectados. O primeiro se refere apenas a estado final de existência idealizado e os valores instrumentais referem-se apenas a modos idealizados do comportamento.

Para operacionalizar o número de valores que uma pessoa possui, o autor fez uma longa pesquisa chegando a estipular 18 valores terminais e 18 instrumentais. A seleção do primeiro tipo mencionado se deu a partir de uma longa lista obtida de várias fontes, a saber: revisão de literatura, obtidos a partir de estudantes de psicologia e também obtidos de entrevistas de uma amostra representativa de 100 participantes. O grande número de valores compilados necessitou de redução com base em alguns critérios: (1) foram eliminados os valores que eram considerados sinônimos de outros; (2) também aqueles que foram empiricamente conhecidos como sinônimos; (3) aqueles que se sobrepunham a outros; (4) aqueles que eram muito específicos; ou (5) aqueles que simplesmente não representaram estado final de existência.

Um processo diferente foi seguido para selecionar os valores instrumentais. O ponto de partida aqui, foi uma lista feita por Anderson de 555 nomes para os quais ele tinha feito uma avaliação positiva ou negativa. Esta lista poderia a princípio ser reduzida a 200, porém necessitaria ainda mais para diminuir este número. Alguns critérios foram selecionados: (1) reteria apenas um valor de um grupo de sinônimos; (2) reteriam aqueles julgados a serem maximamente diferentes ou minimamente intercorrelacionados com um outro; (3) reteriam aqueles julgados a representar o valor mais importante na sociedade americana; (4) reteriam aqueles que seriam julgados ter um grande critério de discriminação entre status social, sexo, raça, idade, religião, etc. e, por fim, (5) reteria aqueles que não parecessem despudorados, vaidosos, etc. As análises conduziram à revelação de que a confiabilidade dos valores terminais são maiores do que a dos valores instrumentais. Uma explicação para isto é que os valores terminais são aprendidos muito cedo e isto se torna estabilizado no desenvolvimento do indivíduo. Pode ainda ser que a lista dos valores terminais seja mais completa e os respondentes sejam mais assertivos em suas pontuações. Finalmente, isto pode ser explicado pelo fato desses valores se diferenciarem mais entre si em termos de idéia.

Foi construído então o *Rokeach Value Survey*, contendo duas listas de valores. Em uma lista se encontram os valores *terminais*, representando estados finais de existência, como, *salvação, igualdade, vida confortável, felicidade*, etc. Em outra lista, encontram-se os valores *instrumentais*, que expressam uma série de adjetivos, os quais descrevem certos modos de conduta que são considerados preferíveis, quais sejam, *corajoso, honesto, ambicioso, responsável*, etc.

Segundo Rokeach (1973), os valores *terminais* podem ser autocentrados (foco intrapessoal) ou centrados na sociedade (foco interpessoal). Como exemplo, tem-se que o valor *salvação* é intrapessoal, enquanto que um *mundo em paz* é interpessoal. Quanto aos valores *instrumentais*, o mesmo autor classifica-os em *morais* e de *competência*. Os valores *morais* referem-se ao modo de comportar-se e não necessariamente incluem valores relacionados a estados finais de existência; tais valores, quando violados, trazem um sentimento de culpa de foco interpessoal, por exemplo, *honesto, responsável*, pois estão relacionados à moralidade. Quanto ao outro tipo de valor instrumental, no caso, aqueles que podem ser chamados de *competência*, o seu foco se centraliza mais no pessoal do que no interpessoal. Nesse caso, os valores *lógico e inteligente*, por exemplo, conduzem a um estado de competência, de que se está agindo de forma adequada.

Embora tenha sido de grande valor a sistematização do estudo de valores a partir de Rokeach, muitas críticas são endereçadas a este autor, quer seja de forma positiva ou negativa.

Schwartz (1994) observa que Rokeach não classificou adequadamente os conteúdos dos valores, limitando-se a distinguir apenas entre aqueles que são *pessoais* e os *sociais* ou entre os *morais* e os de *competência*, além de não ter delimitado bem o conceito de valor na medida em que não o distinguiu de crenças, tendo ambas as definições o mesmo significado (Gouveia, 1998).

Segundo Schwartz e Bilsky (1987), o autor não desenvolveu uma teoria que fundamente a estrutura dos valores; e a distinção entre os valores terminais e instrumentais percebida nas amostras, se dá, não em função dos valores em si, mas tão-somente pelo artifício de se apresentá-los em listas separadas.

Recebe outra crítica por apresentar um modelo de pessoa de caráter típico da sociedade ocidental, que subjaz a concepção de valores, em detrimento de outras culturas (Markus & Kitayama, 1991, citado em Ros, 2001).

Segundo Ros (2001), Rokeach avançou nos estudos sobre os valores, porém não desenvolveu suas idéias em relação aos conflitos entre alguns valores (morais versus competência). Enquanto grande contribuição tem-se o instrumento para medir os valores, que foi o *Rokeach Value Survey*.

7.2. Valores na perspectiva de Schwartz

Tomando como base as múltiplas definições de valores, Schwartz e Bilsky (1987) selecionaram cinco aspectos que farão parte da definição de valores dada por eles. Valores são: (a) conceitos ou crenças; (b) estado final desejável ou comportamento; (c) transcendem situações específicas; (d) guiam ou avaliam o comportamento e eventos; (e) são ordenados a partir da sua importância relativa.

Schwartz e Bilsky (1987), buscando focalizar a atenção nos valores humanos enquanto critérios, tentaram especificar teoricamente algumas questões: (a) as dimensões conceituais necessárias para definir valores humanos; (b) as diferenças dos tipos de conteúdo de valores em todas as culturas; (c) valores exemplares de cada tipo; e (d) algumas das relações estruturais entre os diferentes tipos de valores, as quais são estabelecidas a partir das semelhanças e diferenças conceituais.

Esses tipos de valores apresentam uma tipologia parcimoniosa dos conteúdos, para a qual os autores fizeram uma suposição teórica sobre a natureza e fonte de valores. Para tanto, consideram estes como representações de base cognitiva de três tipos de requerimento humano universal: necessidades do organismo (biologicamente); requerimento de interação social e a demanda institucional social para o bem-estar e sobrevivência do grupo. Além disso, teorizaram que os valores poderiam ser derivados dos requerimentos humanos universais refletidos nas necessidades (organismo); nos motivos sociais (interação) e na demanda institucional social. O conteúdo dos valores também diz respeito às metas, pois os valores devem representar os interesses das pessoas ou grupos, podendo dividir-se entre os interesses individualistas ou coletivistas.

Uma contribuição dos autores, tomando como base os 36 valores de Rokeach (1973) é o agrupamento destes em tipos ou subgrupos a partir das semelhanças conceituais, onde os requerimentos humanos universais são expressos. Inicialmente foram derivados sete tipos. Essa derivação ocorreu a partir da técnica estatística *Smallest Space Analysis* – (análise do menor espaço) SSA, a qual oferece um mapa visual dos resultados, em que os valores são situados como pontos no espaço multidimensional (Tamayo & Schwartz, 1993). As distâncias entre os pontos expressam as relações empíricas entre os valores a partir de suas intercorrelações e, conseqüentemente, a aproximação entre os valores revela a semelhança conceitual. Para verificação empírica dos sete tipos, realizaram uma pesquisa tanto com israelitas como alemães, testando várias hipóteses. Segundo Schwartz, todo o seu trabalho com os valores se inicia a partir da tentativa de resolver a questão de classificar o conteúdo dos valores, o que teria sido predito por Rokeach, porém não realizado. Para tanto partiu de uma definição sobre o construto que diz: “metas trans-situacionais desejáveis, variando em importância, que serve como princípio-guia na vida de uma pessoa ou outra entidade social” (Schwartz, 1994, p. 21). O que está por trás dessa idéia é o fato de que a meta motivacional que eles expressam é que distingue os valores um do outro.

Entre os resultados, perceberam que as pessoas distinguem os valores de acordo com o comportamento; diferenciam os sete tipos motivacionais derivados teoricamente; para a amostra de Israel, os tipos de valores foram divididos entre os individualistas (prazer, realização, autodireção), coletivistas (conformidade e pró-social) e de interesses mistos (maturidade e segurança); e para a amostra da Alemanha, houve uma confusão entre os achados: segurança aparece como parte dos valores coletivistas. Por fim, os resultados apontam que as pessoas distinguem os interesses para os quais os valores

servem. Observou-se que este sistema de valores é organizado dinamicamente, apresentando grupos de valores compatíveis e incompatíveis em sua configuração. Por exemplo, valores do tipo realização são incompatíveis com os valores do tipo pró-social.

A partir dos achados, Schwartz e Bilsky (1987) sugeriram um ponto crucial para ser levado em conta em pesquisas futuras: avaliar a generabilidade da estrutura dos valores encontrada nessas amostras, visto que as replicações determinarão o que é de fato universal e o que é específico de uma cultura; considerar se existem novos tipos de valores, e refinar a medição dos encontrados.

No início da década de 1990, Schwartz e Bilsky (1990) foram mais além em busca da universalidade do conteúdo dos valores, bem como de sua estrutura. Para isso, examinaram dados de cinco sociedades, com diversidades sociais, cultural, lingüística e geográfica, como, Austrália, Estados Unidos, Hong Kong, Espanha e Finlândia, acrescentando também a amostra da Alemanha e Israel. Uma das perguntas básicas que fizeram é em relação a universalidade dos tipos motivacionais de valores: estão todos presentes em todas as culturas? Os autores não colocaram nenhum outro tipo motivacional de valores, restringindo-se àqueles do estudo prévio, entretanto, colocaram mais quatro valores na amostra de Hong Kong (poder, autodeterminação, justiça social e equidade), hipotetizando que o tipo motivacional poder apareceria. Na pesquisa anterior, Schwartz e Bilsky derivaram este tipo, porém foram incapazes de estudá-lo, pois que na lista de valores de Rokeach não tinha valores que se enquadrassem nessa classificação. Como resultado, de fato o tipo motivacional poder surgiu na amostra de Hong Kong, só que com os seguintes valores: poder social, autodeterminação, equidade, acrescidos de reconhecimento pessoal e liberdade. O quarto valor que foi colocado antecipadamente, justiça social, inseriu-se no tipo pró-social. Outro elemento importante, pelo qual se guiaram foi: as dinâmicas de conflito e compatibilidade entre os domínios motivacionais são semelhantes entre as culturas?

Os resultados apoiaram a hipótese de que os valores servem a interesses individuais, coletivos e mistos em todas as sete amostras. De igual modo, também foi apoiada a hipótese da existência da universalidade dos sete tipos motivacionais e surgiu a evidência inicial nos dados de Hong Kong do tipo motivacional poder, no momento em que foram acrescidos alguns valores. Alertam, portanto, para a investigação a respeito da universalidade desse tipo motivacional. A explicação encontrada caminha em direção a influência que o Confucionismo tem na região. Esta filosofia ensina que o

auto-desenvolvimento, o crescimento, só podem ser alcançados por meio da autorregulação que permite a harmonia social. Os autores questionam a existência de apenas sete tipos motivacionais, e salientam a importância de pesquisas futuras em atentar para o surgimento de novos tipos. Deixam em aberto a investigação a respeito de mais dois tipos: tradição e estimulação.

A respeito do conteúdo dos valores, observou-se que vinte dos trinta e seis apresentaram completo consenso entre as amostras, sendo que onze foram unânimes em seis das sete amostras. De igual modo, observou-se claramente a compatibilidade e os conflitos entre os tipos motivacionais em termos de universalidade. As três facetas do conteúdo dos valores também foram consideradas universais, à proporção que as pessoas são influenciadas por estes três conteúdos ao avaliar a importância dos valores: tipo de meta; interesses a que servem e o caráter motivacional.

A busca da universalidade não se limitou a estas amostras. Schwartz continuou pesquisando a respeito dos tipos motivacionais, chegando a ampliá-los para dez tipos (Tabela 14), com amostras cada vez maiores, como é o caso da pesquisa realizada com 20 países, apoiando sobremaneira a universalidade dos tipos de valores e suas estruturas (Schwartz, 1992).

Tabela 14*Tipos motivacionais dos valores humanos da teoria de Schwartz*

Autodireção	É definida como pensar, agir, criar de forma independente. Responde a interesses individuais. Suas fontes são as necessidades do organismo e de interação social. Compõe-se pelos valores: <i>curioso, criatividade, liberdade, autodeterminado, independente e auto-respeito</i> .
Estimulação	Refere-se à busca de excitação, novidade e mudança. Atende a interesses individuais. As fontes deste tipo motivacional são as necessidades do organismo. Compõe-se pelos valores: <i>audacioso, uma vida excitante e uma vida variada</i> .
Hedonismo	Define-se pela busca do prazer e da gratificação sexual. Reflete interesses individuais. Suas fontes são as necessidades do organismo. Compõe-se pelos valores: <i>prazer e desejo de gozar a vida</i> .
Realização	Refere-se à busca do sucesso pessoal e da competência, tendo como referência os padrões impostos pela sociedade. Atende a interesses individuais, e suas fontes são as necessidades de interação grupal. Compõe-se pelos valores: <i>bem-sucedido, capaz, ambicioso, influente e inteligente</i> .
Poder	Representa a obtenção de <i>status</i> social e prestígio, controle ou domínio sobre outras pessoas e recursos. Responde a interesses individuais, tendo como fonte as necessidades de interação. Encontra-se formado pelos valores: <i>autoridade, riqueza, poder social, preservação da imagem pública e reconhecimento social</i> .
Segurança	Define-se pela busca da harmonia, bem como pela estabilidade social, dos relacionamentos e do <i>self</i> . Reflete interesses mistos (individuais e coletivos). Tem como fontes as necessidades do organismo e as de interação. Encontra-se composto pelos valores: <i>ordem social, segurança familiar, segurança nacional, retribuição de favores, limpo, senso de pertencer e saudável</i> .
Conformidade	Representa a busca do controle de ações que se encontram em desacordo com as normas sociais. Representa interesses coletivos, tendo como fontes as necessidades de interação. Os valores que compõem este domínio são: <i>obediência, respeito para com os pais e idosos, autodisciplina e polidez</i> .
Tradição	Refere-se à busca pelo respeito, compromisso e aceitação dos costumes e idéias defendidos culturalmente ou religiosamente. Atende a interesses coletivos, sendo suas fontes as necessidades grupais. Compõe-se pelos valores: <i>respeito pela tradição, humilde, devoto, ciente dos meus limites e moderado</i> .
Benevolência	A busca pelo bem-estar das pessoas próximas, das interações cotidianas define este domínio motivacional. Reflete interesses coletivos, tendo como fontes as necessidades do organismo e as de interação. Forma-se pelos valores: <i>prestativo, leal, indulgente, honesto, responsável, amizade verdadeira e amor maduro</i> .
Universalismo	Representa a busca pela compreensão, apreciação, tolerância e proteção do bem-estar para todas as pessoas, bem como para a natureza. Este domínio motivacional reflete interesses mistos e suas fontes são as necessidades do organismo e as de interação. Encontra-se composto pelos valores: <i>liberdade, justiça social, igualdade, um mundo em paz, um mundo de beleza, união com a natureza, sabedoria e protetor do ambiente</i> .

Fonte: Adaptado de Schwartz (1992)

Dessa vez, utilizando dados de 88 amostras referentes a 40 países, Schwartz e Sagiv (1995) propuseram critérios para avaliar o que é específico de uma cultura em significado e estrutura dos valores. Os autores pontuam sobre a possibilidade da

existência de valores que possam ser únicos em determinada cultura e que deve ser levado em consideração nas análises. Novamente, os resultados apoiaram a existência dos dez tipos de valores entre as culturas e que eles formam um sistema de motivações compatíveis e conflituosas e que se estabelecem em um contínuo motivacional em muitas culturas. É esse contínuo que dá o formato circular da estrutura. Estão organizadas em duas dimensões básicas: abertura à mudança versus conservação e auto-transcendência versus auto-promoção (Figura 12).

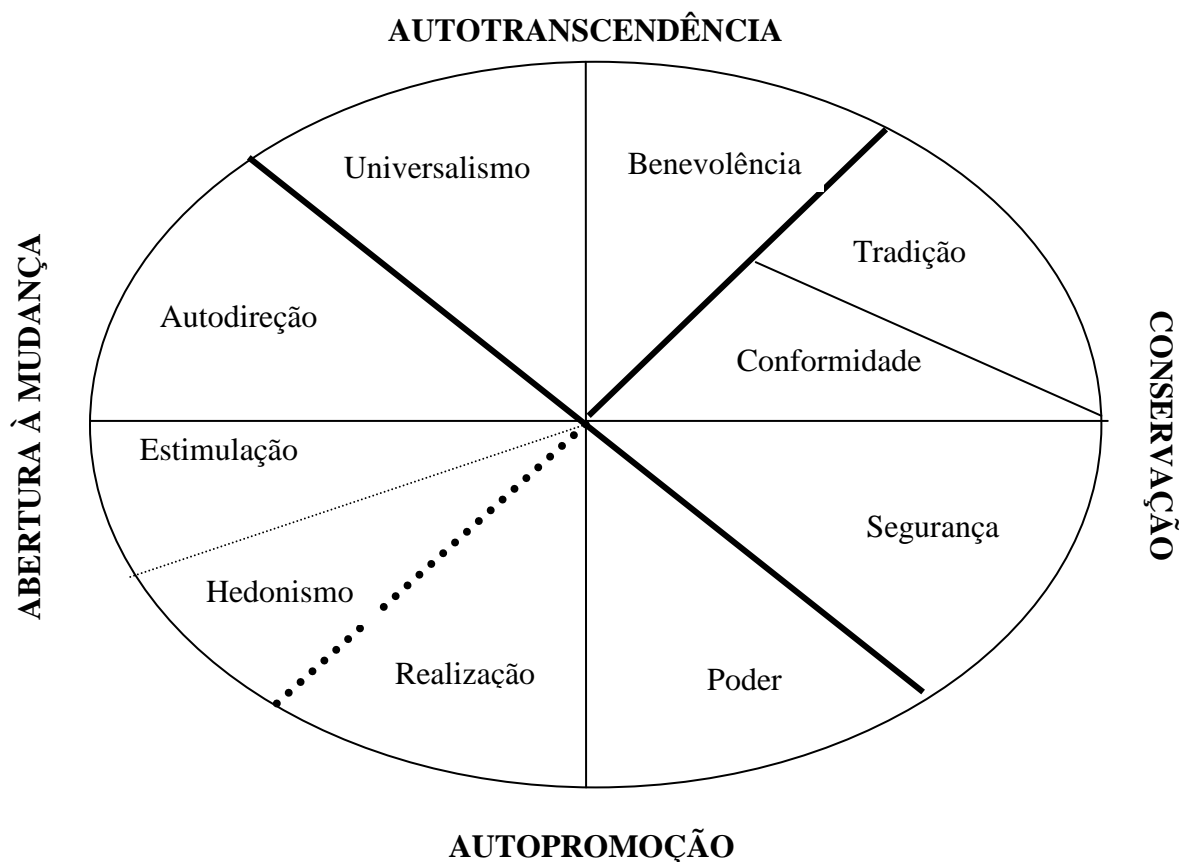


Figura 12 – Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais (adaptado de Schwartz, 1992)

A dinâmica da relação entre os tipos motivacionais de valores expressa em Schwartz (1992) baseia-se na existência de compatibilidade e conflitos entre eles. Os tipos de valores mais compatíveis estão mais próximos entre si em volta do círculo, sendo agrupados da seguinte maneira: poder e realização enfatizam a superioridade social e estima; realização e hedonismo focalizam na satisfação auto-centrada;

hedonismo e estimulação configuram-se em um desejo pelo prazer; estimulação e auto-direção envolvem interesses intrínsecos em singularidade e mestria; auto-direção e universalismo focalizam na dependência do próprio julgamento e conforto com a diversidade da existência; universalismo e benevolência caminham em direção ao outro e transcendência dos próprios interesses; benevolência e conformidade ressaltam o comportamento normativo que promove relações íntimas; benevolência e tradição devoção ao próprio grupo; conformidade e tradição implicam na submissão do eu ao que se espera socialmente; tradição e segurança preservam a existência de arranjos sociais que dão segurança à vida; conformidade e segurança enfatizam a proteção e a harmonia nas relações; segurança e poder centra-se na evitação das ameaças das incertezas pelo controle das relações e recursos (Schwartz, 1994).

Os tipos motivacionais de valores que revelam interesses coletivos (*conformidade, tradição e benevolência*) são conflituosos com os tipos que revelam interesses individuais (*autodireção, estimulação, hedonismo, realização e poder*), os quais são compatíveis entre si. Os tipos motivacionais de interesses mistos (*segurança e universalismo*) são compatíveis entre si e com relação aos outros valores antes listados.

Em síntese, a dinâmica da relação estrutural dos tipos motivacionais antes citados pode ser apresentada em duas dimensões bipolares, a saber: *abertura à mudança versus conservação* e *autopromoção versus autotranscendência*, como descrito na Figura 12.

Como pode ser observado, os valores da dimensão *Abertura à Mudança* se contrastam com os valores de *Conservação*, isto é, a primeira dimensão se opõe aos valores que dão importância à independência das ações com aqueles que dão ênfase à auto-repressão, conservando práticas tradicionais. A segunda bipolaridade se refere aos valores da *Autopromoção* com os da *Autotranscendência*. Por um lado, aceitam-se os outros como iguais e, por outro, valoriza-se a busca pelo próprio êxito e o domínio sobre os outros. No caso do hedonismo, encontra-se relacionado tanto com *Abertura à Mudança* como com *Autopromoção* (Schwartz, 1992).

Contextualizando o Brasil nos estudos sobre a estrutura motivacional dos valores humanos, Tamayo e Schwartz (1993) utilizaram duas amostras (estudantes universitários e professores de escola), por meio de uma escala formada por 60 valores, sendo 56 trans-culturais e 4 específicos da realidade brasileira. O foco na especificidade cultural é exatamente em função de verificar se existem valores peculiares de determinada cultura que possam estar inseridos na estrutura motivacional proposta.

Foram identificados dois valores instrumentais: esperto e sonhador e dois terminais: vaidade e trabalho. Tais valores se localizaram nas diversas regiões do espaço multidimensional, revelando desse modo a estrutura motivacional. Confirmaram que possuem um caráter de valor para a amostra utilizada. Verificou-se também que todos, à exceção do valor esperto, se correlacionaram positivamente com os outros valores dos respectivos tipos motivacionais. O valor esperto não se correlacionou com o valor capaz. Chama a atenção o fato do valor trabalho não estar associado à auto-realização, mas ser percebido como meio de subsistência.

Esse resultado não é de se estranhar, considerando que no Brasil existem camadas sociais pobres. Tamayo (1994a) propôs uma escala para diagnosticar as formas de pensar e explicar a pobreza e observou que esta condição social é percebida como causada por quatro fatores: (1) Deus-destino (pobreza como resultado da vontade de Deus); (2) Indivíduo (conseqüência da falta de motivação e esforço no trabalho); (3) Outros poderosos (conseqüências dos salários indignos, injustiça na distribuição de terras) e (4) Sorte (resultado da fatalidade e da fortuna adversa). Desses quatro fatores, o segundo mostra a importância do trabalho para a subsistência do indivíduo e não como auto-realização, como foi esperado na pesquisa de Tamayo e Schwartz (1993). De igual modo, Borges (1996) buscando identificar o significado do trabalho com operários da construção habitacional, comerciários e costureiras, encontrou, entre outros atributos, que este é considerado como fonte de sobrevivência.

Considerando as diferenças valorativas do Brasil, Borges (2005), utilizando o modelo de Schwartz, ao pesquisar os valores de trabalhadores de baixa instrução, encontrou que os valores centrais eram Benevolência e Tradição/Conformidade/Segurança, porém é interessante destacar que estes resultados apresentam significados diferentes, os quais possivelmente estão associados à classe social dos participantes. A autora destaca o valor Poder como o mais divergente em termos de significado para as classes sociais. Segundo ela, este valor, juntamente com Influência e Domínio, se mostrou com uma conotação negativa. Este parece ser um aprendizado de pessoas de classe social desfavorecida de como se dá o exercício do poder no país, onde o elitismo tem um lugar de destaque.

Em outro estudo, Tamayo (1994b), procurou identificar a hierarquia de valores, utilizando os mesmos da pesquisa anterior (60 valores) com uma amostra constituída de professores de escola secundária e estudantes universitários. A hierarquia foi estabelecida tanto em nível individual dos valores quanto em nível dos tipos

motivacionais. O valor trabalho ficou no topo da hierarquia, mostrando-se como muito importante no Brasil, contrapondo-se com a idéia difundida de que o brasileiro não valoriza o seu trabalho. Quanto a hierarquização dos tipos motivacionais, a auto-determinação ocupou o primeiro lugar.

Embora as pesquisas com o modelo de Schwartz tenham tido grande repercussão e validação em diversos países, é importante observar que, no Brasil, os resultados se mostram tão abrangentes, que fica difícil definir o tipo de perfil valorativo predominante.

Schwartz (1999), comparando os valores de 44 países e utilizando-se de uma amostra de professores de colégio, computou a importância média dos tipos de valores da nação por meio da média que os indivíduos atribuíam ao conjunto de valores que representam aquele tipo. Tais valores aparecem juntos na região de cada tipo de valor no nível cultural, como pode ser visto na Figura 13. Exemplificando: a importância média de Hierarquia é a média da pontuação para autoridade, riqueza, poder social, influência e humildade.

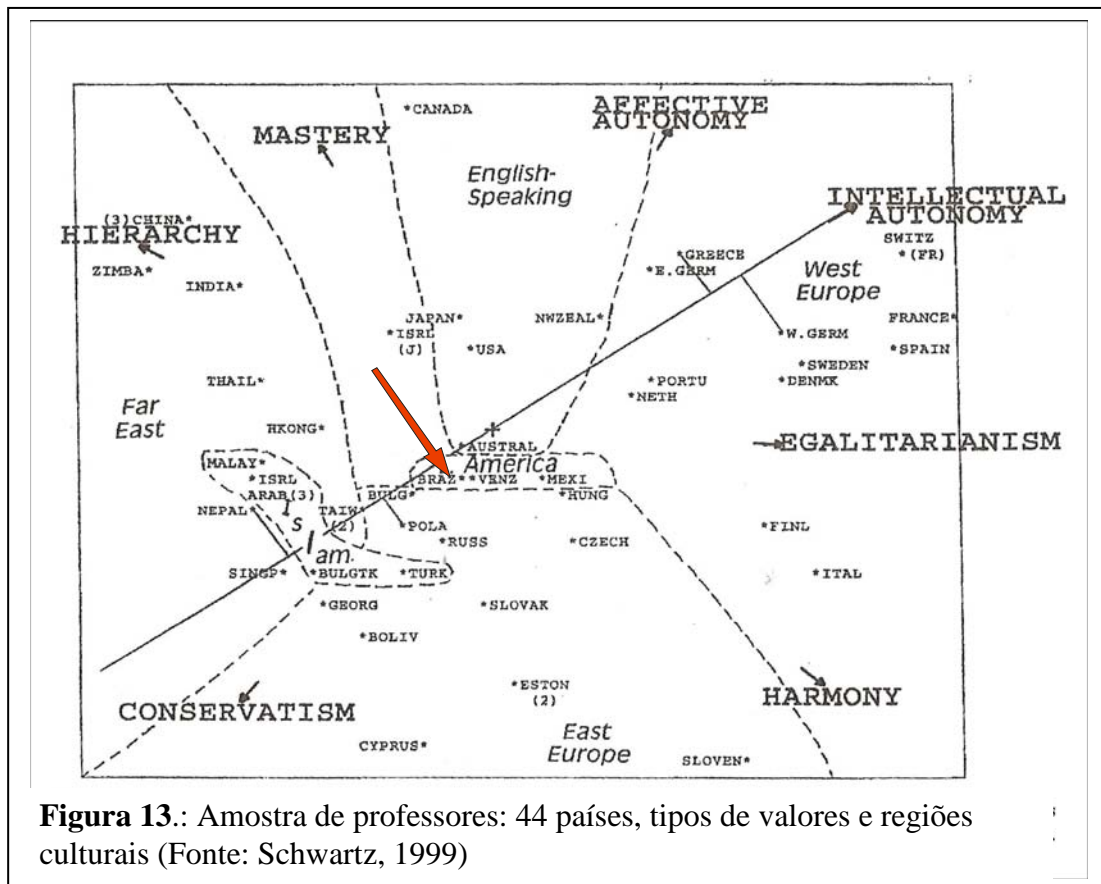


Figura 13.: Amostra de professores: 44 países, tipos de valores e regiões culturais (Fonte: Schwartz, 1999)

Como mostra a figura, é interessante perceber que o Brasil se encontra em seu centro. Este resultado revela que não houve um posicionamento claro a respeito daqueles valores pesquisados, como se todos os valores fossem prioritários, sem haver discriminação a respeito de sua importância para os brasileiros.

Apesar de se considerar a universalidade da estrutura motivacional dos valores enquanto uma base suficientemente sólida, tendo vista sua ampla aplicação em diversas culturas (Tamayo & Schwartz, 1993), existem críticas a respeito dessa teoria (Gouveia, 1998), sendo uma de grande peso referente ao procedimento estatístico utilizado para corroborá-la: a Análise do Menor Espaço – SSA (Tamayo, 1997, citado por Gouveia, Martinez, Meira & Milfont, 2001).

Outra crítica que Gouveia (1998) apresenta em relação ao instrumento de Schwartz é que este é bastante complexo para ser utilizado fora do campo educacional, isto é, o fato de se utilizar uma escala de resposta demasiado ampla (nove pontos) e com um valor negativo (-1), exige do respondente uma capacidade cognitiva que não se pode encontrar em todos os lugares.

Embora seja possível destacar o mérito de Schwartz na elaboração de sua teoria, Gouveia et. al. (2001) ressalta a inexistência de alguns valores que possam ser incluídos. Especificamente no caso do Brasil, Gouveia (1998) sugere o valor existência de fundamental importância na realidade brasileira. Essa idéia de incluir nas análises trans-culturais valores que sejam específicos de uma cultura, já é bastante contemplada nos estudos de Schwartz (Tamayo & Schwartz, 1993). Por exemplo, tais autores, pesquisando sobre valores segundo a teoria /modelo de Schwartz, perceberam que o trabalho, enquanto um valor entre os demais, se associava à sobrevivência. Borges (1996), estudando o significado do trabalho, percebeu que sobrevivência é um dos significados valorativos atribuído ao trabalho.

Este modelo tem se mostrado bastante adequado para o contexto brasileiro por atentar para as peculiaridades sócio-culturais do país, condições bastante diferenciadas dos países desenvolvidos. Decidiu-se, pois, considerá-lo como o marco principal de referência, motivo pelo qual o mesmo é mais detalhadamente descrito a seguir.

7.3. Valores na perspectiva de Gouveia

Tomando como base a taxionomia das necessidades de Abraham Maslow, Gouveia (1998) tem apresentado um modelo alternativo para a tipologia dos valores humanos, estipulando a existência de valores básicos, cujo conceito indica que são “*categorias de orientação consideradas como desejáveis, baseadas nas necessidades humanas e nas condições para satisfazê-las, adotadas por atores sociais, podendo variar quanto a sua magnitude e aos elementos que as definem*” (Gouveia, 1998, p. 293). Este autor explica detalhadamente cada um dos aspectos envolvidos na definição.

- *Categorias de orientação.* Procura evitar a fusão do construto com outros conceitos como crenças, atitudes, interesses, costumes, ideologias, etc. e expressa a concepção de valores como um construto latente, que pode ser operacionalizado. Por serem os valores representações cognitivas das necessidades humanas, internalizadas no processo de socialização, vão além da situação específica e se expressam no compromisso do sujeito com a ação que orienta.
- *Consideradas como desejáveis.* Este aspecto coloca a cultura como um elemento importante na definição dos valores, ressaltando-os como moralmente corretos e justificáveis.
- *Baseadas nas necessidades humanas e nas condições para satisfazê-las.* É comum a relação entre valores e necessidades na literatura (Inglehart, 1991; Maslow, 1954/1970; Rokeach, 1973), porém, geralmente não se indica uma teoria das necessidades humanas que apóie esta relação. Aqui se parte de uma taxionomia específica sobre as necessidades humanas (Maslow, 1954 / 1970), propondo-se que se considerem também as condições para satisfazer tais necessidades.
- *Adotadas por atores sociais.* Tal expressão se refere aos valores como parte do repertório cognitivo de quem define e, por sua vez, assume um padrão desejável dentro da sociedade.
- *Podendo variar em sua magnitude intra e interculturalmente.* Embora os valores se apresentem de forma mais ou menos homogênea dentro de cada cultura, existe uma variação no seu grau de magnitude, podendo alguns valores, dentro de um conjunto, serem mais relevantes que outros para os diferentes indivíduos, assim como também podem variar de indivíduo a indivíduo.

- *Podendo variar quanto aos elementos que as definem.* Embora os valores sejam respostas individuais, estão mediados por interações sociais, e em determinados contextos seus elementos podem variar para se adequar a realidades específicas.

A tipologia de valores de Gouveia (1998) vem sofrendo alterações pertinentes, em função das evidências empíricas e seus aprimoramentos teóricos. A versão utilizada do *Questionários dos Valores Básicos* em 24, tendo sido inicialmente estipulado um conjunto de 22 com base nas necessidades e em suas precondições para satisfazê-las. Foram incluídos os valores *obediência* e *prazer* no total de 24. Supõe-se que estes valores definem modos de orientação disponíveis a todas as pessoas, podendo variar em magnitude de acordo com as experiências pessoais e contexto cultural em que cada pessoa está inserida.

Para a derivação teórica de cada valor, três aspectos foram considerados: (1) o conteúdo da necessidade ou da pré-condição em que se satisfaz; (2) a possibilidade de diferenciar-se dos demais e (3) seu uso em estudo prévio ou sua justificada condição de princípio-guia para os atores sociais. A seguir todos são sumariamente descritos:

1. *Sobrevivência*: refere-se às necessidades fisiológicas mais básicas do homem, como beber ou dormir, cuja privação duradoura resultaria letal. Este valor parece ter sua evidente importância como princípio-guia na vida de pessoas que são carentes de recursos básicos.
2. *Sexual*: representa a necessidade fisiológica que o organismo tem de sexo e constitui uma orientação padrão para as pessoas jovens ou que foram privadas ou são em geral privadas deste estímulo.
3. *Prazer*: corresponde à necessidade fisiológica que o organismo tem de satisfação, entendida em termos amplos (comer, beber, divertir-se etc.). Embora este valor esteja relacionado ao anterior, sua diferença consiste em não ter uma fonte única e definida de satisfação.
4. *Estimulação*: refere-se às necessidades fisiológicas de movimento, cuja novidade para estímulos é representada por este valor. Representa-o indicadores como participar em muitas atividades.
5. *Emoção*: este valor está relacionado com ter excitação e buscar experiências arriscadas. A questão básica aqui diz respeito a desfrutar do perigo e buscar aventuras. A diferença do valor anterior é que este está relacionado ao risco, e o anterior diz respeito ao movimento. As pessoas que adotam este valor são menos conformadas com as regras sociais.

6. *Estabilidade pessoal*: a necessidade de segurança é parcialmente representada por este valor. A orientação aqui se refere a ter uma vida organizada e planejada. As pessoas que se orientam por este valor procuram assegurar sua própria existência.
7. *Saúde*: trata-se de outro valor que representa a necessidade de segurança. As pessoas que se orientam por este valor se preocupam com sua saúde antes de cair enfermas.
8. *Religiosidade*: refere-se a outro valor que representa a necessidade de segurança. As pessoas orientadas por este valor crêem em Deus como o salvador da humanidade e cumprem a Sua vontade.
9. *Apoio social*: também representa a necessidade de segurança. Pode-se ter os seguintes elementos como seu conteúdo: obter ajuda quando a necessite e sentir que não se está só no mundo.
10. *Ordem social*: este valor fecha o quadro de valores relacionados à necessidade de segurança. Caracteriza-se em viver em um país ordenado, estruturado e ter um governo estável e eficaz.
11. *Afetividade*: refere-se à necessidade de amor e pertença. Diz respeito a ter uma relação de afeto profunda e duradoura e ter a alguém para partilhar seus êxitos e fracassos. Este valor acentua as amizades íntimas, as relações familiares e trocas de carinhos, afetos, prazeres e tristezas.
12. *Convivência*: enquanto o anterior relaciona-se à ênfase na relação pessoa-pessoa, este se centra na dimensão pessoa-grupo. Os elementos de seu conteúdo referem-se a conviver diariamente com os vizinhos e formar parte de grupos sociais ou religiosos.
13. *Êxito*: a necessidade de estima é representada por este valor e pelos dois seguintes. Seu conteúdo destaca a idéia de ser prático e alcançar as metas auto-impostas. As pessoas que o adotam têm claro um ideal de triunfo e tendem a se orientar nesta direção.
14. *Prestígio*: refere-se à importância que se atribui ao contexto social. Não se limita a ser aceito pelos demais, senão reconhecido publicamente.
15. *Poder*: define a noção de poder social (ter poder para influenciar aos demais e controlar as decisões) e autoridade (saber que é o chefe de uma equipe). Quem dá importância a este valor pode prescindir da noção de poder legitimamente constituído.
16. *Maturidade*: é representada pela necessidade de auto-realização. Trata-se de descrever um sentido de auto-satisfação ou cumprimento como ser humano (desenvolver todas suas capacidades). A pessoa que o considera importante como um princípio-guia tende a apresentar uma orientação social que transcende a pessoa ou o grupo em concreto.

17. *Autodireção*: este valor e o próximo representam a pré-condição de liberdade para satisfazer as necessidades básicas. Sua especificidade radica em destacar uma condição da natureza humana: a liberdade (sentir-se livre para vestir como se queira, estar livre para mover-se, ir e vir sem empecilhos). Adotar este valor implica em certo reconhecimento da própria auto-suficiência.

18. *Privacidade*: relaciona-se mais com um estilo de vida e acentua a liberdade de ter um espaço privado, no qual se mantêm separados diferentes aspectos da vida. As pessoas que adotam este valor não subestimam os outros, apenas reconhecem o benefício de ter seu próprio espaço.

19. *Justiça social*: representa a pré-condição de justiça para satisfazer as necessidades básicas, definindo condições mínimas entre as pessoas, como: lutar por uma menor diferença entre ricos e pobres ou permitir que cada pessoa seja tratada como alguém valioso.

20. *Honestidade*: este valor representa a pré-condição de honestidade para satisfazer às necessidades. Refere-se ao compromisso da pessoa frente aos demais, permitindo que se crie um contexto ótimo para as relações pessoais (atuar responsabilmente de acordo com a sua palavra e ser honesto e honrado).

21. *Tradição*: representa, junto com o valor seguinte, a pré-condição de disciplina no grupo ou na sociedade para satisfazer as necessidades humanas básicas. Trata-se de seguir os padrões morais seculares, favorecendo um mínimo de harmonia no âmbito social.

22. *Obediência*: destaca-se com este valor a importância de cumprir seus deveres e obrigações do dia-a-dia e respeitar aos seus pais e aos mais velhos. É uma questão de conduta do indivíduo, que deve assumir um papel e se conformar com a hierarquia social tradicionalmente imposta.

23. *Conhecimento*: as necessidades cognitivas são representadas por este valor. Tem um caráter extra-social, não compreendendo exatamente o interesse de obter benefícios pessoais. Pretende-se ter conhecimentos atuais sobre os temas pouco conhecidos e tentar descobrir sempre coisas novas sobre o mundo.

24. *Beleza*: este valor representa as necessidades de estética. Compreende uma orientação global, cujos interesses não são muito delimitados enquanto aos benefícios (ser capaz de apreciar o melhor da arte, da música, da literatura e ir a museus ou exposições onde coisas belas podem ser vistas).

Segundo Gouveia (1998), a tipologia está baseada em uma visão positiva do homem e, por isso, foram descartadas conotações negativas, como, agressividade, etc., estimando assim que todo valor é positivo. O que explica uma conduta negativa é justamente as múltiplas combinações entre os valores básicos. O autor cita o exemplo de uma pessoa que prioriza o poder, mas que não leva em consideração a honestidade nem a justiça, podendo dessa maneira findar em comportamento desviante do padrão de julgamento positivo.

Gouveia (1998) afirma que se poderia ter acrescentado outros valores, porém tendo em vista a teoria das necessidades de Maslow, este número se mostrou suficiente. Para o autor, o conjunto inicial de valores estipulados é bastante amplo.

Tais valores são classificados em três grandes critérios de orientação que são adotados pelas pessoas. Na figura a seguir apresenta-se resumidamente a estrutura interna destes critérios.

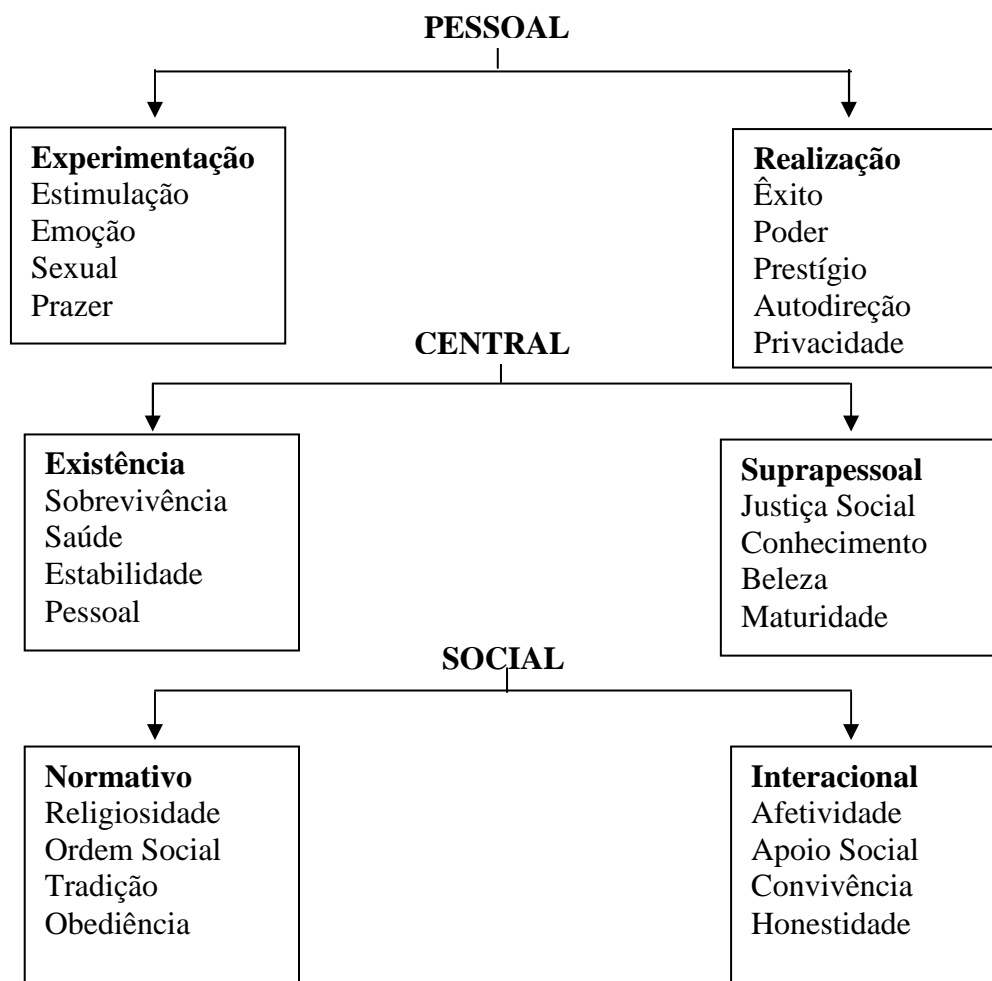


Figura 14 – Organização dos Valores Humanos Básicos, segundo o Critério de Orientação e a Função Psicossocial a que Atendem (Gouveia, 2003)

No centro do quadro encontram-se os critérios de orientação (pessoal, central e social) e no lado direito e esquerdo estão as funções psicossociais (experimentação, realização, existência, suprapessoal, normativo e interacional). Cada um deles é descrito a seguir:

Valores Pessoais. As pessoas que priorizam este valor normalmente tendem a buscar relações pessoais que são contratuais, com objetivos proveitosos para si. As suas funções psicossociais podem ser assim classificadas: a) *Valores de Experimentação*: descobrir e apreciar novos estímulos, buscar satisfação sexual etc. São representados pelos seguintes valores: *estimulação, emoção, sexual e prazer*; e b) *Valores de Realização*: ao mesmo tempo em que se experimentam novos estímulos, a natureza humana também procura incluir a realização. Sentimento de ter poder, de ser importante etc. São representados pelos seguintes valores: *êxito, poder, prestígio, autodireção e privacidade*.

Valores Centrais. Esta expressão indica o caráter central destes valores. São compatíveis com os valores pessoais e sociais. Classificam-se da seguinte forma no que diz respeito a suas funções psicossociais: a) *Valores de Existência*: referem-se a garantir a própria existência orgânica. São representados pelos seguintes valores: *sobrevivência, saúde e estabilidade pessoal*; b) *Valores Suprapessoais*. As pessoas que adotam estes valores procuram alcançar seus objetivos ou ideais independentemente do grupo afiliativo ou condição social. Indica alguém maduro, isto é, uma pessoa que não se limita a traços ou características específicas para iniciar uma relação ou proporcionar benefícios. Os valores que os representam são *justiça social, conhecimento, beleza e maturidade*.

Valores Sociais. As pessoas que priorizam estes valores enfatizam a orientação em direção aos outros, comportando-se como alguém que gosta de assegurar a aceitação dos outros, etc. No que diz respeito às suas funções psicossociais, podem ser divididos em: a) *Valores Normativos*: ênfase dada à vida social e à estabilidade grupal. São representados pelos seguintes valores: *religiosidade, ordem social, tradição e obediência* e b) *Valores Interacionais*: ênfase na complacência. A intimidade com os outros é fundamental para assegurar a própria felicidade. São representados pelos seguintes valores: *afetividade, apoio social, convivência e honestidade*.

A tipologia dos valores humanos de Gouveia (1998, 2003) é baseada na teoria das necessidades de Abraham A. Maslow, revelando uma íntima relação dos valores humanos com as necessidades, como já explicitado. Para Rokeach (1973), os valores

são a representação cognitiva, não apenas das necessidades individuais, como também da demanda institucional e social. De certo modo, quando as pessoas falam dos seus valores, elas estão falando também de suas necessidades. Uma vez que as necessidades são cognitivamente transformadas em valores, segundo este autor, elas podem ser então defendidas e justificadas como princípios desejados socialmente.

A revisão de literatura a respeito dos valores humanos pode revelar a importância de cada teoria e os principais avanços obtidos na área. A partir de agora, será necessário mensurar os valores para a amostra de músicos e advogados, tomando como base a tipologia de Gouveia, uma vez que esta tipologia tem a vantagem de ter sido desenvolvida especificamente para o povo brasileiro.

CAPÍTULO 8 – MÉTODO: DESCRIÇÃO GERAL COM FOCO NO QUESTIONÁRIO DE VALORES HUMANOS

8.1. Amostra

Este estudo foi realizado com uma amostra acidental²⁴ de profissionais da música e da advocacia da cidade de João Pessoa/PB. Foram recebidos 401 questionários, totalizando apenas 387 válidos, sendo 148 para os músicos e 239 para os advogados. Os demais questionários foram anulados, por não estarem completos no seu preenchimento, principalmente no que se refere às escalas pertencentes ao Bem-Estar Subjetivo, deixando dessa forma de ter um escore de uma das variáveis importantes da pesquisa. Para participar, adotou-se como critério a idade mínima de 18 anos, critério este estabelecido especialmente para os músicos, visto que a população correspondente é caracterizada por amplas faixas etárias. Essa delimitação de idade é devida à necessidade do presente estudo de avaliar os valores dos participantes, supondo uma maior estabilidade de valores a partir da idade estipulada²⁵.

O número estabelecido para as devidas amostras foi determinado em função dos dados populacionais obtidos a partir da OAB/PB e da OMB/PB. Os músicos constituem uma população de profissionais inscritos na OMB/PB de aproximadamente 311 ativos (profissionais que estão atuando no Estado) e os advogados totalizavam 8.622 profissionais ativos na OAB/PB²⁶. Especificamente no caso dos advogados, existe uma peculiaridade na inscrição dos ativos. Tal categoria divide-se em três classes: *Principal*, *Transferidos* e *Suplementar*. A primeira refere-se às inscrições originadas do Estado. A categoria de *Transferidos* diz respeito às inscrições oriundas de outro Estado e, por fim, considera-se *Suplementar*, a inscrição, cuja origem é de outro Estado, mas que também tem inscrição na Paraíba, podendo atuar em mais de um estado. É o caso, por exemplo, de advogados que têm inscrição em Pernambuco e/ou Rio Grande do Norte e também na Paraíba, Tabela 9.

²⁴ É um subconjunto da população formado pelos elementos que se pode obter, porém sem segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo.

²⁵ Para a profissão de músicos, é necessária essa delimitação porque é possível encontrar até mesmo crianças e adolescentes como profissionais da música.

²⁶ Dados fornecidos pelas referidas Ordens das profissões estudadas.

Tabela 9.*Classificação das inscrições na OAB/PB até o mês de julho/2006*

Tipo de inscrição	Nº de inscritos
Principal	8.240
Transferidos	172
Suplementar	210
Total	8.622

Buscou-se então o acesso aos participantes visitando locais de ensaio, de apresentações, como, bares, restaurantes, etc. (para músicos); fóruns, escritórios de advocacia e órgãos da justiça de um modo geral (para advogados). Essa forma inicial de contato possibilitou o acesso por meio de indicação de pessoas conhecidas, havendo apenas o cuidado de atingir a diversificação dos profissionais em diferentes áreas de trabalho, sejam músicos ou advogados. A busca pela diversidade de áreas desses profissionais foi devido a características peculiares de ambas as profissões.

Para os músicos, observou-se que não se pode falar de músicos que atuam apenas em orquestra sinfônica, por exemplo, pois mesmo que sejam da orquestra, tendem também a tocar em outros segmentos da música, como, barzinhos, aniversários, etc. Dessa forma, ficou impossível identificar profissionais que seguem uma única vertente de apresentação e/ou identificação musical, como, o “músico erudito”, o “músico popular”, etc.

Em referência aos advogados, observou-se algo parecido no que diz respeito à área em que atuam: embora existam advogados que atuem em apenas uma área do direito, é comum encontrar profissionais que atuassem em todas as áreas ou em quase todas as áreas, destacando apenas uma como a principal. Por estas razões citadas, houve uma variedade quanto à abrangência de áreas no âmbito da atuação profissionais de músicos e advogados na presente pesquisa.

A Tabela 10 apresenta uma breve descrição dessa diversidade de área encontrada nas categorias ocupacionais em questão, incluindo a porcentagem dos participantes para cada segmento. No caso dos advogados que elencavam mais de duas áreas em que atuavam, optou-se por adotar a primeira área citada como a principal.

Tabela 10.*Características das áreas de atuação dos músicos (N = 148) e advogados (N = 239)*

Profissões	Áreas de atuação	Proporção da amostra por profissão
Músicos	musicista	31,8
	professor música	25,0
	vocalista	5,4
	geral: toca, canta, compõe	4,1
	produtor musical	2,0
	Total	68,2
	Sem resposta	31,8
Advogados	cível	36,8
	direito do trabalho	21,3
	advocacia pública	10,0
	todas as áreas do direito	7,5
	direito previdenciário	4,2
	criminal	2,9
	direito família	1,3
	direito tributário	1,3
	advocacia privada	0,8
	social	0,4
	Total	86,6
Sem resposta	13,4	

Como é possível observar na Tabela 10, quanto aos músicos, houve a predominância dos musicistas (31,8%), isto é, aqueles que em suas atividades apenas tocam algum tipo de instrumento musical, como, violão, guitarra, sax, violino, etc., e em segundo lugar, predominou a atividade de professor de música (25%).

Para os advogados, a área cível (36,8%)²⁷ é a área de atuação principal da maior parte da amostra, seguida do direito do trabalho (21,3%) e da advocacia pública (10%), tendo as demais áreas uma porcentagem inferior a 10%. Há, portanto, bastante dispersão dos advogados entre as áreas de atuação.

Avaliou-se também se a amostra apresentava variabilidade no que se refere às outras variáveis sócio-demográficas e ocupacionais. Para facilitar a visualização destas variáveis, a tabela da caracterização amostral foi dividida em duas: uma contendo as *características sócio-demográficas*, como, sexo, idade e a outra, as *características sócio-ocupacionais* com variáveis relacionadas ao exercício da profissão, como grau de satisfação, exercício de alguma outra atividade profissional, renda familiar, etc. A variável sócio-demográfica está resumida na Tabela 11.

²⁷ A predominância dos advogados nessa área específica do Direito, já foi percebida na década de 1960: 75% dos entrevistados de uma pesquisa na época, eram desse ramo (Bonelli, 2002).

Tabela 11.

Caracterização sócio-demográfica da amostra de músicos (N = 148) e Advogados (N = 239)

VARIÁVEIS %	NÍVEIS	MÚSICOS	ADVOGADOS
Sexo	Masculino	70,9	72,4
	Feminino	28,4	27,6
Estado civil	Sem resposta	0,7	-
	Solteiro	46,6	31,0
	Casado/Convivente	45,9	58,2
	Separado/Divorciado	4,1	9,2
	Viúvo	2,7	1,3
	Sem resposta	0,7	0,4
Religião	Católica	54,1	70,3
	Nenhuma	19,6	6,3
	Evangélica	12,8	15,1
	Espírita	6,8	5,4
	Outros	5,4	2,5
	Sem resposta	1,4	0,4
Frequência à igreja	às vezes e nas datas especiais	34,5	34,3
	Nunca	21,6	7,9
	Semanalmente	19,6	33,1
	quase semanalmente	11,5	15,9
	só nas datas especiais	8,1	6,7
	Diariamente	1,4	1,7
	Sem resposta	3,4	0,4
	Tem filhos	Não	50,7
Sim	48,6	61,9	
Número de filhos	Sem resposta	0,7	-
	1-2	28,4	33,5
	3-4	11,4	18,8
	5-6	-	2,5
	7-8	1,4	0,4
	9	-	0,4
Com quem mora	Sem resposta	58,8	44,4
	Pais	32,4	21,3
	Cônjuge/filhos	31,1	49,4
	Familiares	11,5	7,9
	Cônjuge	9,5	6,7
	Sozinho	8,1	8,8
	Outros	4,1	2,1
	Filhos	2,0	2,1
Sem resposta	1,4	1,7	

Como pode ser observado na Tabela 11, houve a predominância do sexo masculino tanto para os músicos (70,9%) como para os advogados (72,4%)²⁸. As idades variaram de 18 a 77 anos ($M = 35,92$; $DP = 12,35$), no caso dos músicos e para os

²⁸ Segundo a OAB e a OMB há predomínio do sexo masculino para ambas as profissões. OAB (Homens: N = 5.729 e mulheres: N = 3.354).

advogados variam entre 22 e 79 anos ($M = 38,58$; $DP = 12,31$). A tabela seguinte contém a idade dos profissionais por intervalos.

Tabela 12.

Idade dos músicos e Advogados por intervalos

Idade %	Músicos	Advogados
1: 18-30 anos	37,2	35,6
2: 31-45 anos	37,2	35,6
3: 46-60 anos	18,2	22,2
4: 61-79 anos	3,4	6,7
Total	95,9	100,0
Missing	4,1	-

Segundo a Tabela 12, observa-se que há um predomínio tanto para os músicos quanto para os advogados no intervalo de idade entre 18 e 45 anos. Houve um equilíbrio na composição quanto ao estado civil dos músicos entre solteiros (46,6%) e casados (45,9%). Já para os advogados a maioria era de casados (58,2%) seguidos de solteiros (31,0%).

Quanto à variável religião, a católica se constituiu predominante entre músicos (54,1%) e advogados (70,3%), sendo que quando questionados sobre a frequência com que vão à igreja, 34,5% músicos responderam que *vão às vezes e nas datas especiais*, seguidos dos que *nunca* vão à igreja (21,6%). Contrariamente, houve equilíbrio entre os advogados que frequentam a igreja *às vezes e nas datas especiais* (34,3%) e aqueles que *frequentam semanalmente* (33,1%).

Ao serem questionados se têm filhos, 50,7% dos músicos responderam que não e 61,9% dos advogados disseram que sim. Agora, quanto ao número de filhos, ambas as categorias (músicos = 28,4%; advogados = 33,5%) apresentaram maior porcentagem no intervalo de 1 a 2 filhos.

Por fim, quanto às características pessoais, a maioria dos músicos *mora com os pais* (32,4%), seguida dos que *moram com cônjuge/filhos* (31,1%), enquanto que a grande maioria dos advogados *mora com cônjuge/filhos* (49,4%). Como já mencionado, o segundo grupo caracteriza-se pelas variáveis sócio-ocupacionais e está representado na Tabela 13 a seguir.

Tabela 13.

Caracterização da amostra de músicos (N = 148) e advogados (N = 239) quanto a características sócio-ocupacionais

VARIÁVEIS %	NÍVEIS	MÚSICOS	ADVOGADOS
Residência	Própria	75,0	82,0
	Alugada	18,9	13,0
	Outra	5,4	5,0
	Sem resposta	0,7	-
Renda	1 a 5 salários mínimos	41,9	10,9
	6 a 10 salários mínimos	35,8	23,8
	11 a 21 salários mínimos	14,2	32,2
	mais de 21 salários mínimos	6,1	31,0
	Sem resposta	2,0	2,1
Instrução	Superior completo	26,4	71,5
	Superior incompleto	20,9	-
	Segundo grau completo	19,6	-
	mestre/doutor	12,2	3,3
	Especialista	7,4	25,1
	Segundo grau incompleto	6,1	-
	Primeiro grau incompleto	3,4	-
	Primeiro grau completo	2,0	-
	nível técnico	1,4	-
	Sem resposta	0,7	-
Estuda atualmente	Sim	52,7	36,8
	Não	46,6	61,9
	Sem resposta	0,7	1,3
O que estuda	Outro	24,3	11,7
	Música	17,6	-
	estuda para concurso	3,4	7,9
	diariamente música	2,0	-
	Direito	-	10,0
	Diariamente advocacia	-	3,8
	Sem resposta	52,7	66,5
profissão dita	Músico	81,8	-
	outra (prof., infor., design,etc)	8,1	-
	estudante	4,1	-
	Funcionário público	2,7	-
	Advogado	-	100,0
	Sem resposta	3,4	-
Turno q. trabalha	Manhã/tarde/noite	35,1	28,0
	Noite	15,5	0,8
	Manhã/tarde	14,9	57,7
	Manhã	10,1	5,0
	Tarde/noite	8,8	0,4
	Tarde	4,1	5,9
	Manhã /noite	2,0	1,3
	Sem resposta	9,5	0,8
Condição trabalho	Emprego	39,2	16,3
	prof.liberal	29,7	54,8
	Prof. Liberal/emprego	20,3	26,8
	Sem resposta	10,8	2,1
Segunda ativ. Prof	Não	58,8	84,1
	Sim	30,4	12,6
	Sem resposta	10,8	3,3

Tipo segunda ativ.	Outra (comer, psic, corr, prof, pesq. etc)	16,2	7,5
	Músico	11,5	1,3
	Aposentado	1,4	4,2
	funcion. Pub	0,7	1,7
	poeta / escritor	-	0,4
	Sem resposta	70,3	84,9
Prêmios recebidos	Não	51,4	81,2
	Sim	37,8	14,2
	Sem resposta	10,8	4,6

Teve-se acesso a uma amostra ampla quanto ao tempo de serviço. No caso dos músicos, houve uma considerável amplitude, variando de 0,5 a 50 anos ($M = 15,25$; $DP = 9,84$). Semelhantemente para os advogados, variou de 0,16 a 52 anos ($M = 10,49$; $DP = 8,63$).

Ao responderem sobre o tipo de residência, a maioria dos músicos (75,0%) e dos advogados (82,0%) possui *casa própria*. Por outro lado, algumas diferenças são observadas quanto à renda familiar. A maioria dos músicos (41,9%) apresenta uma renda de *1 a 5 salários mínimos*, enquanto que a maioria dos advogados (32,2%) encontra-se na faixa de *11 a 21 salários mínimos*, seguidos de uma grande porcentagem dos que ganham (31,0%) *acima de 21 salários mínimos*.

Algumas peculiaridades na coleta desses dados foram destacadas em função das profissões estudadas. Por exemplo, foi necessário identificar o grau de instrução, pois que para ser um músico, não necessita de formação de nível superior. Encontrou-se que 26,4% dos músicos têm curso *superior completo*, seguidos de 20,9% que têm *superior incompleto*. Quanto aos advogados, cuja formação exige o nível superior, 71,5% tinham apenas a *graduação*, seguidos dos *mestres/doutores* e *especialistas* (28,4%).

Por outro lado, quando solicitados a responder se estudam atualmente, 52,7% dos músicos disseram que *sim*, enquanto 61,9% dos advogados responderam que *não*. Investigando ainda mais, observou-se que 24,3% dos músicos se dedicam ao estudo, como, *doutorado*, *mestrado*, *outro curso*, *especialização*, etc., sem que fosse especificada a área. Igualmente, houve a predominância dos advogados nesse tópico (11,7%).

Outro detalhe sócio-ocupacional observado, é que surgiu um dado interessante, não pensado anteriormente à aplicação dos questionários. Trata-se da variável *profissão*. No caso dos músicos, isso ficou nitidamente marcante, pois, embora a maioria tenha assinalado que era músico (81,8%) e, além disso, foram abordados como profissionais da música para participarem da pesquisa, encontraram-se profissionais que não se

reconheciam como tal (14,9%), enquanto profissão primeira mencionada, pois que assinalavam outra profissão, da qual obtinham maior renda ou que, simplesmente, consideravam a atividade musical como um *hobbie* ou menos importante; acontecendo diferentemente com os advogados que unanimemente (100%) reconheceram-se como profissionais da advocacia.

A maioria dos músicos (35,1%) trabalha nos três turnos (*manhã/tarde/noite*), e os advogados nos turnos da *manhã* e da *tarde* (57,7%). A condição de trabalho predominante para os músicos é o *emprego* (39,2%) e para os advogados a atividade de *profissional liberal* (54,8%). Quando solicitados a responder se exerciam uma segunda atividade profissional, 30,4% dos músicos e 12,6% dos advogados disseram que sim.

Para aqueles que têm uma segunda atividade profissional, 16,2% dos músicos relataram também ser *comerciantes, psicólogos, corretores, professores, pesquisadores*, etc., sendo esta também a maior porcentagem para os advogados (7,5%), seguida dos aposentados (4,2%).

Por último, na variável prêmio, observou-se que os músicos (37,8%) receberam mais prêmios que os advogados (14,2%), o que é esperado, em função da natureza da profissão de músico, pois participam de festivais, apresentações, eventos, comemorações, etc.

8.2. Instrumentos

Os participantes responderam um instrumento contendo seis partes: uma medida para valores humanos e quatro para bem-estar (Satisfação com a Vida, Vitalidade, Afetos Positivos e Negativos, Questionário de Saúde Geral – QSG-12) com escalas de resposta no formato tipo Likert, além de 17 perguntas sócio-demográficas e sócio-ocupacionais. A seguir encontra-se a descrição do questionário dos valores humanos.

- *Questionários dos Valores Básicos*. Este instrumento foi elaborado por Gouveia (1998). A versão utilizada compreende um conjunto de 24 valores (por exemplo, *obediência*: cumprir seus deveres e obrigações do dia-a-dia; respeitar aos seus pais e aos mais velhos; *emoção*: desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras), respondidos numa escala com nove pontos. Primeiramente, o respondente deve indicar o grau de importância que cada um dos valores tem na sua vida, utilizando uma escala de resposta de sete pontos, com os seguintes extremos: 1 = *Pouco Importante* e 7 =

Muito Importante. Em seguida, deve indicar o valor que considera o mais importante de todos enquanto um princípio-guia em sua vida, e depois indicar o valor que considera o menos importante de todos. Para estes dois valores serão atribuídos os escores 8 e 0, respectivamente. Tais escores substituem os graus de importância previamente definidos para os valores correspondentes (ver anexo 6). Esta medida apresenta parâmetros psicométricos adequados para a população brasileira e estão disponíveis no estudo de Maia (2000). Gouveia (2003) relata, por exemplo, que esta medida apresenta validade convergente com a que propõe S. H. Schwartz; ademais observou índices de bondade de ajuste aceitáveis para estrutura fatorial proposta: $\chi^2 / \text{g.l.} = 2,67$; $GFI = 0,91$; $AGFI = 0,89$ e $RMSEA = 0,05$.

- *Ficha Sócio-demográfica e Sócio-ocupacional*. Esta parte ficou formada por itens que buscavam averiguar o grau de instrução, idade, sexo, estado civil, religião, número de filhos, turno que trabalha, se tem outra ocupação profissional, renda, tempo de serviço, condição de trabalho, etc. (anexo 11).

8.3. Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente um colaborador foi devidamente treinado em relação aos procedimentos necessários para a aplicação dos instrumentos. O planejamento da coleta de dados consistiu na aplicação do conjunto de questionários no próprio contexto de trabalho de músicos e advogados e/ou em suas residências, atividade esta realizada principalmente pela pesquisadora e também pelo auxiliar da pesquisa. Foi informado o objetivo da pesquisa para cada participante. O tempo médio para o preenchimento dos questionários foi de 25 minutos. Deu-se ênfase à confidencialidade das respostas, explicando também que não existiam respostas certas ou erradas, e que todas as perguntas deveriam ser respondidas individualmente, evitando deixar qualquer item em branco.

De acordo com o ambiente de trabalho duas possibilidades aconteceram para os participantes responderem ao questionário: (1) o participante respondia na hora em que era solicitado ou (2) levava para casa para posterior entrega.

Essas possibilidades assinaladas foram observadas em função da profissão e também do local de trabalho dos participantes. No caso dos músicos, previamente a pesquisadora fazia contato por telefone com um dirigente de algum grupo musical para

agendar a entrega ou a aplicação dos questionários ou tão-somente, visitava locais de música ao vivo para contatar diretamente com os músicos, após permissão do estabelecimento em que estava se apresentando. Além do acesso no próprio local de trabalho, também foi possível contatar com o profissional previamente por telefone para agendar a aplicação do questionário de acordo com sua disponibilidade. Esse procedimento acontecia quando havia indicação de outros profissionais que já haviam se submetido à aplicação ou por indicação de outras pessoas. Foi possível também agendar aplicações em escolas de músicas, conservatórios, etc.

Observou-se que a aplicação dos questionários antes dos ensaios e/ou nas residências dos músicos foi a melhor e mais prática maneira de devolução dos mesmos. Porém, o procedimento mais usado foi a entrega dos questionários aos profissionais e posterior devolução no mesmo local de distribuição, devido a maior conveniência para os participantes. O grau de aceitação para participar da pesquisa pelo dirigente de um grupo (produtor, cantor, coordenador, diretor da escola, etc.) foi de fundamental importância para a devolução dos questionários pelos demais membros da equipe de trabalho.

Em relação aos advogados, o procedimento aconteceu de forma semelhante: a aplicação acontecia em locais de trabalho, como, Fóruns, Defensorias Públicas, Telejudiciário, repartições públicas, escritórios e/ou, como já comentado, em suas residências. Nos locais de trabalho, fazia-se primeiramente o contato com o responsável do setor e solicitava-se a permissão para a pesquisa, explicando o seu objetivo. Igualmente ao que aconteceu com os músicos, houve a colaboração de auxiliares que trabalhavam nesses locais, os quais se disponibilizaram para o recebimento dos questionários respondidos, quando estes eram levados para casa ou quando eram respondidos no mesmo local de trabalho em outro momento. Quando os questionários ficavam com os respondentes e, no caso de não haver um auxiliar da pesquisa para recebê-los no local de trabalho, anotava-se o telefone e previamente marcava-se uma data para a entrega do material onde melhor fosse conveniente para o respondente. Ademais, foi também de fundamental importância, a presença de auxiliares que trabalhavam em locais de acesso a esses profissionais, o que facilitava bastante a devolução dos questionários.

Foi possível também o agendamento por telefone da aplicação dos questionários através de indicação. Assim como aconteceu com os músicos, verificou-se que, quando

havia uma aceitação de algum dirigente de uma equipe de advogados, favorecia a devolução dos questionários por parte dos demais colegas de trabalho.

É importante registrar que a prática mais comum durante a aplicação foi a entrega dos questionários e posterior recolhida dos mesmos por parte da pesquisadora e do auxiliar da pesquisa nos locais de trabalho.

Quando os questionários eram respondidos na presença dos responsáveis pela pesquisa, ao final, examinava-se o questionário e solicitava ao respondente que preenchesse os espaços vazios. Essa foi a maneira mais segura de obter questionários completos, além de ser possível a explicação, por parte dos responsáveis, sobre o preenchimento dos mesmos.

Por fim, embora fosse solicitado ao participante assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 14), procedimento indispensável ao Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos, é importante destacar que se informava ao participante que o Termo assinado não ficaria associado aos questionários, evitando qualquer forma de vinculação do questionário e a assinatura, preservando assim, o anonimato das respostas.

8.4. Procedimentos de análise dos dados

As análises iniciaram-se com a preparação do banco de dados e as análises preliminares necessárias às etapas posteriores. O banco de dados foi construído utilizando o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science*).

Inicialmente foram efetuadas análises descritivas (média, desvio padrão, frequência e porcentagem) objetivando caracterizar o grupo de respondentes. Posteriormente, um conjunto de análises foi realizado, como, análises fatoriais, correlações, análise de clusters, ANOVA, teste *t*, Teste de Qui-quadrado, SSA (análise do menor espaço), MANOVA para medidas repetidas e análise de regressão linear múltipla. O programa AMOS foi utilizado para comprovar as estruturas fatoriais observadas para as medidas de bem-estar subjetivo.

CAPÍTULO 9 – MENSURANDO OS VALORES

Este capítulo se propõe, inicialmente, a mensurar os valores da tipologia de Gouveia (1998) para a amostra de músicos e advogados. A partir dessa mensuração, serão formuladas hipóteses e, em seguida, serão discutidos os resultados do teste dessas hipóteses, situando a importância e a hierarquia dos valores para músicos e advogados.

9.1. Mensuração dos valores para a amostra do estudo principal

Apesar de se contar com a tipologia de valores anteriormente exposta e as análises dos estudos preliminares como referências, foi considerada a necessidade de rever a estruturação do questionário dos valores básicos e, por consequência, a classificação dos mesmos em tipos, para melhor adequação à amostra.

Considerando a análise do espaço menor (*Smallest Space Analysis, SSA*) de Guttman (1968) como uma tradição em estudos dos valores, optou-se por esta análise a partir dos 24 valores da tipologia, utilizando-se a amostra total de músicos e advogados ($N = 387$), com o objetivo de verificar a similaridade entre os valores, cujas distâncias no espaço multidimensional expressam as relações empíricas entre estes, como pode ser observado na Figura 15.

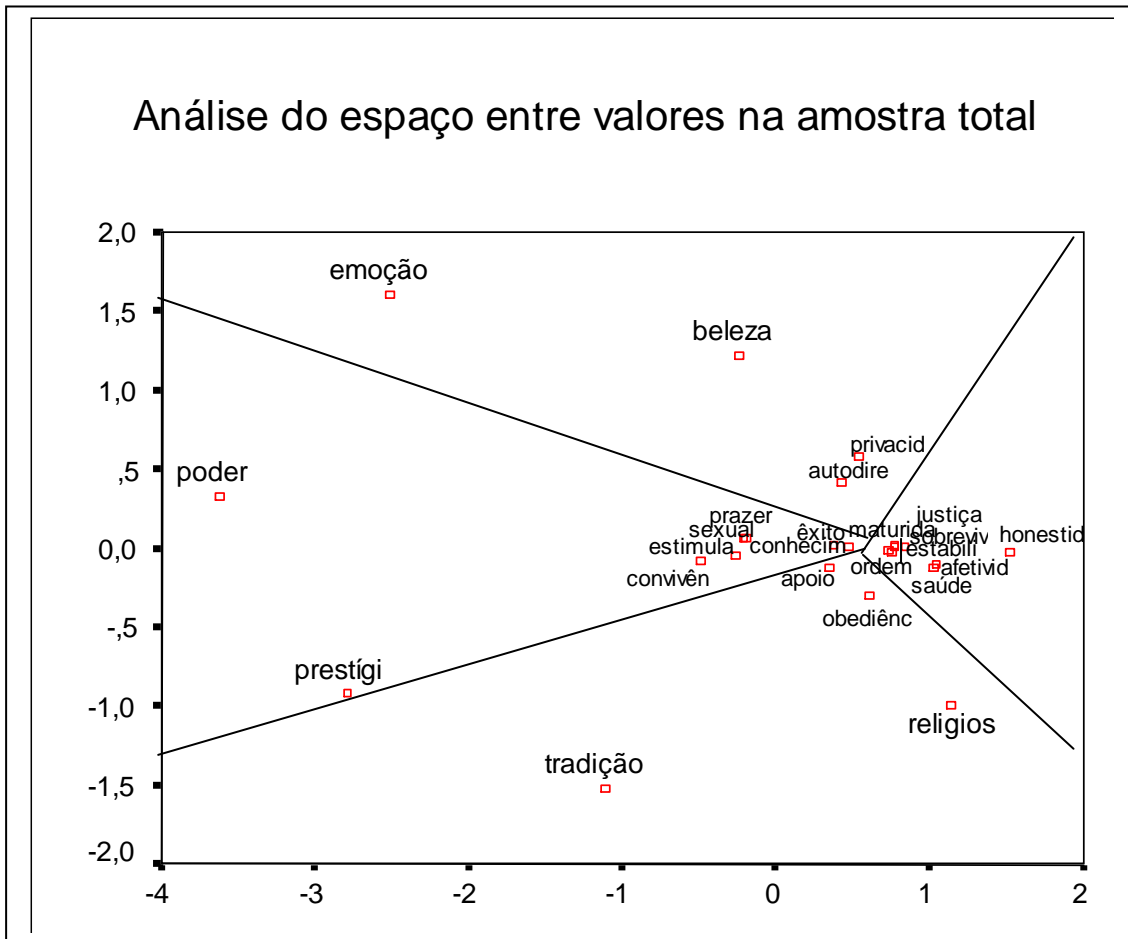


Figura 15. Análise do menor espaço da relação entre os valores da amostra de músicos e advogados.

De acordo com a Figura 15, a SSA para a amostra de músicos e advogados revelou uma classificação de valores em 4 regiões, as quais foram denominadas de tipos de valores: Realização/Poder; Realização/Autodireção; Existência Bio-social e Normativa. Realização, que na tipologia que fundamenta o questionário utilizado era um tipo de valor único, apresentou-se dividida em dois focos de análise: poder e autodireção. Em contrapartida, o tipo existência apresentou-se mais abrangente incorporando um foco bio-social de análise.

Comparando com a tipologia de valores, as seis funções psicossociais ficaram resumidas em quatro. A maior parte dos valores de experimentação e realização ficaram agrupados na nova classificação sob o tipo Realização/Poder, sendo acrescentado ainda um valor de suprapessoal (conhecimento) e outro de interacional (convivência).

Dois valores de realização (autodireção e privacidade), um de experimentação (emoção) e um suprapessoal (beleza) se re-agruparam na nova classificação do tipo Realização/Autodireção.

Os valores de existência, dois suprapessoais, dois interacionais e um normativo se re-agruparam no tipo Existência/Bio social. Por fim, a maior parte dos valores normativos (religiosidade, tradição e obediência) agruparam-se com um valor interacional (apoio social) formando o tipo Normativo (Figura 16).

Realização/ Poder	Realização/ Autodireção	Existência/Bio- social	Normativo
Êxito Poder Prestígio Convivência Estimulação Sexual Prazer Conhecimento	Emoção Beleza Privacidade Autodireção	Justiça social Maturidade Sobrevivência Estabilidade pessoal Afetividade Saúde Honestidade Ordem social	Apoio social Obediência Religiosidade Tradição

Figura 16. Classificação dos valores da amostra de músicos e advogados, a partir dos valores humanos básicos

O surgimento de regiões diferentes da classificação dos valores corresponde às características da amostra de profissionais estudada. Por exemplo, Realização/Poder foi constituída por valores, como, êxito, poder, prestígio, convivência, estimulação, sexual, prazer e conhecimento. Trata-se, portanto, do sentimento de realização, de ser importante, e, ao mesmo tempo, de buscar novos estímulos. O foco no poder indica a íntima relação com a convivência, com estímulos de prazer e com o conhecimento para essas profissões. Para os profissionais, o conhecimento é um valor importante na sua identidade.

Para os músicos, isso é evidenciado pelo dilema existente na dinâmica profissional entre amadorismo versus profissionalismo. Há uma dificuldade em identificar o limiar entre o profissional e o amador, resultando em clara e conflituosa disputa de poder. Para os advogados, o valor conhecimento está diretamente vinculado ao poder. Exemplo disso é o que se observou a respeito da constante busca de capacitação, estando esta entre as principais preocupações profissionais. Convivência

também se mostrou como um forte valor em ambas as profissões. Nos músicos, é na relação com o outro (público) que surge o sucesso, o reconhecimento, a valorização do profissional. Em relação aos advogados, o contexto sócio-político favorece a convivência, possibilitando o engajamento entre suas atividades profissionais e políticas.

É curioso observar a vinculação entre os valores de experimentação (prazer, sexual, estimulação) e de poder (poder, êxito, prestígio). Esta relação sugere que a amostra percebe o poder não só como a competência no âmbito profissional, mas que esta deve estar refletindo também a competência da vivência pessoal. A vivência pessoal, por exemplo, sexual, estimulação, passa a ser uma espécie de “troféu” que merece ser reconhecido pelos demais.

O tipo de valor Realização/Autodireção é representado pela emoção, beleza, privacidade e autodireção. Esta classificação é uma característica da amostra. Ambas as profissões, se assemelham em termos de execução de suas atividades profissionais. O dia-a-dia de trabalho é permeado por atividades que denotam certa “tendência” à autodireção. Isto quer dizer, que para os músicos, embora exista uma agenda de atividades diárias a cumprir do tipo apresentações musicais, ensaios, estudo, dar aulas, etc., há uma certa liberdade do profissional com relação a essa agenda. Até mesmo uma contratação para tocar em algum evento acontece a partir da disponibilidade da agenda do profissional. No caso dos advogados, acontece algo semelhante. Embora o profissional trabalhe com prazos determinados pela justiça, há uma liberdade em agendar seus compromissos do dia-a-dia, seja no atendimento a seus clientes ou com a realização de suas tarefas, assinalando notadamente um sentido de autodireção. Os valores de emoção, beleza e privacidade também seguem a mesma direção de interpretação do anterior, por apresentar uma conotação mais pessoal em direção da própria realização. A diferença, pois, marcante entre os dois tipos de realização assinalados é que o foco no poder se dá na relação com o outro e o foco na autodireção acontece em sentido oposto, em nível individual.

O tipo de valor Existência/Bio social é formado por justiça, maturidade, sobrevivência, estabilidade pessoal, afetividade, saúde, honestidade e ordem social. Essa característica da amostra de músicos e advogados refere-se à existência não apenas no sentido biológico ou orgânico, representada pelos valores de sobrevivência, saúde, estabilidade pessoal, mas também no sentido da importância do “existir” no âmbito social. Embora grande parte das atividades humanas esteja voltada para a relação com o

outro, as profissões de músico e advogado têm como primazia a ênfase nessa relação e, por consequência, o social assume um caráter mais profundo de existência. Valores como justiça, maturidade, afetividade, honestidade e ordem social configuram-se como bases fundamentais para a vivência desses profissionais.

O tipo de valor Normativo também se aproxima do anterior no sentido de dá ênfase ao social, mas caracteriza-se especialmente pela manutenção da estabilidade grupal. As normas de um grupo passam a ser referência para esses profissionais. Se para o tipo de valor Existência/Bio social, o social se configura na importância da própria existência, o tipo Normativo serve como instrumento para garantir essa existência. Segundo a tipologia de Gouveia (1998), as pessoas que priorizam tais valores comportam-se como alguém que gosta de ser considerado, que deseja ser aceito pelo grupo. Dilemas oriundos do processo da construção da identidade profissional dos músicos refletem a repercussão desse valor. Sendo assim, o músico necessita: (2) de uma instituição que regule a profissão e que assuma o papel de protetora do grupo profissional; e (3) que todos os colegas invistam na profissionalização. Estes aspectos sugerem o caráter normativo que está como base desses dilemas.

Desde o período imperial, os advogados vêm construindo sua própria identidade com bases nas normas sociais. A manutenção da ordem e estabilidade social são objetos de trabalho desses profissionais. É pela defesa da sociedade, que o advogado trabalha. Paralelo à natureza da própria atividade, a advocacia representa notadamente uma profissão de poder e prestígio na sociedade. O caráter normativo se encontra como base não apenas da atividade profissional, mas igualmente da própria advocacia.

Para ambas as profissões, o dilema da imagem do profissional diante da sociedade esteve em voga. Isto é uma premente indicação de que a imagem é um indicador importante no contexto social. Então, o que a sociedade pensa sobre o profissional é relevante para ele, o que evidencia um foco no caráter normativo. Caso contrário, esse dilema não apareceria como influente no processo de construção da identidade profissional.

9.2. Formulando hipóteses sobre valores dos músicos

Alguns aspectos da profissão do músico assumem um caráter de realização no foco da autodireção. A atividade do profissional da música tem como característica principal o envolvimento com um diversificado agendamento, que vai desde atividades

técnicas, como, ensaios, gravações, apresentações, dar aulas, até atividades de propaganda e de relações públicas: divulgação de seu próprio trabalho ou do grupo, por meio de propagandas, comercialização de seus CD's, entrevistas, etc. É como se o músico devesse ser o seu próprio empresário. Desse modo, a rotina de trabalho apresenta um caráter eminentemente autodiretivo, à proporção em que o profissional, embora tenha compromissos com datas marcadas, gerencia seu dia de trabalho. Esse aspecto de ir e vir com certa liberdade, possibilita a esse profissional o sentido de autodireção, de auto-agendamento.

A fama é outro fator que contribui para essa visão autodiretiva. Coelho (1999a) chama a atenção para o fato de que a fama expressa uma individualidade, ou seja, a culminação do estrelato de um traz consigo o paradoxo do anonimato de muitos. Esse aspecto da individualidade da profissão favorece a busca autodiretiva, permitindo ao músico se sentir livre para se mover, ir e vir sem impedimento em busca desse ideal.

A individualidade parece ser um valor inerente à profissão dos músicos. Apareciam nos jornais analisados iniciativas privadas para dar conta do próprio trabalho: divulgação de show, sites, gravações de CD's, etc. Esta estrutura mostra que há um predomínio da autonomia da ação individual em lugar da ação coletiva; da primazia do pensar político do indivíduo ao invés do grupo, no processo da construção ou reforço da identidade profissional, como que privatizando os problemas que dizem respeito a um grupo de trabalhadores. Considerando a importância que este valor tem na profissão, apresenta-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: O tipo de valor Realização/Autodireção estará entre os mais priorizados.

Outro fator que merece ser pensado é o caráter normativo de sua atividade. A construção da identidade profissional do músico paraibano perpassa pelos valores normativos. A cidade de João Pessoa é considerada um celeiro de renomados artistas e teve, a partir da década de 1930, um grande impulsionador da cultura musical no estado que foi o prof. Gazzi de Sá.

Através da iniciativa de Gazzi de Sá, o próprio Villa-Lobos tomou conhecimento das atividades musicais no estado da Paraíba na área do canto coral, música instrumental e do ensino de música nas escolas públicas e privadas. Nessa época, a Paraíba se destacou nacionalmente com a I Missão Artística Nacional que aconteceu em

João Pessoa no teatro Santa Roza. Villa-Lobos elogiava o movimento musical na Paraíba

A herança musical do estado é sempre lembrada com certo sentimento de nostalgia. Gerardo Parente revelava que a Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB), já se destacou como a melhor Orquestra Sinfônica do Brasil, entrando depois em crise: “é preciso haver um apoio mais consistente, é preciso haver maior conscientização do nosso potencial em música” (Rodrigues, 2001).

O ritmo paraibano, como o forró, faz com que o estado seja reconhecido e lembrado além das próprias fronteiras, por meio de sua música e tradição cultural, principalmente pelas festas juninas, as quais têm assumido um papel importante no setor turístico.

O valor apoio social, incluído no tipo normativo, é evidenciado na literatura e se apresenta nas análises de conteúdo como um desejo a ser realizado. Este valor está vinculado ao incentivo do governo e da iniciativa privada; a valorização dos artistas da terra; a uma instituição que proteja seus filiados e também o tão desejado reconhecimento público. Baseada nessas considerações, a Hipótese 2 foi assim formulada:

Hipótese 2: O tipo de valor Normativo estará entre os prioritários para os músicos.

Outro aspecto que merece ser destacado na dinâmica profissional é o tipo de valor Realização/Poder. Para os músicos, poder significa conseguir destaque na sociedade, ser reconhecido pela população e obter sucesso. Entretanto, para conseguir esse ideal, o profissional convive com dilemas importantes. Ao mesmo tempo em que almeja o sucesso e a fama, o músico se depara com a realidade do anonimato, do esquecimento, com o passar dos anos. É possível perceber uma contradição na vivência do profissional em busca da fama. Além disso, se, por um lado, se queixam da desvalorização dos profissionais “prata-da-casa”, obter o sucesso significa alçar vôos em direção ao eixo Rio-São Paulo.

Existe uma disputa de poder entre estes profissionais: o exemplo do profissionalismo versus o amadorismo. Sob este aspecto, os músicos tendem a “desprezar” o colega que é amador, considerando que o seu trabalho não é de qualidade. Porém, esse mesmo comportamento pode ser explicado pela dificuldade de determinar

até que ponto o amadorismo finda e o profissionalismo começa ou vice-versa. Aliado a esse fato, vai se formando uma imagem ora negativa, ora positiva dentro da sociedade. Normalmente, se vincula o profissionalismo à imagem positiva e o amadorismo à imagem negativa, salientando desse modo a importância do valor conhecimento para estes profissionais.

A disputa de poder entre os profissionais também se dá entre o conflito de se investir na OMB ou em outras organizações, sindicatos, associações, etc. Constatou-se que os músicos no estado da Paraíba se encontram pouco organizados enquanto profissionais. Na subcategoria *associações*, as reportagens catalogadas refletem a dispersão dos profissionais enquanto grupo, demonstrando a sua fragmentação à proporção que existem iniciativas para a formação de associações para determinados segmentos musicais. Considerando esses dilemas, a seguinte hipótese foi pensada.

Hipótese 3: A priorização do tipo de valor Realização/Poder apresentará maior dispersão.

Outro dilema que acompanha o processo de identidade profissional dos músicos é a dedicação exclusiva à profissão versus dificuldade financeira. Uma extensão disso é o sucesso enquanto expressão da singularidade e, ao mesmo tempo, o fim da carreira por meio do anonimato. Essa espécie de “mortalidade” da fama carrega consigo, na maior parte dos casos, a dificuldade de uma vida digna, cujos valores como sobrevivência, saúde e estabilidade pessoal não são visivelmente garantidos ao longo da carreira. Foram encontrados nos números do jornal referências a alguns músicos reconhecidos que estavam vivenciando dificuldades básicas na vida, como ter dinheiro para comprar remédios.

Outra vertente da dificuldade financeira se refere a improvável dedicação exclusiva à carreira, especialmente para a amostra pesquisada. Viver apenas da música em uma cidade pequena parece ser uma utopia, pois não é fácil fazer sucesso na própria casa. Além do fator estrangeirismo (uma sobrevalorização do que vem de fora), a dificuldade em centros pequenos se relaciona ao poder sócio-econômico da região. O músico também tem de lidar com os investimentos do governo para o setor, às vezes insuficientes, culminando em crise cultural, afetando diretamente sua vida econômica.

As análises dos estudos preliminares apontaram para um ciclo vicioso na relação músico-contratante. O contratante, baseado no estereótipo de um músico da terra fraco (pouco preparado e pouco profissional), paga menos do que deveria; o músico, insatisfeito com o que recebe firma vários contratos e dedica-se menos a cada, alimentando assim o estereótipo do contratante.

A focalização no social configura-se como essencial no tipo Existência/Bio social do profissional da música. A justiça na busca pela valorização da potencialidade dos artistas da casa, permitindo que cada profissional seja tratado como alguém valioso; a fidelidade afetiva do fã para com o ídolo; a maturidade que se expressa na sensação de que conseguiu alcançar seus objetivos na vida e desenvolver todas as suas capacidades e potencialidades enquanto profissional; a honestidade com sua carga de responsabilidade ao dar a palavra, sendo honesto e honrado no cumprimento de suas atividades; e a ordem social, cuja principal característica é o desejo de viver em um país ordenado e estruturado e ter um governo estável e eficaz traduzem sobremaneira a faceta dos valores de existência do músico, cuja complementaridade bio-social se manifesta claramente nessa classificação. Foi com base nesses pontos levantados que se formulou a seguinte hipótese.

Hipótese 4: Existe consensualidade acerca do tipo de valor Existência/Bio social.

A vivência do músico se apresenta como bastante complexa, uma vez que abarca diversos dilemas na construção da identidade profissional. Um dos principais dilemas é a disputa de poder evidenciado pela dinâmica do amadorismo versus profissionalismo. A diversidade encontrada na amostra em termos de escolaridade, a qual varia desde o primeiro grau incompleto até a pós-graduação, pode ser, portanto, um indicador da existência de variados perfis valorativos entre eles.

Hipótese 5: Será possível distinguir perfis de valores entre os músicos.

9.3. Resultados dos valores dos músicos

Com o objetivo de averiguar a primeira hipótese – O tipo de valor Realização/Autodireção estará entre os mais priorizados – identificou-se a hierarquia dos tipos de valores para os músicos, comparando-se as médias apresentadas. Por meio da análise de variância para medidas repetidas (MANOVA), observou-se igualmente diferenças estatisticamente significativas entre as médias em cada tipo de valores da amostra ($\Lambda = 0,22$, $F(3, 138) = 167,18$, $p \leq 0,001$). O teste *post-hoc* de Bonferroni identificou três patamares de priorização. Em ordem decrescente, o primeiro ficou composto pelo tipo de valor de Existência Bio-social ($M = 6,29$); o segundo pelo tipo Normativo ($M = 5,44$) e Realização/Autodireção ($M = 5,34$) e, por fim, Realização/Poder ($M = 5,07$) constituiu o último patamar da hierarquia (Figura 17) (ver anexo 12).

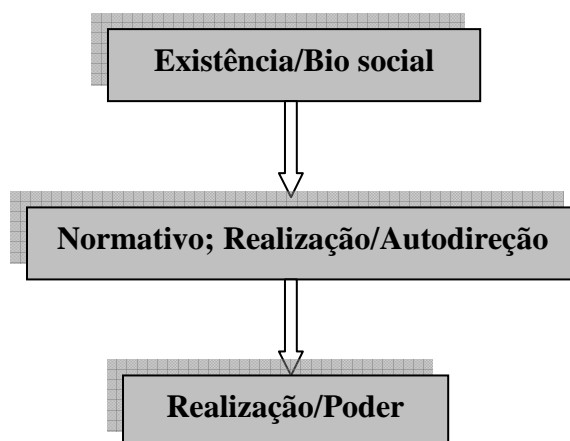


Figura 17: Hierarquia dos valores humanos básicos para os músicos

Como hipotetizado, o tipo de valor Realização/Autodireção está entre um dos principais da hierarquia, localizando-se no patamar intermediário, confirmando parcialmente a Hipótese 1. Os valores que o constitui (emoção, beleza, privacidade e autodireção) revelam o aspecto autodiretivo das atividades dos profissionais.

Analisando a hierarquia que foi estabelecida, verifica-se que o tipo Existência/Bio-social assume um papel de destaque diante dos demais, à proporção que ocupa o primeiro nível. Os valores que o constitui tratam da garantia da própria existência física e também na existência no sentido social. São assim representados: sobrevivência, saúde, estabilidade pessoal, justiça, maturidade, afetividade, honestidade e ordem social. Os estudos preliminares revelam que a cultura de um modo geral, especificamente a

música, depende de certa forma dos investimentos financeiros do governo e essa dependência interfere diretamente na atividade da música enquanto profissão. Soma-se a isso o fato de que o esquecimento do músico por parte do público, elemento paradoxalmente envolvido com o fenômeno da fama, muitas vezes leva o artista a vivenciar fases críticas quanto a própria sobrevivência e/ou projeção artística, ou como foi relatado por um entrevistado, a vivência de uma vida “digna”. O dilema da desvalorização do profissional “prata-da-casa” e o fenômeno do estrangeirismo concorrem para uma insegurança do músico em termos de existência, seja qual o for o foco. Os exemplos que a mídia divulga têm sido carregados de incertezas sobre contratações ou sucesso na carreira profissional. Todos estes fatores contribuem sobremaneira para a preocupação do profissional com os valores de existência.

O tipo Normativo evidenciado no segundo patamar da hierarquia o coloca numa posição intermediária em termos de importância e será objeto de análise na segunda hipótese mais adiante.

O último patamar ficou com Realização/Poder (poder, prestígio, convivência, estimulação, sexual, prazer, conhecimento e êxito), evidenciando a não priorização desse valor. O fato desse tipo não se apresentar como prioridade valorativa pode ser explicada tendo como base a atividade profissional do músico. Para o público, a atividade musical é bastante atraente por caracterizar-se pela busca da emoção, do prazer, da estimulação, do relaxamento, etc. Entretanto, leigamente vincula-se essa idéia como se referindo também à vivência dos músicos. Os resultados dos estudos preliminares revelam que, embora os dias de trabalho desses profissionais se diferenciem muito entre si, devido à gama de atividades envolvidas, não se elimina o fato de que existam alguns aspectos repetitivos e, às vezes, ritualista como a forma de começar um show ou terminar, etc. Portanto, se pode falar de um trabalho que, apesar de ter um resultado prazeroso para o público, exige disciplina, ensaios e técnica na sua execução como qualquer tipo de trabalho sistemático.

A não-priorização no foco do poder, para os músicos, pode está refletindo uma característica da amostra: a pouca ênfase dada à valorização dos músicos “prata-da-casa”, muitas vezes se configurando em desvalorização, em falta de incentivo do governo, em dificuldades de mercado de trabalho, em crise cultural, etc. distancia-se do sentimento de ter poder, de ser importante. Indaga-se: como sentir-se importante em momentos de crises, de dificuldades?

De modo diferente, a faceta que também pode explicar este resultado, é a conotação negativa que pode parecer existir em nossa sociedade, explicação também pontuada para os advogados, pois que há uma confusão no Brasil entre poder e abuso de poder.

Esses resultados diferem dos de Tamayo et al. (1998), embora estes autores tenham utilizado outra tipologia de valores. Identificaram um perfil que priorizava hedonismo e estimulação, como principais valores. Em tal amostra, os músicos se mostraram mais voltados à inovação, à criação, à busca por novas formas de pensar e sentir. De um modo geral, os músicos se voltaram mais à dimensão de abertura à mudança.

Com o objetivo de averiguar a segunda hipótese – O tipo de valor normativo estará entre os prioritários para os músicos – recorreu-se a hierarquia dos tipos de valores já realizada (Figura 17). Os resultados estão em conformidade com o esperado, pois que o tipo Normativo está localizado no segundo patamar, juntamente com Realização/Autodireção, indicando que para esta amostra as normas sociais são importantes. Um dilema que pode ser trazido para expor sua relação com ele é sobre profissionalismo versus amadorismo. Existe a dificuldade de gerenciar esses dois aspectos da profissão: o limiar entre o profissional e o amador. Nesse ponto de vista, o tipo Normativo parece ser central para a tentativa de direcionar a profissionalização dos músicos, normatizando sua atuação.

O apoio se configura como um valor importante para estes profissionais, pois que é por meio do apoio do governo, da iniciativa privada, da fidelidade do público que o artista se estabelece no mercado de trabalho. No que se refere ao estado da Paraíba, a tradição musical é um forte indicador de um passado rico em experiências de destaque nacional.

Buscando averiguar a terceira hipótese – A priorização do tipo de valor Realização/Poder apresentará maior dispersão – analisou-se a distribuição de frequência (Tabela 15), observando o desvio-padrão e a frequência dos participantes por intervalos dos escores.

Tabela 15.

Escores do valor Realização/Poder, Realização/Autodireção, Existência Bio-social e Normativo.

VALOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Realização/Poder	148	4,55	1	9	57	68	13	-	0,77
Existência Bio-social	146	5,61	2	-	7	34	103	-	0,71
Realização/Autodireção	145	4,73	-	1	15	32	70	27	0,91
Normativo	144	4,81	1	6	15	22	54	46	1,16

Nota: As médias dos tipos de valores se encontram diferentes da página 200, por estas terem sido realizadas após a transformação dos escores contínuos em intervalares

A Tabela 15 mostra a distribuição de frequência dos quatro tipos de valores. A respeito do tipo Realização/Poder dos músicos, observa-se que a média foi de 4,56, demonstrando uma importância um pouco além da média que este valor tem para a amostra. Em nível baixo de importância, no intervalo menor que 4, pontuaram 67 músicos (N = 148); no nível intermediário tem-se 68 profissionais, no intervalo entre 4 e 5 e, por fim, apenas 13 dão maior ênfase a este tipo de valor, no intervalo maior que 5. Entretanto, comparando este tipo com os demais, a maior dispersão se encontra para Normativo, uma vez que o seu desvio-padrão do escore é o maior, não confirmando, portanto, a Hipótese 3. Ao observar a frequência dos participantes em cada intervalo de escores, nota-se que a concentração em Normativo encontra-se nos intervalos mais elevados, entre 5 e 7.

A Hipótese 4 – Existe consensualidade acerca do tipo de valor Existência/Bio social – foi confirmada. (Tabela 15). O seu desvio-padrão do escore é o menor, o que indica menos dispersão, havendo então convergência nas respostas. Ao observar a frequência dos participantes em cada intervalo de escores, nota-se que a maior concentração encontra-se entre 5 e 6. É curioso observar, que no intervalo maior que 6, não houve a presença de participante algum. Este resultado indica que, embora os músicos priorizem Existência/Bio social, a sua importância não chega a atingir o ponto máximo de valorização.

Para testar a quinta hipótese – Será possível distinguir perfis de valores entre os músicos – foi aplicada uma análise de cluster para identificar o agrupamento destes. Tal análise resultou na identificação de três perfis diferenciados conforme os escores que apresentam nos tipos de valores (Tabela 16), verificando-se a existência de diferenças estatisticamente significativa em todos eles. Os resultados da ANOVA foram os

seguintes: Realização/Poder ($F = 10,240$; $p \leq 0,001$); Realização/Autodireção ($F = 67,737$; $p \leq 0,001$); Existência/Bio social ($F = 54,716$; $p \leq 0,001$) e Normativo ($F = 95,396$; $p \leq 0,001$). Tais resultados confirmam a Hipótese 5.

Tabela 16.

Grupos de músicos pelas combinações dos escores nos diferentes tipos de valores (N = 139)

	Cluster		
	Perfil da estabilidade grupal	Perfil autodiretivo	Perfil da diversidade valorativa
Realização/poder	4,73	5,18	5,26
Realização/autodireção	4,38	6,05	5,63
Existência Bio-social	5,91	6,16	6,69
Normativo	5,58	4,00	6,20
Número de participantes	40	33	66

Em termos de semelhança entre os grupos, observa-se que todos priorizam Existência Bio-social. Entretanto, a diferença entre eles se dá em função dos demais valores.

O primeiro grupo denominado de perfil da estabilidade grupal ($N = 40$) toma as normas sociais como prioritárias. A ênfase nesse grupo de valores perpassa pela necessidade de manutenção da estabilidade grupal. Nesse grupo podem se encontrar aqueles profissionais que necessitam ser valorizados pela sociedade, bem como de uma instituição que regulamente a profissão se posicionando como protetora de seus membros. Observa-se que este perfil apresenta tendências inversas ao autodiretivo ($N = 33$), pois este apresenta pontuações mais elevadas em Realização/Autodireção. Provavelmente os músicos classificados neste agrupamento se identificam com o controle e domínio de suas atividades cotidianas aspectos essenciais à natureza das atividades profissionais de músico. São mais libertos das normas sociais, visto que apresentaram menor pontuação no tipo Normativo.

O último grupo ($N = 66$), denominado de perfil de diversidade valorativa, apresenta elevada pontuação em todos os escores: Existência Bio-social, Normativo, Realização/Autodireção e Realização/Poder, evidenciando certa ênfase nos diversos valores. De forma detalhada, o tipo Normativo é priorizado, seguido de Realização/Autodireção. O menor escore é para Realização/Poder, embora não seja possível considerar que os músicos não priorizem este valor.

Sumarizando, para os músicos, foi possível perceber que, o tipo de valor Realização/Autodireção esteve entre os mais priorizados, tendo uma forte consensualidade de respostas nos intervalos mais elevados da escala, entretanto, com poucos músicos (27) que o priorizam de forma extremada. O tipo Normativo esteve entre os mais priorizados e apresentou uma maior dispersão entre as respostas, comparando-o com os demais valores. Realização/Poder ficou entre o menos priorizado, com maior concentração no nível intermediário da escala de resposta. O tipo Existência/Bio social apresentou forte consensualidade, porém nenhum profissional pontuou no nível mais elevado da escala. Por fim, foi possível distinguir entre perfis de valores entre os músicos.

9.4. Formulando hipóteses sobre valores dos advogados

A advocacia é uma profissão considerada pela sociedade em geral como uma das que mais abre portas para o mercado de trabalho, não só em relação às carreiras jurídicas, mas também para as carreiras parajurídicas. Segundo pesquisa realizada por Falcão (1984) no período compreendido entre 1930 e 1975 se formaram, na Faculdade de Olinda, 4.000 advogados e a renda mediana dessa amostra era de aproximadamente 15 salários mínimos, estando, assim, entre os 5% que mais ganhavam no Brasil.

Bonelli (2002), quando fala dos Juizados Especiais destaca o fato de que, embora se tenha permitido maior acesso da população a esses Juizados, o Estatuto da Advocacia regulamentou a obrigatoriedade do advogado nos trâmites para causas entre vinte e quarenta salários-mínimos.

No estado da Paraíba, as análises dos estudos preliminares evidenciaram que quanto à forma do exercício profissional, a categoria mista predominou: o profissional liberal e o empregado, indicando que há pouco espaço no mercado de trabalho para o advogado empregado e, quando existe, os salários são insuficientes. E para os profissionais liberais, o espaço é maior, bem como se tem mais chance de se conseguir melhores rendas.

Observou-se também que a subcategoria salários/honorários dos advogados esteve presente nas reportagens, ora de forma muito sutil, deixando implícito para o leitor a necessidade de um orçamento extra na renda familiar para se pagar aos serviços advocatícios, ora de forma explícita, revelando honorários ganhos em determinada causa.

A partir dessas pontuações no que diz respeito à ênfase que os salários e honorários têm para essa profissão, fica notadamente explícito o destaque que o tipo de valor Existência/Bio social apresenta para os advogados em geral, existência essa que se amplia para além do enfoque orgânico, culminando no aparato social em que as atividades profissionais são realizadas. A partir dessas considerações, foi possível pensar na seguinte hipótese:

Hipótese 1: O tipo de valor Existência/Bio social tenderá a ser mais consensual.

Algumas facetas da atividade profissional dos advogados são marcadas pelo valor de realização com o foco na autodireção. Em primeiro lugar, quando os advogados

entrevistados descreveram o seu dia de trabalho, observou-se que não há uma rotina de trabalho no sentido de uma seqüência que se repete dia-a-dia. Há dias que vai ao Fórum pela manhã; outros estão no escritório lendo os processos, escrevendo petições, etc. O atendimento aos clientes é totalmente personalizado. Nesse aspecto, há uma liberdade no horário e no local de trabalho, pois o advogado pode agendar o próprio horário no escritório, trabalhar em casa, à noite, no final de semana, etc., o que exige do profissional maior disciplina para agendar e cumprir os prazos estabelecidos. O acesso à Internet tem se mostrado favorável ao trabalho, tanto por facilitar o seu desenvolvimento, quanto por ser uma rápida e eficiente fonte de informação.

Quando entrevistados, os advogados perceberam que a profissão possibilita um sentimento de liberdade no seu exercício. Comparam-se com os juízes e afirmam gozar de maior liberdade do que estes em termos do exercício da profissão.

Outro ponto notadamente caracterizado pela autodireção é a forma instigante e desafiadora implícita na profissão. São exigidos do profissional criatividade e desafios constantes ao lidar e acionar a justiça, resultando na especificidade de cada caso. A partir dessas exigências, o advogado sente-se livre para se mover, ir e vir sem impedimentos. A ênfase nesses pontos cruciais da profissão possibilita pensar na segunda hipótese.

Hipótese 2: O tipo de valor Realização/Autodireção será elevado entre os advogados.

A identidade profissional dos advogados perpassa, desde épocas imperiais, pelo sentido de realização com foco no poder. Nas análises dos jornais, duas amplas categorias ficaram evidentes: ações político-associativas e profissão, sendo a primeira a que mais se destacou. Dentre as subcategorias da primeira, encontram-se vários pontos que são inerentes à atividade política desses profissionais. O ato político é a expressão da natureza da atividade advocatícia e explica o status que a profissão tem no país. As atividades profissionais se confundem com as atividades políticas e ambas acontecem no âmbito dos relacionamentos. Ter conhecimentos atende as necessidades de poder e de influência na sociedade, sobressaindo-se aqueles que buscam maior qualificação. Por fim, o êxito está vinculado à realização com a ênfase no poder, em que o profissional se mostra eficiente em seus empreendimentos, desde a realização profissional até a realização de todos os seus desejos. Para os músicos, poder significa conseguir destaque na sociedade, ser reconhecido pela população e obter sucesso, adquirindo uma

conotação diferente desse valor para os advogados. Acreditando-se que esse valor é importante para os advogados, porém em menor intensidade do que o tipo Existência/Bio social, formulou-se a hipótese a seguir.

Hipótese 3: O tipo de valor Realização/Poder deverá ser mais disperso que Existência Bio-social entre os advogados, porém menos disperso do que para os músicos.

O valor do tipo Normativo foi e ainda é o pilar dessa profissão, por meio da natureza da própria atividade advocatícia em defesa da sociedade. A manutenção da harmonia social torna-se um valor jurídico, sendo o advogado seu maior defensor. É por essas reflexões que a hipótese 4 foi formulada.

Hipótese 4: O tipo de valor Normativo estará entre os mais valorizados, porém pouco disperso.

Por fim, os dilemas observados nessa profissão, entre eles, a disputa de poder ocasionando muitas vezes em conflitos profissionais, assim como a relação conflituosa com a magistratura, são indicadores de possíveis diferenciações entre grupos valorativos dentro da profissão. Ademais, a formação de imagens opostas (positiva e negativa) a respeito do advogado pode contribuir sobremaneira nessa diferenciação.

Não se pode esquecer, que embora exista uma forte identidade profissional, os advogados não apenas se guiam por valores voltados para a sociedade, mas que cada um carrega em suas estruturas valorativas uma conotação de autodireção, as quais possam estar servindo de reforçamento em distintos perfis de priorizações de valores. É em função de tudo isso, que foi pensada a última hipótese sobre os valores humanos.

Hipótese 5: Será possível distinguir perfis de valores entre os advogados.

9.5. Resultados dos valores dos advogados

Com o objetivo de averiguar a primeira hipótese – O tipo de valor Existência/Bio social tenderá a ser mais consensual – analisou-se a distribuição de frequência (Tabela 17), observando o desvio-padrão e a frequência dos participantes por intervalos dos escores.

Tabela 17.

Escores do valor Realização/Poder, Realização/Autodireção, Existência Bio-social e Normativo.

VALOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Existência social	Bio- 238	5,81	-	-	-	2	42	194	0,42
Realização/Poder	239	4,59	-	-	12	98	105	24	0,74
Realização/Autodireção	239	4,25		4	46	88	86	15	0,90
Normativo	237	5,02		4	18	39	84	92	1,01

Nota: As médias dos tipos de valores se encontram diferentes da análise da hierarquia dos valores, por estas terem sido realizadas após a transformação dos escores contínuos em intervalares

Como é possível observar, Existência/Bio social teve a maior média, indicando a importância que este valor tem para os advogados. Os resultados confirmam a Hipótese 1, pois se observa claramente uma forte tendência de consensualidade nas respostas a esse tipo. A grande maioria dos advogados, isto é, 236 lhe dão elevada importância (N = 238), pois que se encontram no intervalo entre 5 e 7, resultando em um desvio-padrão menor, comparando-se com os demais valores.

Objetivando averiguar a segunda hipótese – O tipo de valor Realização/Autodireção será elevado entre os advogados – identificou-se a hierarquia dos tipos de valores, comparando-se as médias apresentadas. Por meio da análise de variância para medidas repetidas (MANOVA), o teste *post-hoc* de Bonferroni indicou diferenças estatisticamente significativas entre quatro patamares da classificação ($\Lambda = 0,12$, $F(3, 233) = 556,19$, $p \leq 0,000$). Em ordem decrescente, o primeiro ficou formado por *Existência/Bio-social* (M = 6,44); o segundo pelo tipo Normativo (M = 5,67); o terceiro por *Realização/Poder* (M = 5,17) e, por fim, *Realização/Autodireção* (M = 4,87) constituiu o último patamar da hierarquia (Figura 18) (ver anexo 13).

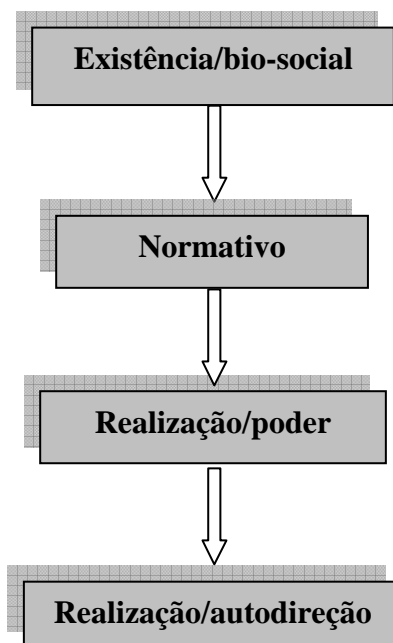


Figura 18. Hierarquia dos tipos de valores humanos básicos, segundo a classificação da amostra para os advogados.

Este resultado indica que os tipos de valores apresentam níveis de prioridade diferentes entre os advogados. No primeiro nível de prioridade, encontra-se Existência/Bio social. Isso revela que estes profissionais têm como princípio-guia a garantia da própria existência física com o foco no social. É representado pelos seguintes valores: justiça, maturidade, sobrevivência, estabilidade pessoal, afetividade, saúde, honestidade e ordem. Tal prioridade se centra nas necessidades básicas de comer, beber, dormir bem; ter abundância de alimentos; preocupar-se em não cair enfermo, cuidando da saúde de forma preventiva e de igual maneira, ressaltando no contexto social a importância dessa existência. As pessoas que se guiam por este tipo de valor necessitam da certeza de que amanhã terão tudo o que tem hoje, com uma vida planejada e organizada, orgânica e socialmente.

Merece uma ressalva no que se refere a Existência/Bio social para os advogados. Investir nesses valores garante o cuidado com a família, instituição social tão valorizada na Constituição Brasileira, cujo maior defensor desse valor jurídico é o advogado. Como esteve presente na fala de um entrevistado, a advocacia é a única instituição civil, que tem a prerrogativa estabelecida em lei de defender a Constituição e defender o estado democrático de direito.

Em segundo patamar de priorização, encontra-se Normativo. As pessoas que priorizam esse tipo enfatizam a vida social e a estabilidade grupal. São representados pelos seguintes valores: religiosidade, apoio, tradição e obediência. Tais valores fazem parte da construção histórica da identidade dos advogados e não é de se estranhar a sua localização entre os prioritários para esta amostra. As análises dos estudos preliminares confirmam esse resultado. Foi observado que mesmo as homenagens personalíssimas para os advogados, honrando um profissional em particular, não deixa de cumprir o papel de reforçar os valores do grupo, o status e o prestígio de ser advogado.

O tipo de valor Realização/Poder localizou-se no terceiro patamar hierárquico. As pessoas que se orientam por ele buscam descobrir e apreciar novos estímulos, ter satisfação sexual, etc. e, ao mesmo tempo em que experimentam novos estímulos, a natureza humana também procura incluir a realização, por meio do sentimento de ter poder, de ser importante, etc. São representados pelos seguintes valores: êxito, poder, prestígio, convivência, estimulação, sexual, prazer e conhecimento.

No último patamar da hierarquia encontra-se Realização/Autodireção. A Hipótese 2 não foi confirmada, pois esperava-se que, pela própria natureza do trabalho, os advogados priorizassem o caráter autodiretivo da realização, uma vez que as análises de conteúdo dos estudos preliminares apontam para uma certa liberdade do profissional ao lidar com o agendamento de suas atividades. A autodireção se encontra na forma instigante e desafiadora de atuar na profissão. São exigidos do profissional criatividade e desafios constantes ao lidar e acionar a justiça, resultando na especificidade de cada caso. A partir dessas exigências, o advogado pode não se sentir livre para se mover, ir e vir sem impedimentos, o que pode estar explicando a não confirmação da hipótese. A Realização com o foco no Poder parece ter um peso maior para o advogado, do que propriamente a Realização com o foco na autodireção.

A fim de comparar com estudos prévios a respeito do perfil valorativo desses profissionais em âmbito brasileiro, recorreu-se a um estudo realizado por Tamayo (1998). O perfil encontrado se aproximou bastante da presente tese, embora tenha sido utilizada outra classificação – a teoria dos valores de Schwartz. O perfil valorativo dos advogados foi constituído dos valores de conformidade, segurança e poder, os quais se mostraram mais conservadores, buscando a manutenção da tradição e das normas da sociedade.

Buscando averiguar a terceira hipótese – O tipo de valor Realização/Poder deverá ser mais disperso que Existência Bio-social entre os advogados, porém menos

disperso do que para os músicos – recorreu-se a distribuição de frequência desse valor para a amostra. O resultado se encontra na Tabela 17.

Como é possível observar, Realização/Poder foi mais disperso que Existência/Bio social entre os advogados, porém foi menos disperso do que para os músicos, confirmando então a Hipótese 3.

A maior concentração das respostas esteve entre os intervalos 5 e 7, totalizando 129 advogados (N = 239) que priorizam bastante esse valor; 98 que priorizam de forma mediana e 12 que valorizam com menor intensidade. Importa considerar que, embora as respostas se concentrem nos intervalos mais elevados da escala, apenas 24 advogados (N = 239) valorizam Realização/Poder de forma extremada. Na realidade, a maior concentração ficou entre o intervalo 5 e 6.

Com o objetivo de averiguar a quarta hipótese – O tipo de valor normativo estará entre os mais valorizados, porém pouco disperso – recorreu-se à análise da hierarquia dos valores humanos²⁹ e à distribuição dos escores dos participantes nesse valor. O resultado da distribuição encontra-se na Tabela 17.

A Hipótese 4 foi parcialmente confirmada, pois segundo a distribuição de frequência e o desvio-padrão, há uma dispersão nas respostas, e, ao mesmo tempo, percebeu-se na hierarquia dos valores, que se trata do segundo valor mais priorizado para estes profissionais, depois de Existência Bio-social.

Este resultado pode ser um reflexo do tipo de valor Existência Bio-social para esta amostra. Isto é, a forte consensualidade e, portanto, a pouca dispersão desse valor contemplada na Hipótese 1, pode ter influenciado no segundo tipo de valor da hierarquia – O Normativo. O caráter social do valor existência representado por justiça, afetividade, ordem e honestidade é um forte indicador da ênfase no social. Portanto, no presente caso, Normativo seria um reforço para o foco social de existência.

Buscando averiguar a quinta hipótese – É possível distinguir perfis de valores entre os advogados – foi aplicada uma análise de cluster para observar o agrupamento de valores. Tal análise resultou na identificação de quatro perfis valorativos entre os advogados (Tabela 18), verificando-se a existência de diferenças estatisticamente significativas em todos os tipos de valores. Os resultados da ANOVA foram os seguintes: Realização/Poder (F = 49,422; $p \leq 0,000$); Realização/Autodireção (F =

²⁹ A hierarquia dos valores foi analisada para verificar a Hipótese 2.

148,142; $p \leq 0,000$); Existência Bio-social ($F = 16,690$; $p \leq 0,000$) e Normativo ($F = 153,473$; $p \leq 0,000$). Tais resultados confirmam a Hipótese 5

Tabela 18.

Grupos de advogados pelas combinações dos escores nos diferentes tipos de valores (N = 236)

	Cluster			
	Perfil autodiretivo	Perfil de estabilidade pessoal	Perfil de autoridade	Perfil conservador
Realização/Poder	4,90	5,93	5,31	4,77
Realização/Autodireção	5,51	4,47	5,30	3,64
Existência Bio-social	6,55	6,68	6,26	6,19
Normativo	6,12	6,30	4,16	5,69
Número de participantes	90	49	49	48

É possível identificar a importância do tipo de valor Existência Bio-social para os quatro perfis valorativos, uma vez que apresenta a maior média. No grupo 1, a menor média é para Realização/Poder; no grupo 2, a menor média é para Realização/Autodireção; no grupo 3, Normativo tem menor média e, por fim, o grupo 4 a menor média é para Realização/Autodireção.

O primeiro grupo, denominado de perfil autodiretivo (N = 90), prioriza o controle de suas atividades, mesmo estando submetido a cumprimentos de prazos estipulados pela justiça. O segundo grupo (N = 49), denominado de perfil de estabilidade pessoal tomam como prioridade a garantia da própria existência tanto em sua conotação física, como em sua conotação social. Nesse, o tipo de valor Normativo merece destaque. O terceiro grupo (N = 49), denominado de Perfil de autoridade, está mais voltado à Realização com o foco no Poder e, por fim, o quarto grupo (N = 48) – Perfil conservador – apresenta maior tendência a priorizar as normas sociais, preservando a estabilidade grupal.

Em suma, os advogados apresentaram maior consensualidade de respostas para o tipo Existência/Bio-social. Realização/Autodireção não esteve entre os principais da hierarquia de valores, assumindo o último patamar dela. Realização/Poder foi o mais disperso entre os advogados, porém menos disperso do que para os músicos. O tipo Normativo apresentou pouca dispersão, sendo o segundo mais priorizado na hierarquia de valores.

CAPÍTULO 10 - ESTUDOS ANTECEDENTES SOBRE O BEM-ESTAR

Este capítulo abordará a fundamentação teórica acerca do bem-estar subjetivo, trazendo as principais perspectivas a respeito de seu conceito – hedônica e eudaimônica –, assim como os principais estudos realizados sobre o tema e suas principais medidas utilizadas.

10.1. Bem-Estar Subjetivo: um elemento da Psicologia Positiva

Os estudos sobre o bem-estar (DeNeve & Cooper, 1998; Diener, 2000; Dubé, Jodin & Kairouz, 1998; Kasser & Ryan, 1993, 1996; Lucas & Diener, 1996; Ryan, Chirkov, Little, Sheldon, Timoshina, & Deci, 1999; Ryan & Deci, 2000; Ryff, 1989; Schmutte & Ryff, 1997) têm tido uma peculiar importância dentro da Psicologia na última década, sendo o seu interesse despertado desde os anos 60 com os estudos de Warner Wilson (1967, citado em Diener, Suh, Lucas & Smith, 1999).

As pesquisas sobre o bem-estar focalizam-se dentro da perspectiva da Psicologia Positiva, que tem como referência de estudos a análise de experiências subjetivas como, satisfação, auto-realização, contentamento, felicidade, esperança, traços individuais positivos, perseverança, talento, sabedoria, enfim, aspectos que são inerentes à positividade do ser humano. Como se pode observar, o objetivo principal dessa vertente psicológica é começar a catalisar uma mudança do foco de preocupação com as coisas piores da vida em direção a seu lado oposto, o qual se refere à construção das qualidades positivas (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

Desde a II Guerra Mundial, a Psicologia tem se tornado uma ciência predominantemente da cura. Isso mostra praticamente uma quase exclusiva atenção deste ramo do conhecimento sobre a patologia em detrimento da saúde, refletindo, por conseguinte, em uma dimensão curativa e, não, preventiva. Se esta última dimensão passa a ser prioridade das pesquisas da área, perguntas básicas de como prevenir depressão, violência, desordens emocionais, agressão, dificuldades de aprendizagens, etc. podem ser respondidas nesse âmbito. Um apanhado de Seligman e Csikszentmihalyi (2000) sobre as pesquisas da Psicologia revelou que se sabe muito mais acerca das emoções negativas que promovem as doenças do que propriamente qual

a influência das emoções positivas sobre a saúde. É importante destacar que o ponto forte dessa abordagem é seu caráter preventivo (Seligman, 2005).

Os psicólogos humanistas, como, Maslow e Rogers, têm sido os principais representantes dessa perspectiva de estudo, e trouxeram como legado à ciência psicológica o estudo não apenas da patologia, mas também da força e da virtude, contribuindo para ampliar dessa forma o campo da Psicologia a áreas além da doença como, o trabalho, a educação, o desenvolvimento da potencialidade humana, etc. (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

A Psicologia Positiva critica a visão patologizante do homem. A ideologia da doença e a linguagem medicalizante, especialmente difundidas no poderoso livro de psiquiatria e psicologia, o manual de diagnóstico psiquiátrico (DSM), são incompatíveis com a perspectiva dessa vertente da Psicologia, a qual se propõe a pensar o homem de nova maneira (Maddux, 2005).

Maddux (2005) baseado no filósofo médico Lawrie Resnek, o qual considera o conceito de doença física como normativo, pois que rotula a pessoa como menos capaz de conduzir uma boa vida, resgata essa mesma idéia para a “doença” psicológica, tendo em vista que ambos são construções sociais e que servem a determinados valores e metas. Em realidade, estes conceitos estabelecem o modo como as pessoas deveriam viver suas vidas e sobre o que fazer com elas, sempre dentro da dicotomia normal-anormal, saúde-doença.

Tirando de foco a ênfase na doença, Keyes e Lopez (2005), após uma revisão da literatura sobre os conceitos e medidas de bem-estar, se propuseram a descrever os sintomas desse construto, dando sugestões de como se pode iniciar o diagnóstico e o estudo da saúde mental. Consideram que esta condição baseia-se na noção de síndrome, isto é, deve-se operacionalizar a saúde mental a partir de um conjunto de sintomas que caracterizem o bem-estar.

É, pois, sob a luz dessa perspectiva que recentemente alguns trabalhos têm sido realizados tendo o bem-estar como temática principal. Uns têm discutido o bem-estar e sua relação com a religião, a raça e o aborto (Russo & Dabul, 1997); alguns têm enfocado tal temática com os traços de personalidade (Schmutte & Ryff, 1997); outros observaram o bem-estar em adolescentes e o locus de controle (Grol, Little, Wanner & Wearing, 1996), assim como o bem-estar subjetivo em idosos (Guedea, 2002). De um modo geral, a amplitude da temática e suas possíveis relações com diversos construtos, impossibilitam aqui abarcar os infindáveis construtos, cujas pesquisas têm sido

realizadas. Conseqüentemente, todos estes enfoques mostram uma grande quantidade de interesses por parte dos estudiosos desse tema, nas mais diversas áreas do comportamento humano e da Psicologia Positiva.

10.2. Conceituando o Bem-Estar Subjetivo

Considerando o caráter multifacetado desse construto, o bem-estar subjetivo trata da avaliação e da percepção do indivíduo sobre sua própria vida e que corresponde a estados afetivos, ao funcionamento psicológico e social. Além disso, a nova abordagem a respeito da psicologia positiva considera que a saúde mental não é apenas a ausência de sintomas de doença, mas também a presença de sintomas de bem-estar (Keyes & Lopez, 2005).

Compartilhando da mesma definição, Diener, Lucas e Oishi, (2005) consideram que a avaliação que o indivíduo faz da própria vida, incluem reações emocionais e julgamentos cognitivos aos eventos.

Rojas (2005) propõe a Teoria Referente ao Conceito de Felicidade, cujos estudos focalizam sobre o que está sendo avaliado quando uma pessoa responde a questões diretas a respeito da felicidade. Embora a literatura aponte para os dois componentes sobre os mecanismos emocionais e cognitivos na avaliação do bem-estar, a Teoria Referente ao Conceito contribui com a compreensão da felicidade, focalizando especialmente sobre as questões cognitivas mais do que as afetivas.

Rojas (2005) chama atenção para o fenômeno da heterogeneidade. Isto quer dizer que o conceito referente à felicidade é diferente para cada pessoa, rompendo o universalismo da avaliação da felicidade. Com essa idéia, a Teoria Referente ao Conceito se estabelece enquanto uma abordagem inferencial, mais do que doutrinal.

Por fim, segundo Ryan e Deci (2001), o conceito de bem-estar se refere a um funcionamento e a uma experiência psicológica adequados. Trata-se de um estado de satisfação consigo mesmo e com o ambiente em sua volta. Por tratar de vários aspectos envolvidos em seu conceito, estes autores consideram duas tradições – perspectiva hedônica e perspectiva eudaimônica – importantes na sua conceitualização, as quais são aqui resumidas.

10.3. A perspectiva hedônica: uma convergente contribuição filosófica/psicológica

Compreende uma tentativa de igualar o bem-estar ao prazer ou felicidade. Os primórdios desta perspectiva se encontram nos filósofos dos séculos XVII e XVIII, como Arístipo (conforme citado por Fromm, 1976). Os que adotam esta perspectiva tendem a focalizar uma concepção ampla de hedonismo que inclui as preferências e os prazeres tanto da mente quanto como do corpo. Esta ênfase que estima um contínuo do prazer à dor, é bastante conhecida na literatura psicanalítica como o *Princípio do Prazer*: o homem busca o prazer e se afasta da dor.

A base social para esta perspectiva se encontra no que Fromm (1976) denominou de a *Grande Promessa de Progresso Ilimitado*, promessa esta divulgada pelo advento da era industrial. O autor explica que, após a substituição da energia humana pela energia mecânica e nuclear, a humanidade tornou-se poderosa no sentido de produzir desenfreadamente tudo o que pensasse e desejasse na ilusão de que se viveria um consumo e uma liberdade ilimitada para todos.

Aqui, pois, o que se denomina hedonismo radical é a capacidade de usufruir da satisfação de todos os desejos ou necessidades personalíssimas em busca de realização. Segundo Fromm (1976), esta busca constante de prazer sem limites levou as pessoas a sentirem-se solitárias, ansiosas, medrosas e deprimidas. Paradoxalmente, quanto mais se busca atender às demandas de todos os desejos, mais desejos aparecem e menos satisfação se goza.

Essa visão que apresenta nuances negativos e positivos culmina em uma longa discussão sobre os méritos dessa vertente. De um lado, o hedonismo está associado com o bom gosto e com a arte de viver bem, de outro, tem uma conotação de superficialidade, comportamento irresponsável e egoísmo (Veenhoven, 2003).

Embora não se rejeite totalmente esta perspectiva, tem-se demonstrado que existem outros elementos na constituição do bem-estar, além da busca do prazer, entendido principalmente em termos imediatistas. A seguinte perspectiva amplia a concepção de bem-estar, como é possível apreciar.

10.4. A perspectiva eudaimônica: uma convergente contribuição filosófica/psicológica

De acordo com Ryan e Deci (2001), o termo *eudaimonia* tem seu mérito ao se referir ao bem-estar como distinto da felicidade *per se*. Esta perspectiva considera contribuições principalmente do humanismo, enfocando que o bem-estar (*eudaimonia*) é alcançado à medida que o indivíduo satisfaz suas necessidades de crescimento pessoal ou propriamente a auto-realização, desde uma visão maslowniana (Maslow, 1954 / 1970). Enquanto que o hedonismo se traduz na plenificação de todos os desejos, levando a uma satisfação momentânea, o estado de eudamonia atende as necessidades mais profundas e mais exigentes da natureza humana, produzindo então maior bem-estar, podendo ser compreendida como uma teoria da auto-realização (Fromm, 1976; Waterman, 1993).

Isso não necessariamente implica em se lograr o bem-estar com a satisfação de todos os desejos, mas que alguns são fundamentais para que este se consuma. Especificamente, a necessidade de auto-realização, entendida como constante atualização dos potenciais humanos, promoveria o bem-estar do indivíduo. Nesta mesma linha, estima-se que a satisfação das necessidades psicológicas básicas de *autonomia*, *competência* e *relação* são as promotoras do bem-estar (Ryan & Deci, 2000).

O termo eudaimonia pode ser confundido com felicidade, entretanto, é questionável esta tradução, pois *daimon* é um ideal senso de excelência, de direção a um potencial a ser desenvolvido, dando sentido e significado à própria vida (Ryff, 1989), enquanto que felicidade, segundo Lu e Shih, trata-se de “uma experiência interna de um estado positivo da mente” (Lu & Shih, 1997, p. 182). Apesar de este termo ser bastante usado como sinônimo de bem-estar deve aqui ser compreendido como estando aquém da eudaimonia, porque não se apresenta como o único indicador de funcionamento psicológico positivo. É importante salientar que o termo eudaimonia pode ser compreendido também como *expressividade pessoal*. O primeiro é usado mais em discussão focalizada sobre concepções filosóficas de felicidade, enquanto o segundo é utilizado mais em análises psicológicas (Waterman, 1993).

Embora ambos os conceitos possam ser enquadrados dentro de uma definição de bem-estar, Waterman (1993) tem encontrado evidências empíricas na diferenciação destas duas perspectivas ao realizar estudos em que tais conceitos estão associados a

atividades que possam ser consideradas em uma ou noutra perspectiva. Por exemplo, atividades que promovam o desenvolvimento de potencialidades ou talentos inerentes à expressão do ser (quando eu me engajo nesta atividade me sinto mais intensamente envolvido do que quando estou fazendo muitas outras atividades) ou mesmo atividades que promovam apenas saciação de prazeres hedonistas (quando eu me engajo nesta atividade me sinto bem). O referido autor encontrou, pois, uma relação entre as duas perspectivas, porém a expressividade pessoal, mais do que os prazeres hedônicos, é mais significativa de sucesso nos processos de auto-realização.

Em resumo, Ryan e Deci (2001) assinalam que o bem-estar deve ser entendido como um fenômeno multidimensional, que inclui tanto aspectos da perspectiva hedônica como eudaimônica. Na presente tese far-se-á um esforço por considerar estas duas perspectivas, o que exige reconhecer a necessidade de contar com diferentes tipos de medidas para avaliar o bem-estar.

10.5. Breves estudos do bem-estar: as pessoas tendem a ser “Pollyannas”?

Durante o início dos estudos sobre o bem-estar subjetivo, havia uma tendência em avaliar este construto como uma declaração de felicidade a partir das condições objetivas que as pessoas possuíam. Segundo Wilson (1967, citado em Diener et al., 1999), uma pessoa feliz seria aquela que era jovem, saudável, bem educada, otimista, livre de preocupações, etc. Entretanto, os estudos mais recentes (Diener et al., 1999) sobre a subjetividade do bem-estar têm demonstrado que não são apenas as condições sócio-demográficas (estado civil, idade, sexo, renda, raça, etc.) que definem a sensação de bem-estar gozada pelas pessoas, mas também a conjugação destes com os processos internos ao próprio indivíduo, isto é, as estruturas internas da pessoa ajudam a determinar como os eventos externos são percebidos, e isso se reflete na sua avaliação geral do bem-estar. Em outras palavras, Diener, Lucas e Oishi (2005) consideram que a perspectiva pela qual o indivíduo percebe o mundo é mais importante para a felicidade do que propriamente as circunstâncias objetivas.

Sem deixar de considerar os fatores demográficos e bem-estar, estudiosos têm encontrado correlação entre este construto e o estado civil e a atividade religiosa. Entretanto, a diferença observada no estado civil se dá em função do sexo e o efeito da atividade religiosa depende do tipo específico daquela que está sendo avaliada. A influência dos fatores demográficos sobre o bem-estar se insere em um contexto maior e

depende das metas, dos valores, da personalidade e da cultura do indivíduo (Diener et al., 2005).

Quanto à religião, Dezzuter, Soenens e Hutsebaut (2006) encontraram que as diferenças nas atitudes e orientações religiosas se mostraram mais importantes do que a diferença no envolvimento religioso. Isto é, ser religiosamente envolvido é menos central para o bem-estar do que as atitudes e as orientações religiosas enraizadas no indivíduo.

A renda e o bem-estar constituem uma temática bastante pesquisada e diversas conclusões a este respeito são identificadas. Há mais de 30 anos se busca compreender esta relação tanto dentro de uma mesma cultura quanto entre culturas diferentes. Os resultados confirmam dois lados diametralmente opostos do dinheiro. Ao mesmo tempo em que o dinheiro pode ser uma coisa positiva para o crescimento do ser humano também existe sua contraparte negativa. A renda parece ajudar algumas pessoas a atender as suas necessidades básicas e outras se tornam mais preocupadas com sua estabilidade relativa. Alguns países conseguem dar grandes saltos no bem-estar em resposta a uma melhoria nos recursos financeiros, enquanto outros permanecem no mesmo nível de felicidade ao longo do tempo independentemente de quanto se ganhe. Em suma, são poucas as evidências para apoiar teorias a respeito da riqueza e felicidade (Arthaud-Day & Near, 2005).

Arthaud-Day e Near (2005) fizeram uma revisão da literatura a respeito desses dois construtos (riqueza e bem-estar) e chegaram a conclusão de que a confusão a respeito dos achados é em função da falta de consistência metodológica, especialmente no que diz respeito à renda, a qual costumeiramente tem se medido de múltiplas maneiras, tanto em uma mesma cultura quanto entre culturas.

As pesquisas da Teoria Referente ao Conceito de Felicidade a respeito das variáveis demográficas, como, idade, gênero, renda e educação demonstram certa influência na hora de relacionar a alguns conceitos referentes. Isso indica que estas variáveis interferem no modo pelo qual a felicidade é avaliada. É importante dar atenção a essas variáveis, seja por meio do impacto direto ou indireto na avaliação da felicidade. Entretanto, essa relação merece cuidado, pois de fato, pode ser que a educação e a renda de uma pessoa influencie seu conceito de felicidade, por outro lado, pode ser também que o conceito de felicidade de uma pessoa influencie seu comportamento para persegui-la e, evidentemente, afete o nível de educação e da renda que ela quer obter (Rojas, 2005).

Lever, Piñol e Uralde (2005) com o propósito de explicar os efeitos de mediação de algumas variáveis psicológicas (estratégias de enfrentamento, competitividade, locus de controle, depressão, auto-estima) na relação entre pobreza e bem-estar, encontraram que a pobreza afeta o bem-estar subjetivo de modo direto tanto quanto por meio de outras variáveis. De forma direta, ser pobre conduz a uma série de deficiências que geram uma relevante insatisfação que afeta os indivíduos em várias facetas de sua vida. De modo indireto, a pobreza estimula a presença de comportamentos que têm impactos relevantes no bem-estar. Embora a literatura aponte para precária contribuição do nível de escolaridade, status do trabalho e renda para a qualidade de vida, a presente pesquisa demonstrou significativamente a influência no bem-estar subjetivo. Isto é, os indivíduos pobres demonstraram mais baixos níveis de satisfação em alguns setores da vida comparando com indivíduos com maior renda. Na conclusão da pesquisa, os autores indagam: a mudança no modo de pensar e agir dos indivíduos pobres melhora o nível de bem-estar? Essas modificações ajudariam mais decididamente a promover mudanças em suas objetivas condições de vida?

Warr (1987) traz uma contribuição a respeito da relação entre disponibilidade econômica e saúde mental. Para ele, a relação não é linear, isto é, até certo ponto ter dinheiro influencia positivamente na saúde mental, depois tende a permanecer estável a relação ou, de certo modo, perde a relação constante. Em outras palavras, isto não quer dizer que a cada aumento da renda, aumentará de igual modo a saúde mental. Ter pouco dinheiro pode comprometer a saúde mental, porém tê-lo em um nível excessivo, deixa de fazer esse efeito linear. O autor considera que a pobreza afeta a saúde mental na medida em que causa a redução do controle pessoal do ambiente, pois que a liberdade de agir e de tomar decisões é um fator positivo para o bem-estar do indivíduo. O controle do ambiente se estende ainda a necessidade de se controlar as conseqüências dessas decisões e ações.

Associado a tudo isso, Warr (1987) ainda considera que a obtenção de uma posição social valorizada apresenta efeitos positivos na auto-estima e, conseqüentemente, na saúde mental. Fazendo a relação com as profissões de músico e advogado, até que ponto ambas proporcionam ao indivíduo as condições para conseguir uma posição de destaque? Para finalizar, o autor, ao tratar da relação entre as condições do ambiente e os aspectos pessoais, argumenta que o primeiro precisa encorajar o indivíduo a desenvolver todas as suas habilidades para que este possa ter um nível

satisfatório de saúde mental. Em suma, para Warr (1987) um aspecto da relação entre a característica do ambiente e da saúde mental é seu caráter não-linear.

Os estudos recentes sobre o bem-estar têm dado uma ênfase sobre as suas bases cognitivas dos aspectos subjetivos do bem-estar, e acentuado foco na percepção da felicidade. Esta abordagem refere-se à pergunta básica de como as pessoas sabem que são felizes, isto é, o foco principal se centra na subjetividade da avaliação, por meio de seus processos cognitivos. Tais processos podem ser explicados (Dubé et al., 1998) recorrendo a modelos de comparação e da atribuição de causalidade.

Na década de 1958, Heider foi um dos pioneiros nos estudos atribucionais, e segundo ele, os indivíduos tendem a se utilizar de causas internas ou externas para explicar os acontecimentos que acontece com eles no seu dia-a-dia (conforme citado por Ferreira, Assmar, Omar, Delgado, González, Silva, Souza & Cisne, 2002). No Brasil, estes estudos têm tido uma grande repercussão, principalmente para comparação intra e intergrupo. É o caso, por exemplo, de um estudo que validou uma escala de locus de controle em uma amostra em um setor da cultura nordestina (Paraíba) e confrontou com os resultados com os de uma cultura mexicana. Segundo os resultados, os paraibanos em geral têm uma tendência a alta externalidade, enquanto os mexicanos apresentavam maiores escores para a crença externa de controle, do que as mulheres (Noriega, Albuquerque, Alvarez, Oliveira & Coronado, 2003). Quanto a relação entre bem-estar e atribuição de causalidade, tem-se:

- *Atribuição de causalidade.* Neste aspecto, existem duas diferenças típicas: às atribuídas a locus de controle internos e externos. Dessa forma, a depressão e a felicidade individual sugerem que existem estilos de atribuições diferentes que explicam a variabilidade do bem-estar subjetivo. Segundo Dubé & et al. (1998), um indivíduo feliz atribui locus de controle interno aos eventos positivos, enquanto que os indivíduos depressivos atribuem igualmente locus de controle interno para os eventos negativos.
- *Modelo de comparação social ou interindividual.* De acordo com Dubé et al. (1998), os indivíduos tendem a se comparar com os outros. Neste caso, se o indivíduo se sente melhor do que as outras pessoas em sua volta, ele goza de maior bem-estar, caso contrário, não se sentindo como melhor do que os outros, ele não desfruta de bem-estar.
- *Modelo de comparação intraindividual.* Neste grupo, tem-se o modelo de *comparação temporal*, em que o indivíduo se compara em dois diferentes

tempos de sua vida; bem como o da *comparação télica*, em que o indivíduo compara sua situação atual com o que ele gostaria que fosse (Omodei & Wearing, 1990).

Os indivíduos com o *locus de controle interno* acreditam que sua situação depende de seus próprios esforços. Tomam decisões, tendo em vista seu futuro, e se responsabilizam por elas; são mais resistentes à manipulação; sua aprendizagem é mais intencional, etc. Por outro lado, aqueles que apresentam um *locus de controle externo* acreditam em destino, no poder que os outros têm de manipular suas vidas, são menos produtivos, acreditam que seus defeitos são devido a má sorte e que o seu sucesso é sinal de boa sorte, etc. (Lever et al., 2005). A partir de todas estas considerações, não é surpresa perceber a influência que esta variável tem no bem-estar subjetivo.

Uma outra perspectiva para situar os processos internos como fundamentais na avaliação do bem-estar são as necessidades, as quais desempenham um papel fundamental e relacional com este. Um dos aspectos postulados por Wilson (1967, citado em Diener et al., 1999) ressalta que a pronta satisfação das necessidades causa felicidade, enquanto a persistência do não-atendimento delas causa a infelicidade.

Os valores humanos têm se tornado em um elemento central nas pesquisas sobre o bem-estar. Kasser e Ryan (1993, 1996) classificaram os valores entre *intrínsecos* (afiliação, senso de comunidade, saúde física e auto-aceitação) e *extrínsecos* (sucesso financeiro, reconhecimento social e imagem pública) e os correlacionaram com algumas medidas de bem-estar, quais sejam: *auto-realização* e *sintomas físicos*. Observaram, por exemplo, que as pessoas que dão maior importância aos valores *intrínsecos* tendem a apresentar maior pontuação em *auto-realização* ($r = 0,34, p \leq 0,01$), e menor em *sintomas físicos* ($r = -0,27, p \leq 0,01$).

Na mesma direção, Kasser e Ahuvia (2002) estudaram a relação entre valores materialistas ou extrínsecos e o bem-estar em estudantes de Administração de Negócios em Singapura. Tais autores encontraram uma correlação ($r = 0,22, p \leq 0,05$) entre as orientações valorativas materialistas e a infelicidade ou ausência de bem-estar. Neste sentido, como esperado, os valores extrínsecos foram negativamente correlacionados com auto-atualização e vitalidade, e positivamente correlacionados com ansiedade e sintomas físicos. Os resultados dessa pesquisa mostraram que os estudantes que acreditam que dinheiro, posses, imagem e popularidade são amplamente importantes ao mesmo tempo relataram sentir menos auto-atualização, vitalidade e felicidade e, por outro lado, mais ansiedade, sintomas físicos e infelicidade. Contrariamente, a relação

entre valores intrínsecos e bem-estar se mostrou direta e significativa. Por exemplo, a *auto-aceitação* apresentou-se correlacionada com vitalidade ($r = 0,29, p \leq 0,01$); a aspiração por afiliação teve correlação com auto-atualização ($r = 0,27, p \leq 0,05$) e com sintomatologia física ($r = -0,18, p \leq 0,01$). E, por fim, maior sentido de comunidade apresentou correlação com felicidade ($r = 0,26, p \leq 0,05$).

Savig e Schwartz (2000) fizeram uma pesquisa com estudantes de Psicologia e de Administração dentro do contexto de valores de seus respectivos departamentos. Os resultados revelaram a inexistência da classificação entre valores saudáveis (intrínsecos) e não saudáveis (extrínsecos), não corroborando, portanto, a hipótese do *Sonho Americano*. Assinalam que os valores, de um modo geral, podem ser saudáveis ou não dependendo unicamente do contexto em que as pessoas vivem. Em outras palavras, a coerência entre os valores pessoais e os valores ambientais é que promoveria o bem-estar subjetivo, ocorrendo o contrário, quando não existe tal congruência. Esta hipótese da congruência assinala a importância de se identificar qual o contexto da prioridade valorativa que está sendo evidenciado como importante para as pessoas em questão, uma vez que são vários os ambientes que se habita simultaneamente.

No contexto paraibano, tratando com uma amostra da população geral, Chaves (2003) ao estudar o tema dos valores humanos como preditores do bem-estar, encontrou que os valores intrínsecos foram promotores do bem-estar subjetivo, enquanto que os extrínsecos necessariamente não causaram o seu deterioro. A autora considera tal resultado como uma especificidade da amostra pesquisada. Por ter sido formada por pessoas da população geral, os resultados encontrados podem ter apresentado mais variabilidade do que seria em princípio preferível, no sentido de fazer possível a comparação dos resultados obtidos com aqueles de outras pesquisas.

Confirmando a presença de relação entre valores e bem-estar, Albuquerque, Noriega, Coelho, Neves e Martins (2006) ao pesquisarem acerca de tais variáveis entre os estudantes de uma universidade pública da Paraíba, encontraram que tanto a pontuação geral do bem-estar quanto seus indicadores cognitivos (satisfação com a vida, e satisfação com áreas da vida) apresentaram uma correlação positiva com todas as funções psicossociais dos valores humanos (experimentação, realização, existência, normativos, suprapessoais e interacionais), e ainda com os critérios de orientação pessoal (sociais, pessoais e centrais). Curioso observar que tais estudantes apresentaram uma predominância dos aspectos cognitivos do bem-estar. Quanto aos critérios de

orientação, os pessoais e os sociais tenderam a predizer sutilmente o bem-estar, enquanto os centrais notadamente não o predisseram.

Os critérios centrais representam uma interação entre os aspectos pessoais e do ambiente, e os autores explicam que nessa relação existe um componente ideológico e cultural, os quais estão difusamente distribuídos na sociedade e que embora estejam presentes, não puderam ser capturados pelos instrumentos de coleta utilizados e, que talvez por esta razão, os valores pessoais e sociais, só predizem o bem-estar quando estão isolados. Embora tenham considerado essa possibilidade para explicar os resultados, acreditam que possivelmente o tamanho da amostra tenha interferido, uma vez que foi grande e que aumentou a probabilidade de haver interação entre as variáveis.

A reflexão dos autores se aproxima da hipótese da congruência defendida por Savig e Schwartz (2000), à proporção que reforça a idéia de se analisar os valores do contexto cultural e sua relação com os valores pessoais para que se possa estabelecer o nível de bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas. Desse modo, Albuquerque et al. (2006) assinalam uma difusão ideológica e cultural como possível de interferir nos resultados. Este fato merece maior atenção, para que se possa identificar grupos com aspectos ideológicos e culturais mais definidos para melhor identificação da relação entre os valores centrais e o bem-estar subjetivo.

Dirigindo-se a outro foco de análise, Kitayama, Markus e Kurokawa (2000), ao estudarem a relação entre cultura, emoção e bem-estar no Japão e nos Estados Unidos, encontraram que a frequência da experiência emocional foi muito maior para as emoções positivas nos Estados Unidos do que para as emoções negativas, tendo sumido esta relação no Japão.

Biswas-Diener, Vitterso e Diener (2005) ao fazerem uma revisão das pesquisas de Diener e Diener em muitas nações em torno da felicidade, concluem que muitas pessoas são de fato felizes. Em seus estudos trans-culturais, Diener e Diener (1995) encontraram que a auto-estima se correlaciona fortemente com o bem-estar subjetivo em culturas de orientação individualista como nos Estados Unidos, enquanto que se correlaciona de forma moderada nas culturas coletivistas como no Japão.

Existe uma crítica em direção às conclusões de Diener e Diener, tendo em vista que a amostra deles é essencialmente oriunda das sociedades industrializadas. Biswas-Diener et al. (2005) argumentam a respeito da existência de outra explicação para seus achados no que tange a culturas industrializadas. Pontuam que pode haver fatores

relacionados à vida nessas culturas que favorecem ao relato do bem-estar subjetivo. Um exemplo é que os países industrializados podem ter melhor infra-estrutura, melhor sistema de saúde, programas de bem-estar social mais formalizados, menores taxas de desemprego, mais educação, etc., tudo isso contribuindo para a elevação do bem-estar subjetivo. Para averiguar os achados de Diener e Diener, Biswas-Diener et al. (2005) pesquisaram culturas bastante diferenciadas do estilo moderno da industrialização. Pesquisaram culturas coletivistas, como, Inughuit, Amish and Maasai (Kenia), com peculiares formas de viver, tendo como base a caça, a tradição de pastores, etc.

Além de constatarem igualmente os achados de Diener e Diener de que muitas pessoas são felizes, os autores chamam a atenção para o fato de que existe variação individual ou social na felicidade, e que as pessoas vivem nas sociedades onde suas necessidades físicas e sociais tendem a ser satisfeitas e onde nenhum evento grande negativo tenha ocorrido ultimamente, e sob estas prerrogativas, elas são felizes. Entretanto, para dizer que muitas pessoas são felizes não significa que se deve deixar de lado as diferenças culturais na felicidade. Os participantes de Maasai obtiveram maiores escores, podendo ser explicado pela estabilidade de sua cultura. Identificaram variações nos escores das três amostras, possivelmente devido às diferenças das normas culturais locais ou ainda à acessibilidade aos recursos materiais e sociais. Esta conclusão é verificada com a amostra de Maasai, pois relatam muita satisfação em relação à acessibilidade aos recursos materiais. Isto reflete parte do amplo fenômeno cultural do grupo, tendo em vista que as habilidades para satisfazer suas necessidades materiais e sociais básicas são fortemente afetadas pelas mudanças ecológicas.

De modo bastante resumido, os resultados implicam que possivelmente ser feliz é um estado natural das pessoas e que o desvio disso deve ser em função de condição incomum. Ressaltando sobremaneira as considerações a respeito da cultura, concluem o artigo, sem aprofundar a discussão, lembrando ao leitor que o modelo de felicidade pode ter suas origens na genética, no processo de socialização ou nas circunstâncias, mas que apesar de tudo, as diferenças individuais e culturais têm uma influência no bem-estar subjetivo.

Baseados na crítica existente a respeito dos estudos trans-culturais sobre a falta de atenção dada às diferenças intra-grupo, Liao, Fu e Yi (2005), ao estudarem a qualidade de vida tanto em nível pessoal quanto social, em Taiwan e Hong Kong, também encontraram que os indicadores da qualidade de vida individual variaram tanto dentro de cada grupo quanto entre eles. Ambas as sociedades são coletivistas e têm uma

herança cultural fortemente arraigada (Confucionismo, Taoísmo e Budismo), e apresentam diferenças no sistema político e social. Encontraram que a percepção das condições sócio-econômicas na sociedade contribui na avaliação da felicidade e da satisfação com a vida. Uma visão otimista da sociedade ou da economia ajuda aos indivíduos a perceberem melhor a qualidade de vida e isso tudo independe de suas condições sócio-demográficas e econômicas.

Mais um estudo focalizando a cultura chinesa e o bem-estar traz resultados relevantes. Chappell (2005) se propôs a verificar se, e até que ponto, a cultura tradicional chinesa está relacionada com a melhoria ou não da vida com a idade avançada. Um destaque dessa cultura é que o idoso é historicamente valorizado, respeitado por todos e considerado sábio, o que diverge sobremaneira da cultura ocidental. A amostra foi constituída de chineses da terceira idade que viviam em algumas cidades do Canadá. Constatou-se, portanto, que o envolvimento com a cultura tradicional proporcionaria mais satisfação com a vida em idosos chineses. Ademais, os dados também sugerem que é o envolvimento real na cultura mais do que a aderência às crenças é que é importante.

As duas vertentes da definição de bem-estar (eudaimonia e hedonismo) foram levadas em consideração nas análises de Peterson, Park e Seligman (2005). Focalizando na busca do prazer pelo prazer e no sentido da vida, e acrescentando a variável compromisso, os autores buscaram investigar esses três modos de ser feliz, utilizando uma amostra de adultos. Algumas questões guiaram esta pesquisa: essas três orientações são empiricamente distinguíveis? São orientações incompatíveis entre si? Todas contribuem igualmente para a satisfação com a vida ou alguma é mais importante? Juntas predizem melhor satisfação com a vida do que apenas uma delas?

Os resultados apontaram que estas orientações são distintas e que não são incompatíveis. Em outras palavras, elas podem ser perseguidas simultaneamente e que, também individualmente, são associadas com a satisfação com a vida. Observaram que do mesmo modo que os aspectos da eudaimonia e do hedonismo podem promover esta satisfação, o compromisso também o faz. Porém os autores colocam limitações nesse estudo. O problema maior que eles assinalam é que desconhecem até que ponto podem confiar no endosso dessas pessoas às orientações de felicidade sugeridas. Eles não descobriram se aquelas pessoas que disseram perseguir prazer, realmente têm mais experiências sensuais gratificantes; se aquelas que disseram se guiar mais por compromisso têm mais experiências com atividades que a absorvem; ou tão-somente se

aquelas que têm um significado na vida apresentam melhor performance em servir aos outros.

A partir da amplitude das representações do que venha a ser a subjetividade do bem-estar, percebe-se claramente o seu caráter multifacetado, porém com forte unicidade em sua definição. Trata-se de um fenômeno único com dimensões que se estendem a diferentes segmentos das relações do indivíduo. De um modo geral, pode-se falar da perspectiva física do bem-estar: referindo à saúde física propriamente dita; da material ou objetiva, referindo-se a sua segurança financeira e econômica; e da social: a relação do indivíduo com o outro; todas estas perspectivas caracterizam, por sua vez, os aspectos subjetivos do conceito maior de bem-estar.

Conhecendo-se o que levaria a um sentimento de realização e bem-estar pleno, haveria possibilidade de promover estas condições ou fazer com que as pessoas as percebessem, orientando-as assim em direção a uma vida mais tranqüila e saudável, quer na clínica, na organização ou em qualquer outro setor. O caráter multifacetado do bem-estar implica na utilização de várias medidas para que se possa abranger a amplitude do fenômeno.

10.6. A medida do bem-estar subjetivo: suas várias facetas

Segundo Diener (2000), três são os componentes principais do bem-estar subjetivo: (1) *satisfação com a vida* (avaliação geral da vida da pessoa), (2) *satisfação com áreas importantes da vida* (por exemplo, satisfação no trabalho), e (3) *afetos positivos* (por exemplo, experiências emocionais prazerosas).

Ao menos um dos três componentes descritos por Diener (2000) está presente na maioria dos estudos sobre bem-estar (por exemplo, Diener & Diener, 1995; Rapkin & Fischer, 1992; Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995). Um exemplo da diversidade de medidas para avaliar o bem-estar é apresentado por Compton, Smith, Cornish e Qualls (1996). Estes autores consideraram 18 escalas que avaliam saúde mental, as quais são respondidas por 338 pessoas, entre estudantes universitários e pessoas da população geral. Com suas respostas foi efetuada uma análise dos componentes principais, tendo encontrado dois grandes fatores de primeira ordem que avaliavam *bem-estar subjetivo* e *crescimento pessoal*, os quais são correlacionados entre si ($r = 0,36, p \leq 0,001$). Entre as medidas do primeiro fator estavam: *felicidade, satisfação com a vida, sentido de coerência, equilíbrio afetivo, qualidade de vida, otimismo, bem-estar psicológico,*

positividade defensiva e auto-estima; e as medidas do segundo fator foram: *abertura à experiência, maturidade, auto-realização, vigor e autopromoção*.

De acordo com Ryan e Frederick (1997), um outro indicador de bem-estar é a *vitalidade subjetiva*, cuja definição considera o estado organísmico de sentir-se vivo e alerta e ter energia para si. Este deve ser compreendido como um componente vital e energético que faz parte do funcionamento pleno e de um bem-estar psicológico do indivíduo. Com isto se quer dizer que a sensação de sentir-se vivo e energizado não se limita à experiência física apenas de saúde ou ausência de sintomas físicos, ou tão somente como um acúmulo de reserva de calorias, mas também, a fatores psicológicos, tais como sentir amor, ser eficiente, ter algo a realizar, entre outras.

Baseando-se em Ryan e Frederick (1997), o que justifica a subjetividade ao se falar de vitalidade é que não se pode medir direta e objetivamente a energia de uma pessoa, portanto, apenas é possível explorá-la como uma variável subjetiva. Para esse fim de medição, os referidos autores desenvolveram uma escala de *vitalidade subjetiva* e encontraram que tal construto está positivamente correlacionado com a auto-atualização e auto-estima, e negativamente relacionado à depressão e à ansiedade, uma vez que estes últimos representam um obstáculo à atualização, com perda de energia.

Ampliando cada vez mais os diferentes indicadores de bem-estar, Lucas, Diener e Suh (1996) realizaram três estudos para comprovar a validade convergente e discriminante de cinco medidas de bem-estar subjetivo: *satisfação com a vida, afetos positivos, afetos negativos, auto-estima e otimismo*, utilizando auto-relatos, relatos de informantes e os dois tipos anteriores simultaneamente. Sua análise através de matrizes de multitraço e multimétodo revelou convergência entre tais medidas, mas também especificidades. Por exemplo, a *satisfação com a vida* se correlacionou diretamente com o *afeto positivo* (r entre 0,30 e 0,47, $p \leq 0,01$) e inversamente com o *afeto negativo* (r entre -0,21 e -0,48, $p \leq 0,01$). Por outro lado, o *afeto positivo* e o *afeto negativo* não se correlacionaram significativamente entre si nas condições de auto-relato (r médio = -0,07, $p \leq 0,05$).

Classicamente, a base para o bem-estar parece ser a *satisfação com a vida*. Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985) propuseram uma medida bastante simples a respeito, constando de apenas cinco itens. Seus parâmetros psicométricos são bastante satisfatórios (Pavot & Diener, 1993). Estes autores descrevem índices de estabilidade temporal, teste-reteste, que variam de 0,82 a 0,87. Sua validade convergente se realizou em relação a diversas medidas (por exemplo, Compton et al., 1996; Lucas et al., 1996).

Pavot e Diener (1993) demonstram também que esta medida está significativa e inversamente correlacionada com *ansiedade* ($r = -0,54, p \leq 0,01$) e *depressão* ($r = -0,55, p < 0,01$); sua correlação foi igualmente negativa e significativa com o *Inventário de Depressão de Beck* ($r = -0,72, p \leq 0,001$).

A multiplicidade de medidas sobre o bem-estar, explicada em parte pela amplitude de sua própria definição e também pelos múltiplos fatores que o determinam, tem levado muitos pesquisadores a buscar formas concisas e parcimoniosas em sua medição. Assim sendo, recentemente, Kim-Prieto, Diener, Tamir, Scollon e Diener (2005) propuseram uma estrutura sequencial no tempo para medir o bem-estar a partir da integração de diversas definições da felicidade, em direção a um único conceito geral. Tal estrutura reúne estágios definidos e inter-relacionados, que vão desde a descrição de eventos que causam reações, passando pelas memórias dessas reações até chegar, finalmente, no julgamento global do bem-estar baseado nos estágios anteriores. Ressalta-se aqui a importância dessa inter-relação entre os estágios, pois que é imprescindível na compreensão de como as pessoas avaliam suas vidas.

Os autores defendem a idéia de que o bem-estar é um termo bastante vago e que engloba muitos construtos independentes, ou ainda, que é um conceito unitário em que precisa se descobrir a melhor medida. Todavia, de um modo ou de outro, propõem a compreensão deste como um conceito unitário, que muda através do tempo. É, portanto, uma estrutura que pressupõe um processo de avaliação e que mantém coerência conceitual com as várias definições encontradas na literatura e com as diversas medidas deste construto. Lembrem, contudo, que a personalidade e a cultura podem intervir nesses estágios do modelo e que as pessoas com temperamentos diferentes podem perceber diferentemente cada evento de sua vida.

Na realidade brasileira, considerando a influência da cultura no bem-estar, Albuquerque & Tróccoli (2004) desenvolveram uma escala para medir o construto (Escala de Bem-Estar Subjetivo – EBES), cujas características propostas são: instrumento de auto-relato, composto de itens representativos dos fatores satisfação com a vida e afeto negativo e positivo. A análise fatorial dos 62 itens (21 para afetos positivos, 26 para afetos negativos e 15 para satisfação com a vida) identificou três dimensões que explicaram 44,1% da variância total, constituindo-se em instrumento válido e preciso.

Recentemente, Chaves (2003) comprovou a adequação de um modelo multidimensional de bem-estar subjetivo, que abrange tanto aspectos cognitivos como

afetivos. Este modelo mostrou-se adequado para o contexto paraibano, sendo viável tanto considerar uma pontuação total do bem-estar como as diversas medidas específicas que a conformam (*afetos positivos, afetos negativos, ansiedade e depressão, satisfação com a vida e vitalidade*), o que se aproxima bastante do que Kim-Prieto, Diener, Tamir, Scollon e Diener (2005) defendem em termos de se ter um construto único. Embora existam diferentes medidas deste construto, poucas têm sido efetivamente as pesquisas que verificaram sua convergência.

Levando em conta o caráter multifacetado do bem-estar, Diener et al. (2005) recomendam uma bateria de multi-métodos para avaliá-lo, na medida do possível. Baseados em estudos de outros pesquisadores, foi possível encontrar convergências entre medidas de auto-relatos com outros tipos de avaliação, como, entrevistas com os respondentes por meio da utilização da memória dos participantes sobre os eventos positivos e negativos de suas vidas, bem como entrevistas com familiares e amigos, etc. Por fim, alguns estudos também consideram medidas biológicas do bem-estar como eletroencefalogramas, eletromiografia facial e níveis de cortisol na saliva (Albuquerque & Tróccoli, 2004; Ryff, Singer & Love, 2004).

Em resumo, existem diferentes medidas do bem-estar subjetivo, sendo que a maioria apresenta convergência entre si. Na presente tese, procurando assumir o caráter multifacetado deste construto, considerando que variadas medidas captam informações sobre as duas abordagens (hedônica e eudaimônica) em sua definição, adotar-se-á o modelo utilizado por Chaves (2003), uma vez que se mostrou adequado para a população paraibana.

CAPÍTULO 11 – MÉTODO: FOCALIZANDO OS INSTRUMENTOS DE BEM-ESTAR SUBJETIVO

Considerando que a coleta de dados para as variáveis do estudo principal ocorreu em um mesmo protocolo, contendo o questionário de valores humanos e os demais referentes ao bem-estar subjetivo e que as estratégias metodológicas e técnicas (amostra, procedimento de coleta e análise de dados) foram detalhadamente explícitas no capítulo 8, a seguir serão descritos apenas os instrumentos que medem a variável bem-estar subjetivo.

11.1. Instrumentos

- *Escala de Afetos Positivos e Negativos.* Esta escala foi originalmente elaborada por Diener e Emmons (1984) para avaliar a valência dos afetos, tendo sido realizados estudos (Lucas, Diener, & Suh, 1996; Omodei & Wearing, 1990; Sheldon & Kasser, 1995) que comprovam a adequação de seus parâmetros psicométricos. Ela é formada por nove adjetivos, sendo 4 positivos e 5 negativos. Os afetos positivos são: feliz, alegre, satisfeito e divertido; e os negativos são: deprimido, preocupado, frustrado, raivoso e infeliz. Chaves (2003), com o objetivo de equilibrar o número de adjetivos para ambos os tipos de afetos, acrescentou em sua pesquisa mais um adjetivo para o afeto positivo: *otimista*. O instrumento avalia quanto o participante tem vivenciado cada uma dessas emoções nos últimos dias. Os itens são respondidos numa escala de sete pontos, variando de 1 (*Nada*) a 7 (*Extremamente*) (anexo 7).

- *Escala de Vitalidade.* Este instrumento foi originalmente elaborado por Ryan e Frederick (1997). Esta medida avalia o grau em que o participante tem se sentido em termos de vigor físico, mental e alerta, nos últimos dias e seus parâmetros psicométricos têm se mostrado adequados em estudos recentes (Kasser & Ahuvia, 2002; Kasser & Ryan, 1993; Nix, Ryan, Manly, & Deci, 1999). Compõe-se de sete itens (por exemplo, *tenho energia e disposição; sinto-me vivo e cheio de vitalidade*), cujas respostas devem ser dadas em uma escala de sete pontos, que varia de 1 (*Nada Verdadeiro*) a 7 (*Totalmente Verdadeiro*) (anexo 8).

- *Questionário de Saúde Geral, QSG-12*. Este instrumento compreende uma versão abreviada do *Questionário de Saúde Geral* de Goldberg, adaptado para o Brasil por Pasquali, Gouveia, Andriola, Miranda e Ramos (1994). O *QSG-12*, como seu nome sugere, compõe-se de 12 itens (por exemplo, *tem se sentido pouco feliz e deprimido; tem perdido a confiança em si mesmo*). Cada item é respondido em termos do quanto a pessoa tem experimentado os sintomas descritos, devendo sua resposta ser dada em uma escala de quatro pontos. No caso de itens que negam a saúde mental, as alternativas de resposta variam de 1 (*Absolutamente, não*) a 4 (*Muito mais que de costume*); em caso de itens afirmativos, as respostas vão de 1 (*Mais que de costume*) a 4 (*Muito menos que de costume*). Neste sentido, a menor pontuação é indicação de melhor nível de bem-estar psicológico (anexo 9). Possatti, Dias e Gouveia (1999) encontraram índices de bondade de ajuste aceitáveis para estrutura fatorial proposta: $\chi^2 / \text{g.l.} = 6,0$; $GFI = 0,77$; $AGFI = 0,66$ e $RMSEA = 0,16$, ficando composto de um fator de *depressão* e o outro de *ansiedade*. Além do caráter bidimensional dessa escala, outros estudos têm comprovado medidas unifatoriais ou até multifatoriais (Borges & Argolo, 2002; Gouveia, Chaves, Oliveira, Dias, Gouveia & Andrade, 2003; Sarriera, Schwarcz & Câmera, 1996). Importa destacar que mesmo nos estudos que indicam a bifatorabilidade, o fator geral é identificado, sendo este utilizado na maioria das pesquisas.

- *Escala de Satisfação com a Vida*. Esta medida foi elaborada originalmente por Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985), tendo sido realizados estudos recentes que atestam a adequação dos seus parâmetros psicométricos (Pavot & Diener, 1993). Compõe-se de cinco itens (por exemplo, *estou satisfeito com minha vida; as condições da minha vida são excelentes*), respondidos em escala tipo *Likert*, indo de **1** = *Discordo Totalmente* a **7** = *Concordo Totalmente* (anexo 10).

CAPÍTULO 12 – MENSURANDO O BEM-ESTAR SUBJETIVO

Este capítulo está dividido em duas partes: (1) a primeira descreverá os parâmetros psicométricos dos indicadores do bem-estar subjetivo, por meio das medidas utilizadas (Escala de Afetos Positivos e Negativos, Escala de Satisfação com a Vida, Escala de Vitalidade e Questionário de Saúde Geral – QSG – 12), assim como da pontuação total do bem-estar; e (2) na segunda apresentar-se-á um levantamento a respeito de como os participantes se situam tanto em relação aos indicadores isoladamente, quanto ao bem-estar geral.

12.1. Parâmetros Psicométricos das Medidas Utilizadas

Embora seja possível encontrar estudos precedentes sobre a validação dos instrumentos de pesquisas sobre o bem-estar subjetivo (Borges & Argolo, 2002; Chaves, 2003; Gouveia et al., 2003), decidiu-se realizar para todas as medidas desse construto, análises fatoriais exploratórias e confirmatórias. O objetivo de realizar estas análises foi o de validar medidas para a amostra da presente pesquisa, uma vez que se trata de grupos ocupacionais sobre os quais não foram encontradas pesquisas antecedentes com estas medidas. Observou-se também a consistência interna das medidas resultantes das análises fatoriais, por meio do cálculo do Alfa de Cronbach.

- **Escala de Vitalidade**

Antes de realizar a análise fatorial propriamente dita, verificou-se a fatorabilidade da matriz de correlações. Os resultados obtidos indicaram a conveniência da realização da análise fatorial ($KMO = 0,86$, *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 782,43$; $p \leq 0,001$; ver Hair, Anderson, Tatham & Black, 2004). Em seguida, efetuou-se uma análise de PAF (*principal axis factoring*), sem fixar o número de fatores a serem extraídos; esta análise permitiu identificar um único fator com valor próprio (*eigenvalue*) de 3,30, explicando 47,1% da variância total. Uma descrição detalhada deste fator pode ser observada na Tabela 19.

Tabela 19.*Estrutura Fatorial da Escala de Vitalidade*

Itens	Fator
7. Sinto-me vitalizado	0,84
1. Sinto-me vivo e cheio de vitalidade	0,79
4. Tenho energia e disposição	0,78
5. Desejo viver cada novo dia	0,60
2. Não me sinto muito disposto	- 0,45
6. Quase sempre me sinto disposto e ativo	0,41
3. Algumas vezes me sinto tão vivo a ponto de transbordar	0,38
Valor Próprio	3,30
% Variância Explicada	47,1
Alfa de Cronbach	0,77

Notas: * $\geq \pm 0,30$ (carga fatorial considerada satisfatória).

Assumiu-se uma saturação, ao menos, de $\pm 0,30$ como satisfatória para definir um fator. Na presente medida, todos os itens obtiveram saturações iguais ou superiores a $\pm 0,38$, permitindo aceitar a presença de uma estrutura unifatorial, que mede *vitalidade*. A menor e maior saturações corresponderam aos itens “*Algumas vezes me sinto tão vivo a ponto de transbordar*” (0,38) e “*Sinto-me vitalizado*” (0,84), respectivamente. A consistência interna deste fator, calculada por meio do Alfa de Cronbach (α), foi de 0,77.

Após a realização da Análise Fatorial Exploratória, decidiu-se proceder com a Análise Fatorial Confirmatória para investigar maiores comprovações da estrutura fatorial da escala analisada. Adotou-se o estimador Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood, ML*). Os resultados podem ser vislumbrados nos seguintes indicadores estatísticos (Byrne, 2001): $\chi^2 / \text{g.l.} = 1,32$; *GFI* = 0,99; *AGFI* = 0,97; *RMSEA* = 0,03; *RMR* = 0,06.

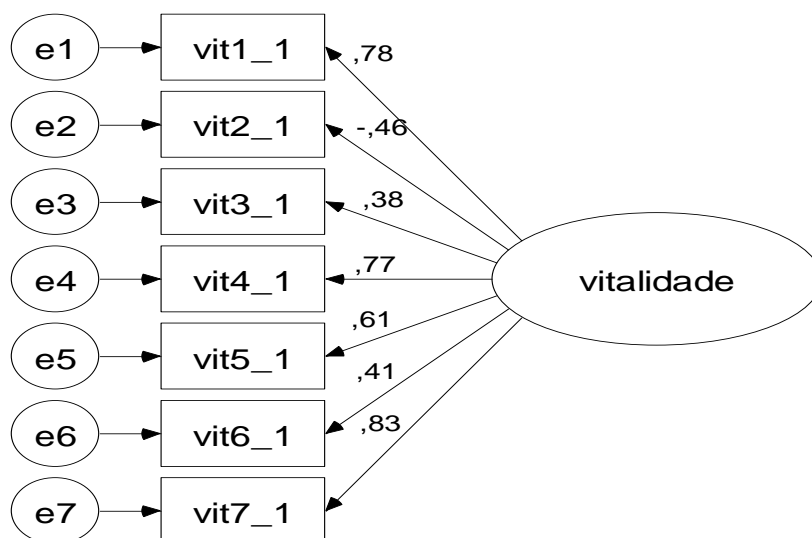


Figura 19: Diagrama do modelo fatorial da escala de Vitalidade

Este instrumento apresentou uma estrutura unifatorial com bons índices de validade e precisão, cujos resultados corroboram estudos anteriores (Chaves, 2003; Gouveia et al., 2003).

- **Escala de Satisfação com a Vida**

Verificou-se a adequação de se realizar uma solução fatorial dos cinco itens desta medida. Os índices obtidos sugerem uma solução meritória: $KMO = 0,84$; *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 644,12$, $p \leq 0,000$. Procedeu-se uma análise PAF (*principal axis factoring*), sem fixar o número de fatores a serem extraídos, com uma aceitação mínima de $\pm 0,30$; esta análise permitiu identificar um único fator com valor próprio (*eigenvalue*) de 2,97, explicando 59,3% da variância total. Uma descrição detalhada deste fator pode ser observada na Tabela 20.

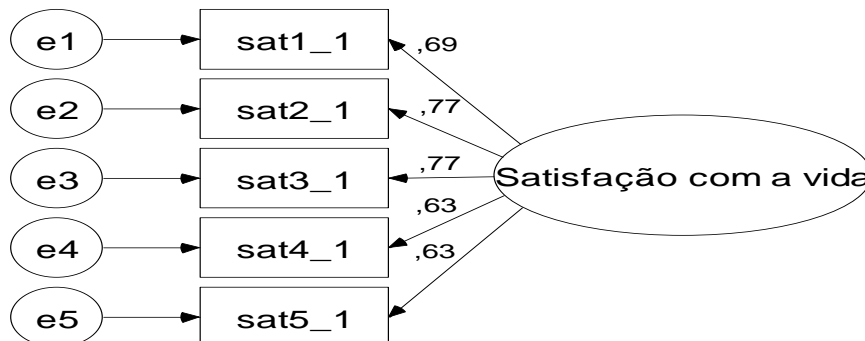
Tabela 20.*Estrutura Fatorial da Escala de Satisfação com a Vida*

Itens	Fator
2. As condições da minha vida são excelentes	0,77
3. Estou satisfeito com minha vida	0,77
1. Na maioria dos aspectos minha vida é próxima ao meu ideal	0,69
5. Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida	0,64
4. Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida	0,64
Valor Próprio	2,97
% Variância Explicada	59,3
Alfa de Cronbach	0,82

Notas: * $\geq \pm 0,30$ (carga fatorial considerada satisfatória).

Observa-se que nesta medida todos os itens obtiveram saturações iguais ou superiores a $\pm 0,64$, o que fortalece aceitar a presença de uma estrutura unifatorial, que mede satisfação com a vida. As menores e maiores saturações corresponderam aos itens “Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida” (0,64) e “Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida” (0,64) e “As condições da minha vida são excelentes” (0,77) e “Estou satisfeito com minha vida” (0,77), respectivamente. A consistência interna deste fator (Alfa de Cronbach), foi de 0,82.

A adequação desta estrutura fatorial igualmente observada na Análise Fatorial Confirmatória. Adotou-se o estimador Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood, ML*). Este modelo apresentou os seguintes índices de qualidade de ajuste: $\chi^2 / \text{g.l.} = 1,78$; $GFI = 0,99$; $AGFI = 0,97$; $RMSEA = 0,04$; $RMR = 0,04$.

**Figura 20:** Diagrama do modelo fatorial da Escala de Satisfação com a Vida

Como é possível verificar, a escala apresentou uma estrutura fatorial unidimensional com parâmetros psicométricos bastante satisfatórios, e os resultados encontrados estão de acordo com pesquisa recente realizada no Brasil por Gouveia, Barbosa, Andrade e Carneiro (2005).

- **Escala de Afetos Positivos e Negativos**

Utilizaram-se os mesmos critérios antes descritos para esta medida com o fim de verificar a adequação de realizar uma análise fatorial. Os indicadores demonstraram uma solução bastante satisfatória: $KMO = 0,85$; *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 1328,02$, $p \leq 0,001$. Foi realizada uma análise PAF (*principal axis factoring*), com rotação *varimax*, cujos resultados indicaram a existência de dois fatores com *eigenvalue* igual a 4,22 e 1,40, explicando conjuntamente 56,2% da variância total; os principais resultados desta análise podem ser vistos na Tabela 21.

Tabela 21

Estrutura Fatorial da Escala de Afetos Positivos e Negativos

Itens	Fatores	
	I	II
10. Alegre	0,80	-0,17
01. Feliz	0,72	-0,29
06. Divertido	0,67	-0,01
03. Satisfeito	0,64	-0,29
08. Otimista	0,58	-0,33
02. Deprimido	-0,38	0,60
04. Frustrado	-0,39	0,59
05. Raivoso	0,04	0,50
09. Infeliz	-0,31	0,50
07. Preocupado	-0,13	0,49
Valor Próprio	4,22	1,40
% Variância Explicada	42,2	13,9
Alfa de Cronbach (α)	0,84	0,71

Notas: * $\geq \pm 0,30$ (carga fatorial considerada satisfatória). Identificação dos Fatores: **I** = *Afetos Positivos*; **II** = *Afetos Negativos*.

Assumindo a saturação de $\pm 0,40$ como satisfatória, os fatores identificados foram:

Fator I – *Afetos Positivos*. Composto por cinco itens, cujas saturações variaram entre 0,58 (*otimista*) e 0,80 (*alegre*). Apresentou valor próprio (*eigenvalue*) igual a 4,22,

explicando 42,2% da variância total, com índice de consistência interna (α) igual a 0,84. Constitui-se por itens de emoções positivas, como, *feliz*.

Fator II – Afetos Negativos. Igualmente composto por cinco itens, apresentando saturações que variaram entre 0,49 (*preocupado*) e 0,60 (*deprimido*). Apresentou valor próprio (*eigenvalue*) igual a 1,40, explicando 13,9% da variância total. Seu índice de consistência interna (α) foi de 0,71. Reúne adjetivos relacionados exclusivamente a tais tipos de emoções negativas.

Esta escala apresenta dois fatores – Afetos Positivos e Afetos Negativos. Uma Análise Fatorial Confirmatória permitiu observar a adequação satisfatória desta estrutura bifatorial: $\chi^2 / \text{g.l.} = 3,38$; $RMSEA = 0,08$; $GFI = 0,95$; $AGFI = 0,91$; $RMR = 0,09$.

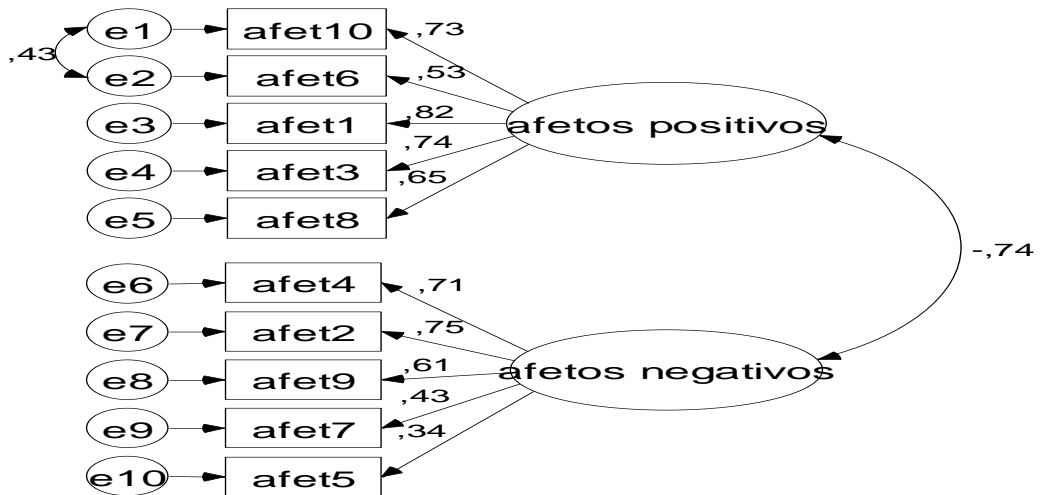


Figura 21: Diagrama do modelo fatorial da Escala de Afetos Positivos e Negativos

Como é possível observar, os Afetos Positivos e Negativos apresentaram uma estrutura bidimensional com adequada qualidade de ajuste.

- **Questionário de Saúde Geral – QSG-12**

Antes de realizar a análise fatorial propriamente dita, verificou-se a fatorabilidade da matriz de correlações. Os resultados obtidos indicaram a conveniência da realização da análise fatorial ($KMO = 0,85$, *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 1203,84$; $p \leq 0,001$; ver Hair, Anderson, Tatham & Black, 2004). Em seguida, efetuou-se uma análise

de PAF (*principal axis factoring*) com rotação *oblimin* (a matrix de correlação entre os fatores foi 0,45), fixando em dois o número de fatores a serem extraídos; esta análise permitiu identificar dois fatores com valor próprio (*eigenvalue*) igual a 4,15 e 1,52, explicando 47,3% da variância total. Uma descrição detalhada destes fatores pode ser observada na Tabela 22.

Tabela 22.

Estrutura Fatorial da Escala do Questionário de Saúde Geral – QSG-12

Itens	Fatores	
	I	II
4. Tem se sentido capaz de tomar decisões?	0,67	0,11
3. Tem sentido que tem um papel útil na vida?	0,66	0,09
10. Tem perdido confiança em si mesmo?	0,56	-0,12
12. Sente-se razoavelmente feliz considerando todas as circunstâncias?	0,54	-0,07
8. Tem sido capaz de enfrentar adequadamente os seus problemas?	0,51	-0,14
11. Tem pensado que você é uma pessoa que não serve para nada?	0,47	0,02
5. Tem notado que está constantemente agoniado e tenso?	-0,18	-0,92
2. Suas preocupações lhe têm feito perder muito sono?	-0,04	-0,54
9. Tem se sentido pouco feliz e deprimido (a)?	0,32	-0,51
7. Tem sido capaz de desfrutar suas atividades normais de cada dia?	0,15	-0,44
Valor Próprio	4,15	1,52
% Variância Explicada	34,5	12,7
Alfa de Cronbach (α)	0,75	0,70

Notas: * $\geq \pm 0,40$ (carga fatorial considerada satisfatória). Identificação dos Fatores: **I** = *Depressão*; **II** = *Ansiedade*.

Assumi-se uma saturação mínima de $\pm 0,40$ como satisfatória para definir um fator. Dessa maneira, os itens 6 (Tem tido a sensação de que não pode superar suas dificuldades?) e 1 (Tem podido concentrar-se bem no que faz?) não participaram das análises por apresentarem cargas inferiores a saturação aceita. Todos os itens que fizeram parte das análises obtiveram saturações iguais ou superiores a $\pm 0,44$, permitindo aceitar a presença de uma estrutura bifatorial, em que o primeiro fator mede depressão e o segundo ansiedade, corroborando estudo anterior (Chaves, 2003). A menor e maior saturações do primeiro fator corresponderam aos itens “Tem pensado que você é uma pessoa que não serve para nada?” (0,47) e “Tem se sentido capaz de tomar decisões?” (0,67), respectivamente, e a menor e maior saturações do segundo fator corresponderam aos itens “Tem sido capaz de desfrutar suas atividades normais de cada dia?” (-0,44) e “Tem notado que está constantemente agoniado e tenso?” (-0,92). A consistência interna dos fatores, calculada por meio do Alfa de Cronbach (α), foi de 0,75 (Fator I) e 0,70 (Fator II).

Uma análise fatorial confirmatória permitiu observar a adequação satisfatória desta estrutura bifatorial: $\chi^2 / \text{g.l.} = 5,42$; $RMSEA = 0,10$; $GFI = 0,91$; $AGFI = 0,86$; $RMR = 0,04$.

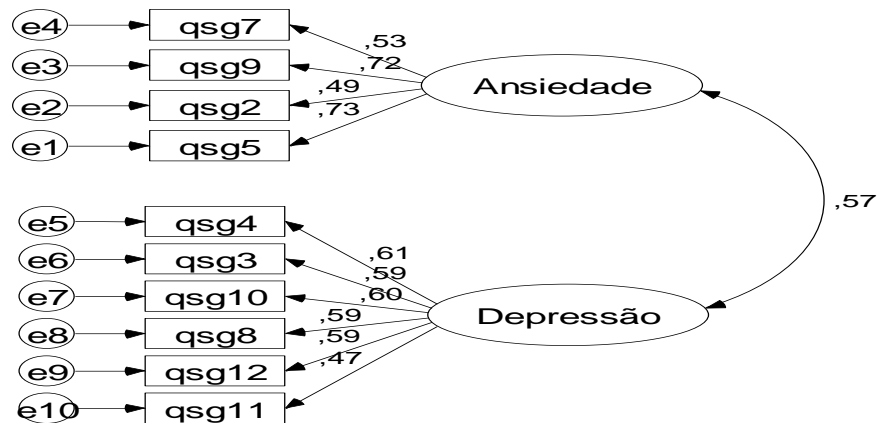


Figura 22: Diagrama do modelo fatorial do Questionário de Saúde Geral – QSG – 12

12.2. Analisando os indicadores do Bem-Estar Subjetivo

Após a verificação dos parâmetros psicométricos das escalas dos indicadores do Bem-Estar Subjetivo, serão verificadas as correlações entre estes: Vitalidade, Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Depressão e Ansiedade, por meio dos coeficientes de correlação r de Pearson. Esse tipo de análise foi realizado em pesquisa anterior (Chaves, 2003) e possibilitará a verificação da existência de uma convergência entre eles, para que se possa obter uma pontuação geral do construto em questão. Os resultados destas análises são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 23.

Correlação entre Vitalidade, Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Depressão e Ansiedade.

	Satisfação	Afetos Positivos	Afetos Negativos	Ansiedade	Depressão	Vitalidade
Satisfação	(0,82)					
Afetos Positivos	0,60***	(0,84)				
Afetos Negativos	-0,35***	-0,51***	(0,71)			
Ansiedade	-0,29***	-0,40***	0,55***	(0,70)		
Depressão	-0,37***	-0,58***	0,54***	0,49***	(0,75)	
Vitalidade	0,42***	0,46***	-0,33***	-0,23***	-0,41***	(0,77)

Notas: *** $p \leq 0,001$. Os valores na diagonal da matriz representam os índices de consistência interna (Alfas de Cronbach) das respectivas escalas.

Corroborando pesquisa realizada por Chaves (2003), todos os indicadores de bem-estar subjetivo apresentaram correlações significativas entre si ($p \leq 0,001$). Especificamente, verificou-se que os indicadores positivos (vitalidade, afetos positivos e satisfação com a vida) se correlacionaram de forma diretamente proporcional entre si, e inversamente com os indicadores negativos (afetos negativos, depressão e ansiedade). Satisfação com a vida se correlacionou diretamente com afetos positivos ($r = 0,60$) e vitalidade ($r = 0,42$) e inversamente com afetos negativos ($r = -0,35$), ansiedade ($r = -0,29$) e depressão ($r = -0,37$); afetos positivos se correlacionaram diretamente com vitalidade ($r = 0,46$) e inversamente com afetos negativos ($r = -0,51$), ansiedade ($r = -0,40$) e depressão ($r = -0,58$); afetos negativos se correlacionaram diretamente com ansiedade ($r = 0,55$) e depressão ($r = 0,54$) e inversamente com vitalidade ($r = -0,33$); ansiedade se correlacionou diretamente com depressão ($r = 0,49$) e inversamente com vitalidade ($r = -0,23$) e, por fim, depressão se correlacionou inversamente com vitalidade ($r = -0,41$).

Em síntese, percebe-se que existe uma convergência entre os indicadores de bem-estar aqui tratados, evidenciando a possibilidade de contar com um índice geral de bem-estar subjetivo, composto por diferentes atributos. Neste sentido, em análises subsequentes ter-se-ão em conta os múltiplos indicadores de bem-estar subjetivo, além de considerar seu índice geral. Para o cálculo deste índice geral, realizou-se uma análise dos *Componentes Principais* com as médias dos diferentes atributos de bem-estar, definindo a extração de um único.

12.3. Índice geral do bem-estar

É importante assinalar, que para obter uma pontuação geral do Bem-Estar Subjetivo, foi necessário realizar a recodificação das escalas de respostas das medidas de Vitalidade, Afetos Positivos e Negativos e Satisfação com a Vida para escalas de quatro pontos (1 – 4), visto que apresentavam originariamente sete pontos (1 – 7). Esse procedimento não necessitou ser realizado com a escala de *Questionário de Saúde Geral - QSG – 12*, pois esta já possuía originalmente uma escala de resposta de 4 pontos, procedimento este que tornou uniforme as escalas de respostas de todos os questionários.

A partir disso, foi possível a extração de uma análise fatorial dessas escalas, apresentando como um único fator o Bem-Estar Subjetivo. Os resultados desta análise são descritos na tabela a seguir.

Tabela 24.

Estrutura Fatorial das Medidas de Bem-Estar Subjetivo

Medidas	Fator
Subescala de Afetos Positivos	0,82
Satisfação com a Vida	0,78
Subescala de Afetos Negativos	-0,75
Subescala de Ansiedade	-0,63
Vitalidade	0,58
Subescala de Depressão	-0,58
Valor Próprio	2,93
% Variância Explicada	48,8%
Alfa de Cronbach (α)	0,81

Notas: * $\geq \pm 0,30$ (carga fatorial considerada satisfatória).

A decisão de realizar uma análise fatorial se mostrou adequada: $KMO = 0,81$; *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2(15) = 468,25$, $p \leq 0,001$. A análise estatística efetuada revelou a presença de um único fator, com valor próprio (*eigenvalue*) de 2,93, explicando 48,8% da variância total. As menores cargas fatoriais ficaram para a escala de vitalidade (0,58) e subescala de depressão (-0,58) e a maior carga ficou para a subescala de afetos positivos (0,82). Portanto, é pertinente assumir um Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.

Realizadas todas as análises relatadas explorando e confirmando a validade e consistências das escalas de mensuração do bem-estar subjetivo, foram estimados os escores nos fatores de cada escala utilizada, bem como do índice geral, para cada

participante da amostra, por meio da média dos pontos atribuídos a cada item, os quais foram ponderados pelos pesos dos mesmos itens no fator. Adotou-se a média ponderada para que a estrutura fatorial encontrada pudesse se reproduzir adequadamente nos escores estimados para cada fator. Adicionalmente, para permitir uma melhor exploração das pontuações apresentadas pelos indivíduos nos fatores, levantou-se a frequência desses por intervalo da distribuição.

12.4. O bem-estar subjetivo na amostra de músicos e advogados

Desse modo, os indicadores utilizados como medida de bem-estar foram os escores dos participantes da amostra nos fatores medidos pela escalas descritas na seção anterior: Depressão e Ansiedade (QSG-12); Afetos Positivos e Negativos (Escala de Afetos Positivos e Negativos); Satisfação com a vida (Escala de Satisfação com a Vida), Vitalidade (Escala de Vitalidade) e o coeficiente geral do bem-estar.

12.4.1. Depressão e ansiedade

No QSG-12, quanto maior a pontuação, (escala de 1 a 4), mais se indica tendências depressiva e de ansiedade. Para os músicos, a média para o fator depressão foi de 1,60 e a de ansiedade foi de 2,09, indicando reduzida depressão e ansiedade entre os participantes. Quando se observa a distribuição por intervalo, constata-se que 126 dos participantes (N = 146) se encontram com nível reduzido de depressão, porém 20 apresentam tendências depressivas, sendo apenas 3 numa intensidade muito forte. Em relação ao segundo fator, 78 músicos apresentam reduzida ansiedade, 45 com ansiedade moderada e 23 com alto nível de ansiedade. Comparando os dois fatores na amostra, verifica-se que o fator ansiedade é mais presente do que a depressão.

Tabela 25.

Escores do resultado da depressão e ansiedade do QSG-12 para os músicos.

Fatores	N	Média	Frequência de participantes por intervalo			Desvio-padrão
			X<2	2<x<3	x>4	
Depressão	146	1,60	126	17	3	0,43
Ansiedade	146	2,09	78	45	23	0,06
Teste t			<i>t</i> = - 8, 60; para <i>p</i> ≤ 0,001			

Procurando identificar se existe diferença estatisticamente significativa entre a presença de depressão e ansiedade na amostra, aplicou-se o teste *t* (Tabela 25). O resultado corrobora que os músicos têm mais tendência à ansiedade que à depressão.

Para os advogados, média para o fator depressão foi de 1,62 e a de ansiedade foi de 2,07, indicando um leve estado de depressão e ansiedade entre os participantes. Quando se observa a distribuição por intervalo, constata-se que 206 dos participantes (N = 239) se encontram com nível reduzido de depressão, porém 31 apresentam tendências depressivas, enquanto que apenas 2 numa intensidade muito forte. Já para o fator ansiedade, 117 advogados (N = 239) se encontram com nível reduzido, 106 em um nível intermediário e apenas 16 em um quadro de ansiedade intensa. Comparando os dois fatores na amostra, verifica-se que o fator ansiedade é mais presente do que a depressão entre os participantes.

Tabela 26.

Escores do resultado da depressão e ansiedade do QSG-12 para os advogados.

Fatores	N	Média	Frequência de participantes por intervalo			Desvio-padrão
			X<2	2<x<3	x>4	
Depressão	239	1,62	206	31	2	0,41
Ansiedade	239	2,07	117	106	16	0,62
Teste <i>t</i>			<i>t</i> = -11,58; para $p \leq 0,001$			

Para averiguar se existe diferença estatisticamente significativa entre a presença de depressão e ansiedade na amostra, aplicou-se o teste *t*. O resultado corrobora que os advogados têm mais tendência à ansiedade que à depressão (Tabela 26).

12.4.2. Afetos positivos e negativos

Quanto aos afetos positivos e negativos vivenciados pelos músicos observa-se que a média dentre os afetos positivos foi de 4,48 (escala de 1 a 7) e nos afetos negativos a média foi de 2,02, o que demonstra a prevalência de sentimentos positivos entre os respondentes. Observando a distribuição por intervalos, percebe-se a tendência da amostra em apresentar maior pontuação nos afetos positivos do que nos afetos negativos. Nesta escala, quanto mais os escores forem maiores nos afetos positivos, melhor bem-estar subjetivo o indivíduo apresenta (escores a partir de 5) e quanto

menores os escores atribuídos aos afetos negativos (escores até 3), também melhor bem-estar.

Tabela 27.

Escores do resultado dos afetos positivos e negativos para os músicos

Fatores	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Afetos Positivos	147	4,48	1	2	23	43	56	22	1,01
Afetos negativos	147	2,02	53	50	34	8	2	-	0,97
Teste t	<i>t = 16,91; para p = 0,000</i>								

Buscando identificar se existe diferença estatisticamente significativa entre a presença de afetos positivos e negativos na amostra, aplicou-se o teste *t*. O resultado corrobora que os músicos experienciam mais afetos positivos que negativos (Tabela 27).

A respeito das emoções positivas e negativas dos advogados, observa-se que a média entre os afetos positivos foi 5,64 e nos afetos negativos foi 1,97, demonstrando a prevalência das emoções positivas na amostra. Quanto à distribuição por intervalos, os advogados, igualmente aos músicos, têm pontuação mais alta nos afetos positivos.

Tabela 28.

Escores do resultado dos afetos positivos e negativos para os advogados

FATOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Afetos Positivos	239	5,64	1	3	24	66	105	40	0,95
Afetos negativos	239	1,97	76	108	46	6	2	1	0,87
Teste t	<i>t = 27,22; para p < 0,001</i>								

Buscando identificar se existe diferença estatisticamente significativa entre a presença de afetos positivos e negativos na amostra, aplicou-se o teste *t*. O resultado indica também que os advogados experienciam mais afetos positivos que negativos (Tabela 28).

12.4.3. Satisfação com a Vida

Ao serem questionados sobre a satisfação com a vida (escala de 1 a 7), observa-se que 75 músicos (N = 148) deram a resposta de que estão satisfeitos (escores a partir de 5) com suas vidas de um modo geral (50,7%). Por outro lado, 37 músicos (escores até 4) apresentam uma pontuação reduzida na satisfação com a vida (25%), enquanto que 36 (24,3%) se posicionaram em faixa intermediária no nível de satisfação (escores no intervalo de 4 a 5). A média de 4,34, é um indicativo de que se apresentam em nível intermediário de satisfação (Tabela 29). Porém, não se pode desconsiderar o número de profissionais que se encontra com baixa satisfação e num nível intermediário de satisfação, totalizando 73 músicos, podendo ser considerada a metade da amostra pesquisada, o que põe em questionamento, o nível de profissionais satisfeitos com a vida em geral.

Tabela 29.

Escores do resultado de satisfação com a vida para os músicos.

FATOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Satisfação com a vida	148	4,34	2	8	27	36	51	24	1,19

No caso dos advogados, totalizaram-se 167 (69,8%) profissionais satisfeitos com a vida de um modo geral (N = 239); 30 se mostraram com nível reduzido de satisfação (12,5%) e 42 se posicionaram com nível mediano de satisfação com a vida (17,6%). A média foi 5,28, o que demonstra tendência a se ter maior satisfação com a vida entre os respondentes.

Tabela 30.

Escores do resultado de satisfação com a vida para os advogados.

FATOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Satisfação com a vida	239	4,74	2	13	15	42	111	56	1,10

12.4.4. Vitalidade

Investigando sobre o último indicador de bem-estar – vitalidade –, na amostra dos músicos, observou-se que a média foi de 5,04 (escala de 1 a 7), demonstrando que os respondentes tendem a apresentar mais vitalidade. Observando a distribuição por intervalos, confirma-se a tendência da amostra em apresentar maior pontuação nesse construto. Totalizaram-se 108 músicos (N = 145) com vitalidade; 26 com vitalidade mediana e apenas 11, com baixo nível de vitalidade.

Tabela 31.

Escores do resultado de vitalidade para os músicos.

FATOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Vitalidade	145	5,05	-	2	9	26	51	57	0,97

Sobre o nível de vitalidade dos advogados, a média foi de 5,18, demonstrando a presença de vitalidade entre os profissionais. Quando se observa a distribuição por intervalos, é possível identificar que 185 respondentes apresentam nível elevado de vitalidade (N = 238); 37 com vitalidade mediana e, finalmente, 16 com baixo nível de vitalidade.

Tabela 32.

Escores do resultado de vitalidade para os advogados.

FATOR	N	Média	Frequência de participantes por intervalo						Desvio-padrão
			X < 2	2 < X < 3	3 < X < 4	4 < X < 5	5 < X < 6	X > 6	
Vitalidade	238	5,18	6	3	7	37	58	127	1,14

12.4.5. Bem-Estar Geral

Considerando a pontuação total do bem-estar, observou-se um equilíbrio na vivência do bem-estar entre os músicos. A média foi de 2,61 (escala de 1 a 4) e a análise por intervalo revela que a amostra se encontra da seguinte forma: 82 (N = 133) relatam sentir bem-estar; 1 se apresentam com baixo nível de bem-estar, enquanto que 50 se encontram em nível intermediário quanto a este sentimento. Portanto, os resultados sinalizam para uma tendência na amostra na vivência do bem-estar subjetivo.

Tabela 33.*Escores do resultado do Bem-Estar Subjetivo para os músicos.*

Fatores	N	Média	Frequência de participantes por intervalo			Desvio-padrão
			X<2	2<x<3	x>3	
Bem-Estar Subjetivo	133	2,61	1	50	82	0,50

No que se refere aos advogados, observa-se que a média da pontuação geral do bem-estar é 2,72 (escala de 1 a 4). Na análise por intervalo, 166 (N = 224) sentem bem-estar subjetivo; 4 pontuaram em níveis baixos e 54 se encontram com um nível intermediário (33,9%). Desse modo, é possível afirmar que há tendência a vivenciar o bem-estar subjetivo entre os participantes.

Tabela 34.*Escores do resultado do Bem-Estar Subjetivo para os advogados.*

Fatores	N	Média	Frequência de participantes por intervalo			Desvio-padrão
			X<2	2<x<3	x>3	
Bem-Estar Subjetivo	224	2,72	4	54	166	0,49

12.4.6. Agrupamento de participantes em bem-estar

Para melhor identificar como o bem-estar se manifesta na amostra de músicos e advogados, por meio do conjunto dos seis fatores indicadores das dimensões do bem-estar psicológico, aplicou-se a Análise de Clusters (Tabela 35)³⁰. Esta técnica permite identificar (diferenciar) grupos da amostra conforme o conjunto de escores nos indicadores utilizados de bem-estar. Em outras palavras, faz com que os participantes se agrupem conforme a capacidade dos resultados de evidenciar diferenças significativas entre eles, e, ao mesmo tempo, revela as semelhanças dentro do próprio grupo.

Iniciando-se pelos músicos, a análise de cluster permitiu o agrupamento dos participantes em cinco grupos: perfil de bem-estar satisfatório/ansioso; perfil de bem-estar satisfatório; perfil de bem-estar integrado; perfil de bem-estar/foco ansiedade; perfil de bem-estar deteriorado (Tabela 35).

³⁰ A Análise de Cluster mostrou na tabela da ANOVA que todas as variáveis consideradas são capazes de diferenciar significativamente os grupos ($p < 0,001$).

Tabela 35.

Grupos de músicos pelas combinações dos escores nos diferentes indicadores do bem-estar subjetivo (N=142)

	Cluster				
	Perfil bem-estar satisfatório/ansioso	Perfil bem-estar satisfatório	Perfil bem-estar integrado	Perfil bem-estar/foco ansiedade	Perfil bem-estar deteriorado
Afetos Positivos	4,19	4,48	5,31	3,64	3,21
Afetos Negativos	2,46	1,32	1,45	3,14	3,11
Vitalidade	4,65	4,92	5,66	5,50	3,68
Depressão	1,27	1,04	1,03	1,29	1,47
Ansiedade	2,42	1,20	1,17	2,50	1,84
Satisfação com a vida	4,85	3,24	5,24	3,64	2,84
Número de participantes	26	25	58	14	19

Segundo a Tabela 35, o perfil de bem-estar integrado (N = 58) se contrapõe às tendências do perfil de bem-estar deteriorado (N = 19), visto que o primeiro evidencia uma tendência mais positiva do bem-estar, pontuando mais alto em afetos positivos, vitalidade e satisfação com a vida, ao mesmo tempo, que pontua baixo em afetos negativos, depressão e ansiedade, e o segundo grupo, mostra um certo grau de deterioração. Ou seja, as emoções positivas apresentam semelhanças na pontuação em relação às emoções negativas, chegando os afetos negativos sinalizar uma tendência à insatisfação com a vida. Este grupo revela que quanto mais se tem emoções negativas menos se sente satisfação com a vida.

O perfil de bem-estar satisfatório (N = 25) se aproxima do perfil de bem-estar integrado (N = 58), porém o que os diferencia, é que o primeiro tende a cair na pontuação de satisfação com a vida, porém esta ainda permanece maior que as pontuações relacionadas aos afetos negativos.

O perfil de bem-estar/foco ansiedade (N = 14) revela uma tendência a pontuar alto nas emoções positivas, porém existe um conteúdo de ansiedade e de afetos negativos ao lado de uma leve queda no indicador de satisfação com a vida. Por outro lado, o perfil de bem-estar satisfatório/ansiedade (N = 26) apresenta uma tendência aos maiores índices nas emoções positivas com destaque para a satisfação com a vida, embora apresente também elevação na ansiedade.

Em síntese, o bem-estar subjetivo dos músicos encontra-se satisfatório, sendo vitalidade o indicador que mais se destacou positivamente em todos os grupos. Percebeu-se também que, embora depressão e ansiedade tenham tido os menores

escores, a ansiedade se mostrou evidente em alguns grupos. É importante comentar que a elevação em afetos negativos interfere negativamente na satisfação com a vida. Até que ponto essas diferenças de grupo podem estar relacionadas aos dilemas cruciais da profissão (projetos musicais versus desvalorização dos músicos da terra, sucesso versus fim de carreira, desejo de fama versus crise cultural, profissionalismo versus amadorismo, etc.)?

Para os advogados, a análise de cluster permitiu o agrupamento dos participantes em cinco grupos: perfil de bem-estar deteriorado/emoção negativa; perfil de bem-estar integrado; perfil de bem-estar satisfatório; perfil de bem-estar/ ansiedade; perfil de bem-estar comprometido (Tabela 36).

Tabela 36.

Grupos de advogados pelas combinações dos escores nos diferentes indicadores do bem-estar subjetivo (N=238)

	Cluster				
	Perfil bem-estar deteriorado/depressão	Perfil bem-estar integrado	Perfil bem-estar satisfatório	Perfil bem-estar com ansiedade	Perfil bem-estar comprometido
Afetos positivos	2,50	5,36	4,56	3,83	3,67
Afetos negativos	5,00	1,94	1,37	2,63	2,08
Vitalidade	1,50	5,76	5,47	4,67	2,25
Satisfação com a vida	2,00	5,36	4,99	3,79	3,17
Depressão	2,25	1,04	1,04	1,37	1,33
Ansiedade	2,75	1,65	1,11	2,02	1,67
Número de participantes	4	95	75	52	12

De acordo com os resultados, o perfil de bem-estar integrado (N = 95) é o que apresenta mais altos escores positivos. Os indicadores de caráter positivo (afetos positivos, vitalidade e satisfação com a vida) se destacam consideravelmente dos negativos (afetos negativos, depressão e ansiedade). Quanto mais emoções e avaliações positivas, mas bem-estar se goza. Conttapondo-se a esse grupo, tem-se o denominado de perfil de bem-estar deteriorado/depressão (N = 4). Este grupo é pequeno e apresenta uma elevada carga de afetos negativos, predominando entre estes profissionais, uma tendência à ansiedade e à depressão e um sentimento de insatisfação com a vida. Associado a isso, estes profissionais também se encontram desvitalizados.

O perfil de bem-estar satisfatório (N = 75) se encontra entre os melhores escores do bem-estar, porém, comparando-se ao perfil de bem-estar integrado, há uma ligeira diminuição na pontuação dos afetos positivos e da satisfação com a vida.

No grupo denominado de perfil de bem-estar com ansiedade (N = 52) há uma característica bastante peculiar: houve uma elevação nos escores dos afetos negativos e ansiedade e uma baixa na pontuação dos afetos positivos e satisfação com a vida, porém ainda não afetando o bem-estar dos profissionais.

O perfil de bem-estar comprometido (N = 12) tende a uma aproximação do bem-estar deteriorado/depressão. A diferença principal é que a ansiedade e depressão não tiveram maior peso e que, mesmo com escores baixos, a satisfação com a vida e os afetos positivos mantiveram-se sobressaindo ante os demais.

Em geral, os advogados se apresentaram com tendências ao bem-estar, porém existem claras variações a este respeito. Dois grupos estiveram com baixo nível de bem-estar e um com o conteúdo de ansiedade. Questiona-se: até que ponto existe congruência entre os valores desses profissionais e os da profissão? Isso seria um indicador de ausência de bem-estar? Por outro lado, não estariam os conflitos/dilemas (imagem positiva versus negativa, poder da OAB versus conflitos com o judiciário, busca de qualificação versus más condições de trabalho, etc.) da profissão contribuindo para estas disparidades em torno do bem-estar?

CAPÍTULO 13 – FORMULANDO HIPÓTESES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O BEM-ESTAR E OS VALORES

Tendo como base as análises dos estudos preliminares, bem como dos valores humanos e do bem-estar, esta parte se detém na formulação das hipóteses envolvendo esses dois construtos principais da tese.

13.1. Hipótese para os músicos

Na atualidade, os músicos da cidade de João Pessoa (PB) enfrentam dilemas que constituem sua dinâmica profissional. Dentre eles, um dos principais é o da divulgação. Embora existam projetos para que o trabalho dos músicos seja divulgado e conhecido do público em geral, há uma queixa comum, sustentada pelo argumento de que tais projetos não atendem as necessidades, já que os músicos de “fora” gozam de maior prestígio e investimento nas apresentações locais. Esse dilema resulta sobremaneira na dificuldade de firmar contratos, de ser reconhecido e valorizado e, obviamente, de garantir a segurança de um mercado de trabalho que lhes seja disponível. Desta forma, o reconhecimento demora, e a perspectiva de sucesso esbarra em uma realidade desfavorável que coloca em jogo a sobrevivência do músico, bem como a sua dignidade.

Essa segurança bio-social corresponde à conotação de uma existência em dado grupo social, pois que é na relação com o público que o sucesso se torna possível. Refletindo, indaga-se até que ponto esses valores estão relacionados ao bem-estar do profissional? Foi a partir dessas considerações que a primeira hipótese foi formulada.

Hipótese 1: O tipo de valor Existência Bio-social se correlacionará diretamente com os indicadores positivos do bem-estar subjetivo, assim como seu índice geral.

A clara disputa de poder entre os profissionais é outro dilema que se manifesta no conflito entre o músico profissional e o amador. Segundo eles, a forma como o amador se submete ao mercado de trabalho reforça a desvalorização da profissão, até porque o mal pagamento nivela o mercado em subnível, prejudicando os que vivem só da música. Soma-se a isso a falta de organização política da categoria enquanto

organização político-associativa, fragmentando a identidade do grupo por meio de ações individualizadas ou de grupos restritos que se sobrepõem às ações coletivas.

Ademais, pesquisas que focalizam valores humanos e bem-estar revelam a importância da relação entre valores pessoais e ambientais. Savig e Schwartz (2000) realizaram uma pesquisa com estudantes de Psicologia e de Administração dentro do contexto de valores de seus respectivos departamentos cujos resultados revelaram a inexistência da classificação entre valores saudáveis e não-saudáveis, assinalando que tais valores, de um modo geral, podem ser saudáveis ou não, dependendo unicamente do contexto em que as pessoas vivem. Em outras palavras, a coerência entre os valores pessoais e os valores ambientais é que promoveria o bem-estar subjetivo, ocorrendo o contrário, quando não existe tal congruência. Esta hipótese da congruência assinala a importância de se identificar qual o contexto da prioridade valorativa que está sendo evidenciado como importante para as pessoas em questão, uma vez que são vários os ambientes que freqüentam.

Para o músico, a busca pela profissionalização, pela valorização do artista da terra, pela tentativa de mobilização para a organização política do grupo profissional denotam o interesse, mesmo que disperso, na resolução desses conflitos vivenciados no dia-a-dia desses profissionais. A partir dessas considerações, a seguinte hipótese foi elaborada.

Hipótese 2: O tipo de valor Realização/Poder apresentará correlações diretas com os indicadores positivos do bem-estar subjetivo.

Por outro lado, foram destacados aspectos positivos quanto à natureza da profissão. O dia-a-dia do profissional de música é dinâmico e embora exista uma agenda de programações a cumprir, ele tem liberdade para organizar seus horários, contratações e objetivos. A imposição dessa agenda passa pela determinação do próprio músico, que se submete ou não às exigências do mercado. A busca pela fama também passa pela conduta autodiretiva de atingir os objetivos pessoais. Apesar desses aspectos, convém perguntar até que ponto esse caráter autodiretivo apresenta relação com o bem-estar, uma vez que, associado a isso, existe um mercado de trabalho que não atende aos interesses do músico e que, muitas vezes, o desvaloriza e o coloca em uma posição de esquecimento, após um período de glória, quando este ocorre? Desse modo, a sensação de liberdade passa a ser aparente, pois, se de um lado, pode autodirigir-se, por outro,

sua autodireção é ilusória, uma vez que está submetida ao contexto sócio-laboral. Portanto, seguindo essas reflexões, pode-se formular a seguinte hipótese.

Hipótese 3: O tipo de valor Realização/Autodireção não apresentará correlação com os indicadores do bem-estar.

Nos estudos preliminares, foi possível observar algumas reivindicações a respeito do contexto de trabalho dos músicos. Os principais dilemas referem-se à busca pela profissionalização, visto que a heterogeneidade entre amadores e profissionais torna conflituosa a vivência deles; há a necessidade de se ter uma instituição que represente o grupo de profissionais, pois percebem, de forma ambígua, o papel da OMB, que ora atua como protetora dos membros, ora como castradora; e, por fim, reivindicam a valorização do artista local pela sociedade e pelo governo, considerando que, apesar de a Paraíba ser um celeiro de talentos, o fenômeno do estrangeirismo predomina. Estes aspectos configuram uma tentativa de normatização, no desejo de manutenção de uma tradição na profissão de músico no estado. Essa normatização assume um caráter particular, diferenciando-se sobremaneira do seu significado para os advogados. No presente caso, trata do desejo da estabilidade dentro do próprio grupo de profissionais e não das normas da sociedade como um todo. A partir dessas considerações formulou-se a próxima hipótese.

Hipótese 4: Os músicos que priorizam o tipo Normativo tenderão a experienciar mais bem-estar.

Considerando os estudos mais recentes sobre as condições sócio-demográficas (estado civil, idade, sexo, renda, raça, etc.) e o bem-estar gozado pelas pessoas, observa-se que há uma variação dos resultados. Os estudiosos apontam uma correlação entre este construto e o estado civil e a atividade religiosa, por exemplo. Entretanto, a diferença observada no estado civil dá-se em função do sexo, e o efeito da atividade religiosa depende do tipo específico da que está sendo avaliada. Isso indica que estas variáveis podem vir a interferir no modo pelo qual o bem-estar é avaliado. Rojas (2005) afirma que é importante dar atenção a essas variáveis.

Warr (1987), por meio de seu modelo ecológico, ao falar sobre a saúde do indivíduo, considera que esta se dá em um amplo contexto de fatores que são

interconectados: ambiente social e o psicológico. O autor cita nove características do ambiente que podem estar interferindo na saúde do indivíduo: controle sobre o meio, utilização e desenvolvimento dos conhecimentos e capacidades pessoais, existência de objetivos gerados no meio, variedade, clareza ambiental, disponibilidade econômica, segurança física, oportunidades para desenvolver as relações interpessoais e, por fim, posição social valorizada. Nesse caso, a Hipótese 5 foi assim formulada:

Hipótese 5: A relação entre valores e bem-estar apresentará variação ao controlar as variáveis sócio-demográficas (sexo, estado civil, religião e renda).

Considerando que o objetivo principal da tese é verificar em que medida os valores humanos explicam o bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas nos diferentes contextos de referência valorativos dos indivíduos, faz-se necessário identificar se existe variação entre os perfis de valores em função dos perfis de bem-estar entre os músicos. A partir dessas considerações, a seguinte hipótese foi elaborada.

Hipótese 6: Os tipos de perfis do bem-estar variam em conformidade aos perfis de valores.

13.2. Hipótese para os advogados

Ao analisar as hipóteses sobre os valores dos advogados, observou-se que Existência/Bio-social é o mais importante para estes profissionais. Outrossim, além de ter obtido a maior média, quando comparado aos demais valores, houve uma forte tendência à consensualidade das respostas, evidenciando o menor desvio-padrão. A partir dessas considerações, elaborou-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: O tipo de valor Existência/Bio social apresentará correlação direta com o bem-estar e com seus indicadores positivos.

Na hierarquia dos valores, percebeu-se a importância do tipo Normativo para os advogados. De igual modo, foi identificado, a partir da distribuição de frequência e do desvio-padrão, a existência de uma dispersão nas respostas para este valor. Tomando como base estes resultados e considerando que as normas sociais, a harmonia social, a tradição de uma identidade profissional forte e que goza de prestígio são características dessa profissão, é possível pensar na importância desse valor para a sensação de bem-estar entre os advogados. Com base nesses resultados e tomando como referência os estudos de Savig e Schwartz (2000) sobre a importância da congruência entre os valores pessoais e os do ambiente, pensou-se a seguinte hipótese

Hipótese 2: Os advogados que priorizam o tipo Normativo tenderão a apresentar bem-estar.

De um lado, observou-se que 129 advogados (N = 239) priorizaram bastante Realização/Poder, porém apenas 24 destes concentraram-se no escore mais elevado da escala, intervalo 5 e 6. Desse modo, pode-se concluir que este valor tem destaque na amostra, mas não apresenta consensualidade de resposta no ponto extremo positivo da escala. Por outro lado, observa-se que, para a profissão em si, este é um valor fortemente arraigado desde o período imperial até os dias atuais. Considerando estes dois aspectos e tomando como referência a teoria da coerência entre o valor do ambiente e os valores pessoais, pensou-se a seguinte hipótese.

Hipótese 3: Os advogados que priorizam Realização/Poder tendem a apresentar mais bem-estar.

O tipo Realização/Autodireção esteve localizado no último patamar da hierarquia de valores, possivelmente por haver uma forte tendência dos advogados priorizarem as normas sociais, a tradição e o conservadorismo. Na revisão da literatura, esses elementos são identificados por diversos autores nos principais segmentos da profissão. A começar pela rigidez dos cursos universitários que, segundo Falcão (1984) a estrutura permanecia idêntica ao início: das nove disciplinas do currículo inicial no Império, seis ainda eram obrigatórias no currículo de 1980. Na análise do jornal, nos estudos preliminares, identificou-se, por exemplo, um fato notadamente caracterizador do conservadorismo da profissão: na eleição da OAB em 2003, a comissão eleitoral não aceitou a votação por meio de urnas eletrônicas, visto que a desconfiança entre os colegas e com a nova tecnologia estava patente na tomada dessa decisão. Tomando como base esses aspectos, a hipótese a seguir foi formulada.

Hipótese 4: O tipo de valor Realização/Autodireção não se correlacionará com os indicadores de bem-estar subjetivo.

Considerando as mesmas justificativas, elaboradas para a hipótese 4 dos músicos e atentando para o fato da importância que as variáveis sócio-demográficas têm apresentado na relação com o bem-estar subjetivo, foi elaborada a seguinte hipótese.

Hipótese 5: A relação entre valores e bem-estar apresentará variação ao controlar as variáveis sócio-demográficas (sexo, estado civil, religião e renda).

A sexta hipótese foi elaborada à parte dos argumentos da hipótese 6 dos músicos, isto é, como o objetivo principal da tese é verificar em que medida os valores humanos explicam o bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas nos diferentes contextos de referência valorativos dos indivíduos, faz-se necessário identificar se existe variação entre os perfis de valores em função dos perfis de bem-estar entre os advogados.

Hipótese 6: Os tipos de perfis do bem-estar variarão em conformidade aos perfis de valores.

Por fim, para testar as hipóteses, um conjunto de análises foi realizado, como, correlações, ANOVA, Teste de Qui-quadrado e análise de regressão linear múltipla. A descrição detalhada dos instrumentos das variáveis valores humanos e bem-estar subjetivo pode ser encontrada nos capítulos 8 e 11 respectivamente.

CAPÍTULO 14 – RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ESTUDO PRINCIPAL

Este capítulo se propõe a testar as hipóteses de pesquisa sobre a relação entre valores e bem-estar e está dividido em dois grandes tópicos: (1) Resultado dos músicos; (2) Resultado dos advogados. Análises anteriores serão importantes na reflexão sobre rejeição ou não das hipóteses.

14.1. Testando as hipóteses para os músicos

Para averiguar a primeira hipótese – O tipo de valor Existência Bio-social se correlacionará diretamente com os indicadores positivos do bem-estar subjetivo, assim como o seu índice geral – aplicou-se uma análise de correlação r de Pearson. O resultado pode ser observado na Tabela 37.

Tabela 37.

Correlações entre os valores de Existência Bio-social e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						Bem-estar
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	
Existência Bio-social	0,16	-0,07	0,13	0,22**	-0,08	-0,03	0,13
Justiça social	0,32***	-0,10	0,22**	0,16	-0,06	0,01	0,15
Estabilidade pessoal	0,15	-0,08	0,12	0,24**	-0,15	-0,00	0,17
Ordem social	0,05	0,06	0,10	0,23**	-0,05	0,01	0,04
Saúde	0,08	-0,04	0,04	0,21**	-0,11	-0,07	0,07
Afetividade	0,00	0,03	0,20*	-0,05	0,01	-0,01	0,04
Sobrevivência	0,01	0,04	-0,02	0,02	0,13	-0,04	-0,04
Maturidade	0,10	-0,06	0,01	0,14	-0,06	-0,03	0,06
Honestidade	0,16	-0,02	0,09	0,13	-0,03	-0,03	0,11

*Notas: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (missing) através do método pairwise). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.*

Como mostra a Tabela 37, o valor Existência Bio-social apresentou correlação direta com vitalidade ($r = 0,22$; $p \leq 0,01$). Esta hipótese foi parcialmente confirmada, pois que o referido valor não apresentou correlação direta com afetos positivos, satisfação com a vida, bem como a pontuação do bem-estar. Este resultado revela que o músico que prioriza este valor tende a sentir mais satisfação com a vida para realizar e cumprir suas tarefas, porém não é suficiente para influenciar no seu bem-estar geral.

No tópicos referente à avaliação dos valores dos músicos, observou-se que Existência Bio-social está no primeiro patamar da hierarquia valorativa, entretanto, o fato dele não apresentar correlação com o bem-estar pode ser reflexo da sua forte consensualidade das respostas entre o intervalo 5 e 6 da escala, considerando que no intervalo maior que 6 (escala de resposta de 1 a 7) não houve a presença de participante algum. Embora os músicos priorizem este Existência Bio-social, a sua importância não atinge o ponto máximo de valorização.

Quanto aos valores desse grupo, observa-se que estabilidade pessoal, ordem social e saúde se correlacionaram diretamente com vitalidade: ($r = 0,24$; $p \leq 0,05$); ($r = 0,23$; $p \leq 0,05$) e ($r = 0,21$; $p \leq 0,05$), respectivamente. Finalmente, afetividade se correlacionou diretamente com satisfação com a vida ($r = 0,20$; $p \leq 0,05$). Os demais valores (sobrevivência, maturidade e honestidade) não apresentaram correlação com nenhum indicador de bem-estar.

Para testar a segunda hipótese - O tipo de valor Realização/Poder apresentará correlações diretas com os indicadores positivos do bem-estar subjetivo - recorreu-se a correlação r de Pearson, cujo resultado se encontra na Tabela 38.

Tabela 38.

Correlações entre os valores Realização/Poder e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	Bem-estar
Realização/Poder	0,26***	0,00	0,16	0,24**	-0,09	0,10	0,14
Convivência	0,20**	-0,07	0,16*	0,18*	-0,06	-0,10	0,20*
Êxito	0,08	0,09	0,18*	0,19*	0,06	0,05	0,09
Prazer	0,08	0,12	0,00	0,08	-0,01	0,17*	-0,04
Estimulação	0,16*	0,04	0,08	0,11	0,06	0,12	0,03
Poder	0,13	-0,15	0,06	0,11	-0,13	-0,00	0,10
Prestígio	0,05	0,05	0,00	0,09	-0,05	0,04	0,00
Sexual	0,14	0,05	0,09	0,09	-0,01	0,16	0,06
Conhecimento	0,14	-0,01	0,06	0,13	-0,06	0,06	0,09

Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (*missing*) através do método *pairwise*). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.

Observou-se que, dos três indicadores positivos do bem-estar, Realização/Poder se correlacionou diretamente com afetos positivos ($r = 0,26$; $p \leq 0,001$) e vitalidade ($r = 0,24$; $p \leq 0,01$), confirmando parcialmente a Hipótese 2, pois não teve correlação positiva com satisfação com a vida, tampouco com o bem-estar geral. Analisando individualmente os valores do grupo, percebe-se que convivência foi o que mais

apresentou correlação com os indicadores do bem-estar, inclusive com sua pontuação total. Houve correlação com afetos positivos ($r = 0,20$; $p \leq 0,01$), satisfação com a vida ($r = 0,16$; $p \leq 0,05$), vitalidade ($r = 0,18$; $p \leq 0,05$) e bem-estar ($r = 0,20$; $p \leq 0,05$); êxito se correlacionou positivamente com satisfação com a vida ($r = 0,18$; $p \leq 0,05$) e vitalidade ($r = 0,19$; $p \leq 0,05$); prazer apresentou uma correlação direta com ansiedade ($r = 0,17$; $p \leq 0,05$) e, por fim, estimulação se correlacionou positivamente com afetos positivos ($r = 0,16$; $p \leq 0,05$).

No tópico sobre a medição dos valores dos músicos, observou-se que a média foi de 4,56, demonstrando uma importância um pouco além da média que este valor tem para a amostra. Nos estudos preliminares foi possível identificar alguns dilemas da dinâmica profissional do músico, entre eles, destacam-se: conflitos entre profissionalismo e amadorismo, reivindicação da valorização e busca pelo sucesso fora do estado, OMB protetora e OMB castradora, projetos musicais e desvalorização dos músicos, todos estes como os principais que estão relacionados à Realização com foco no Poder. Dessa forma, os músicos envolvidos com esses aspectos da profissão, inserindo-se nesse contexto de trabalho, priorizariam tais valores e usufruiriam do sentimento de bem-estar. Segundo os dados, convivência se mostrou como o mais importante desse grupo de valores, denotando um aspecto central para a resolução dos conflitos. Além disso, êxito, estimulação e prazer também contribuem para os aspectos positivos do bem-estar, na medida em que o profissional da música busca constantemente o sucesso e o destaque em suas atividades, objetivando a fama. Ao lado de tudo isso, interessante observar que a busca pelo prazer no desenvolvimento de suas atividades gera ansiedade. Os conflitos existentes na dinâmica profissional podem estar contribuindo para essa sensação.

Com o objetivo de averiguar a terceira hipótese – O tipo de valor Realização/Autodireção não apresentará correlação com os indicadores do bem-estar – realizou-se uma análise de correlação r de Pearson. Os resultados podem ser observados na Tabela 39.

Tabela 39.

Correlações entre os valores de Realização/Autodireção e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	Bem-estar
Realização/Autodireção	0,12	0,06	-0,02	0,06	-0,03	0,08	0,00
Emoção	0,04	0,15	-0,09	0,10	-0,02	0,09	-0,06
Beleza	-0,01	0,07	-0,05	-0,02	-0,00	0,11	-0,05
Privacidade	-0,05	0,03	-0,05	-0,03	0,10	0,04	-0,02
Autodireção	0,29	-0,11	0,16	0,13	-0,12	-0,04	0,16

*Notas: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (missing) através do método pairwise). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.*

Segundo a Tabela 39, o conjunto de valores do tipo Realização/Autodireção não apresentou correlação alguma com os indicadores, tampouco com o bem-estar geral, confirmando, portanto, a Hipótese 3. Este resultado indica que – embora o músico possa usufruir de uma certa liberdade para gerenciar suas atividades, e que a realização autodiretiva é vivenciada desde o agendamento dos ensaios até a confecção de divulgação do próprio trabalho –, o contexto sócio-laboral desses profissionais, permeado de incertezas, mal pagamento, valorização do estrangeirismo, dedicação exclusiva com pouco retorno financeiro – faz com que este tipo de valor não esteja influenciando o bem-estar desses profissionais.

Para testar a quarta hipótese – Os músicos que priorizam o tipo Normativo tenderão a experienciar mais bem-estar – realizou-se uma correlação r de Pearson. Os resultados podem ser vistos a seguir.

Tabela 40.

Correlações entre os valores Normativos e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	Bem-estar
Normativo	-0,02	-0,12	-0,02	-0,00	0,01	-0,07	0,04
Apoio social	0,10	0,00	0,14	0,08	0,01	0,08	0,06
Obediência	0,04	-0,04	0,01	0,07	0,05	-0,01	0,03
Religiosidade	-0,06	-0,17*	-0,06	0,03	-0,13	-0,14	0,08
Tradição	-0,02	-0,05	-0,03	-0,10	0,14	-0,03	-0,03

*Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (missing) através do método pairwise). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.*

A Hipótese 4 não foi confirmada, uma vez que no geral, nenhum valor se correlacionou com os indicadores de bem-estar, tampouco com o índice total. Apenas

religiosidade se correlacionou negativamente com afetos negativos, indicando que quanto mais religiosidade, menos afetos negativos, porém o inverso não foi verdadeiro: quanto mais religiosidade, mais afetos positivos.

Esperava-se que estes valores apresentassem alguma relação com o bem-estar, visto que na análise dos valores dos músicos observou-se que este tipo está em nível intermediário de importância. Esperava-se que a tradição musical do estado e o apoio social fossem indicadores dessa normatização. Entretanto, uma explicação para este resultado diz respeito à experiência vivida atualmente no contexto de trabalho desses profissionais, a qual não consegue retratar esses dois valores, pois que o primeiro parece estar em um lugar distante, realmente no passado, sem continuidade no presente e o segundo valor, embora possa parecer importante, não encontra respaldo na vivência do músico no mercado de trabalho paraibano.

Para testar a quinta hipótese – A relação entre valores e bem-estar apresentará variação ao controlar as variáveis sócio-demográficas (sexo, estado civil, religião e renda) – aplicou-se a análise de correlação parcial para os tipos de valores que apresentaram correlações significativas (Existência/Bio-social e Realização/Poder) nos respectivos indicadores do bem-estar, no teste das hipóteses anteriores, a fim de observar o efeito das seguintes variáveis: sexo, estado civil, religião e renda. O resultado da correlação parcial foi analisado a partir da comparação com o resultado anterior. O aumento de 0,05 nas correlações parciais foi o critério adotado como indicador de efeito das variáveis. Os resultados podem ser observados na Tabela 41.

Tabela 41.

Correlações parciais entre os tipos de valores com os indicadores do bem-estar subjetivo, controlando o sexo, estado civil, religião e renda na amostra de músicos.

Valores	Indicadores do bem-estar		
	Af.pos.	vital.	Média
Existência/Bio-social			
Sexo		0,27***	M = 5,59 F = 5,47
Estado civil		0,29***	Casad/conv. = 5,44 Solt. = 5,65 Viúvo = 5,45 Sep./divor = 5,88
Religião		0,25**	
Renda		0,25**	
Realização/Poder			
Sexo	0,26***	0,27***	
Estado civil	0,26***	0,28***	
Religião	0,26**	0,27***	
Renda	0,26**	0,26**	

Ao comparar os resultados da Tabela 41 com a Tabela 37, observa-se que, para o tipo de valor Existência/Bio-social e vitalidade, houve um aumento na correlação na presença da variável sexo ($r = 0,27$; $p \leq 0,001$) e estado civil ($r = 0,29$; $p \leq 0,001$). Isto indica que, tanto os homens ($M = 5,59$), quanto os separados e divorciados ($M = 5,88$) se mostraram com mais vitalidade. As variáveis religião e renda não tiveram efeito sobre a relação entre valores e bem-estar. Comparando a Tabela 41 e a Tabela 38, observou-se que a relação entre o tipo de valor Realização/Poder, afetos positivos e vitalidade se apresentou invariável mesmo quando se controlaram sexo, estado civil, religião e renda. Portanto, a Hipótese 5 foi parcialmente confirmada.

Para averiguar a sexta hipótese - Os tipos de perfis de bem-estar variam em conformidade aos perfis de valores – aplicou-se uma ANOVA para comparar as médias dos valores nos grupos de bem-estar, assim como o teste de qui-quadrado. Os resultados da ANOVA estão na Tabela 42.

Tabela 42.

Diferenças entre os escores médios do tipo de valor Realização/Poder em função dos perfis do bem-estar dos músicos

Perfis do bem-estar	Média	Desvio-padrão	Razão F
Bem-estar satisfeito/ansioso	5,15 _a	0,56	F = (4,137) = 3,30; p ≤ 0,01
Bem-estar satisfeito	4,82 _b	0,78	
Bem-estar integrado	5,25 _a	0,72	
Bem-estar/foco ansiedade	5,29 _a	0,43	
Bem-estar deteriorado	4,73 _b	0,82	
Total	5,09	0,72	

Nota: Os escores médios que não compartilham o mesmo sobrescrito apresentam diferença estatisticamente significativa em teste *post hoc* de LSD.

Dos quatro tipos de valores (Realização/Poder, Realização/Autodireção, Existência/Bio-social e Normativo), apenas Realização/Poder obteve diferença estatisticamente significativa entre os perfis de bem-estar para os músicos, confirmando parcialmente a Hipótese 6. Os profissionais com o perfil bem-estar/foco ansiedade, bem-estar integrado e bem-estar satisfeito/ansioso apresentaram os maiores escores no tipo de valor Realização/Poder. Em seguida, o Bem-estar satisfeito e o Bem-estar deteriorado apresentaram os menores escores. Este resultado sugere que os músicos que pontuam mais alto em afetos positivos, vitalidade e satisfação com a vida, mas que também apresentam um componente de ansiedade tendem a priorizar o tipo de valor Realização/Poder.

Com o propósito de analisar se há diferença entre os perfis de bem-estar em função dos perfis de valores realizou-se o Teste de Qui-quadrado (χ^2), utilizando estas duas variáveis. De acordo com os resultados, não existe diferença estatisticamente significativa.

O objetivo desse tópico de análise foi identificar a relação entre o bem-estar e os valores dos músicos. Cabe destacar a importância do tipo de valor Existência/Bio-social com o indicador vitalidade, mas não com a avaliação geral do bem-estar. O tipo de valor Realização/Poder se mostrou importante para os afetos positivos e para a vitalidade, enquanto que os tipos de valores Realização/Autodireção e Normativos não tiveram influência nos indicadores do bem-estar, bem como na sua pontuação total. Apenas a relação entre o tipo Existência/Bio social e vitalidade foi mediada pela variável sexo e estado civil. É importante destacar também que, embora tenha sido possível encontrar correlações entre as variáveis em foco, nenhum valor conseguiu prever o bem-estar dos músicos. Por fim, foi possível perceber que houve diferença estatisticamente

significativa entre os perfis de bem-estar dos músicos e o tipo de valor Realização/Poder.

14.2. Testando as hipóteses para os advogados

Para testar a primeira hipótese – O tipo de valor Existência/Bio social apresentará correlação direta com o bem-estar e com seus indicadores positivos – realizou-se uma correlação r de Pearson. A seguir se descrevem suas correlações com o bem-estar e seus indicadores (Tabela 43).

Tabela 43.

Correlações entre os valores de Existência Bio-social e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						Bem-estar
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	
Existência Bio-social	0,04	-0,10	0,06	0,20**	-0,15**	0,02	0,11
Saúde	0,07	-0,08	0,00	0,22***	-0,01	0,02	0,06
Ordem social	0,03	-0,14*	0,02	0,09	-0,17**	-0,01	0,11
Sobrevivência	0,08	-0,01	0,11	0,11	-0,13*	-0,02	0,10
Justiça social	0,03	-0,11	0,06	0,09	-0,09	-0,09	0,13*
Maturidade	0,03	0,08	-0,01	-0,06	-0,10	0,08	-0,04
Estabilidade pessoal	0,01	0,02	0,00	0,07	0,02	0,05	-0,00
Afetividade	-0,07	-0,07	0,08	0,09	-0,07	0,08	0,04
Honestidade	-0,03	-0,01	-0,04	0,09	-0,01	0,05	-0,02

*Notas: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (missing) através do método pairwise). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.*

O tipo de valor Existência/Bio social foi correlacionado com os fatores específicos do bem-estar subjetivo e com a pontuação total. Seu índice total se correlacionou diretamente com vitalidade ($r = 0,20$; $p \leq 0,01$), e inversamente com depressão ($r = -0,15$; $p \leq 0,01$). Isto indica que quanto mais o advogado prioriza a própria existência física e/ou social, mais vitalidade e menor tendência à depressão ele sente.

Em se tratando do conjunto de valores, saúde se correlacionou diretamente com vitalidade ($r = 0,22$; $p \leq 0,001$); ordem social apresentou correlação inversa com afetos negativos ($r = -0,14$, $p \leq 0,05$) e com depressão ($r = -0,17$, $p \leq 0,01$) e, por fim, justiça social se correlacionou diretamente com o bem-estar geral ($r = 0,13$, $p \leq 0,05$),

confirmando parcialmente esta hipótese. Sua importância se centra mais na tendência à diminuição da depressão e no aumento da vitalidade. Os demais valores (maturidade, estabilidade pessoal, afetividade e honestidade) não apresentaram correlação com os indicadores, tampouco com o bem-estar geral.

É interessante observar que, embora o valor Existência Bio-social tenha sido destaque na hierarquia dos valores, bem como tenha apresentado a maior média para os advogados e forte consensualidade no escore máximo da escala (1 a 7), não se mostrou influente na relação com o bem-estar subjetivo, ficando apenas para o valor específico justiça social essa relação direta. Esse resultado assinala a importância que este valor assume nos profissionais, confirmando os estudos preliminares em que o advogado se destaca por ser o defensor da harmonia e justiça na sociedade.

Para averiguar a segunda hipótese – Os advogados que priorizam o tipo Normativo tenderão a apresentar bem-estar – aplicou-se uma análise de regressão múltipla (stepwise). Decidiu-se considerar os quatro tipos de valores como antecedentes e o bem-estar como variável critério. Os resultados podem ser observados na Tabela 44.

Tabela 44.

Análise regressão múltipla para o bem-estar subjetivo, tendo como preditores os quatro tipos de valores.

Preditores	Bem-Estar Subjetivo		
	B	Beta	t
Normativo	0,08	0,23	3,45***

$R = 0,23; R^2_{\text{ajustado}} = 0,05$
 $F(1,219) = 11,8^{***}$

Nota: *** $p \leq 0,001$

Como pode ser visto na Tabela 44, considerando os valores do tipo Normativo, Realização/Poder, Realização/Autodireção e Existência/Bio-social, apenas os primeiros permitiram explicar satisfatoriamente o bem-estar subjetivo ($F(1,219) = 11,8, p \leq 0,001; R_{\text{múltiplo}} = 0,23, R^2_{\text{ajustado}} = 0,05$). Tal resultado confirma a Hipótese 2 e, ao mesmo tempo, reforça a hipótese da congruência entre os valores pessoais e os do ambiente como promotores do bem-estar subjetivo.

Buscando averiguar a terceira hipótese – Os advogados que priorizam Realização/Poder tendem a apresentar mais bem-estar – realizou-se uma correlação r de

Pearson. A seguir se descrevem suas correlações com o bem-estar e seus indicadores (Tabela 45)

Tabela 45.

Correlações entre os valores Realização/Poder e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	Bem-estar
Realização/Poder	0,19**	0,05	0,02	0,16	-0,13*	0,07	0,05
Convivência	0,18**	-0,14*	0,16**	0,30***	-0,20**	0,04	0,20**
Sexual	0,15*	0,03	-0,03	0,16*	-0,02	0,01	0,04
Estimulação	0,13*	-0,07	0,10	0,14*	-0,12	-0,03	0,12
Conhecimento	0,11	-0,01	0,08	0,15*	-0,06	-0,01	0,05
Êxito	0,09	0,01	-0,00	0,05	-0,08	0,07	0,00
Poder	0,04	0,08	-0,01	-0,05	0,05	0,04	-0,05
Prestígio	0,07	0,09	-0,04	0,05	-0,11	0,06	0,00
Prazer	0,06	0,10	-0,09	-0,02	-0,02	0,07	-0,09

*Notas: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (missing) através do método pairwise). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.*

Os valores de Realização/Poder foram correlacionados com os fatores específicos de bem-estar subjetivo e com a pontuação total. Seu índice total se correlacionou diretamente com afetos positivos ($r = 0,19$; $p \leq 0,01$), e inversamente com depressão ($r = -0,13$; $p \leq 0,01$).

Em se tratando do conjunto de valores, convivência se correlacionou com todos os indicadores, exceto com ansiedade, bem como apresentou correlação positiva com o bem-estar total. Especificamente, se correlacionou diretamente com afetos positivos ($r = 0,18$; $p \leq 0,01$), satisfação com a vida ($r = 0,16$; $p \leq 0,01$), vitalidade ($r = 0,30$; $p \leq 0,001$), bem-estar ($r = 0,20$; $p \leq 0,01$) e inversamente com afetos negativos ($r = -0,14$; $p \leq 0,05$), depressão ($r = -0,20$; $p \leq 0,01$). O valor sexual se correlacionou diretamente com afetos positivos ($r = 0,15$; $p \leq 0,05$) e vitalidade ($r = 0,16$; $p \leq 0,05$). Estimulação apresentou correlação diretamente com afetos positivos ($r = 0,13$; $p \leq 0,05$) e vitalidade ($r = 0,14$; $p \leq 0,05$) e, finalmente, conhecimento se correlacionou diretamente com vitalidade ($r = 0,15$; $p \leq 0,01$), confirmando parcialmente a Hipótese 3. Os demais valores não apresentaram correlação com os indicadores, tampouco com o bem-estar geral.

Importa assinalar o destaque do valor convivência na relação com o bem-estar e seus indicadores. Este foi o único valor desse grupo, que mais apresentou correlação com os indicadores e com o bem-estar total. A compreensão da importância desse valor

se dá tanto no nível pessoal como da profissão. O advogado, ao priorizar sua família (instituição social tão valorizada na Constituição Brasileira), possibilita a expressão mais íntima de convivência social. De modo mais amplo, este valor se reflete nos aspectos sócio-políticos da profissão o que favorece a convivência, possibilitando o engajamento entre suas atividades profissionais e políticas. Nos estudos preliminares, a articulação política se mostrou notadamente na categoria ações político-associativas, com expressão em eventos sociais, políticos, projetos, etc.

Para testar a quarta hipótese – O tipo de valor Realização/Autodireção não se correlacionará com os indicadores do bem-estar subjetivo – realizou-se uma correlação r de Pearson. O resultado se encontra na tabela em seguida.

Tabela 46.

Correlações entre os valores Realização/Autodireção e os indicadores de bem-estar subjetivo

Valores	Indicadores de Bem-Estar Subjetivo						Bem-estar
	Af.pos.	Af.Neg	Sats.vida	vital.	Depres.	Ansie.	
Realização/Autodireção	0,05	0,06	-0,09	0,05	-0,02	0,05	-0,05
Emoção	0,09	0,09	-0,02	0,10	-0,02	0,01	-0,01
Beleza	-0,06	0,02	-0,10*	0,03	0,00	0,09	-0,06
Privacidade	-0,01	0,06	-0,06	-0,07	0,02	0,01	-0,06
Autodireção	0,09	-0,04	0,01	0,03	-0,04	-0,00	0,04

*Notas: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$ (teste de significância unicaudal, com eliminação dos casos em branco (missing) através do método pairwise). Identificação dos indicadores de bem-estar subjetivo: Afetos Positivos, Afetos Negativos, Satisfação com a Vida, Vitalidade, Depressão, Ansiedade e Índice Geral de Bem-Estar Subjetivo.*

Segundo a Tabela 46, Realização/Autodireção não se correlacionou com indicador algum, tampouco com a pontuação total do bem-estar. Isoladamente, apenas beleza se correlacionou inversamente com satisfação com a vida ($r = -0,10$; $p \leq 0,05$), confirmando, portanto, a Hipótese 4.

Para averiguar a quinta hipótese – A relação entre valores e bem-estar apresentará variação ao controlar as variáveis sócio-demográficas (sexo, estado civil, religião e renda) – realizou-se uma correlação parcial. Os resultados são mostrados a seguir.

Tabela 47.

Correlações parciais entre os tipos de valores com os indicadores do bem-estar subjetivo, controlando o sexo, estado civil, religião e renda na amostra de advogados.

Valores	Indicadores do bem-estar	
	Vitalidade Existência/Bio-social	Depressão
Sexo	0,23***	-0,15*
Estado civil	0,21**	-0,15*
Religião	0,21**	-0,15*
Renda	0,18**	-0,14*
	Realização/Poder	depressão
	Afetos positivos	
Sexo	0,19**	-0,13*
Estado civil	0,19**	-0,13*
Religião	0,19**	-0,13*
Renda	0,18**	-0,13*

Ao se comparar as Tabelas 47 e 43, e Tabela 47 e 45, observou-se que é possível assumir uma invariância do padrão de correlação dos tipos de valores Existência Bio-social com vitalidade e depressão e Realização/Poder com afetos positivos e depressão, mesmo quando se controlaram as variáveis sócio-demográficas, como, sexo, estado civil, religião e renda, não confirmando a Hipótese 5.

Para averiguar a sexta hipótese – Os tipos de perfis de bem-estar variam em conformidade aos perfis de valores – aplicou-se uma ANOVA para comparar as médias dos valores nos grupos de bem-estar, assim como o teste de qui-quadrado. Primeiramente, os resultados da ANOVA estão na Tabela 48.

Tabela 48.

Diferenças entre os escores médios do tipo de valor Realização/Poder em função dos perfis do bem-estar dos advogados

Perfis do bem-estar	Média	Desvio-padrão	Razão F
Perfil bem-estar satisfatório	5,32 _a	0,69	F = (3,230) = 9,00; p ≤ 0,001
Perfil bem-estar integrado	4,93 _b	0,63	
Perfil bem-estar com ansiedade	5,39 _a	0,65	
Perfil bem-estar comprometido	4,70 _b	0,50	
Total	5,18	0,69	

Nota: Os escores médios que não compartilham o mesmo sobrescrito apresentam diferença estatisticamente significativa em teste *post hoc* de LSD.

Dos quatro tipos de valores (Realização/Poder, Realização/Autodireção, Existência/Bio-social e Normativo), apenas Realização/Poder obteve diferença estatisticamente significativa entre os perfis de bem-estar para os advogados. Os

profissionais com o perfil satisfeito e com foco na ansiedade apresentaram os maiores escores no tipo de valor Realização/Poder. Em seguida, o perfil integrado e o deteriorado apresentaram os menores escores. Este resultado indica que os advogados que apresentam perfis extremados de bem-estar (integrado e deteriorado) não priorizam o tipo de valor Realização/Poder.

Com o propósito de analisar se há diferença entre os perfis de bem-estar em função dos perfis de valores dos advogados, realizou-se o Teste de Qui-quadrado (χ^2), utilizando estas duas variáveis (Tabela 49).

Tabela 49.

Contingenciamento entre os perfis de bem-estar em função dos perfis de valores dos advogados.

Perfis de bem-estar dos advogados	Perfis dos valores dos advogados				Total
	Perfil autodiretivo	Perfil de estabilidade e pessoal	Perfil de autoridade	Perfil conservador	
Perfil bem-estar integrado	34	32	13	15	94
	36,2	19,5	19,1	19,1	94,0
	36,2%	34,0%	13,8%	16,0%	100,0%
Perfil bem-estar satisfatório	32	8	16	18	74
	28,5	15,4	15,1	15,1	74,0
	43,2%	10,8%	21,6%	24,3%	100,0%
Perfil bem-estar com ansiedade	19	8	15	9	51
	19,6	10,6	10,4	10,4	51,0
	37,3%	15,7%	29,4%	17,6%	100,0%
Perfil bem-estar comprometido	4	0	3	5	12
	4,6	2,5	2,4	2,4	12,0
	33,3%	,0%	25,0%	41,7%	100,0%
Total	89	48	47	47	231
	89,0	48,0	47,0	47,0	231,0
	38,5%	20,8%	20,3%	20,3%	100,0%

Os resultados indicam que há diferença estatisticamente significativa entre os perfis de bem-estar e os perfis de valores dos advogados [$\chi^2 (9, 231) = 23,83; p \leq 0,01$]. Os perfis autodiretivo e de estabilidade pessoal se concentram no perfil integrado de bem-estar. É interessante assinalar que no perfil de estabilidade pessoal não se encontra nenhum participante no bem-estar comprometido, porém o perfil conservador tende a ter maior concentração no perfil de bem-estar comprometido. O resultado de tais análises permitiram confirmar a Hipótese 6.

Como o objetivo desse tópico de análise foi identificar a relação entre o bem-estar e os valores dos advogados, alguns pontos principais merecem destaque. O único tipo de valor preditor do bem-estar foi o Normativo. Este resultado vem a confirmar a ênfase que este tipo de valor vem apresentando ao longo do processo de profissionalização dos advogados, configurando-se em uma profissão conservadora até mesmo pelo tipo de atividade que desempenha. Em oposição, o tipo de valor Realização/Autodireção não apresentou influência alguma nos indicadores do bem-estar dos profissionais. O tipo de valor Existência/Bio-social apresentou uma relação direta com vitalidade e inversa com depressão. Para Realização/Poder observou-se uma relação direta com afetos positivos e inversa com depressão e não apresentou influência com a avaliação total do bem-estar. Nas correlações significativas, não houve mediação pelas variáveis sócio-demográficas (sexo, estado civil, religião e renda). Por fim, foi possível perceber que houve diferença estatisticamente significativa entre os perfis de bem-estar dos advogados e o tipo de valor Realização/Poder, assim como entre os perfis de valores e de bem-estar.

CAPÍTULO 15 – CONCLUINDO

O objetivo principal proposto para esta tese foi verificar se os valores humanos explicam o bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas nos diferentes contextos de referência valorativos dos indivíduos, estudando duas profissões: a de músico e a de advogado. Os estudos preliminares se propuseram a responder questões específicas a respeito do contexto sócio-laboral dessas profissões e o estudo principal explorou as relações existentes entre as variáveis bem-estar subjetivo e valores humanos para estes profissionais.

As análises dos estudos preliminares apontaram para uma visão da profissão da música transmitida ao leitor do jornal Correio da Paraíba em torno de quatro categorias centrais: papel social da música, incentivo à música, profissão e organização político-associativa. Para os advogados, duas categorias centrais apareceram: ações político-associativas e profissão. Um importante aspecto evidenciado nas análises é a diferença de contextos sócio-laboral das profissões.

Para os músicos, percebeu-se um contexto laboral marcado por uma identidade grupal ainda em formação. Isto fica claro quando se pensa na relação ambígua que os profissionais têm com a OMB, especificamente na fragilidade da categoria de análise denominada organização político-associativa. O caminho solitário dos profissionais faz com que a ênfase seja posta ao indivíduo profissional e não no indivíduo inserido em um contexto maior de identidade social, de identidade grupal. Embora se perceba uma relação ambígua com a instituição que representa esse grupo, na análise do jornal e nas entrevistas encontraram-se poucos envolvimento de profissionais com os aspectos político-associativos. Questiona-se se a dificuldade de fortalecer a instituição que os representa ou até mesmo de se ouvir a voz grupal das reivindicações, não estaria ligada a essa falta de identidade social.

Os advogados passam por fase distinta a esse respeito. A instituição que os representa é notadamente firmada em conquistas políticas desde o Império, culminando na criação da OAB em 1930. A identidade grupal é visivelmente formada e se expressa nas reivindicações grupais e nas homenagens aos pares. Os valores de conservadorismo, poder e normativo são claramente identificados na literatura e nos estudos preliminares.

Em se tratando desse estudo, o bem-estar e os valores humanos foram mensurados tendo em vista os objetivos da tese. Em seguida, foram formuladas

hipóteses para cada construto, tomando como referência as análises realizadas para a amostra. O desenvolvimento da análise de *clusters* com o conjunto de escores nos quatro tipos de valores revelou tipos de perfis valorativos, compartilhados entre grupos específicos da amostra, tanto de músicos (três perfis) como de advogados (quatro perfis). Os músicos se mostraram com maior diversidade valorativa, porém nenhum tipo de valor foi preditor do bem-estar desses profissionais. Possivelmente, a diversidade da amostra tenha contribuído para esse resultado, fato este que se configurou como um dos limites da pesquisa. O perfil majoritário para os advogados se caracterizou por elevada ênfase no caráter autodiretivo de suas atividades.

No que se referem ao bem-estar, as medidas apresentaram qualidade psicométrica, seja através de suas análises isoladas, bem como a partir da extração de um índice geral do bem-estar. Esse procedimento foi realizado em pesquisa anterior (Chaves, 2003) e se mostrou adequado para as análises da presente tese.

Quanto aos indicadores de bem-estar, tanto os músicos, quanto os advogados se mostraram como tendo uma leve tendência à depressão e ansiedade, porém comparando as duas variáveis, os profissionais se mostraram com maior tendência à ansiedade. Além disso, houve prevalência dos afetos positivos para ambas as amostras.

Observou-se que os músicos tendem a experimentar satisfação com a vida, porém detectou-se que alguns profissionais se encontram com baixo nível de satisfação, o que põe em questionamento essa sensação entre a amostra. Os advogados tenderam a sentirem-se satisfeitos com a vida.

Ambas as amostras tiveram elevada pontuação no indicador vitalidade. Por fim, na pontuação geral do bem-estar, os profissionais estiveram um pouco acima do ponto médio da escala, denotando a tendência a essa sensação. A análise de *clusters* permitiu identificar cinco perfis de bem-estar para os músicos e também para os advogados. O perfil majoritário para ambos caracterizou-se por elevados índices nos componentes positivos do bem-estar (vitalidade, afetos positivos e satisfação com a vida).

Para os músicos, quanto à relação entre o bem-estar e os valores, destaca-se a importância do tipo de valor Existência/Bio-social e Realização/Poder com alguns indicadores (satisfação com a vida, vitalidade e afetos positivos), enquanto Realização/Autodireção e Normativos não tiveram influência no bem-estar. Embora Existência Bio-social e Realização/Poder terem tido relativa importância, não foram suficientes para predizer o bem-estar total. Como explicar o bem-estar observado na amostra de músicos? Para esta amostra, os valores humanos não conseguem explicar o

bem-estar, ficando esta explicação para outras variáveis que ultrapassam o campo de pesquisa desta tese.

A frágil identidade grupal, na profissão dos músicos, implica a ausência de um contexto laboral fortalecido em valores comuns a todos. A questão, a saber, é, sendo a identidade de grupo definido e fortalecido no nível sócio-ideológico que produz uma mentalidade cultural no grupo dos advogados, por que isto não acontece no dos músicos? Tal estudo parte do pressuposto de que, dada à variedade dos valores entre os músicos, a ausência dessa identidade leva à dedução de que o bem-estar deste grupo assume aspectos notadamente individuais, sobretudo quando tais valores se fazem inexistentes, ignorados ou dispersos, o que impede a formação de uma mentalidade ideológico-cultural do grupo. Isto pode ser verificado, por exemplo, na condição da profissionalização como pré-requisito para o exercício da profissão. No caso dos advogados, é estabelecida normativamente, entendendo “norma” aqui enquanto processo de legitimidade da profissão, incorporada como valor grupal, evidentemente associado aos demais valores que compõe o estuário do grupo. Com isso, pode-se afirmar que a coerência entre os valores pessoais e os do grupo é indicativa do bem-estar subjetivo, sugerindo a inexistência de um padrão valorativo saudável independente do contexto cultural.

No caso dos advogados, o tipo de *valor predictor* do bem-estar foi o Normativo. O contexto laboral é pautado pela tradição da profissão no país, pela obediência à constituição e pelo apoio político no desempenho das atividades advocatícias, valores estes que garantem a harmonia nacional. Portanto, os advogados que apresentam tais valores em congruência com este ambiente de referência, tendem a gozar de bem-estar. Por outro lado, Existência Bio-social e Realização/Poder mostraram alguma influência no bem-estar, porém não conseguiu explicá-lo. Contrariamente, Realização/Autodireção não teve influência.

Interessante observar que Realização com o foco na Autodireção não foi indicador de bem-estar para as duas profissões. Este resultado reflete o que Warr (1987) defende a respeito do controle sobre o meio. Isto é, quanto mais o indivíduo controla suas atividades, mais saúde mental terá. O autor considera que o meio ambiente pode facilitar ou não a expressão das habilidades do indivíduo. Desse modo, os profissionais pesquisados parecem não ter controle sobre suas tarefas, mesmo que, a princípio, se pense que a atividade liberal ou autônoma, oferece benefícios a respeito do domínio da agenda laboral. O controle das atividades, para ambas as profissões, é algo aparente e

não real. O mercado de trabalho determina a pseudo-liberdade do autônomo ou prestador de serviços. A liberdade do músico termina no limiar da relação com os contratantes, nos horários estabelecidos para as apresentações, implicando em horários extras de ensaios, na divulgação (ou não) do trabalho pela mídia, na divulgação do trabalho por meio dos projetos musicais, no pagamento após as apresentações, na busca de apoio do governo, na aceitação do público, etc.

Do mesmo modo, o advogado, embora acredite que pode agendar livremente seus compromissos, está literalmente submetido às datas e horários estabelecidos pela justiça e às necessidades do cliente, e sua liberdade se restringe aos horários, em que não se encontra nos órgãos da justiça. Daí a compreensão desse tipo de valor como não sendo priorizado pelos profissionais.

Considerando os resultados do estudo principal, é possível responder à pergunta inicial da tese – existem valores que predizem a saúde? Mais ainda, será que sua ausência ocasionaria deterioro ao bem-estar? O presente estudo concluiu que a relação entre os valores humanos e o bem-estar tende a acontecer em função da congruência dos valores pessoais com os promovidos no contexto social de referência, desde que se tenha um contexto social valorativo bem demarcado. Não foi possível identificar um perfil valorativo saudável independente do contexto de avaliação, mas sim que qualquer valor poderá ser saudável ou promotor de bem-estar, à proporção que esteja em foco a íntima relação com o ambiente.

Em suma, o que se pode destacar sobre os principais resultados e limitações da presente tese? Possivelmente, seu destaque maior tenha sido a relação entre bem-estar e valores humanos a partir de uma abordagem psicossocial de análise, introduzindo o estudo preliminar sobre as profissões de músico e advogado no contexto paraibano. A carência de estudos da área da Psicologia Organizacional e do Trabalho a respeito dessas profissões evidencia essa importância.

Tem sido comum encontrar estudos a respeito da classificação entre valores saudáveis ou não saudáveis na promoção do bem-estar em realidades culturais diferentes do nosso contexto. A importação desses modelos tende a enfatizar a busca pela verificação de uma teoria, independente do ambiente social de referência.

Algumas limitações e sugestões merecem ser delineadas:

O bem-estar por ser um construto multifacetado, não se descarta a possibilidade de se estudá-lo com outros indicadores, como, auto-estima, apoio social, valores organizacionais, significado do trabalho, satisfação com o trabalho, síndrome de

Burnout, etc., sendo estes quatro últimos, os indicadores pertinentes ao estudo de grupos profissionais.

A especificidade da amostra também merece destaque. Estudos futuros podem focalizar a relação entre bem-estar e valores humanos em trabalhadores, que se enquadrem em modelos mais tradicionais de empregos, como, bancários, profissionais de saúde que trabalhem em hospitais, professores, etc., em que os valores organizacionais possam ser mensurados. Amostras desse tipo podem ser úteis para explicar melhor a relação entre valores do ambiente e valores pessoais.

A respeito do número de sujeitos participantes das entrevistas, sugere-se maior representatividade da população em pesquisas futuras e maior aprofundamento a partir das categorias aqui arroladas. Ademais, seria interessante realizar análise de conteúdo em outras fontes documentais, como boletins, periódicos, folhetins de circulação interna para as profissões estudadas. Recomenda-se realizar análises em outros jornais, objetivando a comparação ideológica das mensagens transmitidas para o leitor.

Apesar das limitações apontadas, alguns resultados merecem ser delineados. A inexistência de valores saudáveis na amostra estudada se torna um elemento importante na quebra de preconceitos em torno de modelos que orientam o caminho da felicidade. Isto é, estes resultados revelam que as pessoas são livres para escolher o próprio caminho que leva ao seu bem-estar, sem necessariamente estar vinculado a padrões determinantes da felicidade. Mais do que o caráter saudável dos valores, o que parece importar é a coerência valorativa entre o pessoal e o social na promoção da saúde. Limitar a classificação entre valores saudáveis ou não é ir contra a inclusão da diversidade. É como se o diferente não pudesse ser tão feliz quanto os pares.

A temática se revela como um ponto importante para a ampliação do conceito da saúde geral, definida não somente como ausência de patologia, mas também como resultado de um equilíbrio entre o pessoal e o social, entre o ambiente e a capacidade adaptativa do indivíduo. Nesse âmbito, os resultados encontrados assinalam um sentido de bem-estar bastante abrangente no que diz respeito à necessidade de se buscar a harmonia entre as relações interpessoais, principalmente em uma cultura coletivista (Hofstede, 1984), que prima pelo grupo e pelas relações entre as pessoas que conformam tais grupos.

Em suma, foram encontradas algumas variações do bem-estar quando se controlou o sexo e o estado civil. Esse resultado indica que se deve explorar mais as variáveis sócio-demográficas no estudo dessa temática.

- **Aplicabilidade da Pesquisa**

Apesar de esta pesquisa ser destinada à apreensão teórica sobre o tema do bem-estar subjetivo e sua relação com os valores humanos, sua aplicabilidade se torna bastante ampla no que diz respeito a intervenções sociais em busca da melhoria na saúde sob uma perspectiva psicossocial. Comprovou-se aqui a relação entre o pessoal e o social na promoção da saúde, ficando evidente que a adaptabilidade é importante ao bem-estar.

Para a Psicologia Organizacional e do Trabalho, a grande contribuição dessa pesquisa é na atenção que se deve dar ao reforçamento dos valores do ambiente de trabalho para que se possa facilitar a maior identificação dos trabalhadores com seus ambientes de referência. Os resultados desta pesquisa serão úteis para o psicólogo organizacional e do trabalho, à proporção em que poderá fomentar práticas para a socialização, tendo em vista os valores da organização, indagando-se até que ponto, a motivação, o significado do trabalho, o desempenho e o sentido de grupo, não possam estar vinculados a um contexto valorativo bem delimitado.

De igual maneira, em qualquer outro ambiente de referência valorativo, como, escola, clubes, associações, etc.; ademais é na conjugação entre os valores do ambiente com os pessoais que o indivíduo pode usufruir da sensação de bem-estar (Sagiv & Schwartz, 2000). Isso destaca o sentido de que experimentar bem-estar é também reconhecer-se como um membro de uma coletividade mais geral, na qual cada um precisa gozar dos mesmos direitos e ter as mesmas obrigações.

Estes resultados poderão ser úteis às instituições que regulamentam as profissões de músico (OMB) e advogado (OAB) na cidade de João Pessoa, para que se possa, uma vez conhecendo os dados, intervir no processo de manutenção e de identificação grupal.

Esta pesquisa aponta para a necessidade de se investir em emoções positivas como forte elemento promotor da saúde, evidenciando-se a importância de se compreender os mecanismos psicossociais envolvidos no processo de manutenção ou restabelecimento do bem-estar.

Por fim, essa pesquisa também tem uma aplicabilidade dentro das políticas públicas, à medida que se torna um campo de investigação científica necessária para averiguar a necessidade dos mecanismos subjetivos na compreensão da saúde. Segundo Lara (2001), Políticas Públicas são aquelas políticas necessárias e fundamentais para garantir os direitos assegurados às pessoas e à coletividade no que diz respeito à saúde,

educação, segurança, lazer, assistência social, cultura – para que haja desenvolvimento social. É tudo aquilo que vai garantir os direitos para o ser humano, o cidadão, o coletivo e a sociedade. O psicólogo como um profissional que pode ser considerado como um promotor de saúde, pode entrar na temática das políticas públicas na saúde para fomentar a contribuição da psicologia no que se refere à compreensão dos processos da qualidade de vida e do adoecer.

A política brasileira, descrita na Constituição Federal do Brasil de 1988, Art. 196, engloba várias perspectivas para a atuação dos diversos profissionais do setor público tentando com isso promover cada vez mais a saúde entre a população. A temática desta tese sobre o bem-estar subjetivo e os valores humanos pretende incrementar os estudos sobre a saúde da população de um modo geral, uma vez que, conhecendo-se o que levaria a um sentimento de realização e bem-estar pleno, haveria possibilidade de promover estas condições ou torná-las mais visível às pessoas para que as percebessem, incentivando-as assim em direção a uma vida mais tranqüila e saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, S. (1988). *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Albuquerque, A. A. U. L (s/d). *A reforma do ensino jurídico e o papel da Ordem dos Advogados do Brasil*. Obtido em 01 de novembro de 2004, de: <http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/hsr65.htm>
- Albuquerque, A. S. & Tróccoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, (2), 153-164.
- Albuquerque, F. J. B., Noriega, J. A. V., Coelho, J. A. P. M., Neves, M. T. S. & Martins, C. R. (2006). Valores humanos básicos como preditores do bem-estar subjetivo. *PSICO, PUCRS*, 37 (2), 131-137.
- Alvaro, J. L. (1995). *Psicología social: perspectivas teóricas y metodológicas*. Madrid: Siglo Veintiuno de España editores.
- Andrade, M. (1965). *Aspectos da Música Brasileira*. Liv. Martins Ed.
- Arruda, J. J. & Piletti, N. (2000). *Toda a história – história geral e história do Brasil*. São Paulo: ed. Ática.
- Arthaud-Day, M. L. & Near, J. P. (2005). The wealth of nations and the happiness of nations: why “accounting” matters. *Social Indicators Research*, 74, 511-548.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Texto original publicado em 1977).
- Baur, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático* (pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.

- Biswas-Diener, R., Vitterso, J. & Diener, E. (2005). Most people are pretty happy, but there is cultural variation: the Inughuit, the Amish, and the Maasai. *Journal of Happiness Studies*, 6, 205-226.
- Bonelli, M. G. (1999). O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (39), 61-81.
- Bonelli, M. G. (2002). *Profissionalismo e política no mundo do direito: As relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o estado*. São Carlos: EduFSCar.
- Borges, L. O. (1996). A representação social do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 1(1), 7-25.
- Borges, L. O. (2005). Valores de trabalhadores de baixa instrução. In Tamayo, A. & Porto, J. B. (Org.), *Valores e comportamento nas organizações* (pp. 233-250). Petrópolis: Editora Vozes.
- Borges, L. de O. & Argolo, J.C.T. (2002). Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. *Avaliação Psicológica*, 1, 17-27.
- Borges, L. O., Silva, V. F., Maranhão, J., Moura, H. B. & Ge, P. C. S. (2005). Concepção, planejamento e desenvolvimento da pesquisa. In Borges, L. O. (Org.), *Os profissionais de saúde e seu trabalho* (pp. 25-46). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Brasil (1994). *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. São Paulo, SP: Ed. Atlas S. A.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and programming*. London: Lawrence Erlbaum Associates.

- Caldas, M. P. (2006). Santo de casa não faz milagre: condicionantes nacionais e implicações organizacionais da fixação brasileira pela figura do “estrangeiro”. In Motta, F. C. P. & Caldas, M. P. (Org.), *Cultura organizacional e cultura brasileira* (pp. 73-93). São Paulo: Atlas.
- Castells, M. (2003). *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e Cultura*, v 1. São Paulo: Paz e terra.
- Castelo Branco, U. V. (2005). *A construção do mito do “meu filho doutor”:* *Fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Chappell, N. L. (2005). Perceived change in quality of life among Chinese Canadian seniors: the role of involvement in Chinese culture. *Journal of Happiness Studies*, 6, 69-91.
- Chaves, S. S. S. (2003). *Valores como preditores do bem-estar subjetivo*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Coelho, E. C. (1999b). *As profissões imperiais: advocacia, medicina e engenharia*. Rio de Janeiro: Record.
- Coelho, M. C. (1999a). *A experiência da fama*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Coluna Prestes*. Obtido em 01 de agosto de 2006, de http://pt.wikipedia.org/wiki/Coluna_Prestes
- Compton, W. C., Smith, M. L., Cornish, K. A., & Qualls, D. L. (1996). Factor structure of mental health measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 406-413.

- DeNeve, K. M. & Cooper, H. (1998). The happy personality: A meta-analysis of 137 personality traits and subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 124, 197-229.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed.
- Dezutter, J., Soenens, B. & Hutsebaut, D. (2006). Religiosity and mental health: A further exploration of the relative importance of religious behaviors vs. religious attitudes. *Personality and individual differences*, 40, 807-818.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E. & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being. Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125, 276 - 302.
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist*, 55, 34-43.
- Diener, E. & Diener, M. (1995). Cross-cultural correlates of life satisfaction and self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 653-663.
- Diener, E. & Emmons, R. A. (1984). The independence of positive and negative affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 1105-1117.
- Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J. & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment*, 49, 71-75.
- Diener, E., Lucas, R. E. & Oishi, S. (2005). Subjective well-being: the science of happiness and life satisfaction. In Snyder, C. R. & Lopez, S. J. (Ed.), *Handbook of positive psychology* (pp. 63-73). New York: Oxford University Press.
- Dubé, L., Jodoin, M. & Kairouz, S. (1998). On the cognitive basis of subjective well-being analysis: What do individuals have to say about it? *Canadian Journal of Behavioural Science*, 30, 1-13.

- Falcão, J. (1984). *Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana.
- Farias, E. (2005). Economia e cultura no circuito das festas populares brasileira. *Sociedade e estado*, 20 (3), 647-688.
- Ferreira, M. C., Assmar, E. M. L., Omar, A. G., Delgado, H., González, A., Silva, J. M. B., Souza, M. A. & Cisne, M. C. F. (2002). Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso escolar: um estudo transcultural Brasil-Argentina-México. *Psicologia: Reflexão Crítica*, 15 (3), 515-527.
- Ferrer, J. G. (1988). *Valores humanos: principales concepciones teóricas*. Valencia, Espanha: NAU llibres.
- Fromm, E. (1976). *Ter ou ser?* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Glossário Jurídico. *Ato jurídico*. Obtido em 28 de agosto de 2006, de <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/cedeca/gloss/gl-juri.html>
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado. Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A psychosocial typology of basic human values: Proposition, empirical evidences and future directions. *Manuscrito submetido à publicação*.
- Gouveia, V. V., Barbosa, G. A., Andrade, E. O. & Carneiro, M. B. (2005). Medindo a satisfação com a vida dos médicos no Brasil. *J Brás Psiquiatr*, 54 (4), 298-305.
- Gouveia, V. V., Chaves, S. S. S., Oliveira, I. C. P., Dias, M. R., Gouveia, R. S. V. & Andrade, P. R. (2003). A utilização do QSG-12 na população geral: estudo de sua validade de construto. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19, 241-248.

- Gouveia, V. V., Martinez, E., Meira, M. & Milfont, T. L. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. *Estudos de Psicologia*, 6 (2), 133-142.
- Grol, A., Little, T. D., Wanner, B. & Wearing, A. J. (1996). Adolescents' well-being and perceived control across 14 sociocultural contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 785-795.
- Guedea, M. T. D. (2002). *Bem-estar subjetivo em idosos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Guttman, L. (1968). A general nonmetric technique for finding the smallest coordinate space for a configuration of points. *Psychometrika*, 33, 469-506.
- Hair, J. F. Jr., Anderson, R. E., Tatham, R. L. & Black, W. C. (2004). *Análisis multivariante*. Espanha: Prentice Hall.
- Heitor, L. (1950). *Música e músicos no Brasil*. Rio de Janeiro: C.E.B.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Hopenhayn, M. (2001). *Repensar el trabajo*. Buenos Aires: Norma.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores.
- Kaplan, J. A. (1999). *Caso me esqueça(m). Memórias musicais. Vol. I*. João Pessoa: Quebra-Quilo.
- Kasser, T. & Ahuvia, A. (2002). Materialistic values and well-being in business students. *European Journal of Social Psychology*, 32, 137-146.

- Kasser, T. & Ryan, R. M. (1993). A dark side of the american dream: Correlates of financial success as a central life aspiration. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 410-422.
- Kasser, T. & Ryan, R. M. (1996). Further examining the American dream: Differential correlates of intrinsic and extrinsic goals. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 280-287.
- Keyes, C. L. M. & Lopez, S. J. (2005). Toward a science of mental health: positive directions in diagnosis and interventions. In Snyder, C. R. & Lopez, S. J. (Ed.), *Handbook of positive psychology* (pp. 45-59). New York: Oxford University Press.
- Kim-Prieto, C., Diener, E., Tamir, M., Scollon, C. & Diener, M. (2005). Integrating the diverse definitions of happiness: a time-sequential framework of subjective well-being. *Journal of Happiness Studies*, 6, 261-300.
- Kitayama, S., Markus, H. R. & Kurokawa, M. (2000). Culture, emotion, and well-being: good feelings in Japan and the United States. *Cognition and Emotion*, 14 (1), 93-124.
- Koshiha, L. & Pereira, D. M. F. (2001). *História do Brasil*. São Paulo: Atual.
- Lara, M. C. (2001). Políticas públicas como um desafio para os psicólogos. In M. V. O. Silva (Org.), *I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas – Políticas públicas como um desafio para os psicólogos* (p. 17). Salvador.
- Lever, J. P., Piñol, N. L. & Uralde, J. H. (2005). Poverty, psychological resources and subjective well-being. *Social Indicators Research*, 73, 375-408.
- Lei Nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960. Obtido em 29 de outubro de 2004, de <http://www.soleis.adv.br>
- Liao, P-S, Fu, Y-C e Yi, C-C (2005). Perceived quality of life in Taiwan and Hong Kong: An intra-culture comparison. *Journal of Happiness Studies*, 6, 43-67.

- Lima, M. E. O. (1997). *Valores, participação política, atitudes face à democracia e ao autoritarismo: Uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Lopes de Andrade, M. W. C. (2001). *A dimensão valorativa do sentido da vida*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Lucas, R. E., Diener, E. & Suh, E. (1996). Discriminant validity of well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 616-628.
- Lu, L. & Shih, J. B. (1997). Sources of happiness: A qualitative approach. *Journal of Social Psychology*, 137, 181-187.
- Maddux, J. E. (2005). Stopping the “madness”. Positive psychology and deconstruction of the illness ideology and the DSM. In Snyder, C. R. & Lopez, S. J. (Ed.), *Handbook of positive psychology* (pp. 13-25). New York: Oxford University Press.
- Maia, L. M. (2000). *Prioridades valorativas e desenvolvimento moral: Considerações acerca de uma teoria dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Mariz, V. (2000). *História da música no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mariz, V. (1997). *Vida musical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Martin-Baró, I. (1988). Psicologia política del trabajo en América Latina. Conferencia pronunciada en el 1º Encontro Nacional de Psicologia do Trabalho organizado pelo Conselho Federal de Psicologia em Porto Alegre (Brasil).
- Martins, J. E. (1993). A cultura musical erudita na universidade. Refúgio,

resistência e expectativas. *Estudos avançados*, 7 (18), 163-181.

Martins, R. (2005). *A construção social da imagem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na mídia e a consolidação do papel da dupla vocação: profissional e institucional*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row Publishers. (Texto original publicado em 1954).

Minayo, M. C. S. (2000). Fase de análise ou tratamento do material. In M. C. S. Minayo, *O desafio do conhecimento* (pp. 89-104). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.

Ministério do Trabalho e do Emprego. Obtido em 12 de janeiro de 2006, de <http://www.mtecbo.gov.br>

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Obtido em 12 de janeiro de 2006, de <http://www.soleis.adv.br>

Napolitano, M. (2004). A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, 24, 47, 103-126.

Nix, G. A., Ryan, R. M., Manly, J. B. & Deci, E. L. (1999). Revitalization through self-regulation: the effects of autonomous and controlled motivation on happiness and vitality. *Journal of Experimental Social Psychology*, 35, 266-284.

Noriega, J. A., Albuquerque, F. J. B., Alvarez, J. F. L., Oliveira, L. M. S. & Coronado, G. (2003). Locus de controle em uma população do nordeste brasileiro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19 (3), 211-220.

Oliveira, J. S. *O perfil do profissional do Direito neste início de século XXI*. Obtido em 15 de julho de 2005, de <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4745>

Omodei, M. M. & Wearing, A. J. (1990). Need satisfaction and involvement in personal projects: Toward an integrative model of subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 762-769.

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba. *Conselho Seccional*. Obtido em 25 de outubro de 2004, de <http://oabpb.helpdeskintegrativa.com.br/>

Ordem dos Músicos do Brasil e a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico. Obtido em 12 de janeiro de 2006, de http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1960-003857-om/om__001a027.htm

Ortiz, R. (1988). *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: editora brasiliense.

Pasquali, L., Gouveia, V. V., Andriola, W.B., Miranda, F. J. & Ramos, A L. M. (1994). Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG): Adaptação brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, 421-437.

Pavot, W. & Diener, E. (1993). Review of the Satisfaction With Life Scale. *Psychological Assessment*, 5, 164-172.

Peterson, C., Park, N. & Seligman, M. E. P. (2005). Orientations to happiness and life satisfaction: the full life versus the empty life. *Journal of Happiness Studies*, 6, 25-41.

Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195. Obtido em 13 de janeiro de 2006, de <http://www.scielo.br>.

Possatti, I. C. ; Dias, M. R. & Gouveia, V. V. (2000). Questionário Abreviado de Saúde Geral (QSG-12): Validação de construto [Resumo]. In *XXX Reunião Anual de Psicologia*, Brasília.

- Rapkin, B. D. & Fischer, K. (1992). Framing the construct of life satisfaction in terms of older adults' personal. *Psychology and Aging*, 7, 138-149.
- Ribeiro, D. A. (1977). *Gazzi de Sá*. João Pessoa: sem editora.
- Ridenti, M. (2000). *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Ridenti, M. (2005). Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, 17(1), 81-110.
- Rodrigues, E. (2001). *A arte e os artistas da Paraíba: perfis jornalísticos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Rojas, M. (2005). A conceptual-referent theory of happiness: heterogeneity and its consequences. *Social Indicators Research*, 74, 261-294.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human value*. New York: Free Press.
- Ros, M. (2001). Psicología social de los valores: Una perspectiva histórica. In M. Ros & V. V. Gouveia (Org.), *Psicología social de los valores humano: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 27-51). Madri: Editorial Biblioteca Nueva.
- Ros, M. G. & Grad, H. (2005). O significado do valor trabalho relacionado à experiência ocupacional: uma comparação entre professores primários e estudantes do CAP. In Tamayo, A. & Porto, J. B. (Org.) *Valores e comportamento nas organizações*. (pp. 251-279). Petrópolis: Editora Vozes.
- Ryan, R. M., Chirkov, V. I., Little, T. D., Sheldon, K. M., Timoshina, E. & Deci, E. L. (1999). The American dream in Russia: Extrinsic aspirations and well-being in two cultures. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 1509-1524.

- Ryan, R. M. & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55, 68-78.
- Ryan, R. M. & Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual Review of Psychology*, 52, 141-166.
- Ryan, R. M. & Frederick, C. M. (1997). On energy, personality and health: Subjective vitality as a dynamic reflection of well-being. *Journal of Personality*, 65, 259-565.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069-1081.
- Ryff, C. D., Singer, B. H. & Love, G. D. (2004). Positive health: connecting well-being with biology. *The Royal Society*, 359, 1383-1394.
- Ryff, C. D. & Keyes, C. L. M. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727.
- Russo, N. F. & Dabul, A. J. (1997). The relationship of abortion to well-being. Do race and religion make a difference? *Professional Psychology: Research and Practice*, 28, 23-31.
- Sarriera, J. C., Schwarcz, C. & Câmara, S. G. (1996). Bem-estar psicológico: análise fatorial da escala de Golberg (GHQ-12) numa amostra de jovens. *Psicologia: reflexão e crítica*, 9, 293-306.
- Savig, L. & Schwartz, S. H. (2000). Value priorities and subjective well-being: direct relations and congruity effects. *European Journal of Social Psychology*, 30, 177-198.

- Schmutte, P. S. & Ryff, C. D. (1997). Personality and well-being: Reexamining methods and meanings. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 549-559.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Org.), *Advances in experimental social psychology*, 25 (pp.1-64). San diego, CA: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, (4), 19-45.
- Schwartz, S. H. (1999). A theory of cultural values and some implications for work. *Applied psychology: an international review*, 48, (1), 23-47.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 878-891.
- Schwartz, S. H. & Sagiv, L. (1995). Identifying culture-specifics in the content and structure of values. *Journal of cross-cultural psychology*, 26 (1), 92-116.
- Seligman, M. E. P. (2005). Positive psychology, positive prevention, and positive therapy. In Snyder, C. R. & Lopez, S. J. (Ed.) *Handbook of positive psychology*. (pp. 3-9). New York: Oxford University Press.
- Seligman, M. E. P. & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology – An introduction. *American Psychologist*, 55, 5–14.
- Sheldon, K. M. & Kasser, T. (1995). Coherence and congruence: Two aspects of personality integration. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 531-543.

- Silva, L. C. (2006). *Gazzi de Sá compondo o prelúdio da educação musical da Paraíba: uma história musical da Paraíba nas décadas de 30 a 50*. Tese de Doutorado. Departamento de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Sinhoretto, J. (2005). Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo. *Sociologias*, 13, 136-161.
- Sodré, R. A. (1967). *O advogado, seu estatuto e a ética profissional*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Söhsten, R. V. (1999). *Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraíba. Presidentes, Diretorias e Conselho (1932-1997)*. João Pessoa: Textoarte editor.
- Sorj, Bila (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (43), 25-34.
- Souza-Filho, E. A. (1996). Estratégias e medidas em análise de conteúdo. In L. Pasquali (Org.), *Métodos de medida em ciências do comportamento* (pp. 319-365). Brasília: UnB, INEP.
- Steinberger, M. B. (2005). *Discursos geopolíticos na mídia: jornalismo imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez.
- Tamayo, A. (1994a). Escala fatorial de atribuição de causalidade à pobreza. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (1), 21-29.
- Tamayo, A. (1994b). Hierarquia de valores transculturais e brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (2), 269-285.
- Tamayo, A., Faria, J. B., Filho, A. B., Tavares, M. S. O. C., Carvalho, E. M. & Bertolinni, V. (1998). Diferenças nas prioridades axiológicas de músicos e advogados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 281-294.

- Tamayo, A. & Schwartz, S. H. (1993). Estrutura motivacional dos valores humanos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9 (2), 329-348.
- Turato, E. R. (2003). O tratamento e a apresentação dos dados obtidos na pesquisa clínico-qualitativa. In E. G. Turato, *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas* (pp. 437-451). Petrópolis: Vozes.
- Veenhoven, R. (2003). Hedonism and happiness. *Journal of Happiness Studies*, 4, 437-457.
- Warr, P. (1987). *Work, Unemployment and Mental Health*. New York: Clarendon Press.
- Waterman, A. S. (1993). Two conceptions of happiness contrasts of personal expressiveness (eudaimonia) and hedonic enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 678-691.

ANEXOS

Anexo 1: Lista das fontes documentais

Recortes dos periódicos sobre toda e qualquer referência a músicos e advogados no estado. Análise completa (incluindo todas as seções) do periódico.

Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 14 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 16 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 25 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 29 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 31 de jan. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 01 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 07 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 25 de fev. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 07 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 12 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 20 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 de mar. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 03 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 21 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 28 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 29 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 30 de abr. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 05 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 11 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 13 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 20 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 25 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 29 de mai. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 06 de jun. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 de jun. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 de jun. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 de jun. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 23 de jun. 2001.

Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 de dez. 2001.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 03 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 04 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 05 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 08 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 14 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 30 de jun. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 02 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 16 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 21 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 23 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 de nov. 2003.
Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 28 de nov. 2003.

Anexo 2: Roteiro das categorias dos músicos

1. **Leis de incentivo musical:** Leis municipais, estaduais e/ou federais de incentivo à música (cultura). Procurar datas de criação ou temáticas sobre tais leis.
2. **Programação cultural:** Eventos musicais organizados na PB para artistas da terra ou de outras regiões ou países.
3. **Grupos e músicos da terra:** Elencar os grupos e/ou músicos de artistas da terra de qualquer tipo de música: erudita, instrumental etc., podendo ser compositor, cantor, instrumentista, repentista... observando a menção ao fato do grupo ou do músico ser da terra.
4. **Projetos musicais:** Projetos de origem pública ou privada para o incentivo da música e dos músicos na PB, seja para artistas locais ou não.
5. **Dificuldade financeira:** dificuldade de divulgação da música ou de sobrevivência no mercado de trabalho devido aos baixos salários pagos aos músicos de qualquer categoria musical: erudita, popular, instrumental etc.
6. **Músicos de repercussão nacional:** Músicos paraibanos que conseguiram projeção nacional, estejam eles residindo no Estado ou fora dele, desde que seja mencionado na reportagem.
7. **Músicos de repercussão internacional:** Músicos paraibanos que conseguiram projeção internacional, estejam eles residindo no Estado, no país ou no exterior, desde que seja mencionado na reportagem.
8. **Convênios em benefício da música:** Convênios realizados com órgãos públicos ou privados para incentivar o ensino, a divulgação ou promoção de eventos musicais na PB, seja da música local ou não.
9. **Gravação de CD's na PB:** Produção musical na região, seja de músicos locais ou não.
10. **Apoio do Governo Federal:** Políticas ou incentivo para a música na PB.
11. **Sindicato dos músicos:** Atuação desse sindicato a favor da classe. Relatar dificuldades e/ou conquistas.
12. **Espaço para apresentações:** Construções, reformas, restaurações de prédios e/ou novos espaços destinados a eventos musicais na PB, como, museus, restaurantes, etc.
13. **Festas comemorativas:** Organização de festas comemorativas, como, o carnaval, festas religiosas etc., contando claramente com a participação dos músicos.
14. **Festivais:** Investimentos em festivais para divulgar a música (Arte) paraibana.
15. **Desvalorização dos músicos da terra:** Falta de valorização dos artistas da terra, sejam eles famosos ou não, iniciantes ou veteranos.
16. **Turismo cultural:** Investimentos de políticas para o crescimento do turismo paraibano, através da música.
17. **Identidade musical:** resgate das raízes culturais (musicais) da PB.
18. **Apresentação / intercâmbio musical/ exterior:** apresentação dos músicos da terra em outros países e/ou intercâmbio musical com artistas de outros países, através de apresentações, eventos e concursos.
19. **Apresentação / intercâmbio musical/ outros estados:** apresentação dos músicos da terra em outros estados e/ou intercâmbio de artistas de outros estados, através de apresentações, eventos e concursos.
20. **Incentivo do governo local:** Políticas municipais e/ou estaduais de incentivo ao movimento musical.

21. **Profissionalismo:** Investimento dos artistas ou dos órgãos públicos ou privados na profissionalização dos músicos, através do incentivo no ensino básico ou superior, especializações, cursos etc.
22. **Divulgações dos músicos da terra:** Eventos destinados a promover a divulgação dos artistas da terra, assim como comentários a favor da qualidade da música e/ou músicos.
23. **Ausência de divulgação dos músicos:** Falta de incentivo aos músicos iniciantes ou profissionais da PB.
24. **Ritmos paraibanos:** Ritmos musicais característicos da PB, como, forró, xaxado, baião, etc.
25. **Associações de músicos:** Criação e/ou necessidade de fundar uma associação dos músicos da PB.
26. **OMB-PB:** Atuação; críticas; dificuldades; regulamentos; em defesa da classe; quaisquer intercorrências em torno da Ordem etc.
27. **Meios de comunicação (rádio, sites etc.):** rádio ou qualquer outro meio de divulgação que busca incentivar a música, os músicos ou quaisquer outros eventos musicais na PB etc.
28. **Comercialização da música:** comércio de CD, vinil, fita K7, DVD, abadás etc.
29. **Ausência de incentivo do governo federal:** resoluções que desfavorecem aos eventos musicais na PB.
30. **Ausência incentivo do governo local:** resoluções ou não financiamento que desfavorecem aos músicos ou eventos musicais na PB.
31. **Conflitos entre a classe:** discussões, desentendimentos entre os profissionais da área tendo como alvo as questões relacionadas à profissão.
32. **Apresentação em eventos/solenidades:** quaisquer apresentações de músicos da terra em eventos sociais e/ou solenidades no Estado ou em outras regiões, como, missa, posse, atos políticos etc.
33. **Produção musical com recursos próprios:** músicos ou conjuntos musicais da terra que estejam investindo com recursos próprios em shows, gravação de CD's etc. na sua divulgação.
34. **Mercado de trabalho:** oportunidade ou falta de empregos na área musical. Por exemplo, concursos públicos, oferta de órgãos privados etc.
35. **Músicos em ações comunitárias:** músicos ou grupos de músicos da terra que fazem ações em favor da comunidade, ex., doações, shows beneficentes etc.
36. **Críticas contra movimento musical:** comentários contra o movimento musical no que diz respeito à qualidade da música paraibana e/ou shows.
37. **Homenagem aos músicos paraibanos:** homenagens prestadas a músicos paraibanos, através de eventos e/ou divulgação em meios de comunicação, referindo ao fato do músico ser da terra.
38. **Agressão física contra músicos:** atos de agressão e/ou violência praticados contra os músicos.
39. **Ausência de incentivo da iniciativa privada:** carência de recursos financeiros e/ou de apoio por parte da iniciativa privada para apresentações, patrocínios, etc.
40. **Comentários sobre apresentações musicais:** reportagens que façam referências a apresentações que tenham acontecido na Paraíba.
41. **Movimento musical em campanha política:** músicos que estejam participando de campanhas políticas, apresentação em comícios, etc.
42. **Dificuldade de produção musical local:** sejam elas referentes a tecnologia ou falta de apoio do governo ou da iniciativa privada para a gravação no Estado.

43. **Mostra cultural e Plano de Desenvolvimento:** política de investimento na arte de maneira geral e na música em particular através de eventos.
44. **Fundo de incentivo a produção artística:** trata-se de política governamental.
45. **Músicos na política:** músicos que estejam investindo em sua própria candidatura a cargos políticos.
46. **Reivindicações da categoria:** movimento dos músicos em busca de melhoria da classe.
47. **Crise cultural:** relacionada com ausência de política de desenvolvimento para o meio artístico, especialmente para a música no Estado.
48. **Homenagem aos expoentes da música:** homenagens realizadas na PB.
49. **Apoio de setores não governamentais:** investimento ou incentivo seja da iniciativa privada, de fundações e/ou de entidades filantrópicas etc. contribuindo com os músicos ou com o movimento musical na PB. Vale ressaltar aqui que não se trata apenas de órgãos não-governamentais, tais como, fundações, mas de toda e qualquer entidade que não esteja ligada ao estado.

Anexo 3: Roteiro das categorias dos advogados

1. **Associação dos advogados:** Criação, necessidade e/ou referências gerais sobre tal associação.
2. **OAB-PB e vínculo na PB:** Eleições, críticas, dificuldades, regulamentos em defesa da classe etc.
3. **Participação da classe em eventos políticos:** Advogados ou entidades da classe nos eventos políticos da PB e/ou de âmbito nacional.
4. **Projetos desenvolvidos e/ou apoiados pela classe:** Projetos criados, apoiados e/ou desenvolvidos pela categoria em prol dela mesma ou da comunidade.
5. **Atos a favor da cidadania:** Participação da categoria em movimentos que defendam a cidadania.
6. **Participação da classe em eventos sociais:** Advogados ou entidades da classe nos eventos sociais da PB e/ou de âmbito nacional.
7. **Participação em decisões políticas:** Intervenção da classe nas decisões políticas da sociedade, quer seja nos níveis de governo municipal, estadual ou federal, nos diversos poderes legislativo, executivo ou judiciário, quer seja em outros órgãos políticos da sociedade.
8. **Salários / honorários:** Referências de salários e/ou honorários da categoria seja qual for a especialidade ou função do profissional.
9. **Conflitos entre a classe:** Conflitos entre advogados relacionados a processo de eleição ou de qualquer outra natureza, cujo alvo sejam as questões relacionadas à profissão.
10. **Reivindicações da categoria:** Movimentos de advogados ou de grupos reivindicando melhorias para a categoria.
11. **Mercado de trabalho:** Situação do mercado de trabalho para os profissionais da área.
12. **Capacitação dos profissionais:** Incentivos aos investimentos educacionais e à capacitação da classe, proporcionando melhores condições de trabalho através de congressos, simpósios, fóruns, lançamento de livros, atualização no Diário Oficial da Justiça.
13. **Denúncias contra advogados e/ou delito praticado pelo advogado:** Denúncias ou ameaças públicas quanto a atuação dos advogados perante a comunidade, tais como desvio de verba, tentativa de assassinato.
14. **Advogados em cargos de poder:** Poder de influência política por ocupação em posição de poder e, portanto, de decisões políticas.
15. **Ações na justiça:** Intervenção dos advogados em defesa dos direitos da empresa pública, privada ou de indivíduos em particular.
16. **Advogados em cargos públicos:** inserção dos advogados nos cargos públicos da PB.
17. **Propaganda de advogados:** propagandas, comunicados e afins que tragam informações sobre um serviço ou escritório de advocacia.
18. **Construções/espços físicos para exercício da profissão:** quaisquer construções e/ou espaços físicos destinados ao exercício da profissão que estejam sendo construídos e/ou inaugurados.
19. **Homenagem a advogados:** quaisquer tipos de homenagens feitas tanto a advogados em particular quanto à própria categoria.
20. **Intercâmbio exterior:** intercâmbio com outros países no que diz respeito à fomentação de cursos, congressos, palestras etc. para o aperfeiçoamento dos advogados

21. **Opinião de advogados sobre a justiça:** quaisquer tipos de manifestação de advogados sobre a justiça, quer de forma positiva ou negativa.
22. **Opinião dos advogados sobre a política:** quaisquer tipos de manifestação de advogados sobre a política.
23. **Agressão contra advogados:** manifestações de agressão, de qualquer tipo, como, física, verbal, etc.
24. **Opinião dos advogados sobre a administração pública:** administração pública de qualquer ordem do governo.
25. **Críticas contra a atuação da classe:** quaisquer tipos de denúncias contra especificamente a atuação dos advogados
26. **Advogados na campanha política:** candidatos ou já efetivos em qualquer cargo político
27. **Reforma dos poderes:** reformas em qualquer poder que afetem o trabalho do advogado a nível de atuação.
28. **Críticas aos cursos de direito:** quaisquer comentários sobre os cursos melhores ou piores na Paraíba.
29. **Advogados em exercício de outras atividades:** quaisquer tipos, como funções administrativas, músicos, etc.
30. **Identidade profissional:** orgulho, reconhecimento da profissão de advogado.
31. **Conflitos entre advogado e o poder judiciário:** quaisquer manifestações de conflitos quanto ao poder judiciário, considerando dificuldades no exercício da profissão.
32. **Melhores condições de trabalho:** avanço tecnológico para facilitar o trabalho do advogado.

Anexo 4: Roteiro de entrevista para os músicos

1. Conte-me como foi seu último dia de trabalho (O que fez desde o início do expediente de trabalho até o final)?
2. Você considera tal dia como típico na sua profissão? Por quê?
3. Qual a importância da profissão de músico para a sociedade (a sociedade se beneficia como)?
4. Como você relaciona este papel social com o que você fez no último dia de trabalho?
5. Que imagem de senso comum você supõe que existe sobre o músico?
6. Como você associa tal(is) imagem(ns) com o papel social antes apontado?
7. Como a imagem interfere na relação entre os profissionais e seu trabalho?
8. Como você observa o espaço na sociedade para os artistas da terra?
9. Como os músicos se organizam politicamente?
10. Qual a importância da OMB? (Caso ele ainda não tenha respondido)
11. Qual a sua avaliação da atuação da OMB no estado?
12. Sabe-se que há conflitos entre a OMB e alguns profissionais da área. O que pensa sobre isso?
13. A atuação da OMB influencia na imagem do profissional? E na sua atuação no nosso estado?
14. Quais as condições de trabalho do músico?
15. Que infra-estrutura ele precisa?
16. As condições de trabalho são igualitárias para todos os músicos? Por quê? Quais as implicações (da igualdade ou desigualdade)?
17. Como você percebe o apoio do governo local e/ou federal na divulgação da cultura, especificamente da música na região?
18. Na sua opinião, quais são as principais mudanças que têm ocorrido no exercício da música no estado?
19. Qual sua opinião sobre a procura pelo profissional da música? Há necessidade de mudanças sobre isto? O que considera que precisaria ser feito? - Observam-se no estado, alguns projetos musicais que ocorrem semanalmente, como projeto seis e meia, que acontece no Mag Shopping ; projeto da FUNESC, no Espaço Cultural etc., inclusive trazendo artistas de repercussão nacional, qual sua opinião sobre esses projetos e o trabalho do músico paraibano?
20. Qual a importância de tais mudanças?
21. A sociedade se beneficia delas? E as condições trabalho?
22. Quais as competências essenciais para um músico na atualidade?
23. Qual sua opinião sobre a qualificação dos profissionais?
24. Que tipo de formação é suficiente? Por quê?
25. O que pensa que deve melhorar sobre a formação?
26. Como a formação dos músicos se reflete no trabalho dos profissionais na atualidade?
27. Qual sua opinião sobre a forma como o profissional é reconhecido pela sociedade?
28. Quais as principais aspirações dos músicos no estado?
29. O músico tanto pode se inserir enquanto um profissional que tem um determinado empregador ou tão-somente como um profissional liberal. Qual sua opinião a respeito dessas duas formas de organização de trabalho para o profissional no estado da Paraíba?
30. Em linhas gerais, o que significa para você ser um músico no nosso estado?

Anexo 5: Roteiro de entrevista para os advogados

1. Conte-me como foi seu último dia de trabalho (O que fez desde o início do expediente de trabalho até o final)?
2. Você considera tal dia como típico na sua profissão? Por quê?
3. Qual a importância da advocacia para a sociedade (a sociedade se beneficia como)? Alternativa para esta questão: - Parece existir uma estreita ligação entre o profissional da advocacia e sua inserção nos movimentos a favor da cidadania. Como você percebe o trabalho desse profissional diante desse contexto social?
4. Como você relaciona este papel social com o que você fez no último dia de trabalho?
5. Que imagem de senso comum você supõe que existe sobre a advocacia?
6. Como você associa tal(is) imagem(ns) com o papel social antes apontado?
7. Como a imagem pública interfere na relação entre os profissionais e seus clientes?
8. Como os advogados se organizam politicamente?
9. Qual a importância da OAB? (Caso ele ainda não tenha respondido)
10. Qual a sua avaliação da atuação da OAB no estado?
11. Sabe-se que ocorre denúncias judiciais contra advogados. O que pensa sobre isso?
12. A atuação da OAB influencia na imagem do profissional? E na sua atuação no nosso estado?
13. Existem conflitos entre os profissionais? Alternativas para estas questões: - Que tipos de conflitos são comuns? Quando ocorrem? Por quê? Como você vê os conflitos entre os candidatos (advogados) durante as eleições para a diretoria da OAB? Qual sua opinião sobre tais conflitos serem relatados na imprensa?
14. Quais as condições de trabalho do advogado?
15. Que infra-estrutura ele precisa?
16. As condições de trabalho são igualitárias para todos advogados? Por quê? Quais as implicações (da igualdade ou desigualdade)?
17. Na sua opinião, quais são as principais mudanças que têm ocorrido no exercício da advocacia?
18. Qual a importância de tais mudanças?
19. A sociedade se beneficia delas? E as condições de trabalho?
20. Qual sua opinião sobre a procura pelos serviços de advocacia? Há necessidade de mudanças sobre isto? O que considera que precisaria ser feito?)
21. Quais as competências essenciais para um advogado na atualidade?
22. Qual sua opinião sobre os esforços dos advogados para qualificar-se e atualizar-se constantemente?
23. A formação universitária da maioria é suficiente? Por quê?
24. O que pensa que deve melhorar sobre a formação?
25. Como a formação dos advogados se reflete no trabalho dos profissionais na atualidade?
26. Embora haja uma grande procura da sociedade por serviços prestados pelos advogados, observou-se também que não há propaganda dos profissionais nos periódicos, ao contrário de outras profissões, como, medicina, por exemplo. Qual sua opinião sobre a forma como o profissional é reconhecido pela sociedade?
27. Quais as principais aspirações dos advogados no estado?

28. O advogado tanto pode se inserir enquanto um profissional que tem um determinado empregador ou tão-somente como um profissional liberal. Qual sua opinião a respeito dessas duas formas de organização de trabalho para o profissional no estado da Paraíba?
29. Em linhas gerais, o que significa para você ser um advogado no nosso estado?

Anexo 6: Questionário dos Valores Básicos

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, **considerando seu conteúdo.** Utilizando a escala de resposta abaixo, **indique com um número ao lado de cada valor** o grau de importância que este tem como **princípio que guia sua vida.**

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não importante	Não importante	Pouco importante	Mais ou menos importante	Importante	Muito importante	Extremamente Importante

01. ___ **JUSTIÇA SOCIAL.** Lutar por menor diferença entre ricos e pobres; permitir que cada indivíduo seja tratado como alguém valioso.
02. ___ **SEXUAL.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
03. ___ **ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
04. ___ **APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
05. ___ **HONESTIDADE.** Agir responsabilmente quando dá sua palavra; ser honesto e honrado.
06. ___ **CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
07. ___ **EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
08. ___ **PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
09. ___ **AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
10. ___ **RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
11. ___ **AUTODIREÇÃO.** Sentir-se livre para vestir-se como queira; estar livre para se mover, ir e vir sem impedimentos.
12. ___ **ORDEM SOCIAL.** Viver em um país ordenado e estruturado; ter um governo estável e eficaz.
13. ___ **SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes de ficar doente; não estar enfermo.
14. ___ **PRAZER.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
15. ___ **PRESTÍGIO.** Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
16. ___ **OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia-a-dia; respeitar os seus pais e os mais velhos.
17. ___ **ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planificada.
18. ___ **ESTIMULAÇÃO.** Fazer coisas que lhe permitam estar ocupado, em movimento; participar em tantas atividades como seja possível.
19. ___ **CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros.
20. ___ **BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
21. ___ **TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
22. ___ **SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.

- 23.____**MATURIDADE**. Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.
- 24.____**PRIVACIDADE**. Ter uma vida privada sem que os assuntos ou as pessoas da comunidade interfiram; ter sua própria moradia e receber nela só a quem deseja.

Para finalizar, reconsidere a lista de valores acima. Escreva o **nome de um único valor** que você pensa que é o **MAIS IMPORTANTE** como um **princípio-guia na sua vida**: _____.

Embora todos possam ser importantes, qual julga ser o **MENOS IMPORTANTE DE TODOS**: _____.

Anexo 7: Escala de Afetos Positivos e Negativos

INSTRUÇÕES. A seguir você encontrará uma lista com dez **estados emocionais**. Para cada uma deles, pedimos-lhe que **indique o quanto você o tem experimentado ultimamente**. Faça isso escrevendo um número no espaço ao lado de cada emoção / adjetivo, segundo a escala de resposta abaixo, de acordo com a sua opinião. Por favor, seja o mais sincero e honesto possível nas suas respostas.

1 Nada	2 Muito Pouco	3 Pouco	4 Mais ou menos	5 Bastante	6 Muito	7 Extremamente
-------------------------	--------------------------------	--------------------------	----------------------------------	-----------------------------	--------------------------	---------------------------------

01. _____ Feliz
02. _____ Deprimido
03. _____ Satisfeito
04. _____ Frustrado
05. _____ Raivoso
06. _____ Divertido
07. _____ Preocupado
08. _____ Otimista
09. _____ Infeliz
10. _____ Alegre

Anexo 8: Escala de Vitalidade

INSTRUÇÕES. Por favor, leia as afirmações que se seguem. **Considerando como se sente atualmente, pedimos-lhe que indique em que medida cada uma delas é verdadeira no seu caso.** Faça isso anotando um número no espaço que antecede cada afirmação, segundo a escala de resposta abaixo.

1	2	3	4	5	6	7
Nada			Mais ou Menos			Totalmente
Verdadeiro			Verdadeiro			Verdadeiro

1. ____ Sinto-me vivo e cheio de vitalidade.
2. ____ Não me sinto muito disposto.
3. ____ Algumas vezes me sinto tão vivo a ponto de transbordar.
4. ____ Tenho energia e disposição.
5. ____ Desejo viver cada novo dia.
6. ____ Quase sempre me sinto disposto e ativo.
7. ____ Sinto-me vitalizado.

Anexo 9: Questionário de Saúde Geral, QSG-12

INSTRUÇÕES. Gostaríamos de saber se você tem tido algumas enfermidades ou transtornos e como tem estado sua saúde nas últimas semanas. Por favor, marque simplesmente com um **X** a resposta que a seu ver corresponde mais com o que você sente ou tem sentido. Lembre que queremos conhecer os problemas recentes e atuais, não os que você tenha tido no passado. É importante que você **RESPONDA A TODAS AS PERGUNTAS.**

VOCÊ ULTIMAMENTE:

1 – Tem podido concentrar-se bem no que faz?

- | | |
|------------------------------|----------------------------------|
| (1) Mais do que o de costume | (3) Menos que o de costume |
| (2) Igual ao de costume | (4) Muito menos que o de costume |

2 – Suas preocupações lhe têm feito perder muito sono?

- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| (1) Absolutamente, não | (3) Um pouco mais do que o costume |
| (2) Não mais que o de costume | (4) Muito mais que o costume |

3 – Tem sentido que tem um papel útil na vida?

- | | |
|--------------------------------|---------------------------------------|
| (1) Mais útil que o de costume | (3) Menos útil que o de costume |
| (2) Igual ao de costume | (4) Muito menos útil que o de costume |

4 – Tem se sentido capaz de tomar decisões?

- | | |
|---------------------------|--|
| (1) Mais que o de costume | (3) Menos que o de costume |
| (2) Igual ao de costume | (4) Muito menos capaz que o de costume |

5 – Tem notado que está constantemente agoniado e tenso?

- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| (1) Absolutamente, não | (3) Um pouco mais do que o costume |
| (2) Não mais que o de costume | (4) Muito mais que o de costume |

6 – Tem tido a sensação de que não pode superar suas dificuldades?

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| (1) Absolutamente, não | (3) Um pouco mais do que o de costume |
| (2) Não mais que o de costume | (4) Muito mais que o de costume |

7 – Tem sido capaz de desfrutar suas atividades normais de cada dia?

- | | |
|---------------------------|--------------------------------------|
| (1) Mais que o de costume | (3) Menos que de costume |
| (2) Igual ao de costume | (4) Muito menos capaz que de costume |

8 – Tem sido capaz de enfrentar adequadamente os seus problemas?

- | | |
|---------------------------|--|
| (1) Mais que o de costume | (3) Menos que o de costume |
| (2) Igual ao de costume | (4) Muito menos capaz que o de costume |

9 – Tem se sentido pouco feliz e deprimido(a)?

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| (1) Absolutamente, não | (3) Um pouco mais que o costume |
| (2) Não mais que o de costume | (4) Muito mais que o de costume |

10 – Tem perdido confiança em si mesmo?

- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| (1) Absolutamente, não | (3) Um pouco mais do que o costume |
| (2) Não mais que o de costume | (4) Muito mais que o de costume |

11 – Tem pensado que você é uma pessoa que não serve para nada?

- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| (1) Absolutamente, não | (3) Um pouco mais do que o costume |
| (2) Não mais que o de costume | (4) Muito mais que o de costume |

12 – Sente-se razoavelmente feliz considerando todas as circunstâncias?

(1) Mais que o de costume

(3) Menos que o de costume

(2) Igual ao de costume

(4) Muito menos que o de costume

Anexo 10: Escala de Satisfação Com a Vida

INTRUÇÕES. Abaixo você encontrará cinco afirmações com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de **1** a **7**, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma; escreva um número no espaço ao lado da afirmação, segundo sua opinião. Por favor, seja o mais sincero e honesto possível nas suas respostas.

7 = Concordo Totalmente

6 = Concordo

5 = Concordo Ligeiramente

4 = Nem Concordo nem Discordo

3 = Discordo Ligeiramente

2 = Discordo

1 = Discordo Totalmente

01. _____ Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal.
02. _____ As condições da minha vida são excelentes.
03. _____ Estou satisfeito (a) com minha vida.
04. _____ Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero na vida.
05. _____ Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.

Anexo 11: Informações Sócio-Demográficas

INSTRUÇÕES: Finalmente, gostaríamos de caracterizar os participantes do nosso estudo. Não será necessário que você se identifique. Todas as respostas serão tratadas no conjunto.

1. Idade: _____ anos
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Estado Civil:
() Casado/Convivente () Solteiro () Viúvo () Separado/Divorciado
4. Religião () nenhuma () Católica () Evangélica
() Espírita () Outra: _____
5. Tem filhos? () Sim () Não. Se tem, quantos? _____
6. Com quem mora? () Sozinho () Pais () Cônjuge () Filhos
() Cônjuge e filhos () Familiares () Outros
7. Forma de residência:
() Própria () Alugada () Outras: _____
8. Renda familiar em torno de:
() 1 a 5 salários mínimos () 6 a 10 salários mínimos
() 11 a 21 salários mínimos () mais de 21 salários mínimos
9. Nível de instrução:
() Nunca estudou () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo () nível técnico
() Superior incompleto () Superior completo () Especialista
() Mestre/Doutor
10. Estuda atualmente? () Sim () Não
Se sim, especificar: _____
11. Profissão atual: _____
12. Numa escala de 0 a 5, assinale seu grau de satisfação com sua profissão

Totalmente insatisfeito 0 1 2 3 4 5 Totalmente satisfeito
13. Há quanto tempo você trabalha nessa profissão? _____
14. Em que turno trabalha? () Manhã () Tarde
() Noite () Manhã e tarde
() Manhã e noite () Tarde e noite
() Manhã/tarde/noite
15. () Profissional liberal () Tem algum empregador (empresa, órgão público, etc.)
16. Você tem uma segunda atividade profissional (ex. segundo emprego, trabalho autônomo, etc)? () Sim () Não. Se sim, qual(is)? _____
17. Você já recebeu algum prêmio ou reconhecimento público (por exemplo, troféu, medalha, placa, homenagem, certificado etc.) por ter conseguido ou feito algo

destacável na sua profissão? () Não

() Sim... Por favor, indique qual ou

quais: _____

Anexo 12: Tabela de resultado da análise MANOVA para medidas repetidas com o teste post hoc – bonferroni (músicos)

Within-Subjects Factors

Measure: MEASURE_1

factor1	Dependent Variable
1	realização por
2	realização auto direção
3	normativo
4	existência biosocial

Estimates

Measure: MEASURE_1

factor1	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
1	5,066	,060	4,947	5,185
2	5,340	,076	5,190	5,491
3	5,445	,101	5,245	5,645
4	6,286	,062	6,163	6,410

Pairwise Comparisons

Measure: MEASURE_1

(I) factor1	(J) factor1	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.(a)	95% Confidence Interval for Difference(a)	
					Lower Bound	Upper Bound
1	2	-,274(*)	,086	,011	-,505	-,044
	3	-,379(*)	,112	,006	-,679	-,079
	4	-1,220(*)	,068	,000	-1,401	-1,040
2	1	,274(*)	,086	,011	,044	,505
	3	-,105	,131	1,000	-,456	,247
	4	-,946(*)	,082	,000	-1,167	-,725
3	1	,379(*)	,112	,006	,079	,679
	2	,105	,131	1,000	-,247	,456
	4	-,841(*)	,086	,000	-1,071	-,612
4	1	1,220(*)	,068	,000	1,040	1,401
	2	,946(*)	,082	,000	,725	1,167
	3	,841(*)	,086	,000	,612	1,071

Based on estimated marginal means

* The mean difference is significant at the ,05 level.

a Adjustment for multiple comparisons: Bonferroni.

Anexo 13: Tabela de resultado da análise MANOVA para medidas repetidas com o teste post hoc – bonferroni (advogados)

Within-Subjects Factors

Measure: MEASURE_1

factor1	Dependent Variable
1	realizaçãopoder
2	realizaçãootodireção
3	normativo
4	existênciabiosocial

Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
realizaçãopoder	5,1715	,69220	236
conjunto de valores q caracterizam realizaçãootodireção	4,8697	,90402	236
normativo	5,6631	,97570	236
existênciabiosocial	6,4439	,45271	236

Pairwise Comparisons

Measure: MEASURE_1

(I) factor1	(J) factor1	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.(a)	95% Confidence Interval for Difference(a)	
1	2	,302(*)	,072	,000	,111	,493
	3	-,492(*)	,076	,000	-,693	-,290
	4	-1,272(*)	,047	,000	-1,398	-1,146
2	1	-,302(*)	,072	,000	-,493	-,111
	3	-,793(*)	,089	,000	-1,029	-,558
3	1	-1,574(*)	,059	,000	-1,730	-1,418
	2	,492(*)	,076	,000	,290	,693
	4	,793(*)	,089	,000	,558	1,029
4	1	-,781(*)	,057	,000	-,934	-,628
	2	1,272(*)	,047	,000	1,146	1,398
	3	1,574(*)	,059	,000	1,418	1,730
		,781(*)	,057	,000	,628	,934

Based on estimated marginal means

* The mean difference is significant at the ,05 level.

a Adjustment for multiple comparisons: Bonferroni.

Anexo 14: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – nível de doutorado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sandra Souza da Silva Chaves convida-o a participar da pesquisa, provisoriamente intitulada *Bem-Estar em Categorias Ocupacionais Distintas: Uma Explicação a Partir dos Valores Humanos Básicos*, que está desenvolvendo para fins de conclusão do doutorado em Psicologia Social pela UFRN.

A pesquisa está sob a orientação da Prof^a Lívia de Oliveira Borges e tem como objetivo principal identificar o bem-estar subjetivo dos músicos e advogados da Paraíba. Participarão das entrevistas 6 (seis) profissionais.

Você tem a liberdade de recusar a participar sem qualquer prejuízo para você. Sua participação consistirá em responder a um roteiro de entrevista contendo perguntas em torno da profissão e seu mercado de trabalho no estado da Paraíba.

Caso você queira pedir mais informações sobre a pesquisa poderá entrar em contato com o telefone (83) 3244 3317 ou pelo e-mail: sandrachaves@yahoo.com.br. Se achar necessário, poderá também entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFRN pelo telefone (84) 3215 3590.

É importante informar que todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e anônimas, isto é, embora sua assinatura esteja neste termo de consentimento, na transcrição das entrevistas constarão nomes fictícios. As respostas serão examinadas no seu conjunto (e não individuais). Se você der sua autorização por escrito, assinando a permissão, os resultados gerais poderão ser utilizados para fins de ensino, publicações e durante encontros e debates científicos. As publicações dos conhecimentos gerados serão importantes para o psicólogo quando atua em orientação profissional.

Não se prevê que a realização da entrevista implique qualquer possibilidade de dano ao entrevistado. Porém, se ocorrer qualquer prejuízo será de responsabilidade da pesquisadora reparar e/ou ressarcir conforme o caso.

Tendo em vista as informações acima apresentadas, eu, de forma, livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Assinatura do participante

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)